



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

YEDA RORATO CRUSIUS

***MENSAGEM
À
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA***

PORTO ALEGRE

FEVEREIRO DE 2007

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

GOVERNADORA DO ESTADO
Yeda Rorato Crusius

VICE-GOVERNADOR DO ESTADO
Paulo Afonso Girardi Feijó

SECRETÁRIO EXTRAORDINÁRIO PARA ASSUNTOS DA CASA CIVIL
Luiz Fernando Salvadori Záchia

SECRETÁRIO DE ESTADO DA COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO
Ariosto Antunes Culau

PROCURADORA-GERAL DO ESTADO
Eliana Soledade Graeff Martins

CHEFE DA CASA MILITAR
Dalmo Itaboraí dos Santos Nascimento

SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA
Enio Egon Bergmann Bacci

SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA
Aod Cunha de Moraes Junior

SECRETÁRIO DE ESTADO DAS OBRAS PÚBLICAS
Paulo Euclides Garcia de Azeredo

SECRETÁRIO DE ESTADO DA HABITAÇÃO E SANEAMENTO
Marco Aurélio Soares Alba

SECRETÁRIO DE ESTADO DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
João Carlos Machado

SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO E DOS ASSUNTOS INTERNACIONAIS
Nelson Proença

SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Mariza Abreu

SECRETÁRIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS
Maria Leonor Carpes

SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE
Osmar Terra

SECRETÁRIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
Vera Calegari

SECRETÁRIO DE ESTADO DA JUSTIÇA E INCLUSÃO SOCIAL
Fernando Schüller

SECRETÁRIA DE ESTADO INFRA-ESTRUTURA E LOGÍSTICA
Daniel Andrade

SECRETÁRIO DE ESTADO DA CULTURA
Mônica Leal

SECRETÁRIA DE ESTADO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Pedro Westphalen

SECRETÁRIO DE ESTADO DO TURISMO, ESPORTE E LAZER
Luís Augusto Lara

APRESENTAÇÃO

A presente Mensagem à Assembléia Legislativa obedece ao disposto no artigo 82, inciso IX da Constituição Estadual, que atribui a competência e cria a obrigação ao Governador do Estado de "expor em mensagem que remeterá à Assembléia Legislativa por ocasião da abertura da sessão anual, a situação do Estado e os planos de Governo".

Para dar atendimento a esse comando constitucional, este documento informa sobre o desempenho econômico do Estado, analisa a situação das finanças públicas estaduais e apresenta um conjunto de estratégias e de ações de governo que busquem enfrentar os problemas históricos e estruturais do Rio Grande do Sul.

Além disso, esta peça inclui um anexo, intitulado "Estados Comparados por Funções do Orçamento – Uma Avaliação da Eficiência e Efetividade dos Gastos Públicos Estaduais", no qual é feito um cotejo do desempenho das administrações públicas estaduais do Brasil, baseado na classificação funcional das despesas.

O Estado do Rio Grande de Sul há muito assiste à repetição e ao agravamento de problemas que impedem um maior desenvolvimento da economia e a melhoria da qualidade de vida da população. Existem problemas que se repetem e se agravam de forma significativa ao longo de décadas e têm que ser enfrentados de forma diversa à utilizada até então, com novas propostas e um novo jeito de governar.

No âmbito da vida econômica e social, embora o Rio Grande do Sul venha mantendo uma participação no Produto Interno Bruto Nacional próximo a 8% nas últimas duas décadas, as oscilações do produto regional fazem com que a renda e o emprego no Estado se comportem de maneira mais instável do que no País como um todo. Estas bruscas oscilações, além de comprometerem a capacidade de a economia estadual ingressar numa trajetória sustentada de crescimento econômico, também penalizam com maior intensidade milhões de gaúchos, que ano após ano sofrem com problemas semelhantes. Este é o caso das secas, que se repetem com regularidade há muito tempo e ainda assim não são enfrentadas de forma adequada.

Outro desafio estratégico para o futuro da economia gaúcha é o de incentivar a inovação produtiva em todas as suas dimensões. A inovação não deve ser entendida apenas como um conceito relacionado aos chamados setores dinâmicos, como o da Tecnologia da Informação e o da Biotecnologia, mas a todos os segmentos que possam ser estimulados para inovar nos métodos de gestão e de incorporação de novas tecnologias. Sendo assim, na maioria das vezes, inovar é ainda mais necessário nos chamados setores tradicionais, que são aqueles que precisam de maiores saltos de competitividade para garantir mercados e a expansão de renda e emprego na economia. O novo governo acredita que o Rio Grande do Sul deve procurar explorar cada vez mais duas potenciais vantagens competitivas: a qualidade da sua mão-de-obra e de seus centros universitários de pesquisa. Propiciar a contínua expansão da qualidade da

nossa mão-de-obra e incentivar a união entre setores produtivos e a pesquisa aplicada são missões estratégicas para o governo que inicia.

No que concerne à situação do Tesouro Estadual, temos que ter consciência de que ela deriva de uma crise estrutural, vinda desde a década de 70, com sucessivos déficits primários e orçamentários ao passar dos anos. As mais variadas formas de financiamento do déficit foram utilizadas ao longo do tempo, mas hoje estas fontes tradicionais estão esgotadas sem que o problema tenha se resolvido. Pelo contrário, o cenário atual e para os anos vindouros é extremamente preocupante, pois, não obstante toda a contenção de gastos com investimento e custeio da máquina pública que tem sido feita nos últimos anos, não se vislumbra um equilíbrio sustentável entre as receitas e as despesas estaduais.

Este é o cenário em que se encontra o Estado e no qual inicia o nosso governo: permanência de um déficit orçamentário estrutural, comprometimento antecipado da receita, dívidas com fornecedores e ausência de fontes alternativas para alívio do estrangulamento de curto prazo do Caixa.

O reconhecimento da gravidade da crise enfrentada pelo Estado é o primeiro e indispensável passo na solução do seu problema. O ajuste gradual das finanças estaduais não mais se mostra uma alternativa viável a ser empregada. Essas estratégias não vêm produzindo melhorias estruturais no tamanho do déficit orçamentário. Apesar de observarmos crescimento no resultado primário, esse vem ocorrendo através de esforços que geram graves repercussões: expressiva redução de servidores ativos da administração direta e forte diminuição dos gastos básicos com custeio e investimento. Diante disso, parece ser inadiável uma troca na política de ajustamento fiscal, abandonando o ajustamento gradual e partindo para uma política fiscal que, neste período de Governo, equacione de forma definitiva o problema.

A estrutura, tanto pelo lado da despesa quanto pelo lado da receita, apresenta diversas anomalias que se cristalizaram durante anos no Estado sem que nenhum governo as tivesse conseguido solucionar. É o caso, por exemplo, do gasto com inativos por parte do Tesouro. Despendeu-se, em 2006, 51,34% da folha de pessoal com inativos, o maior comprometimento relativo neste grupo de despesas entre todos os Estados da União. Tal volume é o resultado da constituição de uma gama de excelentes serviços públicos que, no passado, levaram o Rio Grande do Sul à liderança em indicadores de qualidade de vida associados à educação e à saúde, excelência que, hoje, encontra-se ameaçada pela própria crise fiscal.

Quanto ao lado da receita, nossa estrutura tributária, principalmente referente ao imposto mais significativo do Estado, o ICMS, mostra-se muito defasada com relação aos outros Estados. O Rio Grande do Sul possui uma das mais baixas participações do ICMS no PIB entre os Estados brasileiros.

A extrema gravidade do desajuste das finanças estaduais levou o novo Governo a adotar medidas emergenciais para solucionar as questões mais imediatas de financiamento do déficit financeiro do Estado. Foram reduzidos cargos comissionados e gastos com custeio bem como suspensos

novos contratos e convênios; foi proposta a renegociação de dívidas com fornecedores e municípios; foi vetado o reajuste do funcionalismo do Poder Judiciário, do Ministério Público do Estado e do Tribunal de Contas do Estado. Além disso, ao final de janeiro, o Governo encaminhou um conjunto de medidas para ampliar a receita de ICMS através de duas diretrizes: modernização da receita e uma adequação tributária, pelas quais espera um incremento de arrecadação em torno de R\$ 500 milhões.

O ajustamento das finanças públicas estaduais é um processo que, por razões de justiça e de eficácia, deve ser compartilhado de forma responsável e solidária por todos os Poderes de Estado e por toda a sociedade gaúcha. O custo do ajustamento proposto será sempre menor do que os decorrentes da redução do investimento público, do sucateamento da máquina pública e da perda da qualidade dos serviços públicos, custos esses mais fortemente sentidos justamente pelas pessoas das classes menos favorecidas. São elas, as que mais necessitam da ação do Estado, as mais prejudicadas quando o Estado enfrenta dificuldades financeiras.

O ajuste fiscal não é um fim em si mesmo, mas é condição necessária para o Estado recuperar a sua capacidade de garantir serviços públicos de qualidade. Sem o ajuste fiscal, não há como o Estado investir, aumentando a competitividade de nossa economia, promovendo o desenvolvimento e incentivando a geração de emprego e renda. O ajuste fiscal é, pois, condição de possibilidade para a construção de um futuro melhor.

O atual Governo tem plena consciência de que as condições atuais do Brasil e do mundo exigem uma nova concepção de Estado. O Estado provedor burocrático já não consegue dar conta das necessidades da sociedade em um mundo que se globaliza, em que há uma crescente demanda por transparência e democratização do Poder Público, em que a evolução tecnológica permite acesso praticamente imediato às informações e aos novos serviços e utilidades. Mais e mais se requer que o Estado seja voltado essencialmente ao cidadão, com foco nos resultados que suas ações e suas políticas públicas têm para a sociedade. O que se exige da gestão pública é que ela otimize o uso dos recursos, garanta transparência e responsabilidade públicas (*accountability*), siga os estritos princípios do realismo orçamentário e estabeleça novos arranjos institucionais e soluções tecnológicas em prol da melhoria e ampliação dos serviços ao cidadão.

Seguindo este conceito de uma nova gestão pública, focada em resultados, o atual Governo tem como instrumento básico de elaboração de sua estratégia de ação o chamado "duplo planejamento". De um lado, o planejamento das questões do cotidiano governamental, que dizem respeito ao fortalecimento da capacidade de coordenação e à concretização da ação de Governo, em nível tático e operacional, o que é referido como "planejamento do hoje para o hoje". De outro, o planejamento de longo prazo, o "planejamento do hoje para o amanhã", que trata da estruturação e operação dos programas estratégicos ou estruturantes, que irão materializar as prioridades de médio e longo prazo da sociedade gaúcha, que trata da construção do futuro.

A cultura do pensamento estratégico, que caracteriza esse novo jeito de governar, se expressa na gestão preferencial por programas, antes que por segmentos governamentais que operem de modo quase autárquico. A gestão por programas permite identificar claramente os resultados pretendidos, as responsabilidades dos diversos órgãos do Executivo e as sinergias e parcerias necessárias ao alcance das metas, além de aumentar a transparência e a responsabilidade públicas, sendo fundamental para a racionalização e para a integração da ação governamental de modo transversal.

Essa adesão ao pensamento estratégico e aos princípios da nova gestão pública justifica-se ainda mais no momento atual, extremamente restritivo sob o ponto de vista do seu financiamento, onde se põe em prova a capacidade do Estado de gerir e redimensionar os recursos disponíveis em detrimento de uma demanda cada vez maior pela efetividade das políticas governamentais e pela ampliação da qualidade dos serviços prestados ao cidadão.

Mais intenso deve ser o esforço deste Governo de coordenação e de gerenciamento das ações dos diversos órgãos e maior deve ser o comprometimento para a construção de um diálogo constante e construtivo, com os demais Poderes e os setores representativos da sociedade gaúcha, sobre os problemas e as estratégias comuns voltadas para a superação dos obstáculos ao desenvolvimento social responsável e sustentável.

SUMÁRIO

1	A ECONOMIA GAÚCHA NO PERÍODO 2003-2006	11
2	AS FINANÇAS PÚBLICAS NO RIO GRANDE DO SUL.....	33
3	A ESTRATÉGIA DO GOVERNO PARA O QUADRIÊNIO	61
	ANEXO - ESTADOS COMPARADOS POR FUNÇÃO DO ORÇAMENTO	89

The background of the page is a large, semi-transparent image of the flag of the state of Rio Grande do Sul, Brazil. The flag features a green upper section, a red middle section, and a yellow lower section. In the center is a white oval containing the state's coat of arms, which depicts a figure holding a staff and a banner, surrounded by a wreath and a sunburst.

***1 A ECONOMIA GAÚCHA NO PERÍODO 2003-
2006***

1. A ECONOMIA GAÚCHA NO PERÍODO 2003-2006

1.1 A CONJUNTURA ECONÔMICA NACIONAL

A evolução da atividade econômica no Brasil durante os últimos quatro anos repetiu o padrão de baixo crescimento verificado desde o começo da década de 1980, mantendo o País distante de uma perspectiva de superação das condições de subdesenvolvimento. De fato, o desempenho do Produto Interno Bruto entre 2003 e 2006 apresentou uma taxa acumulada de expansão de 10,5%, o que representa uma taxa média anual de 2,5%¹. Em relação ao PIB *per capita*, a taxa acumulada de crescimento alcançou tão somente 4,3%, o que corresponde a uma taxa média anual de 1,06%².

1.1.1 A INDÚSTRIA BRASILEIRA

A indústria brasileira comportou-se de modo semelhante. O PIB do setor secundário cresceu 11,9% em quatro anos, o que indica uma taxa média anual de expansão de 2,8% no período³. Outro indicador de atividade, a produção industrial, cresceu 15,7% entre 2003 e 2006, o que corresponde a uma taxa média anual de 3,7%⁴.

Na classificação por classes, a produção da indústria de transformação alcançou uma taxa acumulada de crescimento de 14,9% no período, o que corresponde a uma taxa média anual de 3,5%⁵. Quanto à produção da indústria extrativa mineral, a taxa de crescimento acumulada corresponde a 28,8%, correspondendo a uma taxa média anual de 6,5%⁶.

Seguindo a análise por categorias de uso, a indústria de bens de consumo duráveis apresentou o melhor desempenho, com uma taxa acumulada de 49,4% entre 2003 e 2006, resultando em uma taxa média anual de crescimento de 10,5%⁷. A indústria de bens de capital igualmente experimentou uma evolução bem superior à média da indústria de transformação, atingindo uma taxa acumulada de 33,7% no período, o que se traduz em uma taxa média anual de 7,5%⁸. Já as indústrias de bens intermediários e de bens de consumo semiduráveis e não duráveis tiveram trajetórias abaixo da média da indústria de transformação no período, cabendo à primeira uma taxa acumulada de crescimento de 12,7% e uma taxa média de 3%⁹ e à segunda, respectivamente, de 7,5% e de 1,8%¹⁰.

O grau de utilização da capacidade instalada da indústria

¹ Foi estimada uma taxa de crescimento do PIB de 2,5% para 2006.

² A taxa de crescimento do PIB per capita foi estimada em 1% para 2006.

³ Considerando uma estimativa de crescimento de 2,7% em 2006.

⁴ Conforme estimativa de expansão de 3,5% em 2006 feita pelo IPEA.

⁵ Admitindo uma estimativa de crescimento de 3,3% em 2006, segundo o IPEA.

⁶ O IPEA estima uma taxa de expansão de 7% em 2006.

⁷ Foi estimado um crescimento de 6,9% em 2006.

⁸ Considerando uma taxa de expansão de 5,5% em 2006.

⁹ Foi previsto um crescimento de 2% em 2006.

¹⁰ A partir de uma taxa estimada de expansão de 2,9% para 2006.

brasileira de janeiro de 2003 a setembro de 2006 demonstra um quadro de relativa estagnação. Segundo dados da Confederação Nacional da Indústria, o ano de 2004 atingiu o melhor índice no período com 82,69, o que representou um incremento de 3,6% em relação ao ano anterior. Em 2005, houve uma variação negativa de 0,9% sobre 2004 e a evolução deste indicador de janeiro a setembro de 2006 mostra uma nova redução de 0,4% sobre igual período do ano anterior. Contudo, comparando o grau médio de utilização da capacidade instalada do setor industrial nos primeiros nove meses de 2006 em relação ao ano de 2003, observa-se um incremento de 2,3%.

No primeiro ano do período analisado, a produção industrial caiu no primeiro semestre e expandiu-se no segundo. A intensificação da austeridade fiscal, retratada através da alteração na meta de obtenção do superávit primário nas contas públicas de 3,75% para 4,25% do PIB, e da manutenção das fortes restrições sobre a oferta monetária e creditícia via aumento da taxa SELIC determinaram o fraco desempenho da atividade industrial no começo de 2003. Porém, ambas medidas trouxeram a recomposição das reservas internacionais do País e a reversão da tendência de depreciação cambial a partir de meados do ano. Em consequência da melhoria do setor externo, a política monetária passaria a ser flexibilizada mediante uma redução gradual da taxa básica de juros e dos depósitos compulsórios dos bancos e a implantação do sistema de microcrédito e do crédito com desconto em folha. Assim, a nova orientação da política econômica promoveu a retomada do crescimento industrial, cujos efeitos seriam plenamente transmitidos somente após o término de 2003. Dessa maneira, o PIB setorial experimenta um recuo de 1% no ano, mas com o mesmo indicador avançando 2,8% na indústria de transformação.

Em 2004, a manutenção dos fundamentos macroeconômicos e o notável crescimento da demanda externa proporcionaram a maior taxa de expansão da atividade industrial no período: 6,2%, impulsionada pelo crescimento da indústria de transformação em 7,7%.

O ciclo de crescimento iniciado em meados de 2003 sofre inflexão a partir do terceiro trimestre de 2005. A aceleração da tendência de apreciação cambial, a redução do ritmo de incremento das vendas externas, a dissipação do impacto do crédito consignado em folha sobre as vendas no varejo, o aumento da carga tributária e a manutenção de um patamar elevado da taxa SELIC formaram um conjunto de fatores prejudiciais à trajetória da atividade industrial no País. A taxa de crescimento do PIB setorial declina para 2,5% em 2005, sendo estrangulada pelo avanço ínfimo de 1,3% da indústria de transformação.

A tendência de queda da taxa de juros primária deflagrada no começo de 2006, dado o seu ritmo lento, pouco vem conseguindo estimular o comportamento industrial ao longo do ano. Há algum tempo, outros fatores importantes têm atuado no sentido de frear o crescimento do setor secundário, como a escassez de investimentos em infra-estrutura, a apreciação cambial e a elevação contínua da carga tributária brasileira. Assim, os dados revelados pelo IBGE sobre o desempenho do setor nos primeiros nove meses de 2006 não foram nada animadores em termos de

um maior crescimento: uma expansão de 2,7% no PIB industrial e de apenas 1,4% na indústria de transformação, ambos comparados com o mesmo período do ano anterior.

1.1.2 A AGROPECUÁRIA BRASILEIRA

No último quadriênio, o PIB agropecuário mostrou avanços de 4,5% em 2003, 5,3% em 2004, 0,8% em 2005 e 3,0%¹¹ em 2006. Os acréscimos substanciais no volume produzido até 2004, sobretudo no cultivo de soja e de milho, foram reflexos da renegociação da dívida dos produtores, dos preços externos favoráveis, além dos investimentos em tecnologia do setor. Estes fatores permitiram a formação de um ciclo expansivo no período compreendido entre os anos de 2000 e 2004, cuja taxa média anual de crescimento de 2000 a 2004 atingiu 4,6%. Na safra 2004/2005, entretanto, tal trajetória foi interrompida, por força de perturbações climáticas nas regiões Sul e Centro-Oeste e da apreciação do real frente ao dólar. Já em 2006, espera-se uma recuperação do setor primário, uma vez que os principais produtos não enfrentaram dificuldades climáticas.

A LAVOURA BRASILEIRA

Considerando o subsetor da lavoura brasileira no período de 2003 a 2006, a produção média de grãos alcançou 118,9 milhões de toneladas, uma evolução de 23,7% nos quatro anos, o que representa uma taxa média anual de crescimento de 5,4%.

Em relação aos principais produtos, a soja atingiu uma produção média anual de 51,7 milhões de toneladas no quadriênio examinado, o que corresponde a um crescimento de 6,3% ao ano e uma taxa acumulada de 27,5% no período. Em 2003, houve uma grande expansão da produção de soja no País, um avanço de 24,1% em relação ao ano anterior. Este resultado está associado ao aumento dos preços internacionais (estimulado pela quebra de safra nos Estados Unidos e pela expansão da demanda externa), às condições climáticas favoráveis e à continuidade de investimentos em mecanização. Contudo, em 2004 e, fundamentalmente em 2005, as previsões iniciais que estimavam novos recordes na produção de soja foram frustradas devido à estiagem observada no Sul, à evolução da ferrugem asiática no Centro-Oeste e ao aumento de custos da lavoura. Dessa forma, a produção de soja em 2004 situou-se em 49,7 milhões de toneladas, o que representou um recuo de 4,3% em relação a 2003, enquanto que em 2005 atingiu 51,7 milhões de toneladas. Já em 2006, a colheita de soja elevou-se em 3,8% ao mesmo tempo em que a produtividade voltou a crescer (8,8%) após dois anos consecutivos de queda. A safra de 53,4 milhões de toneladas deve ser creditada à elevação do rendimento médio no Rio Grande do Sul, que passou a apresentar uma produção de 1.935 kg/ha plantado contra 641 kg/ha plantado em 2005, isto é, um aumento de 201,9% em relação ao ano anterior.

¹¹ Estimativa IPEA: Boletim de Conjuntura Dezembro de 2006 – Nº 75

A safra de milho atingiu uma média de 41,5 milhões de toneladas entre 2003 e 2006, representando uma elevação anual de 4,1% e uma taxa acumulada de 17,5%. A safra de 2003 alcançou um nível recorde de 47,4 milhões de toneladas, um incremento de 34,4% em relação à safra anterior. A excelente performance da produção de milho se deve a uma série de fatores: elevadas cotações internacionais, boas condições climáticas, alta demanda do produto como insumo de ração animal além da estratégia do Governo Federal de comercialização e incentivos ao plantio. Entretanto, em 2004 e 2005, as adversidades climáticas, a migração de produtores para o cultivo de soja e o aumento dos custos dos insumos no Paraná - maior produtor do País - reduziram a produção em 11,1% e 16,9%, o rendimento médio em 8,1% e 13% e a área plantada em 3,3% e 4,5%, respectivamente. Já em 2006, espera-se um crescimento de 16% na primeira safra e de 26,7% na segunda safra, em função da maior demanda como insumo para ração animal.

A colheita de arroz, por sua vez, apresentou um aumento anual de 2,3%, totalizando no intervalo analisado um crescimento de 9,3%. A produção média chegou a 12 milhões de toneladas ao ano. Embora houvesse uma redução da produção gaúcha de arroz no ano de 2003 (14,4%), os resultados foram positivos nos anos de 2004 e 2005. Os principais Estados produtores, Rio Grande do Sul e Mato Grosso, que respondem por mais de 60% do total de arroz produzido no país, apresentaram safras recordes nestes dois anos: 6,3 milhões de toneladas e 1,9 milhão de toneladas em 2004 e 6,1 milhões de toneladas e 2,0 milhões de toneladas em 2005, respectivamente. Já em 2006, os preços baixos tornaram-se um grande obstáculo para os rizicultores do Mato Grosso, fazendo com que a produção caísse 63,8% e a área plantada, 63%.

Em relação ao trigo, o volume médio produzido entre 2003 a 2006 situou-se em 5,6 milhões de toneladas, o que corresponde a uma taxa média anual de crescimento de 11% e a uma taxa acumulada de 51,9%. Em 2003, ocorreu um grande salto na produção de trigo no Brasil (100,8%), isto é, a produção do cultivo passou de 2,9 milhões de toneladas para 5,9 milhões de toneladas. Esse avanço está relacionado fundamentalmente à excelente produtividade da cultura que, devido às condições climáticas, às melhorias no solo e à renovação do material genético, apresentou um crescimento de 67,3%. Além disso, a expansão de 20% da área plantada foi impulsionada pelos altos preços apresentados em 2002 quando o câmbio atingiu R\$ 3,80/ US\$1,00, possibilitando uma cotação de R\$ 37,00 para a saca de 60 kg. Já nos anos de 2004 e 2005, a produção se manteve no mesmo patamar, com destaque para o aumento de 12% na área plantada em 2005, como forma de compensar a retração da soja no ano anterior e as perdas na segunda safra de milho. Em 2006, a produção e a área plantada sofreram um decréscimo de 30,1% e 25,2%, respectivamente. A reação se deve à dificuldade de comercialização das últimas safras, uma vez que houve uma queda na cotação do produto no mercado interno em consequência do excesso de oferta do grão no mercado nacional.

A cultura do feijão alcançou, entre 2003 e 2006, uma produção média de 3,2 milhões de toneladas. Os dados indicam que, apesar da

diminuição na área de plantio em 1,6% no período, em função principalmente do avanço da soja, a produção atingiu um crescimento de 15,6% no mesmo intervalo de tempo, o que significa um acréscimo médio anual de 3,7%. Em 2003, o avanço de 7,4% na produção do cultivo está essencialmente relacionado ao aumento da produtividade que, graças à tecnologia aplicada, possibilitou um crescimento de 4,7%. Já no ano seguinte, em função das adversidades climáticas e dos preços baixos, a produção reduziu 7,1%, com destaque para a segunda safra que apresentou uma queda de 16,9%. No ano de 2005, novamente a instabilidade climática e os preços baixos pagos aos produtores fizeram com que a primeira e a segunda safra de feijão fossem reduzidas em 10% e 4,9%, respectivamente. Finalmente, no ano de 2006, a produção de feijão no Brasil atingiu uma safra recorde de 3,4 milhões de toneladas, o que acabou trazendo problemas dado que o País precisa encontrar alternativas para escoar 500 mil toneladas excedentes, pois o consumo doméstico não ultrapassa 3,05 milhões de toneladas.

A PECUÁRIA BRASILEIRA

Os dados para a pecuária brasileira apontam uma produção média anual de carne bovina de 8,9 milhões de toneladas, o que representa uma expansão de 39,1% no período e 8,6% ao ano. O segmento de carnes de aves produziu 8,6 milhões de toneladas em média, com uma expansão anual de 4,6%, totalizando no período um avanço de 19,6%. Já a carne suína atingiu uma produção média de 2,7 milhões de toneladas entre 2003 e 2006, o que significa um recuo de 0,3% no quadriênio. Este declínio se deve ao baixo consumo da carne suína no mercado interno e ao embargo implantado pela Rússia, o que provocou uma queda da produção nos anos de 2003 e 2004 na magnitude de 6,1% e 0,7%, respectivamente.

Os dados da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) mostram que, de janeiro de 2003 a outubro de 2006, as exportações do complexo da carne bovina avançaram 74,8%, sendo que em 2004 as exportações em volume atingiram 925,1 mil toneladas, representando uma elevação de 49,2% em relação a 2003. Este resultado é decorrente do embargo à carne americana após a detecção de um caso do mal da vaca louca no final de 2003 e da conquista de novos mercados para a carne brasileira.

Em relação à carne de aves e à carne suína, foram exportados em média, no mesmo período, respectivamente, 209,5 milhões de toneladas e 79,8 milhões de toneladas, o que representa avanços de 12,6% e 1,47% ao ano. Destaca-se que, no ano de 2006, as exportações de carne de aves foram reduzidas em 10,94% devido à grande incidência de casos de gripe influenza aviária na Ásia e na Europa, o que acabou diminuindo o consumo mundial da carne.

1.1.3 O SETOR DE SERVIÇOS NO BRASIL

O setor de serviços cresceu 0,61% em 2003, 3,32% em 2004, 2,03% em 2005. Para 2006, o IPEA projeta taxa de 2,30%. O desempenho de 2003 refletiu a retração da atividade industrial durante o ano,

ressaltando os declínios nos segmentos de comércio, transportes e outros serviços e o crescimento discreto nos demais subsetores. No ano de 2004, o setor terciário apresentou desempenhos positivos em todos os seus componentes, em especial o comércio (7,9%) e os transportes (4,9%). Os segmentos outros serviços e instituições financeiras também mostraram crescimentos elevados de 5,6% e 4,3%, respectivamente. Já em 2005, o crescimento do setor evidenciou o comportamento favorável dos segmentos comércio e transportes, que apresentaram crescimentos respectivos de 3,3% e de 3,2%. No mesmo sentido, registraram-se aumentos nos segmentos aluguéis, 2,5%, instituições financeiras, 2,4%, serviços de administração pública, 1,7%, outros serviços, 1,3%, e comunicações, 0,1%. Para 2006, é previsto um crescimento de 2,4%, com destaque para o comércio (3,7%) e transportes (3,0%).

1.1.4 BALANÇO DE PAGAMENTOS

O desempenho das contas externas brasileiras no período apresenta uma trajetória positiva sólida, embora o excepcional resultado superavitário do balanço de pagamentos em 2003, de US\$ 8.496 milhões não conseguiu ser igualado nos dois anos seguintes. Em compensação, para o ano de 2006 vislumbra-se uma perspectiva bastante favorável à superação daquele resultado, na medida em que os nove primeiros meses acumulam um superávit externo de US\$ 18.467 milhões, o que corresponde a uma elevação de 159,2% sobre igual período de 2005, devido principalmente ao aumento do superávit comercial e à reversão do déficit na conta de capital.

Nas transações correntes, após interromper uma série de déficits, o superávit de US\$ 4.177 milhões obtido em 2003 foi superado nos dois anos seguintes: US\$ 11.679 milhões em 2004 e US\$ 14.193 milhões em 2005. Até setembro de 2006, o superávit em transações correntes já atinge um valor de US\$ 10.136 milhões, o que representa uma redução de 7,9% em relação ao mesmo período de 2005.

A balança comercial do País determina o resultado positivo das transações correntes, cujo resultado superavitário de US\$ 24.794 milhões em 2003 foi ampliado para US\$ 33.641 milhões em 2004 e US\$ 44.748 milhões em 2005. Nos primeiros nove meses de 2006, o superávit atingiu um montante de US\$ 33.974 milhões, superando o resultado positivo do mesmo período do ano anterior em 4,1%. O incremento contínuo do superávit comercial entre janeiro de 2003 e setembro de 2006 sustentou-se através de uma forte expansão das exportações acompanhada de um crescimento sólido das importações, embora em um ritmo ligeiramente inferior. Os principais parceiros comerciais do Brasil no período foram União Européia, Estados Unidos e Argentina, cuja participação relativa nas exportações alcançou, respectivamente, 24,2%, 19,4% e 7,6%, e nas importações, 25,7%, 18,8% e 8,9%.

As vendas de mercadorias ao exterior saltaram de um montante de US\$ 73.084 milhões no ano de 2003 para US\$ 96.475 milhões em 2004 e US\$ 118.308 milhões em 2005, o que significa um crescimento de quase 62% em dois anos. De janeiro a setembro de 2006, foram alcançados US\$

100.712 milhões em exportações, superando em mais de 16% o valor atingido em igual período do ano anterior. O aumento persistente das exportações é creditado principalmente ao quantum, que teve crescimento superior ao dos preços no período.

A pauta de exportações, adotando o critério de fator agregado, manteve-se praticamente inalterada ao longo do período analisado: cerca de 30% correspondem a produtos básicos, 14% a produtos semimanufaturados e 56% a produtos manufaturados. Por produto, no primeiro grupo, destacam-se as vendas de minérios de ferro, soja em grão e óleos brutos de petróleo; no segundo grupo, açúcar bruto de cana, ferro, aço e pastas químicas de madeira; e no terceiro, automóveis e suas partes, aviões, produtos laminados e calçados.

Pelo lado das importações, o gasto de US\$ 48.305 milhões pelo País em 2003 foi ampliado para US\$ 62.813 milhões no ano seguinte, implicando uma elevação de um pouco mais de 30%. Em 2005, novo patamar foi atingido com um montante de US\$ 73.592 milhões, o que corresponde a um crescimento de 17,1% nas aquisições externas de mercadorias. Para 2006, os dados disponíveis em setembro apontam para um incremento de 23,4% em comparação com os primeiros nove meses de 2005. Analisando o desempenho das importações por categoria de uso final, percebe-se que no período não foram observadas alterações na pauta. Logo, manteve-se uma participação média de bens de capital em 20,5%; de bens de consumo em 11% e de bens intermediários, inclusive combustíveis e lubrificantes, em 68,5%. Dentro do primeiro grupo, destacam-se as importações de maquinaria industrial e seus acessórios e aparelhos de escritório; nos segundos, produtos farmacêuticos, produtos alimentícios e objetos de uso pessoal; e nos últimos, combustíveis e lubrificantes, produtos químicos, produtos minerais, acessórios de equipamentos de transporte e produtos agropecuários.

A ampliação do superávit nas transações correntes no período resistiu a uma trajetória de resultados negativos crescentes na balança de serviços, provocada por sucessivos e acentuados desequilíbrios nos serviços financeiros. Assim, o saldo deficitário de US\$ 23.483 milhões na balança de serviços em 2003 foi ampliado para US\$ 25.198 milhões em 2004, ou seja, uma elevação de 7,3%. No ano seguinte, o déficit aumentou em cerca de 35,4%, atingindo um valor de US\$ 34.113 milhões. Os dados relativos aos nove primeiros meses de 2006 mostram um déficit de US\$ 27.053 milhões, o que significa um incremento de 11,7% sobre o mesmo período de 2005. Conforme foi dito, o desempenho preocupante da balança de serviços no período encontra explicação em seu componente financeiro, uma vez que o déficit deste contribui, em média, com 74,2% do saldo negativo registrado da balança de serviços no período.

A conta de capital apresentou uma tendência de piora nos primeiros três anos, sendo parcialmente compensada em 2006. De fato, o superávit obtido em 2003, de US\$ 5.111 milhões, deu lugar a dois déficits anuais seguidos: US\$ 7.523 milhões em 2004 e US\$ 9.593 milhões em 2005. No período compreendido de janeiro a setembro de 2006, a conta de capital apresentou um saldo positivo acumulado de US\$ 9.543 milhões, em

contraposição ao déficit de US\$ 3.813 milhões no mesmo período do ano anterior. Neste, os elevados compromissos financeiros com o exterior explicam a deterioração do saldo na conta de capital, enquanto que o superávit em 2006 emerge como resultado da recuperação da credibilidade do País no exterior, ou seja, na captação de financiamentos externos. Tanto no primeiro como no segundo período, o comportamento do Investimento Direto Estrangeiro não foi importante para a determinação do saldo final.

1.1.5 INDICADORES DE PREÇOS NO BRASIL

Quanto à estabilidade monetária, os esforços da política econômica mostraram-se bastante eficazes no período. Os principais indicadores de preços no País apontam taxas inflacionárias menores ao término do período em relação àquelas verificadas no início. Em especial, os diferentes índices de preços ao consumidor são os que melhor expressam os resultados positivos no controle da inflação, à medida que revelam uma tendência declinante entre 2003 e meados de 2006. É o caso do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA), medido pelo IBGE, o qual analisa a variação dos preços para famílias com rendimentos mensais entre 1 e 40 salários mínimos. No período em questão, foram registradas as seguintes taxas anuais: 9,3% em 2003, 7,6% em 2004; 5,69% em 2005 e 3,02% observada entre dezembro de 2005 e novembro de 2006.

Outro tipo de indicador, como o Índice Geral de Preços Disponibilidade Interna (IGP-DI), medido pela Fundação Getúlio Vargas e composto pelas variações de preços do Índice de Preços por Atacado – Disponibilidade Interna (IPA-DI) com peso de 60%, do Índice de Preços ao Consumidor – Brasil (IPC-Br) com peso de 30% e do Índice Nacional do Custo da Construção (INCC) com peso de 10%, sustenta taxas anuais comparativamente inferiores ao IPCA, mas sem apontar uma tendência de queda nítida. A trajetória do IGP-DI mostra uma taxa de inflação de 7,67% em 2003, 12,14% em 2004, 1,22% em 2005 e 3,59% observada entre dezembro de 2005 e novembro de 2006.

A taxa de inflação mais elevada no primeiro ano segundo os dois Índices capturou o efeito combinado do forte reajuste das tarifas de serviços públicos e do aumento de preços no item alimentação. Tais eventos repercutiram mais diretamente sobre o IPCA que sobre o IGP-DI, devido à metodologia específica de cálculo de cada um. Enquanto o primeiro Índice representa a variação de preços suportada pelo consumidor na aquisição de bens e de serviços em diferentes segmentos do comércio varejista, cujo mercado sofre pouca exposição à competição internacional, ou seja, a influência do preço dos produtos importados, o segundo Índice captura a variação de preços mais concentrada nos segmentos do comércio atacadista, os quais recebem um forte impacto dos preços praticados nos mercados internacionais na formação de preço dos mesmos oferecidos no mercado doméstico. Não é à toa, portanto, que o IPCA viesse a apresentar uma taxa superior ao IGP-DI. Em 2004, a situação se inverte e o IGP-DI revela uma taxa superior à taxa de inflação registrada pelo IPCA. A tendência de alta nos preços praticados pelo comércio atacadista, influenciada basicamente pelo incremento nos preços internacionais das commodities produzidas e consumidas no mercado doméstico, constituiu o

principal fator de alimentação da inflação no ano, comprometendo assim, o indicador mais voltado a mensurar o comportamento dos bens comercializáveis com o exterior, como é o caso do IGP-DI.

A interrupção do incremento de preços internacionais das commodities e a apreciação cambial promoveram uma queda mais acentuada do IGP-DI que do IPCA em 2005. Acrescente-se a esses dois fatores, um terceiro: a elevação de quase 9% nos preços monitorados pelo Governo das tarifas de serviços públicos, cujo impacto negativo atinge fortemente o IPCA.

Embora persistindo o contexto de apreciação cambial nos primeiros nove meses de 2006 - o que contribui com uma pressão favorável à elevação nos preços praticados pelo setor de serviços -, a estagnação relativa da demanda doméstica neutralizou uma possível tendência de crescimento do IPCA. Por outro lado, a trajetória ascendente nos preços de algumas importantes commodities agropecuárias e metálicas, como soja, milho, carne bovina e minério de ferro, vem determinando o comportamento da inflação ao longo do ano. Assim, percebe-se em 2006 o retorno do cenário verificado dois anos antes, ou seja, a continuação da trajetória de queda da taxa de inflação medida pelo IPCA e um repique da taxa de inflação medida pelo IGP-DI.

1.2 PANORAMA ECONÔMICO DO RIO GRANDE DO SUL

Se o comportamento da economia brasileira no período é avaliado como de crescimento insuficiente, o cenário regional pode ser considerado de maior gravidade. Além das enormes restrições vigentes ao crescimento do País, o Estado contou com fatores de restrição específicos, como a ocorrência de uma forte estiagem e a elevação temporária de alíquotas de ICMS de alguns produtos para o ano de 2006. Em especial, a estiagem e os efeitos da valorização cambial foram determinantes para a recessão verificada na economia gaúcha em 2005.

Assim, a evolução do Produto Interno Bruto do Rio Grande do Sul entre 2003 e 2006 revelou perda de dinamismo da economia gaúcha, cuja trajetória declinante observada nos três primeiros anos (4,8% em 2003, 3,4% em 2004 e -5,2% em 2005) conseguiu ser revertida em 2006, mediante uma expansão de tão somente 2,7%¹². Com isso, a taxa acumulada de crescimento no período atingiu 5,5% , o que corresponde a uma taxa média anual de 1,3%.

A desaceleração da atividade econômica no Estado determinou uma certa estagnação na contribuição da economia gaúcha na formação da riqueza do País, mensurada em termos de participação relativa do PIB do Rio Grande do Sul no PIB brasileiro: 8,2% em 2003, 8,1% em 2004, 7,5% em 2005 e 7,8%¹³ em 2006.

1.2.1 A INDÚSTRIA GAÚCHA

¹² Conforme estimativa da FEE.

¹³ Previsão.

A indústria gaúcha também obteve um desempenho insatisfatório no período, principalmente nos dois últimos anos. Entre 2003 e 2006, o PIB industrial evoluiu tão somente 3,1%, o que significa uma taxa média anual de crescimento de 0,8%¹⁴. Quanto à produção física da indústria de transformação, o índice encontrado em outubro de 2006 expressa uma queda acumulada de 0,2% a contar de janeiro de 2003, considerando uma retração de 2,5% nos dez primeiros meses de 2006 em comparação com igual período do ano passado.

O setor industrial experimentou recuperação em sua presença na formação do Valor Adicionado Bruto do Estado entre 2003 e 2005 em comparação com o período mais recente. No primeiro ano, a participação relativa da indústria alcançou 40,3%. Nos anos seguintes, registrou-se um salto para o patamar de 44%- mais precisamente, 44,9% em 2004 e 44,5% em 2005, o mais elevado desde 1994.

O contexto de estagnação da indústria em geral resulta de um comportamento assimétrico entre as diferentes atividades que compõem a indústria de transformação. Assim, enquanto algumas acompanham e acentuam a trajetória negativa da produção industrial, outras atingem resultados bastante superiores no período compreendido entre janeiro de 2003 e outubro de 2006. Entre as primeiras, podemos destacar Calçados e Artigos de Couro (-13,9%), Máquinas e Equipamentos (-13,6%) e Mobiliário (-6,4%). Entre as últimas, encontram-se principalmente Veículos Automotores, Borracha e Plástico e Bebidas, com taxas acumuladas de crescimento de 31,2%, 25,1% e 24,0%, respectivamente.

Tamanha disparidade de desempenho encontra explicação no surgimento de fatores favoráveis e de fatores prejudiciais ao conjunto de atividades industriais, cujo impacto repercutiu diferentemente sobre cada uma ao longo do período. Dessa maneira, as variáveis explicativas mais relevantes que acabaram por determinar a retração de 0,3% na produção física da indústria de transformação do Rio Grande do Sul no ano de 2003 foram a massa salarial em queda e a demanda externa aquecida. Enquanto a dinâmica de crescimento de algumas indústrias sofre maior influência da primeira variável, em outras predominam os efeitos da segunda. Por um lado, encontram-se as atividades industriais Mobiliário, Fumo e Calçados e Artigos de Couro, cujas taxas negativas foram, respectivamente, de -9,6%, -5,7% e -1,6% no ano. Embora tradicionalmente dependentes da evolução das exportações, o comportamento das duas últimas foi prejudicado por eventos específicos: quebra na safra de fumo e estagnação do mercado consumidor norte-americano, responsável pela maior parte das vendas externas de calçados gaúchos. Por outro lado, as atividades industriais que apresentaram os melhores resultados no ano foram Borracha e Plástico, Celulose, Papel e Produtos de Papel e Máquinas e Equipamentos, com taxas de expansão de, respectivamente, 13,3%, 12,5% e 11,1%, impulsionadas pelo salto das exportações.

Em 2004, foi observada uma importante reativação na produção

¹⁴ Considerando uma estimativa de queda do PIB industrial de 1,3% em 2006 pela FEE.

da indústria de transformação gaúcha, com uma taxa positiva de 6,4% sobre o ano anterior, a qual lhe garante o melhor resultado no período analisado. A demanda externa ainda crescente e a recuperação do mercado consumidor regional e nacional constituíram os principais estímulos à oferta industrial. Porém, a apreciação cambial e a frustração da safra agrícola foram as suas maiores restrições. As atividades industriais com taxas de crescimento acima da média, beneficiadas pela forte elevação das vendas externas, foram Fumo (26,8%), Veículos Automotores (21,7%), Máquinas e Equipamentos (16,8%), e Mobiliário (12,1%). Outras atividades com desempenho superior foram Metalurgia Básica (14,6%) e Borracha e Plástico (13,3%), devido à evolução positiva da demanda doméstica. Os resultados menos expressivos ficaram por conta das atividades industriais cujo desempenho em muito depende da disponibilidade de insumos, como Alimentos (-0,3%), e do preço internacional vis-à-vis custo de produção, como Calçados e Artigos de Couro (0,7%) e Celulose, Papel e Produtos de Papel (1,6%).

O ano de 2005 apresentou novamente uma retração na produção da indústria de transformação, desta vez na ordem de -3,5%. Com exceção das atividades Alimentos, Refino de Petróleo e Álcool e Edição, Impressão e Reprodução de Gravações, as onze restantes alcançaram taxas negativas. Entre estas, merecem destaque Máquinas e Equipamentos (-19,1%), Mobiliário (-11,3%), Borracha e Plástico (-7,2%) e Calçados e Artigos de Couro (-5,2%). Um novo episódio de seca no território gaúcho e a manutenção da tendência desfavorável do câmbio associada com a contenção da demanda doméstica e a elevação de alíquotas do ICMS sobre alguns produtos e serviços promoveram um conjunto de fatores adversos à produção industrial. As atividades Mobiliário e Calçados e Artigos de Couro tiveram seu comportamento mais afetado pela apreciação cambial e pelo mercado doméstico estagnado; Máquinas e Equipamentos também foi prejudicada pela apreciação cambial, mas acrescida do efeito da estiagem, enquanto que a atividade Borracha e Plástico foi inibida principalmente pela estagnação do mercado consumidor doméstico.

Os dados parciais disponíveis para 2006 apontam a continuidade do resultado no ano anterior, ou seja, encolhimento da produção industrial no Rio Grande do Sul. Assim, no período de janeiro a outubro, a produção física da indústria de transformação decresceu 2,5% em relação aos dez primeiros meses de 2005. Contudo, percebe-se um arrefecimento da trajetória de queda da indústria de transformação gaúcha no segundo semestre de 2006.

As variáveis relevantes que explicaram o desempenho da indústria no ano anterior se fazem presentes em 2006, quais sejam: endividamento do setor primário, apreciação cambial, contenção da demanda doméstica e carga tributária [federal] elevada. Das quatro atividades industriais que apresentaram maiores quedas no ano anterior, três delas mantêm-se em condição adversa em 2006: Máquinas e Equipamentos (-17,8%), especialmente na produção de colheitadeiras; Calçados e Artigos de Couro (-8,3%), principalmente devido à baixa produção de tênis de couro, e Fumo (-7,8%), por força do excesso de oferta no mercado internacional. Por sua vez, Borracha e Plástico vem

demonstrando uma importante recuperação, mediante um crescimento de 5,0% nos meses de janeiro a outubro de 2006, após a obtenção de um desempenho negativo de 7,2% em 2005.

Além desta última atividade industrial, outros destaques positivos nos primeiros dez meses de 2006 ficam por conta de Bebidas (7,9%), Alimentos (6,3%), Celulose, Papel e Produtos de Papel (4,3%), especialmente no processamento de carnes bovinas, Veículos Automotores (4,3%), devido à produção de carrocerias de ônibus, e Mobiliário (4,1%).

1.2.2 A AGROPECUÁRIA GAÚCHA

A análise do valor adicionado bruto da agropecuária gaúcha no período de 2003 a 2006 indica que o setor apresentou um desempenho oscilante. Enquanto que em 2003 o produto da agropecuária do Rio Grande do Sul cresceu 21,1%, nos anos de 2004 e 2005, o PIB setorial recuou 3,3% e 17,5%, respectivamente. Já em 2006, projeta-se um crescimento de 19,9%. A oscilação verificada está de acordo com as descontinuidades apresentadas ao longo desta década, entre as quais destacam-se a estiagem no ano de 2000, a safra excepcional da lavoura em 2001 e, finalmente, a retração em 2002, em virtude dos preços baixos do milho verificados no ano anterior e da frustração em relação à colheita da soja.

A estrutura do produto do setor primário, por sua vez, aponta uma estabilidade na participação da agropecuária no VAB da economia gaúcha de 14,0%, levando em consideração os últimos 10 anos (1996-2005). O grande destaque do quadriênio foi o ano de 2003, em que o setor alcançou uma participação histórica de 18,7% no produto do Rio Grande do Sul.

A LAVOURA GAÚCHA

A lavoura gaúcha mostrou um desempenho igualmente oscilante no período de 2003 a 2006. Após o crescimento significativo na produção em 2003, isto é, 27,8%, este subsetor da agricultura recuou 2,1% em 2004 e 21,1% em 2005. Para 2006, a Fundação de Economia e Estatística (FEE) estima um aumento dos produtos da lavoura de 27,2%. A queda de produção apresentada nos anos de 2004 e 2005 está fundamentalmente relacionada à forte estiagem que atingiu o Estado, de tamanho impacto que 2005 pode ser considerado o ano de pior desempenho da agropecuária gaúcha desde 1991. Em 2006, as principais lavouras, com exceção do trigo, não enfrentaram grandes perturbações climáticas, permitindo assim, uma recuperação da produção agrícola no Estado.

Para o quadriênio analisado, as taxas de crescimento dos principais produtos da lavoura gaúcha foram reunidas em três grupos: as de notável desempenho¹⁵, as que cresceram, porém, abaixo da média¹⁶ e, por

¹⁵ O primeiro grupo apresentou desempenho superior à média de crescimento dos 14 principais produtos da lavoura no Estado, isto é, as taxas médias anuais de crescimento da produção foram superiores a 4,1% enquanto que as taxas acumuladas situaram-se acima de 17,5%, no período de 2003 a 2006.

último, as que mostraram quedas¹⁷.

Pelo critério exposto, o primeiro grupo é constituído pelo fumo, soja, e arroz. O fumo foi o produto que registrou maior taxa média de crescimento, cerca de 8,6% ao ano, o que representou uma taxa de expansão de 39,1% no período. O grande avanço do fumo no Rio Grande do Sul a partir da safra de 2003/2004 – resultado do aumento de quase 50% no volume produzido, de 16,7% na área colhida e de 28,5% no rendimento médio – está estritamente relacionado com a retração nas exportações do Zimbábue, um importante vendedor no comércio internacional, e à excepcional qualidade do fumo brasileiro. Entretanto, na safra 2004/2005, apesar da área colhida ter se expandido em 5,6%, os problemas climáticos fizeram com que a classificação da qualidade do fumo fosse reduzida e, conseqüentemente, os preços médios pagos aos produtores. Adicionalmente, a queda do dólar frente ao real, os estoques internacionais elevados e a indefinição sobre o futuro da produção de fumo no Brasil têm sido barreiras importantes à continuidade de abundantes safras apresentadas nos últimos três anos pelo Estado.

A soja obteve o segundo melhor desempenho na produção da lavoura gaúcha no período de 2003 a 2006, com uma taxa média anual de crescimento de 7,7%, o que permitiu um acréscimo de 34,7% no período. Em 2003, fatores como a forte valorização das cotações internacionais dos produtos do complexo da soja, o efeito da limitação dos estoques do cultivo nos Estados Unidos, a desvalorização do real frente ao dólar e o elevado nível tecnológico alcançado, possibilitaram uma safra recorde de soja de 9,6 milhões de toneladas. Já em 2004 e 2005, a quebra da produção de soja em torno de 42,1% e de 55,9%, respectivamente, deve-se tão somente à redução dos rendimentos físicos da colheita. Em outras palavras, a diminuição do volume produzido de soja em 2004 e 2005 foi ocasionada pela perda de produtividade da lavoura, uma vez que as áreas de colheita mantiveram-se elevadas em 3.968.530 hectares (2004) e 3.733.822 (2005) hectares. Além do problema da estiagem, em 2005, as exportações de soja no Rio Grande do Sul também sofreram com a queda dos preços externos, fundamentalmente pela elevação de produção de dois grandes concorrentes do Brasil: a Argentina e os Estados Unidos. Em 2006, a produção da oleaginosa alcançou 7,6 milhões de toneladas. Este resultado, que está bem à frente da safra 2004/05 e que também é superior à média dos últimos cinco anos, foi impulsionado pelos ganhos de produtividade, que cresceram 198,8% no ano.

O arroz sustentou, durante o intervalo de 2003 a 2006, a terceira melhor performance entre os produtos analisados. A taxa média de crescimento do volume produzido situou-se em 5,4%, representando uma taxa acumulada de 23,7%. No primeiro ano, as chuvas durante todo o período de plantio acabaram comprometendo o cultivo do grão, sendo que o recuo de sua produção foi de 14,4%. Conseqüentemente, o rendimento

¹⁶ O segundo mostrou taxas anuais de crescimento no quadriênio entre 0,4% e 3,8% e taxas de crescimento acumuladas entre 1,6% e 16,1%.

¹⁷ O terceiro grupo exibiu, no quadriênio, taxas anuais de crescimento entre - 0,8% e - 10,6% e taxas de crescimento acumuladas entre - 3,0 % e -36,1 %.

médio do arroz no Estado ficou bem abaixo da média histórica, ou seja, 4.883 quilogramas por hectare. Já em 2004 e 2005, o arroz, que em sua maioria é produzido em áreas irrigadas no Estado, não sofreu tão profundamente com a seca quanto a soja, o que ocasionou bons índices de produção (6,3 milhões de toneladas em 2004 e 6,1 milhões de toneladas em 2005), área colhida (1.044.124 hectares colhidos em 2004 e 1.005.874 hectares colhidos em 2005) e rendimento médio (6.070 kg/ha em 2004 e 6.068 kg/ha em 2005). Em 2006, embora o volume produzido tenha crescido 11,2% e a área colhida, 1,7%, os produtores enfrentaram dificuldades com os preços recebidos por seu produto. Desde o pico alcançado em janeiro de 2004, isto é, R\$ 38,68 para a saca de 50Kg, o produto perdeu 53,6% do preço, sendo que o menor valor comercializado foi em maio de 2006, quando o grão atingiu um valor mínimo de R\$ 16,20 para a saca de 50 Kg.

O segundo grupo foi formado pelo milho, cana-de-açúcar, uva, banana e mandioca. O milho apresentou oscilações bastante amplas no período de 2003 a 2006. Isto é, a cultura mostrou taxas de crescimento expressivas do volume produzido em 2003 (39,1%) e em 2006 (205,1%) e reduções bruscas em 2004 (37,77%) e 2005 (56,02%). Estas últimas são decorrentes da diminuição da área produzida pela expansão da soja e da estiagem que atingiu o Estado nos dois anos. Observa-se que, em 2006, a produção do milho exibiu uma virtuosa elevação basicamente em função do péssimo desempenho do cultivo em 2005. Dessa forma, no intervalo, a taxa acumulada de crescimento foi de 16,1%, enquanto que a taxa média anual de crescimento situou-se em 3,8%.

A cana-de-açúcar e a uva, por sua vez, apresentaram desempenhos semelhantes no que diz respeito às taxas de crescimento no quadriênio. As duas culturas obtiveram taxas médias anuais de crescimento de 2,1% e de 2,3% e taxas acumuladas de 8,5% e 9,4%, respectivamente. Contudo, a uva ganha destaque na expansão da área de colhida, isto é, exibiu um aumento de 20,8% no período, ficando atrás apenas do fumo (47,49%) e da soja (17,05%) neste aspecto.

Por fim, a banana e a mandioca demonstraram números bem mais modestos no quadriênio, ou seja, a taxa média de crescimento e a taxa acumulada de 2003 a 2006 situaram-se em 0,6% e 2,5% para a banana e em 0,4% e 1,6% para a mandioca, respectivamente. Estes resultados estão essencialmente relacionados ao baixo rendimento físico dos dois produtos, uma vez que a área colhida foi ampliada, no período, em 4,2% para a banana e em 4,4% para a mandioca, enquanto que o rendimento médio decresceu 1,7% para ambos.

O último grupo foi construído pelos produtos que apresentaram desempenho negativo em relação à taxa média de crescimento e à taxa acumulada entre 2003 a 2006, entre eles, o trigo, o feijão, a batata-inglesa, a cebola, a maçã e a laranja. O grande destaque negativo do quadriênio foi o trigo, que apresentou uma taxa média de retração de 17,7% ao ano, proporcionando no período perdas de 36,1% no volume produzido. Inicialmente, em 2003 e 2004, o cereal obteve avanços significativos em termos de volume produzido, área colhida e produtividade. Estes resultados

estão relacionados à elevação dos preços pagos aos produtores que se verificou desde 2002. Entretanto, no começo de ano seguinte, o excesso de oferta no mercado interno - provocado tanto pela elevação dos estoques nacionais quanto pela manutenção das importações em níveis elevados - determinou uma redução dos preços praticados internamente. Adicionalmente ao excesso de oferta apresentado nas safras anteriores e aos preços baixos, a produção do cereal no Estado foi afetada pela estiagem que se verificou durante a safra de verão. Esses fatores permitiram que em 2005 ocorresse uma redução da produção e área colhida de 32,6% e de 24,9%, respectivamente. No ano seguinte, em função da ocorrência de geadas em agosto e setembro, a produção, a área colhida e o rendimento médio do trigo recuaram significativamente no Estado, o que representou uma diminuição de 48,2%, 30,2% e 25,7%, dos mesmos em relação à safra de 2005, que já havia sido bem menor que a de 2003 e 2004.

Além do trigo, seguindo pela ordem de pior desempenho, ocorreram as seguintes reduções no período: 17,7% para o feijão, 12,7% para a batata inglesa, 9,9% para a cebola, 5,4% para a maçã e 3% para a laranja. Quanto às taxas médias ao ano, as quedas foram de 10,6% para o trigo, 4,8% para o feijão, 3,3% para a batata inglesa, 2,56% para a cebola, 1,38% para a maçã e 0,76% para a laranja. Embora o volume produzido tenha recuado no quadriênio, a batata inglesa, a cebola e o feijão apresentaram elevação em seu rendimento médio, isto é, um crescimento em sua produtividade de 29,9%, 16,4% e 11,4%, respectivamente.

A PECUÁRIA GAÚCHA

Ao longo do período de 2003 a 2006, a produção animal no Rio Grande do Sul progrediu 5,8%. Os dados revelam que, ao contrário da intermitência apresentada na lavoura do Estado, o subsetor mantém uma evolução positiva, isto é, o produto da pecuária exibiu avanços durante todo o quadriênio: cresceu 1,9 % em 2003, 2,4 % em 2004, 0,4% em 2005 e 1,0%, em 2006.

Entre 2003 a 2006, ocorreram incrementos nas produções de mel (45,56%), aves (11,69%), ovos (9,51%), leite (7,93%), e redução na produção de lã (-9,17%).

Os dados da pecuária de corte mostram, por sua vez, que no período de janeiro de 2003 a abril de 2006, o volume de abates de bovinos, de ovinos, de aves e de suínos avançou significativamente, isto é, 70,4%, 20,9%, 9,0% e 5,4%, respectivamente. Entretanto, o excepcional desempenho da pecuária do Rio Grande do Sul no período deve ser analisado levando em consideração a situação crítica do setor entre 2001 e 2002, em que a incidência da febre aftosa no rebanho do Estado acabou prejudicando as vendas e conseqüentemente o número de abates, entre eles o abate de bovinos, ovinos e suínos.

Entre os destaques positivos ressaltam-se os números de bovinos abatidos nos anos de 2004 e 2005: 1,671 e 1,721 milhão de cabeças, respectivamente, sendo que em 2004, o incremento em relação ao ano anterior foi da ordem de 35,6%. Contudo, vale salientar também a redução

gradual no número de ovinos abatidos nos últimos anos. Enquanto que entre 1998-2000 a média de abates foi de 191.807 animais, em 2003-2005, esta mesma média ficou estabelecida em 102.064 animais, ou seja, uma queda de 46,8% nos abates.

1.2.3 O SETOR GAÚCHO DE SERVIÇOS

O setor terciário cresceu 1,2% em 2003, 2,4% em 2004, em 2005 recuou 0,5% e em 2006 o crescimento foi de 2,2%. Quanto à participação do setor terciário no valor adicionado bruto estadual, nos dois primeiros anos do período manteve-se a tendência de queda observada a partir de 2000: 40,99% em 2003 e 39,12% em 2004. Porém, em 2005 o setor de serviços voltou a aumentar a sua participação na economia gaúcha (44,0%), retornando aos patamares observados no início da década.

A reversão em 2005, que rompeu uma trajetória de resultados positivos desde 1991, deve-se à convergência de uma série de fatores. Primeiramente, pode-se creditá-la aos resultados negativos da indústria e da agropecuária no ano, que em razão da própria composição do setor terciário, possui atividades que em sua maioria são complementares aos demais setores. Além disso, dada a importância do comércio na composição dos serviços (22%) e seus vínculos dependentes do mercado interno, a baixa performance de 2005 pode ser explicada pela queda do poder aquisitivo da população, conseqüência do desemprego, dos juros altos e das baixas taxas de investimento. Também concorreram para isso a redução da massa de rendimento no campo, associada à estiagem, e na região metropolitana, associada ao desemprego provocado pelos efeitos do câmbio valorizado.

Analisando por ano, o comércio cresceu 0,3% em 2003, 3,4% em 2004 e decresceu 2,5% em 2005. Comparando com o resto do País, enquanto no Brasil, o volume de vendas no varejo cresceu 20,13% de janeiro/2003 a junho/2006, no Rio Grande do Sul, o crescimento foi inferior: 6,17%.

Destaca-se também a queda de 11,0% nos serviços de transportes e armazenagem em 2005 em razão da estiagem ocorrida naquele ano e o crescimento em 2004 dos subsetores alojamento e alimentação (8,5%) e comunicações (7,1%) que se beneficiaram do aquecimento da economia no ano. Em 2006, a maioria das atividades teve bom desempenho: transportes e armazenagem (4,7%), comércio (3,4%) e administração pública (1,1%).

1.2.4 RELAÇÕES COMERCIAIS DO RIO GRANDE DO SUL COM O EXTERIOR

O setor externo da economia gaúcha obteve melhores resultados no período que aqueles apresentados pelo restante de sua atividade econômica. A evolução da balança comercial do Rio Grande do Sul acumula um saldo positivo de US\$ 15.349 milhões de janeiro de 2003 a outubro de 2006. Com exceção de 2004, cujo saldo positivo atingiu um montante de

US\$ 4.588 milhões, nos demais anos o superávit da balança comercial mantém-se relativamente estável: US\$ 3.823 milhões em 2003, US\$ 3.762 milhões em 2005 e US\$ 3.748 em 2006¹⁸.

Este comportamento estacionário diverge da tendência de crescimento do superávit da balança comercial brasileira no período. A transferência de empresas para outros Estados, a limitação do uso do crédito tributário nas exportações, a quebra de safra em decorrência da estiagem e a baixa competitividade da produção gaúcha no mercado internacional, baseada fortemente na relação preço (US\$)/custos (R\$), são alguns fatores que repercutiram mais desfavoravelmente sobre o setor externo gaúcho, devido à configuração de sua matriz produtiva.

EXPORTAÇÕES

As exportações gaúchas passaram de US\$ 8.013 milhões em 2003 para US\$ 9.879 milhões em 2004 e US\$ 10.454 milhões em 2005, com taxas anuais de crescimento de, respectivamente, 23,3% e 5,8%. Entre janeiro e outubro de 2006, o valor alcançou US\$ 9.732 milhões, o que corresponde a uma ampliação de 13,3% sobre igual período do ano anterior.

A expansão das exportações entre janeiro de 2003 e outubro de 2006 obedece a dois diferentes momentos. O primeiro, entre 2003 e 2005, mostra a variável preço como principal explicação, uma vez que esta cresce 69%, enquanto o quantum observa uma retração de 22,8%. O segundo momento, a partir de 2006, destaca a variável quantum, a qual eleva-se 40,6% entre janeiro-outubro e os dez primeiros meses de 2005, enquanto o preço sofre uma queda de 19,4%.

Embora o Rio Grande do Sul tivesse obtido um bom desempenho exportador, sua taxa de crescimento ficou bem abaixo da equivalente para o Brasil (45,7% contra 86,1% entre 2003 e 2006)¹⁹. Em consequência, a importância das exportações gaúchas no contexto nacional apresentou tendência declinante no período analisado. Em 2003, a participação relativa do Rio Grande do Sul nas vendas externas do Brasil alcançou 10,9%, o que lhe permitiu colocar-se na segunda posição entre os Estados da Federação. No ano seguinte, sua contribuição à atividade exportadora do Brasil decresceu para 10,2%, cedendo a condição de segundo pólo nacional para Minas Gerais, este já com 10,4% do total exportado pelo País. Novas quedas registradas em 2005 e nos dez primeiros meses de 2006 asseguraram, respectivamente, uma participação gaúcha de 8,8% e 8,6%, mantendo-o atrás do Estado mineiro, cujas taxas de 11,4% e de 11,3% sobre as exportações brasileiras em 2005 e 2006 (até outubro) demonstram um desempenho superior.

¹⁸ Este dado resulta de uma estimativa de manutenção das taxas de crescimento das exportações e das importações verificadas durante os dez primeiros meses de 2006 em relação a igual período do ano anterior (13,3% e 20,9%, respectivamente) para os meses de novembro e dezembro.

¹⁹ Para 2006, as exportações gaúchas foram estimadas em US\$ 11.678 milhões e as exportações brasileiras em US\$ 136.044 milhões.

Em relação à pauta de exportações do Rio Grande do Sul, as mercadorias mais comercializadas em todos os anos observados foram fumo não-manufaturado, calçados de couro e soja, cuja participação média anual entre 2003 e 2006 (até outubro) foi, respectivamente, de 9,4%, 8,4% e 6,1%. Entretanto, todas as três apresentaram uma queda na participação relativa entre o início e o fim do período: fumo não manufaturado com -8,6%; calçados de couro, -31,5%; e soja, -41,6%.

A análise por categorias de uso final permite concluir que não houve alterações significativas na composição da pauta de exportações do Rio Grande do Sul ao longo do período. Os bens intermediários (exclusive combustíveis e lubrificantes) foram aqueles que contribuíram de forma mais intensa com a exposição de produtos gaúchos nos mercados internacionais. Sua representação média na pauta de exportações entre janeiro de 2003 e outubro de 2006 alcançou 53,2%, seguidos de importância pelos bens de consumo com 32%. Bens de capital alcançou uma presença tímida de 12,6%, enquanto combustíveis e lubrificantes, embora de pouca expressão na participação relativa, com apenas 0,8%, tenha obtido a maior taxa de crescimento na representação média, saindo de 0,1% em 2003 para 1,7% em janeiro-outubro de 2006, devido à escalada no preço internacional do petróleo.

Também em termos de exportações por fator agregado não foram constatadas alterações na composição da pauta. Os produtos manufaturados são significativamente os mais representativos, atingindo uma participação média no período de 53,7%. Por sua vez, os produtos básicos mostraram uma contribuição de 34,6% no período, enquanto os produtos semimanufaturados tiveram uma presença média de 11,7%.

Em relação aos principais destinos comerciais, União Européia, Estados Unidos, Argentina e China constituíram, nessa ordem, os principais clientes de produtos gaúchos nos últimos quatro anos, atingindo uma participação média, respectivamente, de 19%, 18,8%, 9,2% e 6,5%. Porém, os dois primeiros apresentaram uma trajetória de queda na sua importância enquanto mercado comprador entre 2003 e os dez primeiros meses de 2006: a União Européia detinha 20,7% de representação no primeiro ano e encerra com 18,4% no último período; os Estados Unidos atingiam 22,2% no primeiro ano e somente 15,4% de representação em janeiro-outubro de 2006. Por outro lado, observa-se presença crescente da Argentina como terceiro principal destino das exportações gaúchas, com uma participação inicial no período de 7,6% e uma participação final de 9,2%. Por sua vez, a China, grande comprador de soja do Estado, mostrou importância decrescente no período: 9% em 2003 e 6,5% em janeiro-outubro de 2006. Esse comportamento pode ser atribuído ao embargo à soja gaúcha pelo país asiático em 2004, paralisando o comércio internacional do grão para o País, e à quebra de safra pela estiagem no ano seguinte. No entanto, os esforços para a reversão desse cenário surtiram efeito. Considerando janeiro/outubro de 2006 em relação a igual período de 2005, as vendas para a China apresentaram crescimento de 124,2%.

Verificou-se também a continuação do processo de concentração das exportações gaúchas nas grandes empresas, sendo que esse processo

se mostrou mais intenso no Estado do que no resto do país. Considerando as 20 principais empresas exportadoras, observa-se que estas alcançaram uma representação média de 43,6% entre janeiro de 2003 e outubro de 2006, enquanto que este mesmo indicador, em nível nacional, expressa 30% para o período.

IMPORTAÇÕES

As importações do Estado avançaram de um montante de US\$ 4.191 milhões, no ano de 2003, para US\$ 5.291 milhões em 2004 e 6.692 milhões no ano seguinte, o que representa um crescimento de 60% em dois anos. De janeiro a outubro de 2006, foram alcançados US\$ 6.657 milhões, um valor 20,9% superior ao mesmo período no ano anterior. Observa-se que o crescimento das importações do Estado em termos de valor comercializado no período (129,2%) é muito superior ao crescimento em termos do volume transacionado (17,0%), o que repercute na elevação do preço dos produtos importados em 95,9%

Em relação ao desempenho das importações por categoria de uso final, percebe-se um crescimento na participação dos combustíveis e lubrificantes de 35,7% em 2003 para 47,2% considerando janeiro a outubro de 2006. Já os bens intermediários, em especial os insumos industriais, apresentaram uma retração em termos de participação sobre o total no período. Enquanto que em 2003, 41,4% dos bens importados se referia aos bens intermediários, no ano de 2006 (janeiro a outubro) essa mesma participação caiu para 28,9%. É importante destacar que o significativo avanço em termos de valores dos combustíveis e lubrificantes foi da ordem de 219,1% de janeiro de 2003 a outubro de 2006. Complementando os setores, os bens de capital e os bens de consumo mantiveram uma participação média estável de 16,1% e 6,0%, respectivamente.

Analisando pelo critério de fator agregado, a pauta de importações manteve grosso modo a mesma estrutura durante o período: os produtos básicos responderam por cerca de 37,3%, os produtos manufaturados por 58% e os semimanufaturados por 5,6%.

Entre os parceiros comerciais do Rio Grande do Sul destacam-se, por sua participação média na pauta de importação no período, Argentina (25,3%), Nigéria (14,5%), Argélia (11,8%) e Estados Unidos (7,9%). Em termos de blocos econômicos, ressalta-se a importância da África (exclusive Oriente Médio) com participação média de 30,7%, Mercosul com 28,4% e União Européia com 14%. Vale salientar que o crescente aumento da participação dos países africanos na pauta de importações gaúchas se deve, sobretudo, ao incremento no preço dos combustíveis²⁰ que subiu 184,9% no período analisado.

Assim como nas exportações, verificou-se no quadriênio um processo de concentração das importações gaúchas nas grandes empresas.

²⁰ NCM 27 – combustíveis minerais, óleos minerais, etc., ceras minerais: óleos brutos de petróleo, naftas para petroquímica e outras naftas

Enquanto que em 2003, as 20 principais empresas importadoras representavam 62,2% do valor importado, entre janeiro a outubro de 2006 essa participação passou para 71%.

The background of the page is a large, semi-transparent image of the flag of Rio Grande do Sul. The flag features a green upper section, a red middle section, and a yellow lower section. In the center of the red section is a white oval containing the state's coat of arms, which depicts a figure holding a staff and a banner, surrounded by a wreath and a sunburst.

2 AS FINANÇAS PÚBLICAS NO RIO GRANDE DO SUL

2. DAS FINANÇAS PÚBLICAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Este documento apresenta as principais informações sobre a gestão fiscal no período 2003-2006 e destaca o cenário financeiro para 2007, enquadrando os números relativos a este período na evolução histórica das contas estaduais, assim como comparando a situação do Rio Grande do Sul com a verificada em outras unidades da Federação. O texto chama a atenção para os desdobramentos da política fiscal da União na situação financeira do Estado.

De modo geral cumpre destacar que a situação das finanças do Estado é, como se tem divulgado amplamente, muito frágil. Apesar dos esforços dos últimos dois governos em implantar políticas gradualistas de ajustamento, o Rio Grande do Sul permanece, de acordo com dados da Secretaria do Tesouro Nacional, como o Estado da Federação com o maior gasto de pessoal em relação a sua Receita Corrente Líquida, com a maior participação de gasto de pessoal com inativos, com o maior nível de endividamento em relação a sua receita corrente líquida, com o pior resultado orçamentário e com a mais baixa taxa de investimento também em relação a sua receita corrente líquida.

Apesar da realização de superávits primários consolidados – nos exercícios de 2004, 2005 e 2006, respectivamente, de R\$ 38 milhões, R\$ 572 milhões, e de R\$ 454 milhões – estes não foram suficientes para garantir a reversão dos déficits orçamentários, que em 2006 alcançou aproximadamente R\$ 900 milhões, já se considerando o ingresso de receita extraordinária de R\$ 250 milhões obtida junto ao Ministério da Educação em 28 de dezembro de 2006. Apenas com esta exclusão, o déficit em 2006 já seria superior a R\$ 1 bilhão, maior do que o de 2005 (R\$ 918 milhões).

Se cotejarmos, de um lado, as reduções de receitas causadas pela não aprovação da manutenção de alíquotas de ICMS sobre produtos e serviços seletivos, os aumentos salariais já concedidos para 2007 e a necessidade de pagamento de parte do décimo-terceiro de 2006, projeta-se um déficit de caixa no montante de R\$ 2,2 bilhões para o presente exercício, que exigirá fortes medidas de ajustes, como a adoção do regime de caixa e aplicação do realismo orçamentário, visando a garantir o funcionamento da máquina pública estadual.

2.1 DA SITUAÇÃO DAS FINANÇAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

O quadro de dificuldades estruturais que afeta as finanças públicas do Estado do Rio Grande do Sul é amplamente conhecido e foi objeto de vasta discussão no âmbito das atividades do chamado Pacto pelo Rio Grande. A principal evidência dessas dificuldades é o fato de que o déficit orçamentário vem se mantendo em patamares elevados há, pelo menos, três décadas e meia. Essa situação agravou-se sobremaneira pela impossibilidade de o Tesouro Estadual recorrer às fontes tradicionais de financiamento do déficit que foram utilizadas ao longo do tempo.

Além do mais, os constrangimentos impostos pela lei de Responsabilidade Fiscal têm, de modo paulatino, obrigado a um ajuste expressivo das contas, conforme se poderá verificar adiante quando da apresentação da evolução dos resultados primários alcançados nos últimos exercícios. O enquadramento das finanças do Estado nessa lei está longe de ser alcançado. Ações buscando a elevação das receitas e o corte de despesas sem afetar a eficiência do qualificado serviço público estadual têm sido reiteradamente aplicadas pelos governantes sem que, no entanto, conseguissem resolver o problema estrutural que afeta o estado.

Ainda, a título preliminar, cabe assinalar que, embora houvesse forte contingenciamento, isso não foi suficiente para a superação definitiva da crise fiscal estrutural enfrentada pelo Tesouro Estadual. O caminho que nos devolverá, com segurança e definitivamente para uma situação de equilíbrio fiscal exigirá outras medidas mais duras e eficazes, tanto pelo lado da despesa quanto pelo lado da receita.

Sobre esse último ponto cabe referir que o **"ICMS Total arrecadado"** pelo Estado do RS, em relação ao PIB Estadual, em 2002, 2003 e 2004, foi, respectivamente, a 6ª, a 7ª e a 4ª posição entre os Estados com menos arrecadação vis-à-vis ao PIB. Embora essa situação tenha melhorado nos dois últimos anos, devido à elevação de algumas alíquotas do ICMS, para o ano de 2007 o cenário da arrecadação do ICMS tenderá a retornar aos patamares mais baixos dentre os estados do Brasil.

Importa também observar que a estabilidade numa nova situação de equilíbrio envolverá, porém, alterações mais profundas na política tributária nacional, notadamente uma ampla reforma que, em respeito e consonância com os princípios do equilíbrio federativo, venha a tornar mais eqüitativas as regras de repartição do bolo tributário nacional. Nesse aspecto, em particular, é importante ressaltar que a carga tributária federal no Rio Grande do Sul medida pelo total das receitas administradas pela União no RS avançou, entre 2002 e 2006, em 1,16% do PIB, enquanto a Receita Tributária da Administração Direta do RS avançou em 0,55% (modificado por errata). Esse aumento nos tributos federais sobre o RS, entretanto, não se refletiram nos repasses da União para o Estado. Desse modo, o equacionamento definitivo do desajuste estrutural das contas estaduais, supõe-se também uma mudança nos critérios de distribuição da carga tributária nacional.

Afora essas providências, é de urgência da mesma maneira, a criação de mecanismos de neutralização dos aspectos negativos presentes da política de sustento às exportações, dentre os quais o mais importante é a adoção do princípio de compensações adequadas às desonerações fiscais pelas perdas no ICMS sobre produtos exportados ocasionadas pela Lei Kandir. É também imprescindível a efetivação de políticas concretas que ponham fim à guerra fiscal entre os Estados.

Esses aspectos serão analisados adiante, ao ensejo da apresentação das informações sobre a situação financeira do Estado.

2.2 DO FINANCIAMENTO DO DÉFICIT PÚBLICO

As contas públicas do Estado do Rio Grande do Sul vêm apresentando déficits fiscais expressivos e recorrentes há, pelo menos, três décadas e meia. Esses desequilíbrios foram cobertos ora com endividamento suportado por **operações de crédito**, ora com a **emissão de títulos públicos**. Em outras oportunidades, o "**financiamento inflacionário**" foi o mecanismo encontrado para enfrentá-los. Já no período mais recente, recorreu-se **às vendas de ativos**, **às antecipações de receitas** do ICMS e IPVA, ao **atraso de pagamento** aos fornecedores, ao financiamento interno do setor público no âmbito do chamado **caixa único**, ou, ainda, ao uso fiscal dos recursos provenientes dos **depósitos judiciais**, nos termos autorizados pela Lei 12.069/04. Ao final do último exercício de 2004, com vigência a partir de abril de 2005, buscou-se enfrentar essas mesmas dificuldades pelo **incremento da receita**, mediante aumento das alíquotas do ICMS sobre produtos selecionados com grande participação no bolo total dessa receita tributária, que não foi revalidada para o exercício de 2007.

A Tabela 1 mostra como foi enfrentado o déficit fiscal pelos governos ao longo do tempo.

Tabela 1 - Enfrentamento do déficit público pelos governos

Período	Governo	Enfrentamento do Déficit
1971-1974	TRICHES	Endividamento
1975-1978	GUAZELLI	Endividamento
1979-1982	AMARAL	Endividamento e Inflação
1983-1986	JAIR	Débitos de tesouraria e inflação
1987-1990	SIMON	Inflação
1991-1994	COLLARES	Inflação
1995-1998	BRITTO	Venda de Ativos
1999-2002	OLÍVIO	SIAC, menor volume de investimentos, venda de ativos e antecipação de impostos
2003-2006	RIGOTTO	SIAC, depósitos judiciais, antecipação de impostos, menor volume de investimentos, parcelamento do 13º salário de parte dos servidores do Executivo junto ao BANRISUL e aumento de tributos

FONTE: Balanço do Estado do Rio Grande do Sul.

A constatação é que o Estado já recorreu a um variado e esgotado conjunto de fontes de financiamento e ainda assim permanece com um déficit orçamentário constante. Isso significa que, não obstante toda a compressão de gastos com investimento e custeio da máquina pública, ainda faltam recursos para que o Tesouro atinja um equilíbrio entre suas receitas e suas despesas. O problema tem que ser enfrentado, com medidas inovadoras e eficazes que busquem resolvê-lo estruturalmente. Este é o quadro que moldará o início do novo governo: permanência de um déficit orçamentário estrutural, dívidas com fornecedores e ausência de fontes alternativas para alívio do estrangulamento do caixa no curto prazo.

2.3 CENÁRIO ORÇAMENTÁRIO PROJETADO PARA 2007

Para a análise do déficit orçamentário de 2006, de R\$ 900 milhões, suprimindo-se as receitas extraordinárias (R\$ 250 milhões referente ao Convênio com o Ministério da Educação, R\$ 210 milhões

referentes à alienação de ações da Corsan para a CADIP e R\$ 168 milhões de juros extraordinários sobre capital próprio), este alcançaria o expressivo montante de R\$ 1,5 bilhão. Destaca-se, valor numa situação em que as alíquotas do ICMS ainda estavam majoradas, cessando seus efeitos para 2007.

O Orçamento aprovado para o exercício de 2007 apresenta um nível total de gastos de R\$ 20,2 bilhões, excluídas as transferências entre os setores Governamentais do Estado. **Reestimando-se as receitas e as despesas, com base no executado em 2006 e em premissas mais realistas**, tanto para o comportamento das variáveis de receita quanto para as de despesas, **estima-se um déficit de R\$ 2,2 bilhões**.

As principais premissas adotadas para a reavaliação das receitas foram: inflação de 3,5%, crescimento econômico de 3,5% e um **esforço fazendário adicional sobre o ICMS de R\$ 300 milhões, já considerado a queda das alíquotas**. Como pode ser visto na **Erro! Fonte de referência não encontrada**. abaixo, prevê-se o crescimento de arrecadação do ICMS de R\$ 11,8 bilhões executados em 2006 para R\$ 12,1 bilhões para 2007, porém R\$ 345 milhões menores que o aprovado no Orçamento de 2007.

Tabela 2 - Cenário das Receitas para 2007 (em R\$ milhões)

	Orçamento 2007	Cenário 2007	Executado 2006
Receita Total (*)	20.243	18.066	18.102
Tributos	14.109	13.726	13.502
ICMS	12.445	12.093	11.813
Transferência Municípios	-3.690	-3.613	-3.474
Receita Total Líquida	16.553	14.453	14.628

(*) Excluídas as transferências entre os setores Governamentais do Estado – dupla contagem – (§ 3º, art 1º da Lei 12.662/06 – Lei do Orçamento para 2007).

Entretanto, as **maiores discrepâncias** encontram-se nos demais itens de receita, **devido à alocação de receitas, com baixa possibilidade de realização no decorrer deste ano**, tanto quando comparado com os orçamentos executados, quanto pelas perspectivas políticas e econômicas para 2007. Destacamos itens que foram, prudentemente, suprimidos, no Cenário de 2007: R\$ 154 milhões superestimados de Juros Sobre Capital, R\$ 390 milhões relativos à Compensação das Exportações, R\$ 534 milhões de Compensação de Manutenção de Estradas, R\$ 41 milhões de Convênios, Operações de Crédito Extraordinário de R\$ 305 milhões e Outras receitas Extraordinárias de R\$ 108 milhões.

Pelo exposto, **a receita total reestimada é menor em aproximadamente R\$ 2 bilhões que a orçada**, basicamente **justificada por um menor desempenho do ICMS e pela exclusão de receitas extraordinárias e de operações de créditos de difícil realização**. Se cotejarmos esta revisão com o executado no exercício de 2006, considerando-se, adicionalmente, a queda das alíquotas, perceberemos o elevado grau de aderência da estimativa.

Quanto aos **dados de despesa**, conforme a **Erro! Fonte de referência não encontrada.**, merecem destaque a **reestimativa a maior para os dados de pessoal (R\$ 1 bilhão)**, devido aos efeitos dos **reajustes para professores e servidores de escola** (Leis 12.442 e 12.443 - que começaram surtir seus efeitos a partir de maio de 2006, com previsão de novos impactos para março de 2007) e o **pagamento de parte do 13º salário de 2006**, e a readequação (a menor) de Outras Despesas Correntes e Investimentos, fruto da proposta de esforço governamental de redução das despesas. Os juros e amortizações de dívida também foram readequados, elevando-se em R\$ 300 milhões. Os montantes de despesa reestimados ficam semelhantes aos aprovados no orçamento de 2007, porém, aproximadamente R\$ 1,2 bilhão maior que os executados em 2006.

Tabela 3 - Cenário das Despesas para 2007 (em R\$ milhões)

	Orçamento 2007	Cenário 2007	Executado 2006
Pessoal (*)	9.535	10.525	9.557
Outras desp. correntes	4.273	3.892	3.530
Juros e amortizações	1.530	1.871	1.775
Investimentos	982	410	664
Reserva contingência	234	0	0
Despesa Total	16.553	16.697	15.528

(*) Excluídas as transferências entre os setores Governamentais do Estado – dupla contagem – (§ 3º, art 1º da Lei 12.662/06 – Lei do Orçamento para 2007).

A Tabela 4 mostra resumidamente a execução do orçamento consolidado de 2006 e a tendência do déficit financeiro para 2007, no âmbito do atual cenário financeiro do Estado – sem os ajustes que serão propostos nesta Administração que se inicia.

Tabela 4 - Receitas e Despesas de 2006 e projeção para 2007 (em R\$ milhões)

	Orçamento Inicial - 2006	Executado - 2006 (1)	Orçamento Inicial - 2007	Projeção - 2007
Receitas	19.459	18.102	20.243	18.066
Tributárias	13.413	13.502	14.109	13.726
ICMS bruto a qualquer título (2)	11.820	11.813	12.455	12.093
Demais receitas	6.045	4.600	6.134	4.340
Transferências aos Municípios	-3.493	-3.474	-3.690	-3.613
Receita Total Líquida	15.966	14.628	16.553	14.453
Despesas	15.966	15.528	16.553	16.697
Pessoal e Encargos (3)	9.291	9.557	9.535	10.525
Reserva de Contingência	143	0	234	0
Juros, Encargos e Amortização da Dívida	1.474	1.775	1.530	1.870
Investimentos (Amplio com Inversões Financeiras)	972	664	982	410
Outras Despesas Correntes	4.086	3.530	4.273	3.892
Resultado	0	-900	0	-2.244

NOTA: As transferências intragovernamentais estão excluídas, evitando-se a dupla contagem.

(1) Em 2006, as despesas estão pelo critério do empenho. A receita realizada em 2006 inclui as seguintes receitas extraordinárias: R\$ 250 milhões do convênio com o Ministério da Educação (FNDE); R\$ 210 milhões de Alienação de Ativos da CORSAN para a CADIP; R\$ 168 milhões de Juros e Dividendos sobre capital próprio (Banrisul, CORSAN e Agência de Fomento).

(2) Em 2007, o ICMS a qualquer título, a arrecadação tributária, as multas, os juros e a dívida ativa estão projetados em 6,6% nominal sobre a base ajustada (ICMS arrecadado em 2006 menos efeito das alíquotas majoradas).

(3) Em 2007, inclui-se o parcelamento de parte do pagamento do 13º de 2006 aos servidores públicos do estado.

Pelo exposto, as projeções para o exercício de 2007 levam a um **déficit de funcionamento da ordem de R\$ 2,2 bilhões, o que, considerando a inexistência de mecanismos novos de financiamento, equivaleria a um atraso de quatro folhas de pagamento e insuficiente investimento público.**

Esse déficit estaria na ordem de R\$ 2,3 bilhões, se não fosse possível realizar o pagamento de R\$ 118 milhões da dívida, viabilizado com os recursos de R\$ 250 milhões obtidos junto ao Ministério da Educação em 28 de dezembro de 2006. A dificuldade para honrar os pagamentos da dívida estadual pode ser evidenciada pelo fato de que, em 10 meses de 2006, o serviço da dívida com a União foi pago com atraso, apesar de seus elevados custos financeiros (R\$ 509 milhões adicionais ao estoque da dívida em 2006).

2.4 DA EVOLUÇÃO DE ALGUNS INDICADORES DAS CONTAS PÚBLICAS ESTADUAIS

É importante destacar a evolução de alguns indicadores contábeis, no intuito de mostrar com mais detalhe como se encontram as finanças públicas do Estado do Rio Grande do Sul para o exercício que se inicia.

Os resultados primário e orçamentário da Administração Pública Consolidada (Lei 101/2000), entre os anos de 2001 e 2006, estão na Tabela 5 abaixo:

Tabela 5 - Resultado Primário e Orçamentário da Administração Pública Consolidada

Anos	Resultado Primário	Resultado Orçamentário	% do Resultado Primário / PIB	% do Resultado Orçamentário / PIB
2001	(484.267.689)	(1.112.413.546)	-0,31%	-0,72%
2002	(93.438.249)	(550.227.613)	-0,06%	-0,36%
2003	(117.424.672)	(450.926.618)	-0,08%	-0,30%
2004	38.779.258	(991.286.060)	0,03%	-0,64%
2005	581.972.481	(934.144.296)	0,39%	-0,63%
2006	454.196.307	(899.598.326)	0,29%	-0,58%

FONTE: Balanço Geral do Estado do RS / www.sefaz.rs.gov.br – Relatório de Execução Orçamentária 2006.

NOTA: Até 2006, atualizado pelo IGP-DI médio.

Primeiramente, a Tabela 6 apresenta a evolução dos Resultados **Primário**²¹ e **Orçamentário**²². Constata-se ali a freqüência de resultados negativos na série histórica. O Resultado Primário em relação ao PIB gaúcho teve melhora a partir de 1998, ainda que ao preço de forte diminuição com o gasto em investimento, como se demonstrará adiante.

Tabela 6 - Resultados Primário e Orçamentário da Administração Direta com repasses a Autarquias e Fundações – IGP-DI médio

Anos	Resultado Primário	Resultado Orçamentário	% do Resultado Primário / PIB	% do Resultado Orçamentário / PIB
1970	(240.474.831)	(275.048.045)	-0,49%	-0,56%
1971	(134.759.031)	(107.557.801)	-0,24%	-0,19%
1972	(358.559.138)	(195.798.549)	-0,58%	-0,32%
1973	(542.663.290)	(364.136.313)	-0,65%	-0,44%

²¹ **Resultado Primário:** é o resultado da conta receita não-financeira menos a despesa não-financeira, ou seja, não inclui o gasto com juros da dívida.

²² **Resultado Orçamentário:** é o resultado da conta da execução orçamentária, tomando por base as receitas arrecadadas e as despesas empenhadas, estas da competência originária de um determinado exercício financeiro.

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA 2007

1974	(918.580.593)	(316.112.029)	-0,99%	-0,34%
1975	(1.338.182.760)	(537.198.526)	-1,32%	-0,53%
1976	(1.685.998.454)	(1.166.404.342)	-1,51%	-1,04%
1977	(235.258.329)	(417.586.032)	-0,20%	-0,35%
1978	(939.638.620)	197.116.526	-0,76%	0,16%
1979	(936.806.763)	(352.593.520)	-0,72%	-0,27%
1980	(785.861.980)	(411.026.400)	-0,57%	-0,30%
1981	(1.786.158.538)	(434.439.208)	-1,39%	-0,34%
1982	(2.728.236.746)	(1.111.681.250)	-2,15%	-0,87%
1983	(2.290.478.847)	(4.181.945.159)	-1,74%	-3,17%
1984	(1.543.232.304)	(1.947.121.016)	-1,17%	-1,47%
1985	(1.891.498.170)	(6.895.653.494)	-1,37%	-5,01%
1986	(1.282.595.272)	(1.912.830.158)	-0,83%	-1,24%
1987	(925.410.010)	(719.267.382)	-0,62%	-0,48%
1988	(893.946.654)	(644.514.426)	-0,61%	-0,44%
1989	(2.164.997.340)	125.109.235	-1,36%	0,08%
1990	(2.419.523.744)	(535.010.945)	-1,73%	-0,38%
1991	(513.779.064)	(464.870.071)	-0,38%	-0,34%
1992	(2.915.928.220)	(862.783.170)	-2,00%	-0,59%
1993	(1.693.595.943)	(407.656.978)	-1,12%	-0,27%
1994	(729.268.239)	(605.848.370)	-0,49%	-0,41%
1995	(861.100.509)	(1.426.025.647)	-0,56%	-0,93%
1996	(1.503.254.335)	87.136.883	-0,92%	0,05%
1997	(1.831.256.340)	1.033.172.653	-1,11%	0,63%
1998	(2.369.928.619)	858.633.604	-1,46%	0,53%
1999	(604.675.241)	(1.583.973.459)	-0,39%	-1,02%
2000	(728.732.207)	(1.018.793.743)	-0,47%	-0,66%
2001	(250.299.213)	(912.517.432)	-0,16%	-0,59%
2002	448.120.737	209.991.344	0,30%	0,14%
2003	227.572.506	(74.523.041)	0,15%	-0,05%
2004	189.002.804	(814.424.775)	0,12%	-0,53%
2005	700.186.748	(754.225.375)	0,47%	-0,51%
2006	788.326.246	(601.547.945)	0,51%	-0,39%

NOTAS:

- (1) Até 1997, o Resultado Primário foi calculado segundo o seguinte critério: Resultado Primário = Receitas Primárias - Despesas Primárias / Receitas Primárias = Receita Total - Alienação de Bens - Receitas Financeiras - Operações de Crédito / Despesas Primárias = Despesa Total - Encargos da Dívida - Amortização da Dívida
- (2) O ano de 1998, p. 79 do Balanço Geral do Estado do RS / O ano de 1999, p. 73 do Balanço Geral do Estado do RS
- (3) A partir de 2000, conforme os Relatórios de Execução do Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal do Estado do Rio Grande do Sul com a STN
- (4) O resultado Primário positivo de 2002, deve-se ao fato da existência de grande volume de dívidas pendentes de registro não contabilizadas no exercício.

Nesta altura, mesmo considerando que no âmbito deste trabalho não é possível fazer uma análise aprofundada desta série de desajustes orçamentários, cumpre assinalar que ela não pode e não deve ser debitada simplesmente à negligência e ao descaso dos gestores públicos com relação aos bons princípios da gestão orçamentária e financeira.

Na verdade, uma visão ponderada e realista dos desajustes fiscais recém apontados deve reconhecer que, no essencial, a prevalência dos compromissos de despesa com relação às disponibilidades de receita tem origem em necessidades econômicas objetivas e em carências e pressões sociais legítimas e inquestionáveis.

É preciso não esquecer, com efeito, e para dar apenas alguns exemplos, que a vocação exportadora da economia gaúcha fez com que, nos últimos anos, incidisse em cheio sobre as contas estaduais o custo da política nacional de estímulo ao comércio exterior e às exportações, cujo principal instrumento é a desoneração tributária dos produtos exportados. Do mesmo modo, é preciso ter bem em mente que se o Rio Grande do Sul

desfruta hoje de indicadores educacionais que nos colocam, senão na melhor, pelo menos dentre as melhores posições no ranking nacional e isso se deve a ampla rede de ensino público montada no Estado ao longo dos anos, o que não se fez, evidentemente, sem pesada pressão sobre a despesa pública.

Também releva observar, nesta mesma linha, que a posição meridional do Rio Grande do Sul, seu afastamento dos grandes centros consumidores do país, combinada à grande diversificação da matriz produtiva estadual, ao mesmo tempo em que, por um lado, pressiona estruturalmente por investimentos em serviços de infra-estrutura logística, torna crítica a atração de novos investimentos, fazendo da política de incentivos fiscais uma variável chave com relação à preservação do dinamismo da economia estadual. Do mesmo modo, padrões de excelência no âmbito da prestação jurisdicional, bons serviços de segurança e de saúde pública, foram sempre fatores que pressionaram fortemente o incremento da despesa pública no Estado. Também parte da explicação para a recorrente inequação de contas no balanço do Estado é a reconhecida e justamente admirada politização da sociedade rio-grandense, que tem feito com que, repetidamente, as pressões e reivindicações sociais e setoriais tenham se sobreposto aos limites que a prudência fiscal recomendaria observar.

Esses breves registros não pretendem nem sustentar nem sugerir que todas as decisões de política orçamentária feitas nos últimos anos foram corretas, nem pretendem isentar os governantes do Estado na geração dos desequilíbrios fiscais apontados, uma vez que erros de avaliação e decisões que poderiam ter sido melhores certamente ocorreram. O que se procura realçar, porém, é que, no essencial, o desajuste fiscal teve origem em necessidades econômicas e em pressões sociais legítimas, de tal sorte que não se pode isolar a responsabilidade dos governantes das demandas e das ambições da própria sociedade gaúcha. Por outro, colocamo-nos diante de um impasse, pois não se tem mais admitido aumentos de receitas para financiamentos da despesa e por outro, mantém-se as pressões por incentivos fiscais, ampliação dos serviços de saúde, segurança e educação.

Seja como for, voltando ao fio condutor da apresentação da situação das finanças estaduais que vem sendo feita neste apartado, se procurarmos analisar a situação econômico-financeira do Estado a partir da ótica patrimonial, a Situação Líquida Financeira, assim como a Situação Líquida Financeira Potencial e a Situação Líquida Financeira Real, evoluíram negativamente.

A Tabela 7 mostra, com efeito, que, entre 1998 e 2006, a Situação Líquida Financeira passou de R\$ 211,9 milhões positivos para R\$ 3.397,9 milhões negativos; já a Situação Líquida Financeira Potencial, nesse mesmo período, variou de R\$ 1.048,0 milhões negativos para R\$ 1.379,4 milhões negativos; a Situação Líquida Financeira Real passou de R\$ 836,1 milhões negativos para R\$ 4.777,3 milhões negativos; a Situação Líquida Financeira Real Ajustada envolveu de R\$ 836,1 milhões negativos, em 1998, para R\$ 4.477,3 milhões negativos em 2006, a Situação

Financeira Líquida Ajustada corrigida pelo IGP-DI, entre 2003 e 2006, está estabilizada em patamares inferiores aos de 2001 e 2002, assinalando certa contenção da crise financeira.

Tabela 7 - Evolução nominal do Patrimônio Financeiro da Administração Direta do Estado do RS (em R\$ milhões)

ESPECIFICAÇÃO	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Ativo Financeiro	1.618,0	730,0	779,0	803,0	612,3	623,9	618,7	421,6	490,5
Passivo Financeiro	1.406,1	1.285,0	1.896,0	2.476,0	2.139,8	2.146,1	2.873,0	3.304,5	-3.888,4
Situação Líquida Financeira	211,9	-555,0	-1.117,0	-1.673,0	-1.527,5	-1.522,2	-2.254,3	-2.882,9	-3.397,9
Situação Líquida Financeira Potencial	-1.048,0	-1.065,0	-967,0	-1.335,0	-1.048,7	-1.228,1	-1.023,1	-959,8	-1.379,4
Situação Líquida Financeira Real	-836,1	-1.620,0	-2.084,0	-3.008,0	-2.576,2	-2.750,3	-3.277,4	-3.842,7	-4.777,3
Dívidas Pendentes de Registro	-	-	-	-	-672,5	-585,2	-495,0	-271,9	-
Cancelamento de Registro	-	-	-	-	-169,0	-301,0	-120,3	-170,7	-
Outras Dívidas Identificadas	-	-	-	-	-369,8	-	-	-	-
Situação L.F.R. Ajustada	-836,1	-1.620,0	-2.084,0	-3.008,0	-3.787,5	-3.636,5	-3.892,7	-4.285,3	-4.777,3
Situação L.F.R. Ajustada Atualizada (*)	-1.969,0	-3.178,1	-3.723,5	-4.868,0	-4.862,2	-4.336,0	-4.139,4	-4.447,7	-4.777,3

FONTE: Secretaria da Fazenda do RS.

2.5 DAS RECEITAS PÚBLICAS

A Tabela 8 mostra a evolução das receitas orçamentárias consolidadas do Estado do RS.

Tabela 8 - Balanço Orçamentário Consolidado das Receitas Públicas (em valores corrigidos pelo IGP-DI)

Especificação	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Receitas Correntes	16.225.000.371	17.383.929.782	18.261.171.517	19.072.080.938	16.348.477.126	15.639.561.796	17.288.236.105	18.319.749.194
RECEITA TRIBUTARIA	10.727.338.441	11.353.346.354	12.310.752.796	11.829.339.136	12.139.302.855	12.030.211.554	13.130.566.814	13.787.526.328
RECEITA DE CONTRIBUICOES	146.889.346	1.041.290.170	984.808.683	959.017.860	1.060.772.750	1.246.265.733	1.187.775.023	1.251.211.436
RECEITA PATRIMONIAL	396.605.417	341.904.988	285.619.763	356.980.224	408.065.294	212.611.861	267.548.588	397.827.346
RECEITA AGROPECUARIA	1.581.155	1.314.606	2.990.919	746.646	858.902	779.266	594.158	746.356
RECEITA INDUSTRIAL	5.411.996	3.946.413	6.023.576	3.762.675	3.324.544	6.266.132	2.798.841	2.074.489
RECEITA DE SERVICOS	228.759.427	209.741.149	236.786.381	210.396.189	195.910.704	180.311.593	179.695.280	167.905.055
TRANSFERENCIAS CORRENTES	3.653.773.477	3.870.884.329	3.782.000.262	4.112.264.990	2.874.834.060	3.169.678.133	3.433.220.938	3.819.276.523
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.064.641.111	561.501.773	652.189.137	1.599.573.219	1.487.295.803	568.069.747	605.453.313	435.693.183
DEDUCOES RECEITA CORRENTE	-	-	-	-	-1.821.887.787	-1.774.632.222	-1.519.416.850	-1.542.511.522
Receitas de Capital	803.786.802	1.783.195.205	1.071.196.591	818.353.704	515.962.764	480.870.812	193.555.202	341.522.069
OPERACOES DE CREDITO	328.100.561	544.474.278	212.110.793	202.883.978	338.368.211	252.876.733	131.751.715	30.364.900
ALIENACAO DE BENS	1.897.333	793.008.341	504.809.459	274.163.408	157.507.319	186.570.832	30.310.655	232.146.371
AMORTIZACAO EMPRESTIMOS	126.870.328	91.883.489	49.597.354	34.579.171	5.847.741	11.346.486	12.785.669	53.074.874
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	346.918.580	353.829.096	304.678.985	306.727.147	14.239.492	30.076.761	18.707.163	25.935.925
Total de Receita	17.028.787.173	19.167.124.987	19.332.368.107	19.890.434.643	16.864.439.891	16.120.432.608	17.481.791.306	18.661.271.263

FONTE: Secretaria da Fazenda do RS.

Uma primeira observação a fazer sobre a evolução das receitas orçamentárias consolidadas do Estado do Rio Grande do Sul sofreu forte influência por conta das diminuições das transferências correntes da União ao Estado e da limitação das operações de crédito. Ambos os fatores têm dificultado o fechamento das contas.

2.5.1 Do ICMS

O ICMS é o principal tributo estadual. No grupo das **Receitas Tributárias**, tal imposto representa, em média, 90% sobre o total arrecadado, como demonstrado na Tabela 9. O ICMS tem uma parte expressiva de sua arrecadação concentrada em poucas empresas, notadamente nas áreas da energia (combustíveis e eletricidade) e das telecomunicações, bem como das bebidas e do fumo.

Tabela 9 - Percentual do ICMS total em relação à Receita Tributária Consolidada (em R\$ milhões)

Especificação	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
ICMS total Arrecadado	9.814,92	10.452,93	11.254,98	10.971,08	10.821,93	10.591,72	11.829,23	12.064,13
Receita Tributária	10.726,98	11.352,96	12.310,34	11.828,94	12.138,89	12.029,81	13.130,13	13.787,53
% ICMS / Receita Tributária	91,50	92,07	91,43	92,75	89,15	88,05	90,09	87,50

FONTE DE DADOS BRUTOS: Secretaria da Fazenda do RS.

NOTA: Os valores estão atualizados pelo IGP-DI médio.

A Tabela 10 mostra a evolução desse imposto. Verifica-se que o ICMS total arrecadado cresceu 194,84%, entre 1997 e 2006, em termos nominais, passando de R\$ 4.006,7 milhões, em 1997, para R\$ 11.813,3 milhões, em 2006. Nesse mesmo período, comparando-se com a variação do IGP-DI, houve um aumento real de arrecadação de 23,47%. Em 2006, comparado com 2005, o crescimento nominal do ICMS representou 3,78%; contudo, pelo IGP-DI, houve crescimento de 1,99%.

Tabela 10 - Evolução da Arrecadação do ICMS Total (em R\$ milhão)

Ano	Arrecadação Nominal	Varição Nominal sobre Ano Anterior	Arrecadação Corrigida pelo IGP-DI	Varição pelo IGP-DI sobre Ano Anterior	% Arrecadação ICMS / PIB do RS
1997	4.006,70	-	9.770,77	-	5,79
1998	4.232,10	5,63	9.931,40	1,64	6,00
1999	4.659,50	10,10	9.814,92	-1,17	6,18
2000	5.646,80	21,19	10.452,93	6,50	6,63
2001	6.706,30	18,76	11.254,98	7,67	7,13
2002	7.441,50	10,96	10.971,08	-2,52	7,12
2003	8.988,80	20,79	10.821,93	-1,36	7,02
2004	9.637,90	7,22	10.591,72	-2,13	6,75
2005	11.382,70	18,10	11.829,23	11,68	7,84
2006	11.813,30	3,78	12.064,13	1,99	7,57
% 2006 / 1997	194,84%	-	23,47%	-	-
% 2006 / 2005	3,78%	-	1,99%	-	-

FONTE DE DADOS BRUTOS: Secretaria da Fazenda do RS e Fundação de Economia e Estatística do RS.

NOTA: O PIB dos anos de 2005 e 2006 são preliminares.

A arrecadação do ICMS total em relação ao PIB do Rio Grande do Sul, que, em 1997, representava 5,79%, cresceu para 7,57% em 2006. A média do período é de 6,80%. O Produto Interno Bruto do RS teve queda de 5,2% em 2005, diminuição essa causada em grande parte pela alta da taxa de câmbio e pelo efeito da estiagem no agronegócio. Porém, recuperou-se em 2006 com um crescimento de 2,7%, atingindo um PIB de R\$ 155,97 bilhões (dados ainda preliminares da FEE/RS).

Cabe ressaltar que a evolução da receita tributária estadual que por força de vários fatores – como, por exemplo, o alto impacto tributário da desoneração das exportações em um Estado que tem sua balança

comercial com o exterior altamente superavitária, ou o fato de que, em função de nos encontramos geograficamente distantes dos grandes centros consumidores do Brasil, é forçosa para nós a adoção de políticas de incentivo fiscal que viabilizem a opção pelo Rio Grande do Sul quando das decisões de localização dos grandes investidores – nosso Estado tem uma das menores cargas tributárias de todo o país. As tabelas abaixo evidenciam eloqüentemente este ponto.

Mesmo com o aumento das alíquotas de ICMS por conta da Lei 12.209, de 29 de dezembro de 2004, o Estado ainda manteve uma das posições de menor arrecadação de ICMS em relação ao PIB, situação essa que tende a se agravar a partir do ano de 2007 quando as alíquotas reajustadas de energia, gasolina e telecomunicação voltarem aos seus patamares anteriores. A previsão de perda de receita no atual exercício é em torno de R\$ 700 milhões, o que fará com que a situação no ranking dos estados brasileiros piore ainda mais.

A Tabela 11 abaixo, demonstra de forma analítica a posição do RS entre os Estados brasileiros, de 2002 a 2005, do ICMS tributo sobre o ICMS arrecadado no montante do país.

Tabela 11 - Participação percentual do ICMS tributo em relação ao ICMS arrecadado no país

UF	2002			2003			2004			2005		
	ICMS	ICMS/ ICMS BRASIL	RANKING	ICMS	ICMS/ ICMS BRASIL	RANKING	ICMS	ICMS/ ICMS BRASIL	RANKING	ICMS	ICMS/ ICMS BRASIL	RANKING
AC	169.482.859	0,16	25	208.225.906	0,18	25	256.894.244	0,19	25	329.757.037	0,22	25
AL	665.566.866	0,65	20	787.086.823	0,67	21	949.553.546	0,70	21	1.093.364.669	0,72	21
AM	1.939.187.137	1,88	12	2.187.808.136	1,87	14	2.584.452.134	1,89	14	2.985.849.341	1,96	13
AP	138.255.500	0,13	26	148.025.069	0,13	26	184.405.627	0,14	26	240.337.645	0,16	26
BA	4.950.531.009	4,81	6	5.712.366.724	4,88	6	6.625.528.016	4,85	6	6.877.126.582	4,51	6
CE	2.368.019.661	2,30	10	2.585.224.347	2,21	11	2.930.037.954	2,15	12	3.097.416.554	2,03	11
DF	1.816.260.591	1,76	14	2.219.995.936	1,90	13	2.631.362.835	1,93	13	2.945.232.930	1,93	14
ES	2.364.263.665	2,30	11	2.897.949.011	2,47	10	3.670.194.688	2,69	9	4.535.688.795	2,98	8
GO	2.914.196.808	2,83	8	3.608.729.118	3,08	8	3.831.705.917	2,81	8	4.078.902.958	2,68	10
MA	897.073.003	0,87	19	965.388.773	0,82	19	1.183.771.405	0,87	18	1.455.053.558	0,95	18
MG	9.397.793.044	9,13	3	10.835.787.774	9,25	3	12.931.305.863	9,47	3	15.184.191.143	9,97	2
MS	1.341.761.976	1,30	16	1.683.459.967	1,44	16	2.117.631.193	1,55	16	2.426.673.917	1,59	16
MT	1.841.745.251	1,79	13	2.372.078.066	2,03	12	2.934.667.166	2,15	11	3.085.602.386	2,03	12
PA	1.702.946.288	1,65	15	2.034.435.649	1,74	15	2.370.520.149	1,74	15	2.801.569.094	1,84	15
PB	914.663.027	0,89	18	1.007.196.337	0,86	18	1.139.712.515	0,83	19	1.317.435.888	0,86	19
PE	2.826.720.789	2,75	9	3.135.393.876	2,68	9	3.628.095.765	2,66	10	4.277.778.270	2,81	9
PI	540.797.416	0,53	23	458.021.271	0,39	24	760.498.179	0,56	23	901.060.847	0,59	23
PR	5.580.692.799	5,42	5	6.679.675.264	5,70	5	7.763.903.923	5,68	5	8.707.026.435	5,71	5
RJ	10.272.525.717	9,98	2	12.036.013.893	10,28	2	14.259.395.542	10,44	2	14.648.234.599	9,61	3
RN	1.014.478.440	0,99	17	1.184.696.940	1,01	17	1.393.620.978	1,02	17	1.614.254.689	1,06	17
RO	639.159.783	0,62	22	866.783.307	0,74	20	1.048.956.864	0,77	20	1.231.116.247	0,81	20
RR	119.578.417	0,12	27	137.625.206	0,12	27	149.909.071	0,11	27	187.486.312	0,12	27
RS	7.213.311.025	7,01	4	8.595.598.947	7,34	4	9.360.613.794	6,85	4	10.900.617.795	7,15	4
SC	3.798.879.314	3,69	7	4.094.441.821	3,50	7	5.175.747.310	3,79	7	5.777.081.563	3,79	7
SE	664.264.811	0,65	21	761.312.031	0,65	22	879.532.991	0,64	22	1.021.126.519	0,67	22
SP	36.453.326.781	35,41	1	39.394.704.049	33,63	1	45.223.078.746	33,11	1	49.988.621.639	32,81	1
TO	406.195.557	0,39	24	537.239.896	0,46	23	595.288.610	0,44	24	658.939.330	0,43	24
BRASIL	102.951.677.537	100,00	-	117.135.264.136	100,00	-	136.580.385.025	100,00	-	152.367.546.741	100,00	-

FONTE: Secretaria do Tesouro Nacional – www.stn.fazenda.gov.br – Finanças estaduais

A Tabela 12, adiante, demonstra a posição do Estado do RS entre os demais, no que tange ao ICMS tributo arrecadado em relação ao PIB do Estado.

Tabela 12 - Participação percentual do ICMS tributo e posição do Estado do RS em relação ao PIB estadual

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA 2007

UF	2002			2003			2004		
	PIB x 1.000.000	ICMS/PIB UF	RANKING	PIB x 1.000.000	ICMS/PIB UF	RANKING	PIB x 1.000.000	ICMS/PIB UF	RANKING
AC	2.259	7,50	18	2.716	7,67	13	3.242	7,92	13
AL	8.767	7,59	17	10.326	7,62	14	11.556	8,22	11
AM	25.030	7,75	15	28.063	7,80	12	35.889	7,20	19
AP	2.652	5,21	26	3.083	4,80	27	3.720	4,96	27
BA	62.103	7,97	12	73.166	7,81	11	86.882	7,63	16
CE	24.204	9,78	3	28.425	9,09	6	33.261	8,81	8
DF	35.672	5,09	27	37.753	5,88	26	43.522	6,05	26
ES	24.723	9,56	4	28.980	10,00	4	34.488	10,64	3
GO	31.299	9,31	5	36.835	9,80	5	41.316	9,27	6
MA	11.420	7,86	14	13.984	6,90	19	16.547	7,15	20
MG	125.389	7,49	19	144.545	7,50	15	166.586	7,76	14
MS	15.343	8,75	8	18.970	8,87	7	19.954	10,61	4
MT	17.888	10,30	2	22.615	10,49	2	27.935	10,51	5
PA	25.530	6,67	24	29.215	6,96	18	34.196	6,93	22
PB	11.634	7,86	13	13.711	7,35	17	14.863	7,67	15
PE	36.510	7,74	16	42.261	7,42	16	47.697	7,61	17
PI	6.166	8,77	7	7.325	6,25	25	8.611	8,83	7
PR	81.449	6,85	23	99.000	6,75	20	108.699	7,14	21
RJ	170.114	6,04	25	190.384	6,32	24	222.564	6,41	25
RN	11.633	8,72	9	13.696	8,65	8	15.906	8,76	9
RO	7.284	8,77	6	8.492	10,21	3	9.744	10,77	2
RR	1.488	8,04	11	1.677	8,21	9	1.864	8,04	12
RS	104.451	6,91	22	128.040	6,71	21	142.874	6,55	24
SC	51.828	7,33	20	62.214	6,58	22	70.208	7,37	18
SE	9.496	7,00	21	11.704	6,50	23	13.121	6,70	23
SP	438.148	8,32	10	494.814	7,96	10	546.607	8,27	10
TO	3.545	11,46	1	4.190	12,82	1	4.768	12,49	1
BRASIL	1.346.028	7,65	-	1.556.182	7,53	-	1.766.620	7,73	-

FONTES: Secretaria do Tesouro Nacional - www.stn.fazenda.gov.br - Finanças Estaduais / IBGE - www.ibge.gov.br - Contas Regionais

2.5.1.1 Incremento da Receita de ICMS

Para fazer frente o elevado déficit estimado para o exercício em curso, oito ações no âmbito da receita pública estão sendo adotadas, de imediato. Essas ações podem ser subdivididas em duas diretrizes; Modernização da Receita com meta estimada de R\$ 200 milhões e Adequação Tributária estimada em R\$ 300 milhões, totalizando R\$ 500 milhões.

A Modernização da Receita envolve (i) um programa de crescimento incentivado - "Cresce RS" - para estimular setores econômicos do estado com redução de alíquotas setoriais; (ii) ampliação da cobrança do diferencial de alíquota na fronteira permitindo a cobrança de 5% do ICMS relativo ao diferencial de alíquota existente entre as aquisições interestaduais; (iii) a instituição da substituição tributária para novos

produtos, ampliando o controle da administração tributária; (iv) criação de um grupo de trabalho interinstitucional para a recuperação da dívida ativa; (v) modernização da gestão tributária visando à intensificação dos controles sobre os contribuintes para redução da sonegação fiscal.

Para Adequação Tributária três medidas estão sendo adotadas: (i) negociação da mudança nos critérios de transferência de saldo credor de exportação; (ii) equivalência da cobrança de ICMS para o consumo de energia elétrica residencial urbana de baixa renda e rural; (iii) reavaliação dos benefícios fiscais (isenções, créditos presumidos e reduções de base de cálculo) ao longo de 2007 para vigorar a partir de 2008, preservando a manutenção dos acordos já firmados.

2.5.2 DAS TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS DA UNIÃO

Convém ainda assinalar que no domínio tributário as relações federativas encontram-se submetidas a grandes distorções. Isso fica claro quando se observa que o grande incremento da carga fiscal dos últimos anos concentrou-se, exclusivamente, na esfera federal com a institucionalização de diversas **Contribuições Sociais (CPMF, CIDE e COFINS)**, que não foram repartidas com os Estados e os Municípios, à exceção de parte da CIDE, somente partilhada em percentuais reduzidos após anos de reivindicação.

A Tabela 13 mostra, em termos reais, tomando-se como base 100 o ano de 1998, que entre 1999 e 2005, que as receitas de contribuições sociais da União cresceram 47%, enquanto as transferências da União ao Estado do RS, nesse mesmo período, decresceram 25%.

Tabela 13 - Arrecadações da União e do Estado do RS, em valores corrigidos pelo IGP-DI, tomando-se por base 100 o ano de 1998

Especificação	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Receita Tributária da União	100	107	101	86	90	93	86	101
Contribuições Sociais da União	100	110	118	123	131	124	138	147
Transferências Constitucionais ao RS	100	89	86	84	84	71	69	75
Arrecadação de ICMS Total no RS	100	99	107	108	97	99	98	112

FONTE: Secretaria do Tesouro Nacional e Secretaria da Fazenda do RS.

Ressalte-se ainda que enquanto entre 1998 e 2006, o ICMS total cresceu nominalmente 179,14%, as transferências constitucionais federais ao Estado (Cota-parte do FPE, Cota-parte do IPI exportação e Lei Kandir/Fundo às exportações) cresceram somente 71,7%. É o que demonstra a tabela abaixo.

Tabela 14 - Arrecadação do ICMS Total e Transferências da União (nominal – R\$ milhões)

Ano	Arrecadação de ICMS Total	Cota-Parte do FPE	Cota-Parte do IPI Exportação	Lei Kandir + Fundo às Exportações	Total das Transferências da União
1998	4.232,10	257,2	294,7	296,7	848,6
1999	4.659,50	284,8	270,2	280,8	835,8
2000	5.646,80	337,5	300,2	291,5	929,2
2001	6.706,30	397,2	318	269,8	985
2002	7.441,50	491,5	311,3	297,8	1.100,6

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA 2007

2003	8.988,80	511,3	292,6	319,6	1.123,6
2004	9.637,90	563,6	310,2	306,8	1.180,6
2005	11.382,70	705,4	351,6	337,8	1.394,8
2006	11.813,30	780,7	377,1	299,6	1.457,4
% 2006/ 1998	179,1%	203,5%	28,0%	1,0%	71,7%

FONTE DE DADOS BRUTOS: Secretaria da Fazenda do RS.

A mesma tendência se demonstra na Tabela 15 onde se pode verificar que as transferências constitucionais da União ao Estado, em relação ao PIB estadual apresentaram, ao longo do tempo, um significativo recuo percentual, o qual, manifestamente, veio a contribuir decisivamente para o desequilíbrio das finanças estaduais. Com efeito, em 1998, as transferências da União representavam 1,63% do PIB do Estado, enquanto em 2006, estas minguaram para 1,35% do PIB. Com essa diferença de 0,28 p.p., somente em 2006, a perda monta em mais de R\$ 400 milhões.

Tabela 15 - Demonstrativo das transferências constitucionais em relação ao PIB gaúcho, em valores nominais

Especificação	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
COTA-PARTE DO FPE	218.579.580	242.084.889	286.872.534	337.595.852	417.803.205	511.343.670	563.643.610	705.428.874	780.710.683
COTA-PARTE DO FPE-FUNDEF	38.572.867	42.720.862	50.624.564	59.575.738	73.729.977	0	0	0	0
COTA-PARTE IPI EXPORTACAO	250.534.120	229.716.402	255.242.980	270.315.178	264.592.662	292.622.754	310.232.550	351.577.252	371.139.674
COTA-PARTE IPI EXP-FUNDEF	44.211.903	40.538.188	45.042.878	47.702.678	46.692.822	0	0	0	0
TRANSF FINANC LEI C 87/96	249.535.414	241.785.027	247.772.138	229.334.432	253.100.389	319.590.868	256.133.730	256.133.730	146.900.228
TRANSFER LC 87/96-FUNDEF	47.237.031	38.908.077	43.627.874	40.470.782	44.664.775	0	0	0	0
AUXÍLIO FINANCEIRO-EXPORT	0	0	0	0	0	0	50.712.750	81.582.863	152.694.169
IRRF	303.567.169	304.167.732	330.302.522	367.267.444	412.647.132	479.177.859	518.560.808	554.557.376	653.027.638
TOTAL	1.152.238.083	1.139.921.178	1.259.485.491	1.352.262.106	1.513.230.962	1.602.735.151	1.699.283.448	1.949.280.094	2.104.474.398
PIB do RS	70.541.889.405	75.450.458.225	85.137.542.554	94.084.498.446	104.451.257.266	128.039.610.891	142.874.226.327	145.181.521.203	155.971.205.213
% Transferência da União / PIB RS	1,63	1,51	1,48	1,44	1,45	1,25	1,19	1,34	1,35

FONTE: Secretaria do Tesouro Nacional e Secretaria da Fazenda do RS.

2.5.3 DA DESONERAÇÃO DO ICMS SOBRE AS EXPORTAÇÕES

O Rio Grande do Sul é o Estado que apresenta o segundo maior índice exportador per capita entre os estados brasileiros, atrás do Paraná, e é o terceiro maior exportador brasileiro, atrás de São Paulo e Minas Gerais, conforme dados de 2006, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Em 1994, o RS vendeu 5,03 bilhões de dólares ao exterior, 11,5% do total do Brasil. Em 2006, os valores das exportações totalizaram 11,78 bilhões de dólares, que representaram 8,6% do total das exportações brasileiras. De outra parte, houve um movimento de crescimento das importações. Enquanto que, em 1994, o RS importava 7,0% do total brasileiro, em 2006 passou a importar 8,7%. A Tabela 16 mostra a evolução das contas da balança comercial externa do Rio Grande do Sul.

Tabela 16 - Evolução das exportações e importações gaúcha e brasileira – 1994/2006– em US\$ mil (modificado por errata)

Ano	Exportação					Importação					Saldo Comercial				
	RS	%	Brasil	%	% RS / Brasil	RS	%	Brasil	%	% RS / Brasil	RS	%	Brasil	%	% RS / Brasil
1994	5.027.113	-	43.545.149	-	11,5	2.308.104	-	33.078.690	-	7	2.719.009	-	10.466.459	-	26
1995	5.181.655	3,07	46.506.282	6,8	11,1	3.017.860	30,75	49.971.896	51,07	6	2.163.795	-20,42	-3.465.614	-133,11	-62,4
1996	5.663.640	9,3	47.746.728	2,67	11,9	3.361.241	11,38	53.345.767	6,75	6,3	2.302.399	6,41	-5.599.039	61,56	-41,1
1997	6.270.130	10,71	52.982.726	10,97	11,8	3.725.029	10,82	59.747.227	12	6,2	2.545.101	10,54	-6.764.501	20,82	-37,6
1998	5.628.516	-10,23	51.139.862	-3,48	11	4.331.713	16,29	57.763.476	-3,32	7,5	1.296.803	-49,05	-6.623.614	-2,08	-19,6
1999	4.998.720	-11,19	48.011.444	-6,12	10,4	3.283.054	-24,21	49.294.639	-14,66	6,7	1.715.666	32,3	-1.283.195	-80,63	-133,7
2000	5.779.942	15,63	55.085.595	14,73	10,5	4.021.791	22,5	55.838.590	13,28	7,2	1.758.151	2,48	-752.995	-41,32	-233,5
2001	6.345.359	9,78	58.222.642	5,69	10,9	4.049.432	0,69	55.572.176	-0,48	7,3	2.295.927	30,59	2.650.466	-451,99	86,6
2002	6.375.446	0,47	60.361.786	3,67	10,6	3.530.815	-12,81	47.240.488	-14,99	7,5	2.844.631	23,9	13.121.298	395,06	21,7
2003	8.013.263	25,69	73.084.140	21,08	11	4.190.663	18,69	48.304.598	2,25	8,7	3.822.600	34,38	24.779.542	88,85	15,4
2004	9.878.602	23,28	96.475.244	32,01	10,2	5.290.642	26,25	62.834.698	30,08	8,4	4.587.960	20,02	33.640.546	35,76	13,6
2005	10.453.684	5,82	118.308.387	22,63	8,8	6.692.181	26,49	73.591.887	17,12	9,1	3.761.503	-18,01	44.716.500	32,92	8,4
2006	11.774.412	12,63	137.469.700	16,20	8,6	7.948.362	18,77	91.395.621	24,17	8,7	3.826.050	1,72	46.074.080	3,04	8,3

FONTE: Secretaria do Comércio Exterior (SECEX) - DEPLA

A Tabela 17, adiante, faz um exercício do valor que o RS teria direito a arrecadar com o setor exportador, caso não tivesse sido criada a Lei Kandir. Ressalta-se que, em 2006, o Estado foi compensado com somente R\$ 300 milhões.

Tabela 17 - Valor estimado de arrecadação com o setor exportador, em 2006, caso não tivesse sido criada a Lei Kandir (em R\$ milhões)

Especificação	Valor não arrecadado pelas exportações	Ressarcimento	Perdas da Lei Kandir	Perda do Estado	Perda dos Municípios
Lei Kandir / IPI – Exportação (Alíquota de 7%)	1.154.000	300.000	854.000	640.500	213.500
Lei Kandir / IPI – Exportação (Alíquota de 12%)	1.978.000	300.000	1.678.000	1.258.500	419.500

FONTE DE DADOS BRUTOS: Secretaria da Fazenda do RS.

O crescimento das exportações é, obviamente, salutar e tem como conseqüências imediatas a maior atividade econômica interna, a geração de empregos e a entrada no País de divisas, fazendo com que ocorra menor dependência do capital externo para o fechamento das contas nacionais. Contudo, é urgente a criação de um fundo permanente e regulamentado que venha a compensar as perdas tributárias dos estados exportadores com a desoneração do ICMS das vendas externas.

2.6 OS GRANDES AGREGADOS DE DESPESA PÚBLICA

Para fins de obtenção de uma visão mais diferenciada e precisa da situação das contas estaduais, é necessário destacar a evolução das despesas segundo os denominados grandes grupos: pessoal, outras despesas correntes, serviço da dívida e investimentos.

2.6.1 DAS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

A Tabela 18 mostra a evolução das matrículas de pessoal do Rio Grande do Sul. Em 1996, entre ativos, inativos e pensionistas, os ativos

representavam 57,4% do total e 2,2% da população do Estado. Já em 2005, os ativos perfaziam 53,5% do total e 1,9% da população gaúcha.

Tabela 18 - Evolução das Matrículas dos servidores ativos, inativos e pensionistas

Pessoal	1996	2005	2005 - 1996	% 2005 / 1996
Ativo	210.958	203.420	-7.538	-3,57
Administração Direta	165.716	173.958	8.242	4,97
Fundações	4.577	5.324	747	16,32
Autarquias	8.068	3.786	-4.282	-53,07
Sociedade de Economia Mista	32.597	20.352	-12.245	-37,56
Inativos	100.367	125.765	25.398	25,31
Administração Direta	89.721	117.280	27.559	30,72
Autarquias	8.191	5.574	-2.617	-31,95
Sociedade de Economia Mista	2.455	2.911	456	18,57
Pensionistas	56.100	50.975	-5.125	-9,14
Administração Direta	2.446	1.663	-783	-32,01
Autarquias	53.654	49.168	-4.486	-8,36
Sociedade de Economia Mista	0	144	144	-
Total	367.425	380.160	12.735	3,47
Ativos	210.958	203.420	-7.538	-3,57
Inativos	100.367	125.765	25.398	25,31
Pensionistas	56.100	50.975	-5.125	-9,14
População do RS	9.634.688	10.749.595	1.114.907	11,57

FONTES: Site da Secretaria da Fazenda (www.sefaz.rs.gov.br) / Finanças Estaduais / Documentos / Boletim Informativo de Pessoal e IBGE.

Note-se ainda, de outra parte, que, nos últimos dez anos, houve uma expressiva redução do efetivo funcional ativo, indicando os esforços de redução da despesa corrente e os aumentos de produtividade que lhe foram associados. É verdade que o efeito fiscal dessa redução foi parcialmente neutralizado pelo crescimento do número de inativos. Entre 1996 e 2005, enquanto a população do Rio Grande do Sul cresceu 11,57%, as matrículas do pessoal ativo decresceram 3,57%; já o número de inativos e pensionistas cresceu 13,0%.

Releva observar, porém, conforme se demonstra na

Tabela 19, a evolução das despesas empenhadas com pessoal ativo, inativo e pensionista. Já em 2000, as despesas com inativos e pensionistas ultrapassavam as do pessoal ativo, contribuindo ainda mais para que o Rio Grande do Sul se consolidasse como o estado no Brasil que mais gasta com pensões e aposentadorias relativamente às despesas com pessoal. O comparativo envolve a despesa vinculada diretamente ao gasto com pessoal civil e militar (Elementos da Despesa 11 e 12) e com inativos (Elemento da Despesa 01) e pensionistas (Elemento 03).

Evidentemente, os números desta conta representam um dos principais limites das políticas de ajuste fiscal no Rio Grande do Sul. É verdade que a legislação recente, tornando mais rigorosas e racionais as condições de aposentadoria, deverão contribuir para a redução do desajuste, contudo, surtindo efeitos no longo prazo.

Tabela 19 - Gastos Empenhados com Pessoal da Administração Pública Estadual Consolidada

Ano	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
% Ativos (Elementos 11 e 12)	57,16	55,13	54,88	54,48	49,47	49,81	50,27	49,80	49,48	49,14	48,66
% Inativos / Pensionistas (Elementos 01 e 03)	42,84	44,87	45,12	45,52	50,53	50,19	49,73	50,20	50,52	50,86	51,34

FONTE: Sistema "Cubo" da Secretaria da Fazenda do RS.

A Tabela 20 mostra a evolução das despesas empenhadas com pessoal ativo, inativo e pensionista, entre os anos de 2000 e 2006 em relação à Receita Corrente Líquida. Vê-se assim, que quando se afirma que a crise financeira do Estado tem fortes ingredientes estruturais, de difícil solução no curto prazo, faz-se menção, antes de tudo, à estrutura do gasto com pessoal, cuja correta avaliação é indispensável para qualquer diagnóstico sério.

Se analisarmos agora os dados referentes à evolução do gasto com pessoal relativamente à Receita Corrente Líquida, verificaremos que o peso desta conta continua a ser excessivamente elevado.

Tabela 20 - Evolução das Despesas Empenhadas Consolidadas com "Pessoal e Encargos Sociais" em Relação à Receita Corrente Líquida – RCL

Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
% RCL	75,69	75,69	77,74	76,03	72,94	69,17	71,79

FONTE: Anos de 2000 a 2004 (Tribunal de Contas do Estado - Relatório sobre as Contas do Governador - Exercício de 2004, p. 68) e 2005 (Tribunal de Contas do Estado - Relatório sobre as Contas do Governador - Exercício de 2005, p. 60). Ano de 2006 (Secretaria da Fazenda do RS)

Se examinarmos agora o modo em que tem evoluído o gasto com pessoal sob a ótica de sua distribuição entre os Poderes do Estado, o que se pode concluir à luz das evidências constantes das Tabela 21 e Tabela 22, coube ao Poder Executivo o esforço de contenção da despesa e de ajuste fiscal. Esta situação está alcançando seu limite na medida em que o esforço do Executivo se aproxima do ponto em que novas reduções de despesa podem criar situações de redução da prestação de serviços públicos essenciais. Neste contexto parece claro, pois, que, em nome da prudência fiscal, também os demais Poderes do Estado devem estabilizar o crescimento de suas respectivas despesas relativamente a este título.

A Tabela 21 mostra as despesas empenhadas totais do grupo de "Pessoal e Encargos Sociais" dos Poderes, entre 2000 e 2006.

Tabela 21 - Despesas Empenhadas Totais do grupo de "Pessoal e Encargos Sociais" dos Poderes, em valores nominais

Órgãos	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Indireta	753.879.856	939.283.085	1.193.666.968	1.416.083.777	1.437.601.443	1.535.060.167	1.769.454.548
Ministério Público	141.508.248	171.119.706	214.505.884	273.357.192	310.013.682	364.654.478	398.502.531
Poder Executivo	3.548.608.218	3.740.002.513	4.248.112.725	4.692.434.057	4.844.279.113	5.174.838.230	5.765.490.084

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA 2007

Poder Judiciário	474.381.332	576.111.389	690.073.006	791.120.286	911.616.558	1.070.911.758	1.179.733.241
Poder Legislativo	198.315.603	260.396.060	306.968.185	323.241.791	327.612.081	396.154.081	444.247.941
Total	5.116.693.256	5.686.912.752	6.653.326.768	7.496.237.105	7.831.122.877	8.541.618.713	9.557.428.345

FONTE: Sistema Cubo da Secretaria da Fazenda do RS.

NOTA: As despesas de Pessoal foram ajustadas subtraindo a rubrica 1301 (dupla contagem do IPERGS).

A Tabela 22 aponta a mesma tendência de outra maneira, demonstrando a evolução do percentual gasto com pessoal pelos Poderes em relação à Receita Corrente Líquida, tomando-se o ano de 2000 como base 100.

Tabela 22 - Evolução das Despesas Empenhadas de Pessoal dos Poderes em relação à Receita Corrente Líquida – Ano de 2000 – Base 100

Órgãos	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Indireta	100,0	108,0	120,5	122,2	111,8	104,9	111,5
Ministério Público	100,0	104,8	115,4	125,7	128,5	132,8	133,8
Poder Executivo	100,0	91,3	91,1	86,0	80,1	75,2	77,2
Poder Judiciário	100,0	105,2	110,7	108,5	112,7	116,3	118,2
Poder Legislativo	100,0	113,8	117,8	106,0	96,9	103,0	106,5
Total	100,0	96,3	99,0	95,3	89,8	86,0	88,8

FONTE: Sistema Cubo da Secretaria da Fazenda do RS.

NOTA: As despesas de Pessoal foram ajustadas subtraindo a rubrica 1301 (dupla contagem do IPERGS).

Observe-se que na Tabela acima, as despesas de pessoal em relação à RCL, em 2006, em comparação ao ano base de 2000, o Ministério Público aumentou 33,8%; a do Poder Judiciário, 18,2%; a do Poder Legislativo, 6,5%; a da Administração Indireta, 11,5%; enquanto a do Poder Executivo declinou em 22,8%.

Assinale-se, por derradeiro, dentre as despesas com o pessoal ativo do Poder Executivo, que as funções Educação, Segurança e Saúde respondem por 84,6% do gasto total de pessoal. Tendo em vista que estes são os serviços que se vinculam ao atendimento de necessidades sociais absolutamente essenciais, fica claro que o espaço para redução do gasto com pessoal no âmbito do Poder Executivo sem comprometimento da prestação de serviços públicos encontra-se muito perto do ponto de exaustão.

2.6.2 DA “DÍVIDA PÚBLICA”

Ao passarmos para o exame do endividamento público é necessário reconstituir o histórico da dívida pública estadual. É o que se faz na Tabela 23, na qual está demonstrada a evolução da dívida fundada do Estado (dívida interna e externa com vencimento de longo prazo), no período compreendido entre os governos Peracchi e Rigotto. Em valores reais, a dívida cresceu 26,87 vezes. O saldo do estoque é atualizado mensalmente pelo IGP-DI ou pela taxa SELIC (caso haja atraso no pagamento mensal) mais juros de 6% ao ano.

Tabela 23 - Evolução do Estoque da Dívida Fundada (em R\$ milhões)

Governo	Final de Governo	Dívida (IGP-DI)	Referência	Variação percentual
Peracchi	1971	1.183	1,00	-

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA 2007

Triches	1974	2.590	2,19	118,93
Guazelli	1978	4.740	4,01	83,01
Amaral	1982	8.490	7,18	79,11
Jair	1986	11.785	9,96	38,81
Simon	1990	11.803	9,98	0,15
Collares	1994	14.569	12,32	23,43
Britto (*)	1998	32.390	27,38	122,32
Olívio	2002	32.305	27,31	-0,26
Rigotto	2006	31.782	26,87	-1,62

FONTES: Balanço Geral do Estado do RS / Secretaria da Fazenda do RS.

NOTA: A variável estoque da dívida foi corrigida pelo IGP-DI.

(*) Inclui a **Operação PROES**, de R\$ 5,97 bilhões (corrigida pelo IGP-DI até dez/06)

A Tabela 24 mostra que a dívida consolidada líquida era de 2,95 vezes em 2002 e decresceu para 2,54 vezes em 2006. Entretanto, ao se excluir da RCL, o ingresso de receitas extraordinárias (R\$ 250 milhões advindos do Ministério da Educação e R\$ 168 milhões de receitas extraordinárias de juros sobre o capital próprio) verifica-se que houve uma elevação do comprometimento de 2,58 em 2005 para 2,62 em 2006.

Tabela 24 - Comprometimento da Dívida Consolidada Líquida em relação à Receita Corrente Líquida

Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Receita Corrente Líquida	2,73 vezes	2,95 vezes	2,80 vezes	2,83 vezes	2,58 vezes	2,54 vezes

FONTE: Relatório de Gestão Fiscal da Secretaria da Fazenda do RS.

Os números apresentados atestam, portanto, a gravidade do problema representado pela dívida pública. É evidente, com efeito, que em um período de inflação estabilizada e sem novos empréstimos, é insustentável manter desembolsos nos níveis em que o Estado vem suportando; em 2006 R\$ 1,775 bilhão, R\$ 148 milhões mensais (o equivalente a 2,5 folhas de pagamento).

É evidente que se deve encontrar um novo mecanismo de equacionamento do endividamento público estadual junto ao Governo Federal, cujos mecanismos de indexação e taxas de juros sejam condizentes com a realidade por que passa o Estado. Esta, aliás, foi uma das conclusões do Pacto pelo Rio Grande e hoje se tornou um ponto de consenso entre todas as principais lideranças do Estado.

Ressalte-se, assim, que muito embora a Tabela 25 indique uma melhora importante da relação do estoque da dívida em relação ao PIB/RS, os recursos arrecadados e os compromissos existentes são manifestamente superiores à capacidade de pagamento do Estado.

Tabela 25 - Evolução do Estoque da Dívida Fundada da Administração Direta em relação ao PIB gaúcho (em R\$ mil)

Ano	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Dívida Interna	13.008.479	14.883.773	16.601.567	18.892.745	23.110.688	25.148.846	27.603.012	29.095.416	30.837.838
Dívida Externa	407.605	627.754	738.775	942.221	1.491.045	1.316.382	1.301.043	1.121.521	944.626
Total de Dívida	13.416.084	15.511.527	17.340.342	19.834.966	24.601.733	26.465.228	28.904.055	30.216.937	31.782.464
PIB DO RS	70.541.889	75.450.458	85.137.543	94.084.498	104.451.257	128.039.611	142.874.226	145.181.521	155.971.295
% DÍVIDA S/ PIB	19,02	20,56	20,37	21,08	23,55	20,67	20,23	20,81	20,38

FONTE: Secretaria da Fazenda do RS e FEE/RS.

NOTA: Os PIBs/RS de 2005 e 2006, divulgados pela FEE/RS, são preliminares.

2.6.3 DOS INVESTIMENTOS

As dificuldades fiscais do Estado vêm, ao longo dos anos, reduzindo a capacidade de investimento do setor público estadual. Já são oito anos com forte compressão dos gastos em investimento sem que houvesse redução no tamanho do déficit orçamentário. Apesar de observarmos uma melhora no resultado primário, esse vem ocorrendo através de esforços que geram graves repercussões sobre o financiamento da máquina pública e a prestação de serviços básicos como a saúde, segurança e educação, além de afetar o setor de infra-estrutura, ameaçando comprometer a posição competitiva do Estado frente a outras unidades da federação.

A Tabela 26 demonstra os investimentos em relação à Receita Corrente Líquida.

Tabela 26 - Evolução de Investimentos empenhados (em R\$ mil)

Especificação	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Investimentos amplos	642.496	633.556	445.794	772.194	658.227	615.367	664.375
RCL	6.657.894	7.714.865	8.414.927	9.660.540	10.736.730	12.349.352	13.312.373
% Investimentos / RCL	9,65	8,21	5,30	7,99	6,13	4,98	4,99

FONTE: Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul

NOTA 1: Os investimentos englobam também o grupo de inversões financeiras

NOTA 2: Em 2000, foram excluídos R\$ 180,6 milhões do grupo "Inversões Financeiras", da rubrica 6501.

2.6.4 DAS "OUTRAS DESPESAS CORRENTES"

O grupo "Outras Despesas Correntes" engloba, basicamente, os gastos com manutenção e custeio da máquina pública, serviços prestados à população na área da saúde, educação e segurança, transferências legais e constitucionais aos municípios, Gestão Plena do SUS e encargos financeiros.

A Tabela 27 e a

Tabela 28 mostram a evolução dos gastos por Poder, comparando-se com a Receita Corrente Líquida, entre 2000 e 2006.

Tabela 27 - Evolução das "Outras Despesas Correntes" por Poder – em valores nominais empenhados (em R\$ 1000,00)

Órgãos	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Indireta	681.433	761.427	782.324	744.827	887.708	1.073.727	1.089.546
Ministério Público	9.351	13.527	19.404	27.532	32.024	34.761	38.401
Poder Executivo	2.808.561	3.461.106	3.634.675	4.288.831	5.093.175	5.400.4721	5.657.920
(-) TCLM	1.837.033	2.225.945	2.398.7255	2.354.712	2.444.559	3.316.561	3.473.862
(-) Gestão Plena SUS	0	0	0	29.157	394.922	412.274	457.612
(+) Perdas FUNDEF	0	0	0	347.088	372.904	0	0
Poder Executivo Ajustado	971.528	1.235.160	1.235.950	1.557.874	1.880.791	1.671.638	1.726.446
Poder Judiciário	58.765	65.127	86.736	115.182	116.793	128.430	154.759

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA 2007

Poder Legislativo	39.997	44.404	47.902	53.008	58.915	66.177	63.585
Total	1.761.074	2.119.644	2.172.315	2.498.424	2.976.230	2.974.733	3.072.737
RCL	6.657.894	7.714.865	8.414.927	9.660.540	10.736.730	12.349.352	13.312.373
% Total Gasto / RCL	26,45	27,47	25,82	25,86	27,72	24,09	23,08

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Secretaria da Fazenda do RS.

Tabela 28 - Evolução de "Outras Despesas Correntes" em relação à Receita Corrente Líquida – Ano 2000 tem base 100

Órgãos	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Indireta	100,0	96,5	90,9	75,4	80,8	84,9	80,0
Ministério Público	100,0	128,6	164,3	200,0	214,3	200,0	207,1
Poder Executivo	100,0	109,7	100,7	110,6	120,1	92,8	88,9
Poder Judiciário	100,0	95,5	117,0	135,2	123,9	118,2	131,8
Poder Legislativo	100,0	96,7	95,0	91,7	91,7	90,0	80,0
Total	100,0	103,9	97,6	97,8	104,8	91,1	87,3

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Secretaria da Fazenda do RS.

Como se pode observar nas tabelas acima, nos últimos anos, o Poder Executivo tem feito um grande esforço de contenção de gastos, sendo acompanhados pela administração indireta e o Poder Legislativo. O Ministério Público e o Poder Judiciário, entretanto, vão na contramão desse esforço, elevando sobremaneira seus gastos.

Um estudo feito pela Secretaria do Planejamento (Tabela 29), demonstra que do total gasto compreendido no grupo "Outras Despesas Correntes", uma vez deduzidas as despesas dos Poderes (Judiciário, Legislativo, Ministério Público e Defensoria Pública), as transferências constitucionais, os encargos financeiros obrigatórios e as diversas despesas com previsão legal, restam sob controle direto do administrador - e, portanto, como contas passíveis de gestão de curto prazo em 2003, 29,41% total do grupo; em 2004, 26,71%; em 2005, 25,63% e em 2006, 25,02%. Isso revela que, em média, três quartos do grupo de "Outras Despesas Correntes" são despesas rígidas, insuscetíveis de contingenciamento. Essa parcela administrável era de 13,85% da RCL, em 2003; 13,50% em 2004 e 13,12% em 2005 e 13,16% em 2006.

Tabela 29 - Detalhamento do grupo "Outras Despesas Correntes" – em valores nominais

Especificação	2003	2004	2005	2006
Total Gasto com "Outras Despesas Correntes"	4.882.292.857	5.815.711.182	6.703.567.474	7.004.210.957
(-) Defensoria Pública	2.964.274	3.892.532	3.650.431	4.125.042
(-) Ministério Público	27.532.123	32.023.772	34.760.714	38.400.923
(-) Poder Judiciário	115.148.851	116.792.723	128.430.415	154.758.586
(-) Poder Legislativo	53.008.171	58.914.986	66.176.779	63.584.832
(-) Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios	2.701.799.827	2.817.462.600	3.316.560.653	3.473.863.551
(-) Encargos Financeiros	25.999.240	246.858.173	306.750.285	196.877.433
(-) Despesas com Previsão Legal (*)	519.815.334	986.209.850	1.129.356.262	1.320.349.584
(=) Despesas Administráveis	1.436.025.038	1.553.556.546	1.717.881.935	1.752.251.006

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA 2007

Especificação	2003	2004	2005	2006
Despesas Administráveis atualizadas pelo IGP-DI	1.751.332.763	1.689.558.267	1.845.750.896	1.752.251.006
Percentual de Despesas Administráveis	29,41	26,71%	25,63%	25,02%
Percentual de Despesas Administráveis sobre a RCL (**)	14,86%	14,47%	13,91%	13,16

FONTE DE DADOS BRUTOS: Secretaria da Fazenda do RS.

(*) Dentre essas despesas estão a "Gestão Plena do SUS" e "Serviços Médicos" e "Medicina".

(**) Os percentuais foram modificados por errata.

2.7 COMPARATIVO DAS FINANÇAS COM OUTROS ESTADOS

Tabela 30 - Evolução das Receitas Tributárias em Estados selecionados 1995-2005 - Valores Nominais - em R\$ mil (modificado por errata)

Ano	MG	% Nacional	PR	% Nacional	RS	% Nacional	SP	% Nacional	Somatório Estados Selecionados	Estados % Nacional	BRASIL
1995	4.823.513	9,6	1.908.760	3,8	3.642.999	7,3	19.771.834	39,5	30.147.106	60,2	50.042.643
1996	5.695.571	9,6	2.194.517	3,7	4.210.081	7,1	23.571.171	39,6	35.671.339	59,9	59.518.487
1997	5.938.596	9,4	2.199.102	3,5	4.303.912	6,8	25.519.433	40,5	37.961.043	60,2	63.060.428
1998	6.063.325	9,3	2.260.405	3,5	4.650.882	7,1	25.734.202	39,3	38.708.813		
1999	6.853.085	9,5	2.659.447	3,7	5.083.484	7	27.734.816	38,4	42.330.833	58,6	72.279.846
2000	8.254.496	9,5	3.342.178	3,8	6.126.425	7	33.134.030	37,9	50.857.129	58,2	87.314.930
2001	9.856.465	9,7	5.228.243	5,1	7.330.709	7,2	37.263.330	36,6	59.678.746	58,6	101.836.775
2002	11.152.093	9,5	6.295.975	5,4	8.016.084	6,8	41.102.869	34,9	66.567.020	56,6	117.674.223
2003	12.762.120	9,5	7.515.293	5,6	10.084.160	7,5	44.682.133	33,1	75.043.706		
2004	15.212.266	9,7	8.753.775	5,6	10.946.229	7	51.192.595	32,7	86.104.865	54,9	156.734.145
2005	17.839.012	10,1	9.857.560	5,6	12.629.704	7,2	57.066.143	32,4	97.392.419	55,4	175.870.821
Variação % 2005/2004	17,3		12,6		15,4		11,5		13,1		12,2
Variação % 2005/2002	60,0		56,6		57,6		38,8		46,3		49,5
Variação % 2005/2000	116,1		194,9		106,2		72,2		91,5		101,4
Variação % 2005/1995	269,8		416,4		246,7		188,6		223,1		251,4

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Ministério da Fazenda. STN/COREM, 2006.

O Rio Grande do Sul obteve um acréscimo de 246,7% na sua Receita Tributária nos últimos dez anos, entre 1995 e 2005, crescimento muito próximo ao registrado pelo somatório dos demais estados brasileiros no mesmo período, 251,4%. Comparativamente aos outros estados, o seu crescimento nesse período foi superior apenas ao de São Paulo, que registrou 188,6% e ao somatório dos estados selecionados, 223,1%. Em todos os períodos analisados, a Receita Tributária do Estado teve crescimento maior do que o dos estados selecionados e, somente no período entre 1995 e 2005, não obteve crescimento superior ao somatório dos demais estados brasileiros. Nos anos mais recentes, os resultados do Estado tiveram comportamentos semelhantes. Tanto no período entre 2002 e 2005 quanto no último ano da série, entre 2004 e 2005, o crescimento da Receita Tributária do Rio Grande do Sul, 57,6% e 15,4% respectivamente, foi superior ao somatório dos estados selecionados, 46,3% e 13,1%, e dos demais estados brasileiros que cresceu, 49,5% e 12,2%, ficando atrás

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA 2007

apenas de Minas Gerais, que apresentou um crescimento de 60,0% e 17,3% de sua Receita Tributária para os mesmos períodos.

Tabela 31 - Despesas sobre a Receita Tributária 2002

% Receita Tributária	MG	PR	RS	SP	Selecionados	BRASIL
Pessoal e Encargos	81,7%	65,6%	83,0%	58,2%	65,8%	76,2%
Serviço da Dívida	13,5%	16,4%	15,2%	10,3%	12,0%	14,3%

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Ministério da Fazenda. STN/COREM, 2006.

Em 2002, o Rio Grande do Sul comprometeu 83,0% de sua Receita Tributária com Despesas de Pessoal e Encargos, o maior percentual dentre os estados selecionados.

Tabela 32 - Despesas sobre a Receita Tributária - 2005

% Receita Tributária	MG	PR	RS	SP	Selecionados	BRASIL
Pessoal e Encargos	63,5%	60,6%	67,6%	55,1%	58,9%	64,3%
Serviço da Dívida	11,5%	12,6%	13,6%	10,6%	11,4%	12,8%

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Ministério da Fazenda. STN/COREM, 2006.

Em 2005, o Rio Grande do Sul comprometeu 67,6% de sua Receita Tributária com Despesas de Pessoal e Encargos, reduzindo em 15,4% em relação a 2002, mas mantendo ainda o maior percentual de comprometimento entre os estados selecionados.

Tabela 33 - Evolução das Despesas com Pessoal e Encargos Sociais em Estados selecionados – 1995/2005

Ano	MG	Valores Nominais (em R\$ mil)									
		% Nacional	PR	% Nacional	RS	% Nacional	SP	% Nacional	Somatório Estados Selecionados	Estados % Nacional	BRASIL
1995	2.727.873	7,5	2.028.328	5,6	3.126.983	8,6	8.957.265	24,6	16.840.449	46,3	36.397.86
1996	2.983.251	6,6	2.517.022	5,6	3.808.052	8,5	12.810.322	28,5	22.118.647	49,2	44.912.85
1997	3.283.719	7	2.838.425	6,1	3.977.200	8,5	12.357.349	26,4	22.456.693	47,9	46.881.09
1998	3.386.347	6,2	2.999.437	5,5	4.425.961	8,1	17.195.442	31,6	28.007.186	51,5	54.373.18
1999	5.339.662	8,7	3.011.947	4,9	4.724.232	7,7	18.362.872	29,9	31.438.713	51,1	61.503.09
2000	3.940.233	9,2	2.031.403	4,7	2.422.662	5,6	11.574.100	27	19.968.399	46,5	42.944.11
2001	4.806.919	9,3	2.305.498	4,5	2.811.932	5,5	13.145.808	25,5	23.070.156	44,8	51.495.18
2002	9.116.048	10,2	4.127.552	4,6	6.649.727	7,4	23.913.323	26,7	43.806.649	48,8	89.699.75
2003	9.300.291	9,5	4.826.673	4,9	7.496.237	7,7	26.204.839	26,8	47.828.040	48,9	97.901.62
2004	10.439.284	9,7	5.423.926	5	7.831.123	7,3	28.284.759	26,2	51.979.092	48,2	107.818.39
2005	11.336.497	10	5.975.496	5,3	8.541.619	7,6	31.462.699	27,8	57.316.312	50,7	113.117.36
Variação % 2005/2004	8,6		10,2		9,1		11,2		10,3		4,9
Variação % 2005/2002	24,4		44,8		28,5		31,6		30,8		26,1
Variação % 2005/2000	187,7		194,2		252,6		171,8		187,0		163,4
Variação % 2005/1995	315,6		194,6		173,2		251,3		240,3		210,8

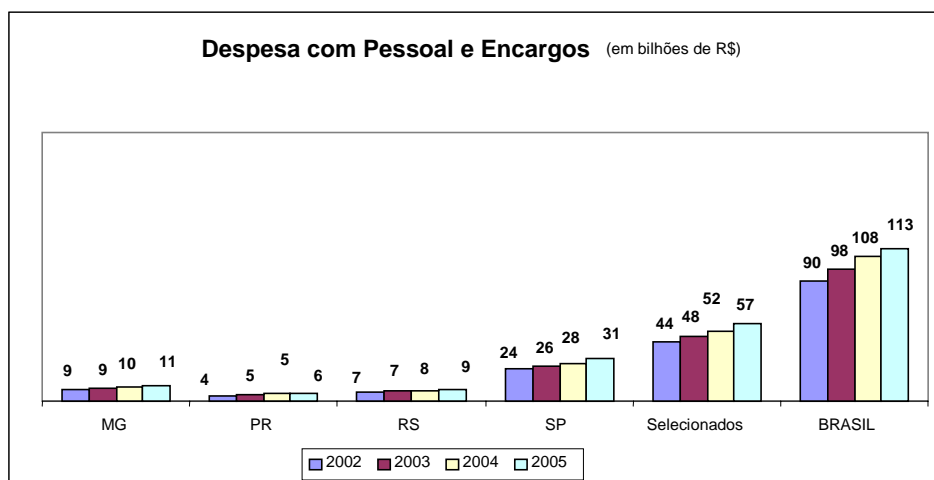
FONTE DOS DADOS BRUTOS: Ministério da Fazenda. STN/COREM, 2006.

Nota Explicativa (Errata): A série histórica é distorcida em função de que a partir de 2002 foi incorporado ao cálculo das despesas com pessoal os inativos e os pensionistas. Por isso o comparativo restringe-se a partir de 2002.

No período de dez anos, entre 1995 e 2005, o Rio Grande do Sul apresentou um crescimento das suas Despesas com Pessoal e Encargos

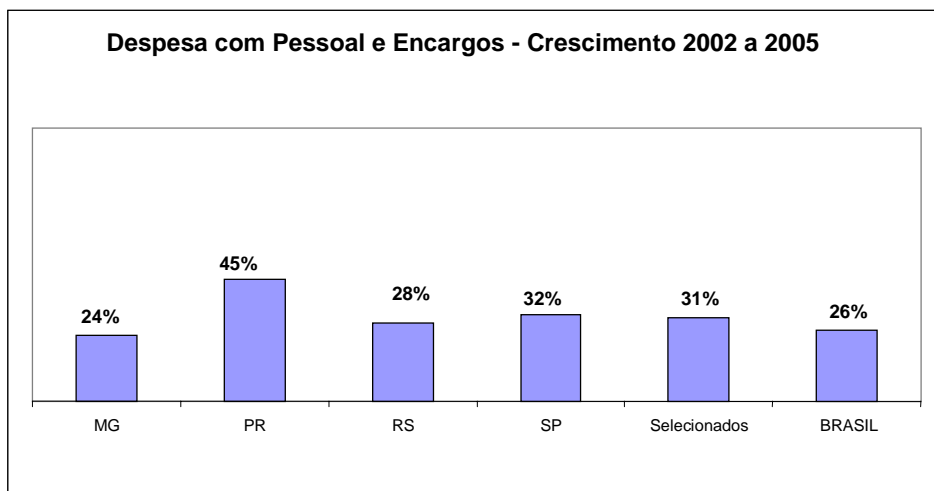
Sociais na ordem de 173,2%, o menor índice entre todos os estados apresentados, sendo inferior inclusive ao seu somatório (240,3%) e ao somatório dos demais estados brasileiros (210,8%). Entretanto, nos períodos mais recentes essa tendência não permanece. Quando se analisa um período de cinco anos, 2000 a 2005, o Estado já apresenta o maior acréscimo entre todos, 252,6%. Durante o governo anterior, visto tanto no período entre 2005 e 2002 (28,5%) quanto no de 2004 a 2005 (9,1%), esse crescimento passou a ser mais controlado. Em ambos, o crescimento das Despesas com Pessoal e Encargos Sociais no Rio Grande do Sul somente foi superior a Minas Gerais, 24,4% e 8,6%, respectivamente, e ao somatório dos demais estados brasileiros, que tiveram acréscimo de 26,1%, entre 2002 e 2005, e 4,9%, entre 2004 e 2005.

Gráfico 1 - Despesa com Pessoal e Encargos



FONTE DOS DADOS BRUTOS: Ministério da Fazenda. STN/COREM, 2006.

Gráfico 2 - Crescimento da Despesa com Pessoal e Encargos



FONTE DOS DADOS BRUTOS: Ministério da Fazenda. STN/COREM, 2006.

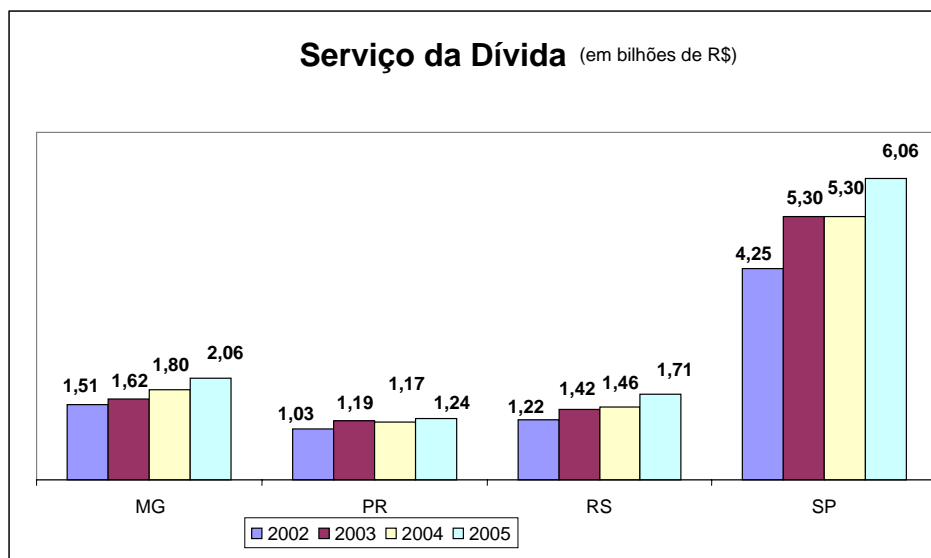
MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA 2007

Tabela 34 - Evolução do Serviço da Dívida em Estados selecionados 1995-2005

Ano	MG	% Nacional	PR	% Nacional	RS	% Nacional	SP	% Nacional	Somatório Estados Selecionados	Estados % Nacional	BRASIL
2002	1.509.229.374	9	1.033.483.146	6,2	1.218.957.519	7,3	4.249.243.498	25,3	8.010.913.536	47,8	16.776.279.359
2003	1.618.811.885	8,4	1.189.317.379	6,2	1.423.761.978	7,4	5.302.547.621	27,5	9.534.438.864	49,5	19.273.337.549
2004	1.804.339.422	8,9	1.171.898.867	5,8	1.459.007.078	7,2	5.297.776.772	26,2	9.733.022.139	48,1	20.226.003.567
2005	2.055.041.368	9,2	1.241.810.296	5,5	1.714.304.068	7,6	6.063.446.192	27	11.074.601.924	49,4	22.439.282.038
Variação % 2005/2002	36,2		20,2		40,6		42,7		38,2		33,8

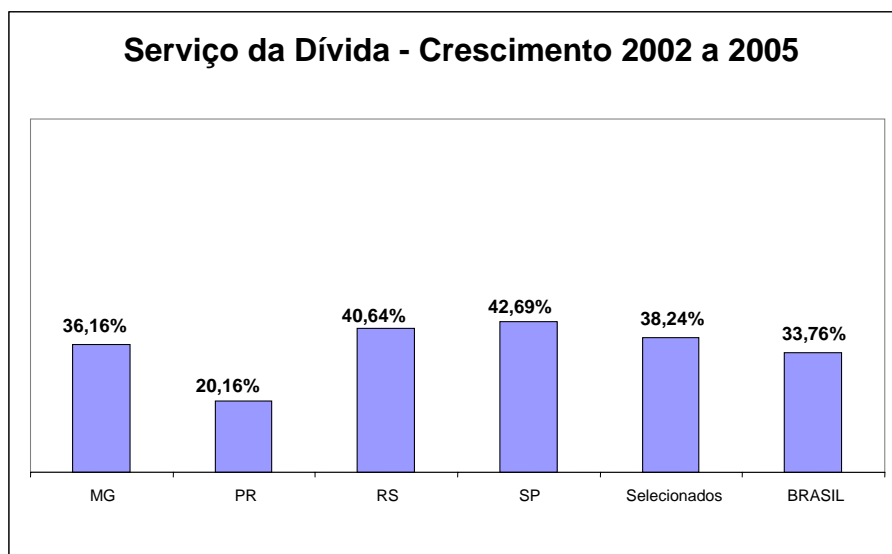
FONTE DOS DADOS BRUTOS: Ministério da Fazenda. STN/COREM, 2006

Gráfico 3 - Serviço da Dívida



FONTE DOS DADOS BRUTOS: Ministério da Fazenda. STN/COREM, 2006.

Gráfico 4 - Crescimento do Serviço da Dívida



FONTE DOS DADOS BRUTOS: Ministério da Fazenda. STN/COREM, 2006.

O Serviço da Dívida do Rio Grande do Sul cresceu 40,6%, entre 2002 e 2005, ficando acima dos demais estados brasileiros, que obtiveram um crescimento de 33,8%. Dentre os estados selecionados, esse foi o segundo maior crescimento, ficando abaixo apenas de São Paulo.

2.8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da situação das finanças públicas do estado do Rio Grande do Sul, parece ser inadiável a mudança da política de ajustamento fiscal. O ajustamento gradual não foi capaz de solucionar a situação fiscal, tornando necessário implementar política de ajuste estrutural das finanças estaduais que solucione em definitivo o problema. Ou, dito de outro modo, para um déficit estrutural deve-se ter uma política de ajustamento estrutural. O reconhecimento deste fato é o primeiro e indispensável passo na solução do problema.

Para o exercício de 2007, é preciso iniciar logo a busca desse objetivo, com decisões e esforços sobre um conjunto eficaz de medidas, que na sua maioria, seguem e aprofundam os esforços sugeridos pelo "Pacto pelo Rio Grande". Essas medidas não devem excluir as ações de reivindicação federativa por menores encargos mensais com a dívida e por maiores ressarcimentos da desoneração das exportações. Nesse contexto, a implementação da reforma tributária, que ponha fim à guerra fiscal entre os Estados. No mesmo sentido, inclui-se a alternativa de obtenção de empréstimos internacionais para o alongamento da dívida. Esta é uma solução trivial e que depende do aval do Tesouro Nacional e de Organismos Internacionais.

Indo além, uma posição de equilíbrio orçamentário só será alcançada se forem concretizadas diversas outras ações pelo lado da despesa que busque, entre outros pontos, o realismo orçamentário, o estabelecimento de indicadores de resultado e de esforço nos programas de governo e a negociação junto a União e a organismos internacionais do alongamento do pagamento da dívida do Estado.

Ademais, convém igualmente sublinhar que a obtenção do equilíbrio orçamentário dependerá também de que prospere a reivindicação de todos os Estados exportadores de que se volte a ter no país legislação específica, que estabilize em nível adequado as compensações das perdas tributárias decorrentes da desoneração das exportações, bem como de que seja concluída a negociação que o Estado mantém com o Governo Federal a respeito do ressarcimento dos valores correspondentes aos investimentos feitos em administrações passadas em rodovias federais.



***3 A ESTRATÉGIA DO GOVERNO PARA O
QUADRIÊNIO***

A ESTRATÉGIA DO GOVERNO PARA O QUADRIÊNIO

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

Mais e melhores empregos para os Gaúchos.

AGROPECUÁRIA

A participação do setor da Agropecuária (compreendidas a Agricultura, a Pecuária, a Silvicultura e a Exploração Florestal) no PIB gaúcho tem oscilado, nos últimos 10 anos, entre 13 e 18%. Este número representou, em 2005, aproximadamente R\$ 23 bilhões de reais, para um PIB total de R\$ 152 bilhões. Acrescentando a cadeia do agronegócio e os impactos sobre o setor de comércio e serviços, a geração de renda anual oriunda do setor agropecuário gaúcho pode chegar a mais de R\$ 60 bilhões, cerca de 40% do PIB do Estado.

Nos últimos dois anos, o setor foi duramente castigado pela ocorrência de uma seca de grandes proporções, que, somada a outros fatores que prejudicaram a atividade agropecuária (como queda de preços e a política cambial), levou o setor a registrar, em 2005, uma taxa negativa de crescimento de 15,2%, responsável por 3 dos 4,8% de queda do PIB gaúcho naquele ano.

Frente a essa dura situação, e considerando a importância desse setor na economia do Estado, é fundamental que se ataquem as causas estruturais desses problemas, de modo a tornar a produção agropecuária menos sujeita aos riscos climáticos, característicos do Rio Grande do Sul, e de comportamento da economia nacional e internacional. Para tanto, o Governo identifica um conjunto de medidas que possibilitarão aos produtores gaúchos, grandes e pequenos, exercerem suas atividades com um grau menor de incerteza sobre os resultados de seus investimentos e de seu trabalho, gerando os benefícios econômicos necessários ao desenvolvimento do Estado. Junto com um programa de irrigação, que se constitui na iniciativa estrutural mais importante para a agricultura no momento, são propostas importantes ações estratégicas nas áreas de biotecnologia, sanidade animal, diversificação de culturas agrícolas e cooperativismo entre produtores.

Irrigação

O Rio Grande do Sul tem um regime hidrológico irregular, mas isso não significa que a água seja escassa. O princípio básico a ser seguido é universal: acumular na abundância, para poder usar na escassez temporária. Neste caso, acumular água significa gerar riqueza, porque a água é o capital mais importante. Seu uso racional e a preservação de suas qualidades representam esforços de multiplicação dos efeitos benéficos do ciclo hidrológico, o que exige que a seleção de locais de acumulação respeite o meio ambiente e seja otimizada na relação entre impacto e benefício. O esforço para implantar um programa de irrigação em larga escala envolve tanto uma ampla discussão sobre a atual legislação

ambiental, como o desenho de Parceiras Público-Privadas, respeitando a capacidade financeira dos produtores agrícolas e os limites financeiros do setor público gaúcho. A irrigação é uma técnica que, quando adequadamente incorporada a um sistema produtivo, permite:

- evitar perdas;
- aumentar a produção e a produtividade;
- otimizar o uso dos recursos naturais disponíveis e dos incorporados, como os bens de capital, os insumos e o trabalho;
- garantir a oferta dos produtos para manter mercados.

Biotecnologia

Na *área de Biotecnologia*, o papel que cabe ao Estado é o estímulo à pesquisa e à utilização de técnicas inovadoras aprovadas pela comunidade científica. O Rio Grande do Sul pode se tornar um pólo nacional e internacional de pesquisa em Biotecnologia. Além de utilizar o desenvolvimento da Biotecnologia em proveito da produção agrícola do Estado, pode-se exportar conhecimento para outros Estados do Brasil e até para outros países. O Governo do Estado, através do apoio aos seus próprios órgãos de pesquisa e extensão rural (como a FEPAGRO, IRGA e EMATER), ou através de parcerias com Universidades, buscará criar as condições para formação de pólos de pesquisa avançada em Biotecnologia.

Sanidade animal

A melhoria das condições de *controle da sanidade animal* é outra ação estratégica do Governo do Estado no sentido da melhoria das condições de desenvolvimento da agropecuária. Além de uma atuação vigorosa junto aos órgãos federais, o governo do Estado deve melhorar a estrutura de seus órgãos de controle e fiscalização, para que tenham melhores condições humanas e materiais para o exercício de suas atividades. Melhorar as condições de controle da Sanidade Animal por parte do Estado é uma prioridade pois, se não bastassem os imensos prejuízos que podem ocorrer com uma atuação deficiente no controle da sanidade animal, uma fiscalização mais eficiente permite a redução do abate, o aumento da arrecadação do ICMS e a diminuição de internações de doentes com ETAS (Enfermidades Transmitidas por Alimentos).

Diversificação de culturas

Estimular a *diversificação de culturas* em regiões com grande número de pequenos produtores é uma estratégia importante para preservar renda e empregos na agricultura, sempre com o cuidado de orientar políticas diferenciadas que atendam as especificidades dos sistemas locais de produção. Aqui, é fundamental a atividade de extensão rural desenvolvida pela EMATER, que, por sua capilaridade e abrangência, tem condições de propiciar a introdução de novas culturas.

Cooperativismo e associativismo

O governo deve exercer um papel de estímulo à boa governança na área do **cooperativismo e associativismo**, voltado principalmente à profissionalização da gestão e à preservação dos interesses de um número cada vez maior de associados. O cooperativismo bem estruturado é um caminho excelente para que um grande número de produtores, independente do seu tamanho, possam ter acesso a condições de produção e mercados mais rentáveis. Ainda que não caiba ao Governo do Estado o controle das oscilações de preço, o apoio à boa gestão de cooperativas integradas resulta em uma melhor política de armazenagem e estoques, o que fortalece a posição dos produtores individuais para enfrentar as oscilações dos preços agrícolas. Além disso, cooperativas bem gerenciadas podem auxiliar na melhor diferenciação e padronização do produto final ligado às atividades exportadoras.

INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

A economia industrial no Rio Grande do Sul caracteriza-se por um perfil diversificado, composto de cadeias produtivas importantes, notadamente nos setores metal-mecânico, química e petroquímica, siderurgia, papel e celulose, móveis, couro e calçados, fumo, vestuário e alimentos. De acordo com a Fundação de Economia e Estatística, a participação da indústria no PIB gaúcho, em 2004, era de aproximadamente 45%, enquanto a do setor de serviços ficava em 39% e a agropecuária em 15%, o que representa, em valores do PIB estadual de 2005, valores próximos a R\$ 70 bilhões anuais para o setor industrial e a R\$ 59 bilhões para o setor de comércio e serviços.

Em função do perfil exportador de grande número de empresas no Estado, a atividade da indústria gaúcha apresenta uma forte interdependência, de um lado, com a produção primária e, de outro, com o setor externo. Outra característica relevante do setor é a importância das micro e pequenas empresas industriais, que constituem a base das cadeias produtivas gaúchas.

A região Norte do Rio Grande do Sul, com 15,3% da renda e 18,2% da população, concentra as atividades ligadas à produção de suínos, soja, milho, avicultura e o setor mecânico. A região Nordeste representa 60,8% da renda do Estado e 53,4% da população, apresentando diversidade de setores fortes, como metalurgia, mecânica, material de transporte, alimentos, química e petroquímica, couro e calçados, e o setor mobiliário. A região Sul, por sua vez, tem 23,9% da renda e 28,4% da população do Estado, dispondo de perfil produtivo concentrado em arroz, trigo, rebanhos, conservas, fumo, papel e celulose.

Apesar de seu perfil economicamente diversificado e com cadeias produtivas bem estruturadas, a indústria gaúcha vem apresentando, nos últimos anos, uma redução no seu dinamismo, causada, na sua maior parte, pelos choques negativos que têm incidido sobre a produção primária e sobre o setor externo.

De fato, examinados os dados da conjuntura recente, constata-se uma notável retração da atividade econômica gaúcha, como demonstrado no capítulo Economia Gaúcha no Período 2005-2006 desta Mensagem.

Os dados da indústria parecem mostrar um “descolamento” do Rio Grande do Sul do conjunto da economia brasileira, fenômeno que ocorre com toda a Região Sul, mas em menor intensidade nos estados vizinhos. O crescimento tem sido desigual também entre os setores. No Sul, os setores com melhor desempenho (refino de petróleo, papel e celulose, borrachas e plástico, têxtil, material elétrico) representam apenas 20% da produção industrial da região, ao passo que os setores que apresentaram as maiores quedas (químicos, couro e calçados, alimentos e bebidas, máquinas e equipamentos, montagem de veículos) respondem por 74% do PIB industrial do Sul do País.

Ocorre, então, um efeito perverso na economia. A safra agrícola quebra, a agroindústria fica estagnada; o câmbio valorizado traz os setores exportadores para a crise. A redução das rendas primária e industrial, por seu turno, derruba os setores de comércio e serviços, basicamente formados por micro e pequenas empresas que não têm estrutura financeira para atravessar um ano de vendas fracas. O quadro final é de maior desemprego e setores comerciais inteiros de municípios mais pobres quebrados.

A retração da produção industrial no Rio Grande do Sul, e as conseqüentes quedas do emprego e da massa de salários, vêm provocando redução das vendas no comércio, principalmente nos setores de livros, jornais, revistas e papelaria (12,5%), veículos, motos, partes e peças (7,14%), hipermercados, supermercados, alimentos, bebidas e fumo (4,62%) e tecido, vestuário e calçados (1,97%). Estes setores são empregadores intensivos de mão-de-obra e atingem por igual a todo o Estado.

Apesar disso, o Rio Grande do Sul teve períodos de sucesso no seu desenvolvimento industrial recente, graças à postura ativa do setor empresarial que efetuou as reestruturações necessárias diante das grandes transformações que ocorreram na competição mundial. O resultado de ações de atração de investimentos, propiciando a criação de novos setores inteiros, deixou uma base industrial sólida no Estado.

Hoje, ***os desafios são outros, requerendo novos instrumentos de ação***, sem que isso implique abandonar os antigos. Mudanças estruturais implicaram não apenas novas formas de produção e organização em diferentes setores da atividade econômica, mas também a entrada e avanço de novos competidores.

A concepção e a implementação de ***políticas de fomento industrial*** no Rio Grande do Sul devem levar em consideração pelo menos quatro aspectos básicos:

1) inserção externa do sistema produtivo gaúcho no contexto dos novos desafios e dos novos competidores (como a forte expansão da indústria manufatureira na China);

2) o Rio Grande do Sul não se enquadra como economia com vantagens associadas a custo salarial reduzido;

3) posição geográfica relativamente distante de grandes centros consumidores; e

4) alta qualificação dos recursos humanos e potencial elevado de aplicar e desenvolver processos de produção tecnologicamente mais avançados.

É, pois, necessário ***combinar políticas de promoção da competitividade nos setores tradicionais com políticas de estímulo para a capacitação competitiva das empresas e para novos investimentos***. Isso significa associar setores em que a atividade se caracteriza pela aglomeração em arranjos produtivos locais com setores que sejam intensivos em tecnologia, tornando efetiva a vantagem potencial que o Estado apresenta no campo dos recursos humanos e da capacitação tecnológica.

A integração da base econômica do Estado tem forte potencial, cujo desenvolvimento está vinculado à superação ***três desafios imediatos*** a serem enfrentados simultaneamente:

1) aprofundar a diversificação da matriz industrial;

2) reestruturar e reconverter setores e empresas; e

3) estimular o empreendedorismo de todo o porte e em todos os setores.

EXPORTAÇÕES

A importância do setor exportador para a economia gaúcha pode ser avaliada pela participação do setor no Produto Interno Bruto (PIB) estadual: em 2005, mesmo em meio a um processo de apreciação do real, as exportações gaúchas representaram aproximadamente 16,7% do PIB gaúcho. E para este ano de 2006, o valor exportado acumulado do Rio Grande do Sul, até julho, era de US\$ 6,44 bilhões.

Apesar do valor elevado das exportações, nos últimos anos está ocorrendo uma diminuição na participação relativa das exportações no PIB estadual (de 19,27% em 2003 para 16,67% em 2005) e das exportações gaúchas nas exportações totais do Brasil (de 10,96% em 2003 para 8,84% em 2005).

Se o movimento de valorização do real, que ocorreu desde 2004, foi um fator limitador do crescimento das exportações gaúchas, também o foi para as exportações nacionais. A explicação de porque aqui no Rio Grande do Sul o impacto foi maior está associada ao perfil da nossa pauta

exportadora. Secas freqüentes, como as que ocorreram em 2005 e 2006, contraem bruscamente as exportações de soja e fumo, produtos com peso significativo nas nossas exportações totais. Além disso, outros dois produtos com participação significativa são mais sensíveis às variações cambiais por conta de margens de preço mais estreitas no mercado internacional: móveis e calçados. A crise que afetou recentemente o setor coureiro-calçadista fechou, segundo dados do Ministério do Trabalho, mais de 36 mil postos de trabalho apenas entre 2004 e junho de 2006.

É certo que o governo estadual nada pode fazer frente à política cambial, mas o mesmo não pode ser dito em relação a outras iniciativas. Quanto às secas, este Governo propõe um forte programa de irrigação, como já mencionado. De outro lado, ***é preciso estimular fortemente o aumento do valor agregado das exportações***, seja por maior integração das cadeias exportadoras, seja pela introdução de processos de inovação e diferenciação de produtos. Para tanto, devem-se criar estruturas de apoio e inteligência competitiva de forma descentralizada, através de parcerias e convênios com as universidades regionais e entidades de apoio dos setores exportadores gaúchos, para a documentação e análise de informações sobre mercados, materiais, processos produtivos e demais áreas do conhecimento, servindo de interface com os órgãos de inovação e tecnologia.

Além disso, são previstas ações de estímulo ao uso de insumos produzidos no Estado na produção de artigos de exportação, gerando reflexos tanto no desenvolvimento de cadeias integradas de produção, quanto na desoneração do Tesouro Estadual do ressarcimento de créditos de ICMS relativos a insumos adquiridos fora do Estado.

TRANSPORTES E SISTEMAS LOGÍSTICOS

Um dos maiores gargalos para o aumento da competitividade da economia gaúcha é o atual estado de conservação das estradas estaduais. Confirma isso estudo feito, em 2005, pela Fundação de Economia e Estatística e patrocinado pelo Movimento Brasil Competitivo, no qual as estradas estaduais aparecem como o pior fator relativo nos critérios de competitividade do Estado.

No caso das estradas sob a responsabilidade do Estado, a persistência da crise financeira do Tesouro e a falta de uma solução alternativa aos investimentos puramente públicos, como a construção de Parcerias Público-Privadas, são responsáveis pela deterioração progressiva de importante parcela da malha rodoviária.

Segundo a Associação Nacional de Transporte de Cargas (ANTC), cerca de 60% do total da carga transportada no Brasil seguem pelas rodovias, contra 26% nos EUA, 24% na Austrália e 8% na China. No Rio Grande do Sul o modal rodoviário é responsável por aproximadamente 84%, o ferroviário 4%, o hidroviário 5%, o dutoviário 6% e os demais 1%. A partir destes dados ficam evidentes dois fatos: i) a importância de se pensar alternativas hidroviárias e ferroviárias para o transporte de cargas, principalmente porque hoje já existem projetos rentáveis para estas

soluções, mas que ainda dependem de intervenções públicas; e ii) a urgência de melhor conservação da malha rodoviária sob responsabilidade do setor público.

No Rio Grande do Sul, a ANTC estima que 30% dos cerca de 13 mil quilômetros de rodovias pavimentadas no Estado estão em mau estado de conservação. Considerando que 90% da extensão das estradas sob responsabilidade das concessionárias estão com pavimento em condições boas ou ótimas, a grande parte das estradas em más condições está sob a responsabilidade do governo federal ou estadual. Ainda segundo dados da ANTC, o frete em estradas consideradas ruins custa em média 40% a mais - custo que é repassado para o consumidor ou diminui o poder competitivo de quem vende a produção. Já quando a estrada está classificada como péssima, o custo adicional chega a 70%.

Do total de 11.023 km de rodovias estaduais, 4.430 km ainda não são pavimentados, enquanto do total 5.682 km das rodovias federais, apenas 366 km não são pavimentados. A importância de ligação de estradas estaduais pavimentadas às sedes municipais é evidente quando se constata que existem 137.255 km de rodovias municipais, dos quais apenas 699 km são pavimentados.

A situação atual é ainda mais preocupante porque, após muitos anos nos quais a carência de recursos do Tesouro foi parcialmente suprida por programas do Banco Mundial, como o caso do programa CREMA., avizinha-se um cenário em que sequer esses recursos poderão ser acessados, dados os atuais níveis de endividamento do Tesouro. Foi este quadro que fez com que recentemente o SICEPOT declarasse publicamente sua preocupação com um possível "apagão" rodoviário no Rio Grande do Sul.

Em face desse cenário, e considerando a grave situação das finanças públicas do Rio Grande do Sul, será preciso encontrar soluções criativas que permitam a recuperação, a conservação e a expansão da malha rodoviária estadual. Nesse sentido, terão que ser adotados critérios bastante seletivos para emprego de recursos do Tesouro, enquanto não for possível a recuperação de sua capacidade de investimento, entre os quais o de não iniciar a construção de novos trechos antes de concluir os em andamento. Terão que ser aumentados os esforços para captação de recursos internacionais, além da construção de Parcerias Público-Privadas e de parcerias com os municípios, como forma de viabilizar projetos de ampliação da malha.

Além de um melhor enfrentamento do estrangulamento financeiro para a recuperação das estradas do Estado, propõe-se que a política de investimentos para a área de transportes siga o moderno conceito de **Sistemas Logísticos**. Isso significa que as prioridades do governo devem ser aquelas que equacionam necessidades de transportes de pessoas e cargas através de uma combinação de soluções de transportes que minimizem custos e/ou maximizem resultados. Estas soluções contemplam as diferentes alternativas viárias (ferroviária, fluvial, rodoviária, aérea, dutoviária) e o complexo de armazenagem e terminais, como possíveis

construções de plataformas logísticas terrestres. Bons estudos nesta área já existem, como o **Rumos 2015**. Falta a implementação de projetos que ofereçam na prática soluções para o sistema de transportes do Estado.

Um dos exemplos para o conceito de Sistemas Logísticos de Transporte são as possibilidades de solução de integração multimodal no eixo que liga a Região Metropolitana de Porto Alegre ao Porto de Rio Grande. Estas possibilidades utilizam um *mix* de diferentes projetos cujos pesos relativos podem ser alterados, dependendo de diferentes fatores que definem a escolha final do projeto:

a) Alternativa 1: Sistema Ferroviário RMPA - Rio Grande

O agrupamento prevê a construção de um tronco ferroviário entre General Luz (Nova Santa Rita) e Pelotas e de uma ponte ferroviária para a transposição do Rio Jacuí, com o intuito de diminuir a distância da conexão ferroviária entre a RMPA e as regiões produtoras do interior do Estado com o Porto de Rio Grande.

b) Alternativa 2: Sistema Rodoviário RMPA - Rio Grande

Este agrupamento inclui projetos destinados a aumentar a capacidade viária da ligação RMPA- Porto do Rio Grande e a construção de uma ponte rodoviária para a transposição do Rio Jacuí, com o intuito de melhorar as condições de escoamento e eliminação de gargalos existentes na BR-116.

c) Alternativa 3: Sistema Hidroviário do Sudeste

Este agrupamento inclui projetos de melhoria da ligação hidroviária existente, assim como da infra-estrutura do Porto de Rio Grande e algumas obras rodoviárias de acesso. Este agrupamento tem os mesmos objetivos dos agrupamentos anteriores, ou seja, aumento da competitividade da produção agrícola e industrial do Estado do Rio Grande do Sul no comércio exterior para a diminuição de custos e aumento da qualidade de serviços.

Sobre o **Porto de Rio Grande** deve-se ter consciência que a ampliação do calado é vital principalmente para o atendimento da demanda pela movimentação de granéis. Atualmente, o calado oficial é de 40 pés (12,19 metros) ,mas por razões de segurança, navios com calado superior a 36 pés (10,97 metros) só podem ser manobrados com luz natural. Já na movimentação de fertilizantes os gargalos mais freqüentes se dão na atracação. Esta situação exige atenção constante, de modo a se manter o congestionamento em níveis suportáveis no período de pico. Isto porque, a menos que haja um substancial aumento da produtividade ou uma melhor distribuição dos desembarques ao longo do ano, não existe muita folga em relação à movimentação atual. O estudo verificou também que a folga de capacidade de atendimento à demanda pelas movimentações de contêineres é relativamente reduzida, e deverá ser motivo de preocupação em um horizonte de tempo curto, caso o crescimento da demanda se mantenha nos níveis atuais.

ENERGIA

O cenário que se desenha para o setor de energia elétrica nos próximos anos é de que existe um gargalo energético que pode acarretar sérios problemas para o Rio Grande do Sul. Como ocorre na agricultura, preocupa a falta de regularidade das chuvas, que determinam o nível dos reservatórios das nossas hidrelétricas. A ameaça da falta de energia é decorrente dos baixos investimentos em geração dos últimos anos. Atualmente, o consumo de energia elétrica no Estado tem registrado taxas médias de crescimento maiores que as do PIB. Isso significa que não necessitamos sequer entrar em um ciclo de crescimento econômico alto e continuado para que não haja energia suficiente para alimentar os motores do desenvolvimento.

Apesar dessa situação ser de domínio público, os Governos (Federal e Estadual) não têm sido capazes de empreender um plano sistemático de investimentos para a área. O pouco investimento que existe é público, e o setor privado carece de um marco jurídico de regulação que dê garantias a eventuais parceiros que o Estado busque.

Hoje, o Rio Grande do Sul falha na consecução dos quatro objetivos sob os quais foi montado o atual modelo do setor elétrico: 1) modicidade tarifária para os consumidores, 2) continuidade e qualidade na prestação do serviço, 3) justa remuneração para os investidores, de modo a incentivá-los a expandir o serviço, e 3) universalização do acesso e do uso dos serviços de energia elétrica.

O uso do ***gás natural*** é uma questão estratégica para o Estado, que, hoje, depende do gás boliviano, cujo preço aumentou 307% desde julho de 1999. A construção do ramal Uruguaiana-Porto Alegre, parte do gasoduto Argentina-Brasil, seria fundamental para o setor produtivo industrial gaúcho, pois tornaria o Estado menos dependente do gás boliviano. A alternativa que resta é receber Gás Natural Liquefeito (GNL) através do Porto de Rio Grande. Entretanto, para viabilizar sua utilização será necessário construir um gasoduto ligando o porto ao pólo petroquímico de Triunfo, alternativa que será viável apenas quando o Governo Federal investir na extração de gás da Bacia do Espírito Santo.

O Rio Grande do Sul detém cerca de 90% das reservas brasileiras de ***carvão mineral***. Embora ainda existam questões ambientais importantes, a evolução da tecnologia na extração e uso desta matriz energética tem evoluído de forma significativa.

As fontes alternativas de energia (FAE) são importantes tanto pelo acréscimo na capacidade energética que representam, quanto pelos benefícios ambientais que proporcionam (há fontes limpas, com a eólica e a energia hidráulica aproveitada pelas PCHs e MCHs), quanto pela oportunidade de desenvolvimento industrial que representam, podendo ser motivo para atração de investimentos de fabricantes de componentes para as respectivas instalações, com a conseqüente geração de empregos.

No que diz respeito à **Energia Elétrica**, o mercado gaúcho é atendido por três empresas distribuidoras (AES-Sul, RGE e CEEE), atuando ainda as seguintes empresas, responsáveis pela geração e transmissão, além de 5 pequenas concessionárias e 15 cooperativas de eletrificação rural:

- geração: AES Uruguaiana, Tractebel, CGTEE e CEEE;
- transmissão: CEEE, ELETROSUL e Companhia de Interconexão Energética (CIEN).

Em 2005, o consumo médio diário de energia elétrica no Estado foi de 2.588 MW, sendo que a capacidade de atendimento do Rio Grande do Sul é de 5.000 MW, resultado da geração interna (2.100 MW) somada ao intercâmbio com o sistema nacional interligado (2.900 MW), em condições normais de atendimento. A proporção média em 2005 foi de 62% de suprimento interno e 38% do sistema interligado nacional.

Considerando a situação atual do setor de energia elétrica, cujo consumo historicamente cresce a taxas maiores que a do PIB, é necessário que se adotem políticas de eliminação dos riscos de falta de atendimento, com ações de ampliação da capacidade de geração própria, reduzindo a dependência de geração externa, e de qualificação das conexões com o sistema interligado, aumentando a confiabilidade pelo aumento da capacidade de recebimento de energia.

PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

A constituição de Parcerias Público-Privadas (PPPs) é mais uma possibilidade de viabilizar projetos de obras e serviços públicos que estão limitados pela capacidade de financiamento do setor público. Diferentemente do sistema já empregado de concessões, nas quais a rentabilidade privada dos projetos garante o retorno dos investimentos, nas PPPs abre-se um leque de opções para o financiamento compartilhado entre os setores público e privado de projetos e serviços cuja rentabilidade, a princípio, não pode ser garantida apenas pela cobrança de tarifas. Na Europa e nos Estados Unidos, há uma grande variedade de obras e serviços públicos que são viabilizados pelo sistema de PPPs.

A Lei 12.334, de 13 de janeiro de 2005, dispõe sobre normas para a contratação de parcerias público-privadas e institui o Programa de Parcerias Público-Privadas no Estado do Rio Grande do Sul.

A escassez de recursos do Tesouro Estadual, que é uma das principais justificativas para a utilização de PPPs, se levada a extremos críticos, pode dificultar a constituição de fundos garantidores de projetos. O Governo entende ser fundamental a formatação de PPPs, para o desenvolvimento de diversas ações imprescindíveis para a consolidação do processo de desenvolvimento do Estado, em especial nas áreas de infraestrutura e logística. Por esse motivo, desenvolverá esforços no sentido de solucionar os entraves hoje existentes para a efetivação dessas parcerias, entre eles, e o mais importante, a constituição dos fundos garantidores.

Entre os projetos passíveis de realização por meio de PPPs, figuram os de irrigação, do sistema logístico de ligação da Região Metropolitana de Porto Alegre e o Porto de Rio Grande, a adequação de trechos da malha rodoviária, a construção e manutenção de presídios e a construção de casas populares.

INOVAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

O Rio Grande do Sul é um estado que conta com recursos humanos diferenciados. Seus trabalhadores têm alta qualificação, o que permite a adoção de novas tecnologias de forma rápida e efetiva. Mas os cientistas e técnicos gaúchos estão saindo do Estado. Além disso, a inovação tecnológica é fator de desenvolvimento, notadamente na agricultura, pecuária e indústria, nos quais traz diferenciação do produto gaúcho, aumento de competitividade e ganhos de valor agregado.

Assim, é propósito deste Governo articular um conjunto de ações de fomento ao desenvolvimento tecnológico, tanto dos organismos governamentais (Secretaria de Ciência e Tecnologia, CIENTEC, FEPAGRO E FAPERGS), quanto em parceria com organismos da sociedade civil, como as universidades, centros de pesquisa e entidades representativas. Essas ações abrangerão setores como energia, *design* industrial, biotecnologia, meteorologia, entre outros.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O Rio Grande do Sul caracteriza-se por um perfil altamente diversificado no setor de Tecnologia da Informação (TI), com mais de 9 mil empresas atuando no Estado, concentradas na Região Metropolitana, Vale do Sinos e Serra. A maior parte são empresas de pequeno porte, com capital social não superior a R\$ 50.000,00, sendo que três quartos delas não têm mais do que 20 funcionários. Segundo dados do Censo de TI, feito pelo SEPRORGS (Sindicato das Empresas de Informática do Rio Grande do Sul), cerca de 60% dessas empresas faturam até R\$ 360.000,00 por ano e apenas 1,2% têm faturamento anual superior a R\$ 1,2 milhão.

Os principais pólos das atividades de TI no Estado localizam-se na Região Metropolitana de Porto Alegre, com instituições como o TecnoPUC, em Porto Alegre, o POLOTEC de São Leopoldo e o Pólo Tecnológico do Vale do Sinos. Estes são exemplos de integração efetiva entre Universidades, Empresas e Governo, a ser estimulado e replicar em outros locais.

O setor de TI é uma indústria limpa e de fundamental importância para a competitividade da indústria do Rio Grande do Sul. Uma política consistente para o setor deve estar voltada a possibilitar sua expansão nos próximos anos, expansão esta possível com um baixo custo de infraestrutura, mas que requer investimento em formação de profissionais de nível médio e superior, já havendo sinais de uma demanda reprimida no Estado por profissionais desses níveis.

Outra questão importante é o incentivo à exportação para que, a exemplo dos países que mais crescem hoje no mundo, como Índia, China,

Irlanda, possamos criar mais empregos qualificados, característicos do setor. Com o nível de conhecimento já atingido no Estado, é possível criar espaços para que as empresas gaúchas de TI - mesmo as de menor porte - possam atuar como atores globais neste mercado extremamente dinâmico. Isto é viável com um pequeno esforço em algumas ações pontuais, como a abertura de canais de mercado para as empresas gaúchas.

ASSOCIATIVISMO, COOPERATIVISMO E REDES

Pela cultura dos seus imigrantes, o Rio Grande do Sul é um dos estados pioneiros no Brasil em relação ao associativismo. O estímulo e o apoio às atividades associativas, todavia, ainda pode dar maior dinâmica à inserção das cooperativas na economia.

A maior parte dos empreendimentos cooperativados surgiu espontaneamente e por suas próprias forças têm se mantido ativos. Essa espontaneidade para o cooperativismo se dá, geralmente, em áreas de maior desenvolvimento econômico, nas quais também se encontram maior apoio e fomento do governo. Hoje, no Rio Grande do Sul, há apenas uma incubadora de cooperativas em operação, na UCPEL (Universidade Católica de Pelotas), e abriga apenas um empreendimento cooperativo.

Dada a dimensão social do tema, que precede a econômica, mas sobre ela tem significativo impacto, entende o Governo que a promoção e o apoio da cooperação é um dos principais papéis que o Estado deve assumir para si. O Rio Grande do Sul necessita dispor de uma estrutura de apoio aos negócios do cooperativismo, que tenha como foco a democratização do conhecimento e na qual o Estado seja parceiro na busca e consolidação de oportunidades às cooperativas.

Mais importante do que a criação de cooperativas, é a aplicação do conceito de cooperação. As redes empresariais comungam do princípio "cooperar para competir", cuja lógica da motivação associativa é primordialmente econômica, mas que trás em si efeitos sociais importantes. As redes empresariais têm alto potencial de criação de mais e melhores empregos, a partir do fortalecimento das empresas locais, capacitando-as frente às necessidades de maior competitividade e de resistência a crises econômicas.

O cooperativismo gaúcho tem hoje na **OCERGS** (Organização das Cooperativas do Rio Grande do Sul (OCERGS) e no **SESCOOP-RS** (Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo) dois importantes parceiros para seu desenvolvimento. Ainda assim, falta apoio aos negócios das cooperativas em diversas áreas.

No mundo competitivo, os arranjos associativos de pessoas e empresas devem estar prontos para crescer. O Governo do Estado tem o papel fundamental de apoiar e estimular seu desenvolvimento, como forma de inserir na economia segmentos inteiros da sociedade gaúcha. Isto é especialmente importante para o universo de pequenos e médios produtores que individualmente não têm acesso aos benefícios competitivos da produção de larga escala. Uma gestão pública que visa à eficiência deve

trabalhar como agente de governança na estruturação da base já existente de apoio competitivo, canalizando-a também para este importante segmento.

MEIO AMBIENTE

O Rio Grande é reconhecido nacionalmente como um estado que se preocupa com o meio ambiente. Mas é, também, visto, nesta área, como um estado de burocracia excessiva e inibidora de investimentos. Nos órgãos ambientais, apesar da crescente demanda pelos seus serviços, há falta tanto de recursos materiais e humanos como de interligação entre seus sistemas de informação. O reflexo disso se dá no atendimento às demandas do cidadão, que enfrenta a demora nos trâmites internos e o desencontro de informações entre os órgãos. Só para exemplificar, atualmente tem-se o licenciamento ambiental, a outorga do uso da água e o licenciamento florestal realizados em diferentes organismos.

O propósito deste Governo, na área de meio ambiente, é atuar fortemente no desenvolvimento de métodos de gestão capazes de integrar as diversas atividades desenvolvidas, tanto no que diz respeito ao licenciamento ambiental, como à outorga do uso das águas, quanto ao licenciamento florestal. Tais ações deverão resultar em maior agilidade no atendimento das demandas em suas diversas áreas, beneficiando a realização de empreendimentos no Estado, sem prejuízo da indispensável preocupação com a qualidade do ambiente natural.

TURISMO

O Rio Grande do Sul constitui-se no segundo principal portão de entrada de turistas no Brasil. Infelizmente, argentinos e uruguaios - que constituem cerca de 90% dos que por aqui entram - costumam utilizar nosso estado somente como um corredor de passagem, situação que tende a se agravar para nosso setor turístico com a conclusão da duplicação da BR-101. O tempo de permanência média dos turistas no nosso Estado é de pouco mais de 3 dias, enquanto a média brasileira é de aproximadamente 10 dias.

Os nossos principais clientes - os vizinhos da Argentina e Uruguai.- também estão entre aqueles turistas que menos gastam. Por outro lado, os que mais gastam - alemães, italianos e norte-americanos - quase não vêm ao Estado e, quando vêm, permanecem pouco tempo. É paradoxal que o Estado que abriga densas colônias de imigrantes da Itália e da Alemanha não use isso como fator de atração para esses turistas que permanecem cerca de 20 dias no Brasil e despendem individualmente cerca de US\$ 90 por dia.

A articulação entre as secretarias estaduais, Fórum Estadual de Turismo, Câmara e Ministério do Turismo é pequena. A concepção de divisão regional do turismo no Rio Grande do Sul privilegia somente aspectos geográficos, esquecendo os culturais, sociais e econômicos. Registra-se, ainda, excessiva ênfase no turismo de lazer, baseado nas

características geográficas naturais do Estado, tipo de turismo que é o que menos gasta no destino de viagem.

Pelo potencial social e econômico e pelo inter-relacionamento do turismo com as demais áreas, é fundamental que o Rio Grande do Sul empreenda uma política voltada para o planejamento e a coordenação das ações da área. Esta é uma área especialmente atrativa para o desenho de parcerias com agentes privados. Há, também, que se buscar recursos junto a organismos internacionais e grandes grupos mundiais com negócios turísticos.

O turismo tem como característica o elevado poder multiplicador de investimentos, renda e geração de empregos, visto que se relaciona direta ou indiretamente com diversos setores. As políticas públicas para o setor, portanto, devem estar integradas às demais áreas. Os programas e projetos deverão ativar e dinamizar os empreendimentos que atuam no setor, com amplo apoio ao comércio, à hotelaria, à produção especializada e artesanal, aos transportadores, às agências de viagens e quaisquer outras iniciativas para o desenvolvimento no setor, privadas ou públicas.

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Mais qualidade de vida para todos os Gaúchos

EDUCAÇÃO

O Governo Estadual tem compromisso com uma política educacional que contribua de fato para promover o desenvolvimento humano e econômico e para reduzir as desigualdades sociais e regionais. A **educação escolar de qualidade para todos** é condição para o exercício pleno da cidadania e para o aperfeiçoamento das instituições democráticas no Brasil. Não basta a freqüência das crianças e jovens à escola, a aprovação e a conclusão do ensino fundamental e médio. É necessário saber o que estão efetivamente aprendendo, se a escola está desenvolvendo nos estudantes gaúchos as competências e as habilidades cognitivas necessárias para sua inserção autônoma e produtiva na sociedade do conhecimento do século XXI, se está disseminando igualmente os valores de liberdade, solidariedade, tolerância, respeito à diversidade e ao bem comum, imprescindíveis à formação de cidadãos conscientes e críticos e à consolidação da sociedade democrática.

O Rio Grande do Sul já teve a melhor educação pública do País. Ainda que esteja bem, comparativamente à maioria dos estados brasileiros, é imperativo reconhecer dois fatos: a) a posição relativamente privilegiada reflete o acerto de políticas públicas adotadas no passado; b) o diferencial de qualidade no passado, responsável pelo principal atrativo de competitividade, que é o elevado nível médio de qualificação, vem caindo sistematicamente. O **ensino fundamental público** do Rio Grande do Sul perde qualidade e posições no cenário nacional.

Para melhorar o fluxo escolar, é necessário elevar os níveis de aprendizagem dos alunos e reduzir a repetência. No Rio Grande do Sul, a

repetência no ensino fundamental aumentou de 16,7% em 2003 para 18,9% em 2004. Embora pequena, essa elevação é preocupante, porque o aumento da repetência faz crescer a evasão escolar, que no Estado caiu a 4,1% em 2000 e voltou a crescer: 5,5% em 2002 e 7,1% em 2004.

Para enfrentar parte do problema, é importante a revisão dos currículos escolares com base nos Parâmetros Curriculares Nacionais, nas competências e habilidades cognitivas das matrizes de referência do SAEB e do ENEM. Ao mesmo tempo, para melhorar a qualidade do ensino é imprescindível **valorizar os professores**. Com a adoção dos novos currículos, será preciso qualificar os concursos públicos para o magistério e, em parceria com o MEC e os municípios, ampliar a oferta de formação continuada aos professores. Por fim, não haverá qualidade da educação escolar se as escolas não forem progressivamente dotadas com **novas tecnologias**, assegurando aos estudantes acesso à informática e à internet.

Pesquisas científicas comprovam a importância da **educação infantil** para o desenvolvimento integral do indivíduo e o sucesso ao longo de toda a sua vida escolar. A meta do Governo Estadual é assegurar, em parceria com os Municípios, a ampliação da oferta da **pré-escola**, na perspectiva da sua universalização.

As matrículas no **ensino fundamental** vêm caindo nos últimos anos. É um fenômeno nacional, que se acentua no Estado. Dois fatores contribuem para isso: o demográfico (a população na faixa etária apropriada está diminuindo) e o educacional (o fluxo escolar melhorou, com maior número de aprovados e menor número de alunos acima da idade ainda cursando o fundamental).

Tal situação, todavia, não dispensa o Estado de construir escolas. Ainda faltam escolas em algumas regiões, cidades e bairros. Além disso, vários prédios escolares necessitam de reformas. Resolver esses problemas e, sobretudo, **melhorar a qualidade** do ensino fundamental obrigatório, são os objetivos que o Rio Grande do Sul tem de atingir, nos próximos 4 anos. A meta mobilizadora é: **nenhuma criança sem saber ler e escrever ao final do 2º ano do ensino fundamental**.

É necessário continuar atendendo a demanda por vagas no ensino médio, principalmente no período diurno, pois é crescente o número de jovens que conclui o ensino fundamental com a idade apropriada (14 ou 15 anos), ainda não trabalha e prefere cursar o ensino médio neste período. Quanto à qualidade, o ensino médio apresenta os mesmos problemas de fluxo escolar e de níveis de aprendizagem do ensino fundamental: a repetência voltou a crescer, de 24,3% em 2003 para 27,5% em 2004; e a evasão, de 11,5% em 2003 para 12,7% em 2004.

Comparado aos dados nacionais, a rede estadual de ensino tem presença significativa na oferta da **educação de jovens e adultos (EJA)**, tanto no ensino médio quanto no fundamental. O Governo Estadual pretende não só manter, mas também qualificar os programas de alfabetização de adultos e a oferta da educação de jovens e adultos nas

escolas do Estado. Para qualificar essa oferta, é preciso estabelecer metas de melhoria das taxas de abandono e de conclusão nessa modalidade de educação.

Na concepção de uma política educacional para os jovens, além de expandir e qualificar o ensino médio regular e a EJA, é imprescindível que o Governo do Estado dê atenção específica à **educação profissional**, diversificando a oferta de cursos e intensificando as parcerias entre escolas estaduais, instituições comunitárias e o Sistema "S".

Na área da **educação especial**, serão adotadas duas linhas principais de trabalho: promover a inclusão com responsabilidade e manter, intensificando, a parceria com instituições privadas não-lucrativas de atuação exclusiva e especializada em educação especial.

A Constituição de 1988 atribui ao Governo Federal a responsabilidade pela **educação superior**. O Rio Grande do Sul é o segundo estado brasileiro em número de universidades federais, conta com uma rede de instituições privadas de ensino superior que se espalha por quase todo o Estado e destaca-se, ainda, pela presença de instituições comunitárias de ensino superior. Diante desse quadro, deve ser ampliada a oferta de **cursos técnicos e tecnológicos de nível superior**, a partir da estrutura da UERGS, levando em conta as demandas e oportunidades de trabalho nas diversas regiões do Estado.

Cumprir objetivos e atingir metas estabelecidas para os diferentes níveis e modalidades de educação escolar dependem diretamente da **modernização da gestão educacional** e da ampliação e aplicação com mais eficiência dos recursos destinados ao financiamento da educação pública no Estado. Nesse contexto é que se poderá enfrentar a necessidade de recuperação dos salários dos professores estaduais.

Ao mesmo tempo, o Governo do Estado precisa participar ativamente do debate nacional sobre o novo modelo de **financiamento da educação básica** no Brasil. Em consonância com a posição das entidades dos Prefeitos e Secretários de Educação e de Finanças dos Municípios gaúchos, o Governo defende a criação de fundos específicos para a educação infantil, para o ensino fundamental e para o ensino médio, bem como a maior participação do Governo Federal na complementação desses fundos.

Finalmente, sem a **parceria do Estado com os municípios** não haverá boa escola para todos os gaúchos. O Governo Estadual deve deixar de ser apenas o mantenedor e gestor de sua rede escolar e passar a ser o coordenador do esforço também dos municípios e da iniciativa privada pela oferta de educação escolar de qualidade.

SEGURANÇA

É indispensável **priorizar a segurança pública e recuperar a confiança da sociedade**, revertendo a sensação de insegurança e de impunidade que alarma a população gaúcha. Recompôr o efetivo policial do

Estado; modernizar a gestão e qualificar os serviços; reestruturar e integrar os sistemas de inteligência das polícias; estreitar a cooperação e a troca de informações com os órgãos e as forças federais de segurança serão as maneiras de alcançar esses objetivos.

O que torna a questão da segurança pública mais complexa do que a maioria das políticas de Estado é que a responsabilidade pelo seu sucesso é compartilhada entre os Poderes. Ela é obrigação não apenas do Poder Executivo e das forças policiais sob seu comando, mas também dos poderes Legislativo e Judiciário, pois sem leis adequadas e sem justiça eficaz, por mais eficiente que seja a ação das forças policiais, o combate à criminalidade será frustrado. Também a Municipalidade têm um papel fundamental perante a comunidade e ao lado dos Governos Estadual e Federal, no combate à criminalidade e à violência. Boas políticas de assistência social, educação, geração de renda e emprego, tratamento de dependentes químicos e alcoolistas são fundamentais na prevenção ao crime.

De parte do Governo Estadual, é necessário **modernizar a gestão e recompor os efetivos** das forças de segurança. Algumas medidas já estão sendo tomadas, como a reestruturação organizacional, separando as áreas de Justiça e de Segurança, visando dar maior autonomia às instituições policiais e valorizando os profissionais da área. Em termos de efetivo policial, verifica-se que há vinte e cinco anos a Brigada Militar tinha cerca de 30 mil policiais, e hoje são em torno de 23 mil. O mesmo ocorre na Polícia Civil: em 1991, a relação era de um policial por 300 habitantes; hoje é de um policial por 500 habitantes. O recomendável, segundo padrões internacionais, é de um policial por 250 habitantes.

Há, igualmente, que **qualificar e equipar os serviços de segurança pública**, considerando sempre o tripé: recursos humanos, treinamento e tecnologia. É preciso disseminar técnicas mais modernas de avaliação dos serviços de segurança, com papel fundamental para um sistema de indicadores de resultado. O cruzamento sistemático desses indicadores permitirá o aperfeiçoamento das políticas de prevenção e repressão da criminalidade. Essencial, também, é a coordenação de esforços entre a Brigada Militar, a Polícia Civil, o Ministério Público e o Judiciário. Somente com ações integradas os resultados serão mais efetivos.

A eficácia do trabalho policial demanda hoje policiais treinados, motivados e bem remunerados. É, portanto, objetivo do Governo **apoiar e valorizar o policial**.

No que diz respeito ao **Corpo de Bombeiros**, são recorrentes as reivindicações por mais atenção do poder público e mais autonomia em seu gerenciamento. Isso se explica, em parte, porque sua atividade exige elevados investimentos. Atualmente, existe o Fundo de Reequipamento dos Bombeiros (Funrebom), uma boa iniciativa que conta com verbas dos Municípios, mas ainda insuficiente.

É importante, também, enfrentar o **déficit prisional** do Estado. A consequência mais grave da superlotação, além da questão humanitária, é a formação de facções criminosas, responsáveis por uma série de delitos, tanto dentro quanto fora dos presídios, e que são de difícil repressão e punição.

SAÚDE

O Estado distancia-se cada vez mais das atividades-fim na área da saúde (consultas, internações, exames), para se dedicar às atividades de gestão e apoio aos municípios, muitos dos quais não possuem estruturas adequadas para o gerenciamento e atendimento. Hoje o Estado limita-se a poucas unidades sob sua gestão direta, todas situadas na Capital. Do teto financeiro do SUS, 60% estão sob a gestão dos municípios e 40% sob gestão do Estado e, dadas as diretrizes atuais, este percentual tende a cair.

A partir de fevereiro de 2007, todos os municípios do Brasil estarão em Gestão Plena do Sistema (portaria GM/MS 399 de 22/02/2006). As transformações abrangem tanto a gestão municipal quanto o relacionamento com a rede assistencial (hospitais e demais prestadores de serviços). Isso vem reforçar a necessidade de suporte aos municípios, principalmente os pequenos e médios. Atualmente o Rio Grande do Sul conta com 19 Coordenadorias Regionais de Saúde, que fazem o planejamento, acompanhamento e gerenciamento das ações e serviços de saúde. Atuam em cooperação técnica, financeira e operacional com gestores municipais e prestadores de serviços.

A responsabilidade do Estado como gestor é crescente. Nos serviços de saúde, como nos demais serviços públicos, o grande desafio da gestão é cotejar as necessidades da população com a disponibilidade de recursos financeiros. O Estado deve **investir bem em saúde**, de forma eficiente, oferecendo mais e melhor a um maior número de pessoas, levando em conta os indicadores demográficos, sócio-econômicos, perfil epidemiológico, agravos em saúde e causas de mortalidade, entre outros.

A expectativa de vida no Rio Grande do Sul, de cerca de 74 anos, juntamente com a redução paulatina da taxa de fecundidade, de 2,26 filhos por mulher, produz o rápido aumento absoluto e relativo das populações adulta e idosa, o que implica necessidade de implantação de políticas de saúde voltadas à qualidade de vida da população idosa.

O perfil epidemiológico do Rio Grande do Sul tem apresentado uma significativa mudança, com doenças crônico-degenerativas constituindo-se nas principais causas de morte, diminuindo as causadas por doenças infecciosas e parasitárias e as relacionadas à morte materna. Destacam-se, também, como causa de morte, as chamadas causas externas, como violência e acidentes de trânsito, para as mulheres entre 20 a 29 anos e para os homens de 30 a 49 anos.

Em relação à mortalidade infantil, houve redução dos coeficientes ao longo das últimas três décadas, persistindo, porém, as disparidades regionais. Neste sentido, é fundamental capacitar as comunidades para

atuarem na melhoria de sua qualidade de vida e saúde, alcançando bem-estar físico, mental e social.

O **Programa Saúde da Família (PSF)**, implantado no Brasil em 1994 pelo Ministério da Saúde, representa uma estratégia do Estado para saúde pública preventiva, buscando aprimorar a assistência primária, focada, sobretudo, na redução das internações hospitalares. O Estado deve **valorizar as equipes técnicas** envolvidas na ponta da ação, cumprir com a sua parte na destinação de recursos para a manutenção das equipes e corrigir uma série de problemas, como a capacidade efetiva de resolução para os problemas da saúde e melhor inserção do PSF na rede de ações e serviços à saúde ofertados pelo SUS, como medicamentos e exames complementares.

O Estado apresenta uma grande concentração dos hospitais e leitos na Região Metropolitana de Porto Alegre, onde se localizam 37% da população e 29,63% dos leitos hospitalares. Nela, são originadas cerca de 40% das Autorizações de Internação Hospitalares (AIH) pagas, correspondendo a cerca 50% do total de valores faturados, em função da maior complexidade dos serviços prestados na RMPA em comparação ao restante do Estado.

Os hospitais integrantes dos Pólos Regionais devem ser fortalecidos, para o atendimento aos pacientes no tratamento de média e baixa complexidade. O desenvolvimento desses Pólos terá impacto direto sobre a qualidade da saúde pública, permitindo a efetiva regionalização dos atendimentos de pacientes em procedimentos de diferentes graus de complexidade. A definição da atuação de cada pólo regional deve se dar de acordo com as potencialidades de cada região do Estado.

A ampliação da promoção da saúde preventiva, na forma de educação e capacitação da comunidade para atuar na melhoria de sua qualidade de vida auxilia a resolução da problemática da internação pública. Esta política é de fundamental importância nos municípios, onde vive o cidadão e estão as causas dos problemas de saúde.

A gestão eficiente na produção e suprimento de **medicamentos básicos** gratuitos também é essencial, na medida em que pode fazer com que os Centros de Atendimentos e o Sistema Público de Saúde não fiquem tão sobrecarregados, desonerando parcialmente os cofres públicos.

Os sistemas de **informatização da saúde** são uma realidade inquestionável e se tornaram focos de investimentos em hospitais, clínicas de saúde e laboratórios. A informatização da gestão em saúde básica possibilita o direcionamento das ações para o cidadão, baseado em informações coletadas pelo próprio PSF e disponibilizadas e organizadas por sistemas de informação.

SANEAMENTO

O Rio Grande do Sul tem uma das mais elevadas taxas de fornecimento dos serviços de saneamento básico do Brasil. Existem,

contudo, desigualdades consideráveis nos serviços de abastecimento de água e esgoto domiciliar.

Há muito a ser feito para a universalização e a melhoria dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana, coleta de lixo e drenagem urbana. Como as condições de saneamento estão diretamente relacionadas com o estado de saúde da população, investimentos em saneamento básico, ao mesmo tempo em que têm impactos positivos na qualidade de vida e no meio ambiente, tendem a reduzir os custos da saúde.

De acordo com os dados do Censo populacional de 2000, no Rio Grande do Sul mais de 20% dos domicílios não estavam ligados à rede geral de abastecimento. Cerca de 98% dos domicílios dispunham de banheiro ou sanitário, sendo que destes, 70% encontravam-se ligados à rede geral ou fossa séptica. Em relação à coleta de lixo, do total de domicílios no Estado, 84,09% conta com o serviço.

Do contingente humano urbano, cerca de 70% é abastecido pela CORSAN e cerca de 30% pelos serviços municipais. Tais números podem dar a idéia de que a questão do abastecimento de água nas áreas urbanas do Estado se encontra totalmente resolvida. Há, porém, dois aspectos importantes a serem considerados: o ambiental (pelo clima e ação do homem) e o de gestão de recursos financeiros.

A estiagem intensa e prolongada de 2004/2005 demonstrou a fragilidade de alguns sistemas de abastecimento de água, tanto da CORSAN, quanto daqueles administrados pelos municípios. Paralelamente à diminuição da vazão das águas, cresceu a concentração de poluentes, aumentando a dificuldade técnica e o custo de sua depuração.

Se, por um lado, as áreas urbanas do Estado estão em média bem servidas quanto ao abastecimento de água, por outro, quanto ao esgotamento sanitário (sistemas separadores absolutos), a situação é extremamente preocupante. Nos municípios atendidos pela CORSAN, apenas uma parcela de 10% da população tem acesso ao esgotamento sanitário (613.115 usuários). No âmbito dos serviços municipais, esta proporção se eleva para cerca de 56% (1.543.203 usuários). Este serviço apresenta dois componentes que dificultam a sua materialização: custo de implantação e adesão ao sistema.

O custo elevado de implantação se deve a características técnicas do funcionamento da rede de coleta. Uma vez instalado o sistema, nem todas as unidades locais a serem atendidas aderem ao seu uso. Isso implica menores índices de despoluição para devolução da água ao meio ambiente. Também afeta os projetos de novos sistemas, pois reduz o retorno do investimento e prejudica o pagamento das parcelas do seu financiamento.

HABITAÇÃO

A moradia é essencialmente uma questão social, relacionada com a qualidade de vida, com a propriedade, com o meio ambiente e a com

distribuição de renda. Por isso, é importante que o Estado desenhe uma política de habitação que vá além da questão da casa própria, promovendo efetivas melhorias na saúde, na educação, no emprego e na formação e exercício da cidadania.

O déficit habitacional no Rio Grande do Sul foi estimado no último Censo do IBGE em 193.852 domicílios, sendo que as regiões com maiores déficits foram a Metropolitana Delta do Jacuí, a Sul e a Fronteira Oeste. Em termos relativos a outros Estados do Brasil, o Rio Grande figura como o 2º melhor colocado em termos do déficit habitacional urbano e em 6º lugar em termos do déficit habitacional rural.

Em número relativo de domicílios classificados como “favelas e assemelhados”, porém, a situação do Estado não é tão positiva. Ocupamos a 11ª posição em termos de número relativo de moradores com casa própria e ficamos na 19ª pior posição em termos de número relativo de favelas e assemelhados, situação mais grave nos grandes bolsões de pobreza absoluta, que são os centros urbanos da Região Metropolitana de Porto Alegre e da Região Sul do Estado.

Muito embora as principais ações relativas à Habitação devam ser financiadas por órgãos federais, como a Caixa Econômica Federal e o Ministério das Cidades, é importante que o Estado incentive o **sistema de cooperativas municipais** para a construção de moradias de famílias de baixa renda, programa de alto impacto social tanto para as famílias beneficiadas como para o emprego na construção civil.

A construção de moradias deve integrar um programa de capacitações para o combate à pobreza no Rio Grande do Sul, com possibilidade de acesso a programas a fundo perdido de organismos internacionais. Dentro da proposta de acessibilidade das famílias à moradia, as principais linhas de ação do Estado concorrerão para a **legalização da posse** e o estímulo do **crédito acessível** para aquisição da propriedade urbana.

IGUALDADE SOCIAL E TERCEIRO SETOR

O objetivo do Governo, nesta área, é empreender políticas específicas para segmentos historicamente confrontados com menores oportunidades na sociedade, como é o caso das mulheres, dos negros, dos jovens, dos idosos e dos portadores de necessidades especiais.

As mulheres ainda ganham, por um mesmo trabalho, apenas 70% do que o homem ganha, além de sofrerem mais com o desemprego. Um desafio a enfrentar com total determinação é o da **violência doméstica**. A criação da Delegacia da Mulher foi um avanço e é uma iniciativa que deve ser aprimorada e ampliada. Além disso, é necessário que o Estado garanta uma proteção efetiva às mulheres com medo de denunciar.

Vítimas de preconceito, o desemprego entre pessoas com deficiência é até três vezes maior do que a média da população. Esses

cidadãos formam um grupo heterogêneo, exigindo um tratamento específico. A assistência do Estado é fundamental e imprescindível àquelas pessoas que possuem um maior comprometimento de suas capacidades. Por outro lado, o incentivo ao emprego é fundamental para integrar à sociedade os portadores de deficiência que podem e querem trabalhar, permitindo ainda que essas pessoas não dependam apenas de pensões estatais para sobreviver. É importante direcionar o auxílio para os que mais necessitam, e as oportunidades para quem está apto a assumir seus desafios pessoais.

Ao lado de criar oportunidades de emprego, deve-se promover a inclusão escolar, fornecendo à criança com necessidades especiais as condições, também especiais, que sua educação exige.

Não menos importante é a **acessibilidade**. Pequenas coisas podem fazer toda a diferença - rampas, legendas em braile, computadores adaptados, avisos sonoros. Essas exclusões começam cedo, na escola, e se estendem até a vida profissional e ao convívio social destes cidadãos.

O acesso à renda é um dos maiores problemas na terceira idade. Primeiramente, pelo reduzido valor das aposentadorias de um sistema de previdência que foi imprevidente no passado. Além disso, apesar de este ser o período de vida no qual as pessoas têm mais experiência acumulada, há forte discriminação no mercado de trabalho.

A falta de integração social do idoso é desafio a ser enfrentado. O papel do governo é possibilitar que todo cidadão, independente da idade ou da saúde, possa participar ao máximo de qualquer atividade, seja profissional, social ou familiar.

O jovem é a maior vítima da violência: as chamadas "causas externas" basicamente acidentes de trânsito e homicídios. São, de longe, a principal causa de mortes entre jovens adultos. A principal causa da proliferação da violência entre os jovens é a falta de perspectiva. A maioria deles vive em situação precária e não vê em seu horizonte uma maneira de melhorar de vida. A falta de opções não se restringe à educação e ao trabalho. A inexistência de oportunidades de lazer e esporte abre espaço para ação do tráfico. Onde o Estado não cuida da comunidade, o crime avança e domina.

Igualmente grave é o problema da droga nas escolas, mas é um equívoco tratar o combate às drogas como uma questão de juventude. Corre-se o risco de perpetuar o preconceito de que o problema dos jovens é a droga, e que o problema das drogas é o jovem. A luta contra as drogas deve envolver a todos, somente a mobilização conjunta da sociedade pode resolver esta gravíssima questão. É fundamental reabilitar os usuários de drogas e dependentes químicos para o convívio social, fortalecendo as entidades que realizam essa função e implantando uma política coerente e estruturada de trabalho.

Outros desafios a enfrentar junto aos jovens são o da gravidez não desejada e o da transmissão de doenças sexualmente transmissíveis (DST).

Segundo o IBGE, há no Rio Grande do Sul 25.591 entidades de **Terceiro Setor**, empregando cerca de 140 mil pessoas. Há desde ONGs que utilizam exclusivamente trabalho voluntário, até grandes fundações, altamente profissionalizadas. Deve-se reconhecer a crescente importância dessas entidades na sociedade brasileira e gaúcha. Elas têm potencial de interferir na vida das comunidades, sendo atores importantes na implementação de políticas de desenvolvimento social. Podem se constituir em um meio de tornar ações locais de Estado mais eficientes, ao envolver lideranças que conhecem a forma de trabalhar com a sua comunidade.

ESPORTE E LAZER

É necessária uma **nova gestão do esporte**. A prática desportiva com fins educacionais deve ser priorizada nas escolas e em programas sociais. Deve-se, ainda, buscar a atratividade com vistas ao apoio privado para a atração de recursos financeiros, como já ocorre nos esportes coletivos mais populares, como vôlei e futebol.

O esporte, **no seu caráter social**, é fundamental na preparação de crianças e jovens para os desafios da vida adulta. Ele é incluído na geração de oportunidades e é alternativa de lazer e integração também para os idosos. Os equipamentos "quadras, bolas, materiais" são importantes para a sua prática, bem como a orientação e organização. O acesso ao esporte e ao lazer, com qualidade, é um direito social.

O destaque do Rio Grande do Sul nas competições nacionais e internacionais em **esportes de alto rendimento** deve ser fruto do planejamento e da promoção esportiva. Através do aumento da base de praticantes de esporte, seja nas escolas, nas praças ou complexos esportivos públicos ou privados, será fortalecido o surgimento e a qualificação dos atletas de ponta.

CULTURA

O Estado não deve atuar no mercado como produtor cultural, disputando recursos com os demais produtores culturais, mas sim posicionar-se como agente estratégico no processo de maximização do uso dos recursos da LIC e atração de investimentos em nível nacional e internacional.

O desenvolvimento cultural pressupõe a existência de criadores e empreendedores culturais que ajam fora da tutela do Estado, mas que por ele sejam incentivados. O fomento ao aparecimento de **novos artistas, intelectuais e escritores** pode se dar tanto via crédito e apoio direto do Estado quanto via premiações e eventos que alcem ao reconhecimento público os responsáveis pela criação e difusão da cultura.

O estímulo à **educação cultural** é a melhor maneira de formar público e qualificar a demanda cultural, aproximando novos públicos

(especialmente crianças e adolescentes) aos museus, cinemas e teatros, como alternativa ao entretenimento tradicional e criar oportunidades plurais de aperfeiçoamento do gosto cultural e estético de amplas camadas da população. Ao mesmo tempo, construir programas de inclusão social associados ao fazer cultural estimula a criação de grupos artísticos em comunidades carentes, incentivando a criação de oportunidades de trabalho na área cultural.

A ***promoção da cultura gaúcha*** deve partir da base de artistas, escritores e intelectuais existente. A recuperação da infra-estrutura cultural deve ser priorizada, com a preservação e revitalização dos equipamentos culturais.

FINANÇAS E GESTÃO PÚBLICA

Um Estado a serviço do Cidadão

EQUILÍBRIO FISCAL

A crise é estrutural e não conjuntural. O quadro é resultado de um déficit estrutural que já vem desde a década de 70, com sucessivos déficits primários e orçamentários. O agravamento da situação atual se dá pela impossibilidade de o Tesouro Estadual recorrer às fontes tradicionais de financiamento do déficit que foram utilizadas ao longo do tempo. A constatação é que o Estado já recorreu a um variado e esgotado conjunto de fontes de financiamento e ainda assim permanece com um déficit orçamentário

Uma mudança de política de ajustamento fiscal é inadiável. Deve-se abandonar a política do ajustamento que espere que apenas o crescimento econômico e a compressão do investimento público reequilibrem as contas do Tesouro. Deve ser adotado um conjunto variado de medidas pelo lado da receita e da despesa que aliviem a pressão fiscal de curto prazo e permitam que progressivamente o Estado tenha mais recursos para áreas fundamentais como Segurança, Saúde, Educação e Infra-Estrutura, não esquecendo os fatores agravantes da situação fiscal para o exercício de 2007: crescimento esperado de 9% na folha de pagamento, parte devido aos reajustes concedidos em 2006; perda estimada entre R\$ 500 milhões a R\$ 800 milhões, cessados os efeitos do aumento do ICMS sobre os produtos seletivos.

Pelo lado da despesa, o conjunto de medidas iniciais proposto para a ajuste das finanças consiste em:

a) Implantação do Regime de Caixa, em que só se liberam recursos para órgãos do Estado de acordo com o efetivo ingresso de receitas;

b) Centralização de dívidas, em que a Secretaria da Fazenda irá centralizar e negociar as dívidas contraídas até dezembro de 2006;

c) Transparência orçamentária, em que as metas orçamentárias serão publicadas mensalmente pelas Secretarias da Fazenda e do Planejamento e Gestão, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal;

d) Suspensão de gastos ordinários por 100 dias, incluindo gastos com celebração de contratos, convênios, diárias, aquisição de passagens, abertura de concursos, contratação de pessoal, entre outros;

e) Corte de 20% no valor dos Cargos em Comissão;

f) Corte de 30% das despesas de custeio;

g) Programa de Racionalização Permanente das Despesas, com a avaliação constante da eficiência e eficácia do gasto público.

MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA E GOVERNO ELETRÔNICO

Duas condutas gerais devem nortear o processo de inovações no planejamento e coordenação da ação governamental, com reflexo direto na gestão pública: **1) Programas Prioritários de Governo (e não por secretarias)** e **2) Metas com Indicadores de Resultado**.

O que se pretende é que, definidos os programas prioritários do Governo, esses passem a ser efetivamente assumidos como tal, ou seja, passem a ser prioridades de governo e não de secretarias. O objetivo deste enfoque é evitar a falta de coordenação de ações e o desperdício de recursos materiais e humanos.

Os programas considerados prioritários terão gerentes que serão responsáveis especificamente pelo cumprimento de metas previamente estipuladas. Este procedimento oferecerá agilidade para que a Governadora e seus secretários executem as principais políticas de governo.

A avaliação de indicadores de resultado (associados às metas pretendidas e aos programas selecionados) permitirá a constituição de um sistema de informações valioso para o gestor público poder qualificar a construção e execução dos seus programas, proporcionando uma **avaliação mais eficiente e transparente** das ações prioritárias de governo. Em áreas como a Segurança, a Educação e a Saúde isto pode fazer a diferença entre uma boa e uma má qualidade de vida para o cidadão gaúcho.

Se é verdade que os gastos com custeio da máquina pública já estão bastante comprimidos e só na margem podem ser reduzidos, num contexto de forte restrição de recursos financeiros é imperioso conseguir fazer mais com os recursos disponíveis. Dessa forma, ainda que o objetivo prioritário da modernização da gestão pública seja o de prestar melhores serviços públicos ao cidadão, não se deve desconsiderar que uma gestão mais eficiente deve também contribuir para um melhor controle de gastos do governo.

Algumas das iniciativas importantes na área de modernização da gestão são as ações relacionadas à disseminação do **“Governo Eletrônico”**, que vai muito além da simples introdução de novas tecnologias computacionais no serviço público. Trata-se da introdução de uma nova mentalidade que permita qualificar o serviço público com a

utilização de novas tecnologias de informação, economizar recursos e prestar melhores serviços ao cidadão.

A simples disponibilização de novas ferramentas computacionais em nada adiantará para a gestão pública se estas não estiverem associadas a novos princípios de gestão, bem como à reavaliação e racionalização de processos organizacionais e administrativos. Todavia, quando inseridas num contexto de prestação de serviços públicos que procura maximizar resultados e minimizar custos, o uso de novas tecnologias se mostra muito adequado.

Ainda no campo da modernização da gestão, será proposto um conjunto de medidas iniciais relacionado à:

a) Apresentação de proposta de redesenho das instituições do Poder Executivo, que contemple a fusão ou separação de pastas e redefinição de competências, de modo a torná-las adequadas a uma visão contemporânea e funcional, com o objetivo de fortalecer a capacidade executiva para implementação dos programas de governo;

b) Marco de relacionamento do Estado com o Terceiro Setor, em que serão introduzidas novas formas de organização das atividades e de arranjos institucionais, a exemplo das OSCIPs e Organizações Sociais;

c) Flexibilização administrativa, por meio de contratos voltados para resultados, que fixem metas e compromissos de gestão.

The background of the page is a large, slightly faded image of the flag of the State of Mato Grosso do Sul. The flag features a green upper section, a red middle section, and a yellow lower section. In the center is a white oval containing the state's coat of arms, which depicts a sun, a river, and a landscape with a figure. The text is overlaid on the red section of the flag.

***ANEXO - ESTADOS COMPARADOS POR
FUNÇÃO DO ORÇAMENTO***

ESTADOS COMPARADOS POR FUNÇÕES DO ORÇAMENTO

INTRODUÇÃO

Este trabalho se propõe a relacionar a utilização dos recursos públicos estaduais, provenientes da administração direta, à oferta de produtos e serviços (eficiência) e aos resultados obtidos (efetividade) pelos governos dos 26 estados brasileiros e do Distrito Federal. Esta relação é obtida comparando-se as despesas efetuadas - o *insumo*, segundo a classificação funcional dos orçamentos estaduais, com indicadores socioeconômicos de *produto* e de *resultado*.

Foram selecionadas quatorze funções da classificação funcional dos orçamentos estaduais - Legislativa, Judiciária, Essencial à Justiça, Segurança Pública, Saúde, Educação, Cultura, Habitação, Agricultura, Indústria, Comércio e Serviços, Energia, Transporte, Trabalho - por serem consideradas aquelas que impactam diretamente na qualidade de vida e bem-estar da população das unidades da federação e do Distrito Federal. A função Educação e a função Cultura foram agregadas, resultando na função Educação e Cultura. O mesmo ocorreu com a função Indústria e a função Comércio e Serviços, resultando na função Indústria, Comércio e Serviços e, também, com as funções Judiciária e Essencial à Justiça. Isto se deve ao fato de que, até 2001, segundo a classificação funcional dos orçamentos estas funções encontravam-se agregadas, além de refletirem a ação governamental em aspectos semelhantes da realidade socioeconômica dos estados e Distrito Federal.

Para cada uma das funções dos orçamentos estaduais anteriormente descritas são elaborados escores padronizados, a partir da seleção de indicadores socioeconômicos de *insumo*, *produto* e *resultado*.

Estes escores são utilizados para a geração dos índices de eficiência (relação *insumo* x *produto*) e efetividade (relação *insumo* x *resultado*), em cada uma das funções, através do Modelo de Fronteira de Desempenho denominado *Free Disposal Hull*, ou FDH.

Adicionalmente, para as funções Educação e Cultura, Saúde e Segurança Pública a eficiência e eficácia das unidades da federação é medida através do Método de Ajuste pela Função de Hill, que permite amenizar algumas distorções causadas pelo modelo FDH.

Finalmente é realizada uma comparação entre os resultados obtidos por ambos os métodos.

Como resultado do trabalho é possível, de fato, verificar se os estados com maior oferta de produtos são considerados eficientes ou se os que alcançam os melhores resultados são os mais efetivos e, também, se há uma relação direta entre estados eficientes e estados efetivos.

Com este trabalho pretende-se disponibilizar uma ferramenta que possibilite aos governos estaduais avaliar seu desempenho em termos de eficiência e efetividade, sempre em relação às suas despesas, segundo as funções do orçamento selecionadas.

CONCEITOS

O fundamento utilizado é o de que a ação dos governos pode ser avaliada através de três componentes: os indicadores de *insumo*, os indicadores de *produto* e os indicadores de *resultado*.

Os *indicadores de insumo* informam a quantidade de recursos financeiros alocados nas funções dos orçamentos das unidades da federação. No presente trabalho, os indicadores de *insumo* se referem às despesas médias, *per capita*, efetuadas nos anos de 2002 a 2004, corrigidas pelo IPCA a preços de 2004, da administração direta em cada uma das funções selecionadas dos orçamentos estaduais. Um exemplo de indicador de *insumo* é a despesa média *per capita* na função Educação no período 2002-2004.

Os *indicadores de produto* são indicadores que traduzem em medidas quantitativas o esforço operacional dos governos na alocação de recursos humanos e/ou materiais. Basicamente, estes indicadores representam a oferta de bens e serviços públicos à população. Como exemplo deste tipo de indicador, tem-se o percentual de estabelecimentos públicos ou do número de alunos por professor nas redes estaduais de Ensino Fundamental e Médio.

Já os *indicadores de resultado* são aqueles vinculados diretamente à realidade social dos estados. São medidas que demonstram as condições de vida da população nas áreas de saúde, educação, trabalho e renda, entre outros, indicando a presença/ausência ou avanço/retrocesso das políticas públicas. Basicamente, os indicadores de *resultado* são os

que retratam, direta ou indiretamente, os resultados das políticas públicas adotadas. Exemplos típicos são as taxas de analfabetismo e o desempenho escolar.

Estabelecidos os conceitos acima, pode-se definir *eficiência* como a quantidade de produtos ofertados com os recursos disponíveis (insumo). Assim, para efeitos deste trabalho, as unidades da federação que ofertam mais produtos com o menor volume de insumos são as mais eficientes ou, simplesmente, eficientes. Por extensão, *efetividade* são os resultados alcançados com os recursos disponíveis (insumo) e as unidades da federação que alcançam os melhores resultados com o menor volume de insumo são as mais efetivas.

RELAÇÃO INSUMO X PRODUTO

Da comparação dos insumos com os produtos é possível avaliar se a despesa efetuada com a oferta de produtos e/ou serviços está sendo realizada de forma eficiente.

Como exemplo, observando a função Educação, em cada uma das unidades da federação, verifica-se que nela estão contidas todas as despesas envolvendo, tanto aquelas realizadas para o custeio da educação (despesas com salário dos professores, com compra de material escolar, com reparos nas escolas etc.), como as de investimento (despesas com a construção de novas escolas ou com a compra de computadores novos para as escolas, por exemplo).

Porém, esses valores nada dizem a respeito dos produtos e/ou serviços, pois não informam quantos professores, quantas escolas ou quantas vagas são ofertadas à população através desses recursos.

RELAÇÃO INSUMO X RESULTADO

Seguindo com o exemplo da educação, mesmo de posse das informações sobre os insumos e produtos e da comparação entre eles, ainda não se pode determinar a sua efetividade, pois mesmo que seja efetuado um grande dispêndio de recursos na função Educação e ofertada um grande número de vagas, os estudantes podem não estar obtendo uma educação de boa qualidade. Para tal, deve-se avaliar a qualidade da educação oferecida aos estudantes – o resultado.

Então, finalmente, da comparação dos insumos com os produtos e com os resultados, pode-se saber quais unidades da federação conseguem oferecer uma educação de melhor qualidade para seus estudantes, com menor custo e com os melhores recursos materiais e humanos. Obviamente, este exemplo da função Educação pode ser estendido às demais funções do orçamento.

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL DOS ORÇAMENTOS ESTADUAIS E INDICADORES SELECIONADOS

As funções do orçamento selecionadas foram distribuídas em duas áreas: Sociedade e Economia. A área Sociedade é composta das seguintes funções dos orçamentos estaduais: Legislativa; Judiciária e Essencial à Justiça; Segurança Pública; Saúde; Educação e Cultura e Habitação. Já a área Economia compreende Agricultura; Indústria, Comércio e Serviços; Energia; Transporte e Trabalho.

Para mensurar os produtos ofertados à população e os resultados obtidos pelos governos das unidades da federação, através da classificação funcional dos orçamentos estaduais, foram selecionados vários indicadores socioeconômicos de produto e resultado, vinculados a cada uma das funções, que servem de referência em relação a aspectos-chave do bem-estar social da população dos estados.

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA 2007 – ANEXO

1 SOCIEDADE

Classificação Funcional: Legislativa	
Indicador de Insumo:	Despesa média dos estados com a função Legislativa em R\$ per capita (2002 a 2004).
Indicador de Produto:	Número de deputados estaduais por 100.000 habitantes (2004).
Indicador de Resultado:	Número de projetos apreciados por deputado estadual (2004).
Classificação Funcional: Judiciária e Essencial à Justiça	
Indicador de Insumo:	Despesa média dos estados com as funções Judiciária e Essencial à Justiça em R\$ per capita (2002 a 2004).
Indicadores de Produto:	Número de juizes estaduais por 100.000 habitantes (2003).
	Número de desembargadores estaduais por 100.000 habitantes (2003).
	Número de juizados especiais por 100.000 habitantes (2003).
Indicadores de Resultado:	Percentual de casos julgados na justiça comum de 1º grau e em Tribunais de Justiça dos estados (2003).
	Percentual de casos julgados nos Juizados Especiais (2003).
Classificação Funcional: Segurança Pública	
Indicador de Insumo:	Despesa média dos estados com a função Segurança Pública em R\$ per capita (2002 a 2004).
Indicadores de Produto:	Número de policiais civis por 100.000 habitantes (2003).
	Número de policiais militares por 100.000 habitantes (2003).
	Número de policiais técnicos por 100.000 habitantes (2003).
	Número de bombeiros por 100.000 habitantes (2003).
	Número de presos por vaga no sistema prisional (2004).
Indicadores de Resultado:	Número de ocorrências de homicídios por 100.000 habitantes (2003).
	Número de ocorrências de roubos por 100.000 habitantes (2003).
	Número de ocorrências de furtos por 100.000 habitantes (2003).
	Número de ocorrências de óbitos em acidentes de trânsito por 100.000 habitantes (2002).
Classificação Funcional: Saúde	
Indicador de Insumo:	Despesa média dos estados com a função Saúde e Saneamento em R\$ per capita (2002 a 2004).
Indicadores de Produto:	Número de hospitais por 100.000 habitantes (2003).
	Número de postos de saúde por 100.000 habitantes (2003).
	Número de médicos por 1.000 habitantes (2003).
	Número de enfermeiros por 1.000 habitantes (2003).
	Número de consultas médicas pelo SUS por habitante (2003).
	Número de leitos do SUS por 1.000 habitantes (2003).
	Número de internações hospitalares pelo SUS por 100 habitantes (2003).
Indicadores de Resultado:	Percentual de adolescentes grávidas (2004).
	Óbitos de mães/100.000 crianças nascidas vivas (2002).
	Óbitos/1.000 crianças nascidas vivas (2003).
	Percentual de crianças com baixo peso ao nascer (2003).
	Percentual de crianças menores de 1 ano de idade com vacinas em dia (2004).
	Número médio de anos de vida que uma pessoa nascida em dado lugar, no ano de referência, tem probabilidade de viver (2003).
	Número de óbitos por AIDS/100.000 habitantes (2002).
	Taxa de incidência de tuberculose (2004).
	Número de óbitos por suicídio/100.000 habitantes (2004).
	Número de ocorrências registradas de internação por cólera/100.000 habitantes (2004).
	Número de ocorrências registradas de internação por leptospirose/100.000 habitantes (2004).
	Número de ocorrências registradas de internação por tifo/100.000 habitantes (2004).
Classificação Funcional: Educação e Cultura	
Indicador de Insumo:	Despesa média dos estados com a função Educação e Cultura em R\$ per capita (2002 a 2004).
Indicadores de Produto:	Número de alunos por professor nas escolas estaduais de ensino fundamental (2004).
	Número de alunos por professor nas escolas estaduais de ensino médio (2004).
	Percentual do número de estabelecimentos estaduais de ensino fundamental (2004).
	Percentual do número de estabelecimentos estaduais de ensino médio (2004).
	Percentual de matrículas na rede estadual de ensino fundamental (2004).
	Percentual de matrículas na rede estadual de ensino médio (2004).
	Investimento Lei Rouanet em R\$ por 1.000 habitantes (2002).
	Investimento Lei Rouanet em R\$ por 1.000 habitantes (2004).
Indicadores de Resultado:	Percentual de abandono escolar na rede estadual de ensino fundamental (2004).
	Percentual de abandono escolar na rede estadual de ensino médio (2004).
	Percentual de pessoas de 15 ou mais anos de idade analfabetas (2004).
	Percentual de aprovação escolar na rede estadual de ensino fundamental (2004).
	Percentual de aprovação escolar na rede estadual de ensino médio (2004).
	Média de anos de estudo da população de 10 anos ou mais de idade (2004).
	Percentual de alunos com conhecimento adequado em matemática e português na 4ª série do ensino fundamental (2003).
	Percentual de alunos com conhecimento adequado em matemática e português na 8ª série do ensino fundamental (2003).
	Percentual de alunos com conhecimento adequado em matemática e português na 3ª série do ensino médio (2003).
	Percentual de alunos que apresentam distorção na relação idade-série na rede estadual do ensino fundamental (2003).
	Percentual de alunos que apresentam distorção na relação idade-série na rede estadual do ensino médio (2003).
	Valor do rendimento médio mensal familiar (2004).
Classificação Funcional: Habitação	
Indicador de Insumo:	Despesa média dos estados com a função Habitação e Urbanismo em R\$ per capita (2002 a 2004).
Indicadores de Produto:	Percentual de municípios com programas habitacionais de construção de unidades (2004).
	Percentual de municípios com programas habitacionais de oferta de lotes (2004).
	Percentual de municípios com programas de regularização fundiária (2004).
	Percentual de municípios com programas de urbanização de assentamentos (2004).
	Percentual de municípios com cadastro habitacional de famílias interessadas (2004).
Indicadores de Resultado:	Estimativa percentual do déficit habitacional total em relação ao número de domicílios particulares permanentes (2004).
	Percentual de moradores em domicílios particulares permanentes próprios em relação ao número total de moradores em domicílios particulares permanentes (2004).

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA 2007 – ANEXO

2 ECONOMIA

Classificação Funcional: Agricultura	
Indicador de Insumo:	Despesa média dos estados com a função Agricultura em R\$ per capita (2002 a 2004).
Indicadores de Produto:	Percentual do número de contratos firmados através do PRONAF (2003).
	Percentual do número de pesquisadores de Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária - OEPA's nos estados em relação ao total de pesquisadores de OEPA's no Brasil
	Percentual de municípios com escritórios locais de Empresas Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural nos estados (2003)
	Percentual da área aprovada para a produção de sementes certificadas em relação ao total da área aprovada no Brasil (2004).
	Percentual do volume de sementes certificadas produzidas em relação ao total produzido no Brasil (2004).
Indicadores de Resultado:	Percentual do VAB da atividade agropecuária em relação ao VAB total (2003).
	VAB per capita da agropecuária (R\$/população ocupada na atividade agrícola) (2003).
	Percentual de pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na atividade agrícola (2003).
	Produtividade da lavoura temporária, em toneladas por hectare (2004).
	Percentual da quantidade produzida da lavoura temporária em relação ao total da quantidade produzida no Brasil (2004)
Classificação Funcional: Indústria, Comércio e Serviços	
Indicador de Insumo:	Despesa média dos estados com as funções Indústria e Comércio e Serviços em R\$ per capita (2002 a 2004).
Indicadores de Produto:	Percentual do número de movimentações de empresas nas Juntas Comerciais dos estados em relação ao total de movimentações no Brasil (2004).
	Percentual do número de roteiros turísticos identificados nos estados em relação ao total do Brasil (2004).
Indicadores de Resultado:	Variação percentual do número de empresas existentes ano a ano (2003).
	Percentual do número de empresas existentes nos estados em relação ao número de empresas existentes no Brasil (2003).
	Valor das exportações em US\$FOB per capita (2004).
	Valor das importações em US\$FOB per capita (2004).
	Percentual do VAB da atividade industrial em relação ao VAB total (2003).
	VAB per capita da indústria (R\$/população ocupada na atividade industrial) (2003).
	Percentual do VAB da atividade comércio e serviços em relação ao VAB total (2003).
	VAB per capita do comércio e serviços (R\$/população ocupada na atividade comércio e serviços) (2003).
	Percentual de pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas na atividade industrial (2003).
	Percentual de pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na atividade comércio e serviços (2003).
	Percentual do número de desembarques de passageiros originados de transporte aéreo nacional nos estados (2004).
	Percentual do número de desembarques de passageiros originados de transporte aéreo internacional nos estados (2004).
	Percentual de estabelecimentos na atividade turística (2003).
	Percentual do PIB dos estados em relação ao PIB do Brasil (2003).
	Percentual de nascidos nos estados que migraram para outros estados. (2004).
	PIB per capita (2003).
Classificação Funcional: Energia	
Indicador de Insumo:	Despesa média dos estados com a função Energia e Recursos Minerais em R\$ per capita (2002 a 2004).
Indicadores de Produto:	Percentual de domicílios particulares permanentes rurais com iluminação elétrica nos estados brasileiros (2004).
	Percentual de domicílios particulares permanentes urbanos com iluminação elétrica nos estados brasileiros (2004).
Indicadores de Resultado:	Consumo residencial per capita de eletricidade (tep/per capita) (2004).
	Percentual do consumo residencial de eletricidade em relação ao consumo residencial do Brasil (2004).
	Percentual do pessoal ocupado na atividade de produção e distribuição de energia elétrica em relação ao pessoal ocupado total (2003)
	Percentual do VAB da atividade de eletricidade, gás e água em relação ao VAB total (2003).
	VAB per capita da atividade de eletricidade, gás e água (2003).
Classificação Funcional: Transporte	
Indicador de Insumo:	Despesa média dos estados com a função Transporte em R\$ per capita (2002 a 2004).
Indicadores de Produto:	Percentual da malha rodoviária estadual em relação ao total da malha rodoviária estadual do Brasil (2003).
	Percentual de quilômetros de rodovias estaduais pavimentadas (2003).
	Percentual de rodovias pavimentadas com conceito ótimo e bom (2004).
	Densidade da malha rodoviária estadual (km de rodovias estaduais/Km ²) (2003).
Indicadores de Resultado:	Percentual de passageiros transportados através do transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional em relação ao total de passageiros (2004).
	Percentual do pessoal ocupado na atividade de transporte, armazenagem e comunicações em relação ao pessoal ocupado total (2003)
	Percentual do VAB da atividade transporte e armazenagem em relação ao VAB total (2003).
	VAB per capita do transporte e armazenagem (2003).
Classificação Funcional: Trabalho	
Indicador de Insumo:	Despesa média dos estados com a função Trabalho em R\$ per capita (2002 a 2004).
Indicadores de Produto:	Percentual do valor do investimento realizado pelo Plano Nacional de Qualificação/PNQ nos estados em relação ao total do Brasil (2003)
	Número de pessoas inscritas por vaga oferecida pelo SINE (2003)
	Percentual do número de vagas oferecidas pelo SINE nos estados em relação ao total do Brasil (2003)
Indicadores de Resultado:	Percentual da População Economicamente Ativa ocupada (2004)
	Percentual de pessoas colocadas pelo SINE no mercado de trabalho formal em relação ao número de vagas oferecidas (2003)
	Percentual da ocupados com carteira assinada ou militares ou funcionários públicos (2004)

QUANTIFICAÇÃO DAS RELAÇÕES INSUMO X PRODUTO E INSUMO X RESULTADO

A fim de mensurar as relações insumo x produto - a despesa efetuada com a oferta de recursos humanos e/ou materiais pelos governos estaduais e insumo x resultado - a despesa efetuada com as políticas sociais e seu reatamento na sociedade, foi necessário utilizar um tratamento estatístico e adotar um método que possibilitasse a obtenção de respostas para algumas perguntas, tais como:

- Quais são as unidades da federação mais eficientes em determinada função do orçamento, ou seja, em qual estado é maior a oferta de produtos com os insumos disponibilizados?
- Quais são as unidades da federação mais efetivas, ou seja, quais estados obtêm os melhores resultados através dos insumos disponíveis?
- Quais estados são, simultaneamente, eficientes e efetivos em determinada função?

Para responder a estes questionamentos, o modelo adotado gera três índices: um para insumo, outro para produto e um terceiro para resultado, a partir da agregação de sub-índices, também de insumos, produtos e resultados, para cada uma das funções dos orçamentos estaduais selecionadas. A obtenção dos índices se dá através de três etapas:

1. LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES

Foram coletadas informações para cada um dos indicadores (insumo, produto e resultado), dentro de cada uma das funções do orçamento, para cada uma das unidades da federação, conforme apresentadas na listagem à página 6, sob o título Funções dos Orçamentos Estaduais e Indicadores selecionados. São os chamados *escores brutos* dos estados, ou *EB*. Sempre que possível, os escores brutos foram coletados com base nos dados de 2004, com exceção dos indicadores de insumo que se referem às despesas médias, *per capita*, efetuadas nos anos de 2002 a 2004, corrigidas pelo IPCA a preços de 2004. Caso as informações não estivessem disponíveis para este ano, foram utilizadas as do ano imediatamente anterior, até o limite de 2002.

Os indicadores não são todos de 2004 – dos 115 indicadores de produto e resultados utilizados, quatro são de 2002, cinquenta e sete de 2003 e sessenta e quatro de 2004, coletados dentro do mesmo ano para todos os estados. Nesse caso, deve-se levar em consideração que o insumo é a despesa média do período em cada uma das funções selecionadas.

2. CÁLCULO DOS SUB-ÍNDICES

Quando diversas variáveis são utilizadas para compor o resultado final de um processo classificatório entre diversas unidades, é muito mais importante conhecer o desempenho de uma unidade em particular comparativamente aos resultados obtidos pelas demais unidades, do que o seu desempenho individual. Para a obtenção desse resultado final, relativo, utilizou-se um tratamento estatístico, denominado *escore padronizado* ou *EP* que, corresponde ao valor atribuído ao sub-índice.

O tratamento estatístico utilizado para se obter o escore padronizado, ou o valor do sub-índice, é dado por:

$$EP = 5 \pm (EB - M)\delta^{-1}, \text{ onde:}$$

EP é o escore padronizado ou o valor do sub-índice; *EB* é o escore bruto da unidade da federação; *M* e δ são, respectivamente, a média e o desvio padrão dos escores brutos de todas as unidades da federação. O número cinco indica o valor da média.

Aplicada a fórmula, os valores dos sub-índices, de cada um dos estados, variam no intervalo de zero (pior) a dez (melhor). O sinal “±” dependerá do comportamento do indicador. Se o indicador for positivo – quanto maior o escore bruto, melhor – o sinal utilizado será “+”. Se o indicador for negativo – quanto menor o escore bruto, melhor – então o sinal utilizado será “-”. Exemplo de indicador positivo é a taxa de aprovação nos ensinos fundamental e médio e, de indicador negativo, a taxa de analfabetismo.

3. CÁLCULO DOS ÍNDICES

De posse do valor dos sub-índices para cada um dos indicadores de insumo, produto e resultado das funções do orçamento, parte-se para o cálculo dos índices de insumo, produto e resultado para as respectivas funções do orçamento. Isto é realizado, simplesmente, agregando o valor de todos os sub-índices de uma determinada função do orçamento em um único valor – o índice.

A questão que pode gerar mais controvérsia e dificuldade é o da atribuição dos pesos aos sub-índices para a geração dos índices. Nossa escolha é a mais simples e, também, a mais transparente: todos os sub-índices têm o mesmo peso. Pode-se dizer que esta escolha é a mais “democrática”, embora arbitrária, mas sem deixar de ser razoável.

Assim, os índices de insumo, produto e resultado para cada uma das funções do orçamento são calculados como a média aritmética dos sub-índices.

OBTENÇÃO DAS MEDIDAS DE EFICIÊNCIA E EFETIVIDADE

APLICAÇÃO DO MODELO DE FRONTEIRA DE DESEMPENHO - FDH

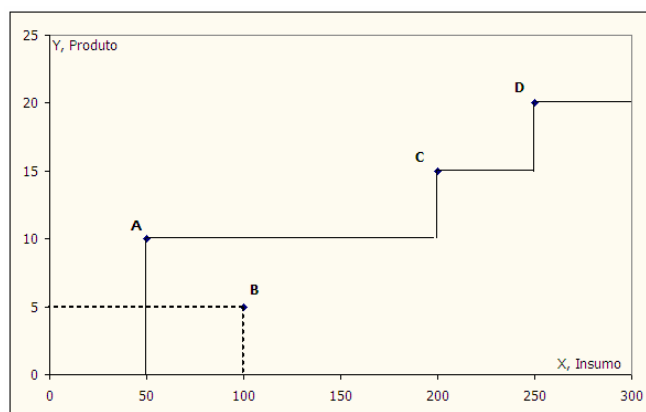
Para se medir a eficiência (insumo x produto) e a efetividade (insumo x resultado) das unidades da federação em cada uma das funções orçamentárias selecionadas, adotou-se o Modelo de Fronteira de Desempenho, denominado *Free Disposal Hull analysis* (fronteira com livre descarte de recursos), ou simplesmente *FDH*. A medida FDH gera uma fronteira constituída apenas de planos de produção observados, e não hipotéticos como em outros métodos. Esta técnica, proposta por DEPRINS, SIMAR e TULKENS em 1984, foi utilizada por AFONSO, SCHUKNECHT e TANZI, para medir a eficiência de 23 países industrializados em 2003, conforme descrito no documento *Public Sector Efficiency: An International Comparison*. O modelo permite medir o grau de eficiência e efetividade de cada uma das unidades da federação, comparando o seu desempenho individual em relação a uma fronteira de desempenho máximo alcançado. Ao longo desta fronteira estão localizadas as unidades da federação que conseguiram realizar a maior oferta de produtos e serviços ou que alcançaram o melhor resultado com uma determinada quantidade de insumo (despesa). Ou seja, assume-se que as unidades da federação que tenham alcançado o máximo desempenho estejam sobre a linha de fronteira. A eficiência e a efetividade das demais unidades da federação são calculadas medindo-se as suas distâncias em relação a essa linha de fronteira.

CONCEITO DE DOMINÂNCIA

Uma característica importante desse modelo de fronteira de desempenho é o conceito de *dominância* (TULKENS, 1993). Uma unidade é considerada dominante em relação à outra, quando ela alcançar um maior desempenho, seja ofertando o mesmo nível de produtos, seja alcançando o mesmo nível de resultados, utilizando uma menor quantidade de insumo (despesa). As unidades com melhor desempenho, não dominantes, também chamadas "eficientes por *default*", são aquelas que não podem ser comparadas com nenhuma outra. Elas são consideradas de bom desempenho por ausência de outras unidades, cujos indicadores sejam semelhantes aos seus. Há um viés do método em favor das unidades eficientes por *default*, pelo fato de não serem comparáveis às demais unidades do conjunto.

O método FDH pode ser graficamente ilustrado conforme a figura 1:

FIG.1. Fronteira de desempenho máximo - eficiência (insumo x produto)



O gráfico 1 apresenta o desempenho hipotético da relação insumo x produto de quatro unidades. Elas utilizam determinada quantidade de insumo (despesa), medido ao longo do eixo das abcissas (X). Com a despesa efetuada, elas ofertam um determinado nível de produtos e/ou serviços, medido ao longo do eixo das ordenadas (Y). O desempenho das quatro unidades é, obviamente, diferente. Nesse caso, o desempenho será chamado *eficiência*, já que a relação medida é insumo x produto. Por exemplo, a unidade A é eficiente em relação a qualquer outra localizada abaixo ou à direita da sua fronteira. A unidade B tem uma despesa maior que a unidade A, $X(B) > X(A)$. Entretanto, a oferta de produtos da unidade B é menor que a oferta de produtos da unidade A, $Y(B) < Y(A)$.

Portanto, a unidade B apresenta uma menor eficiência com referência a unidade A. Por outro lado, a unidade A, mais eficiente em relação à unidade B, é colocada na fronteira de desempenho máximo. Isto significa que não há outra unidade, além de A, que consiga ofertar o mesmo nível de produtos com menor nível de insumo. Similarmente, as unidades C e D estão na fronteira de desempenho máximo porque não existem outras unidades que ofertem o mesmo nível de produtos com menor nível de insumo.

Sob o ponto de vista do conceito de dominância, a unidade A é dominante em relação à B, e as unidades C e D são eficientes por *default*. GUPTA e VERHOEVEN (2001) chamam as unidades C e D de *independentemente eficientes* e a unidade A de *não independentemente eficiente*.

O exemplo mostra que o desempenho de insumo da unidade B em relação à A é dado por $X(A)/X(B)$, que é 0,5 – menor do que um, já que a unidade B está no interior da fronteira de desempenho máximo. Isto significa que a unidade B poderia reduzir em 50% suas despesas para oferecer o mesmo nível de produtos ofertados pela unidade da federação A. Já o desempenho de produto ofertado pela unidade da federação B em relação a unidade da federação A é dado por $Y(B)/Y(A)$. O resultado é que a unidade B também oferta 50% menos de produtos que a unidade A. Deve-se ter cautela ao se avaliar estas comparações, pois o dobro em eficiência ou efetividade, não significa, necessariamente, o dobro de bem-estar alcançado. No exemplo, a função que representa a fronteira de desempenho é dada por:

$$Y=f(X)= \begin{cases} 0, & X < 50 \\ 10, & 50 \leq X < X(C) \\ Y(C), & X(C) \leq X < X(D) \\ Y(D), & X \geq X(D) \end{cases}$$

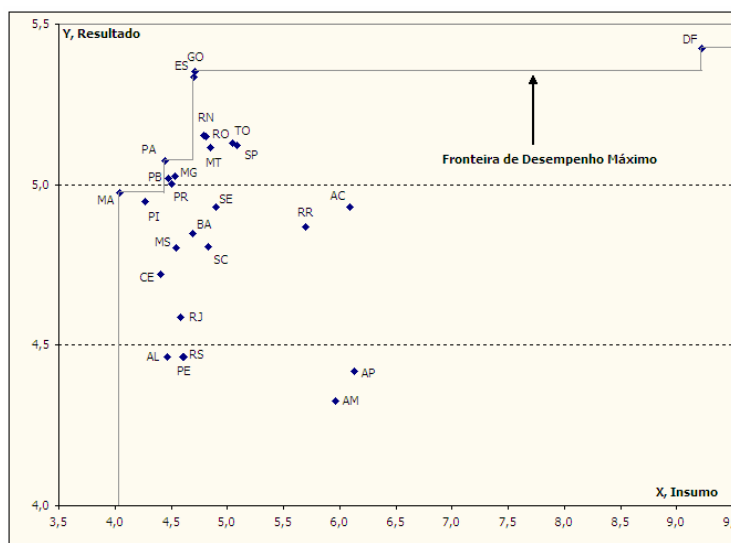
Através do modelo proposto, é possível medir a eficiência (insumo x produto) e a efetividade (insumo x resultado) das unidades da federação e do Distrito Federal, a partir dos índices de insumo, produto e resultado obtidos por elas em cada uma das funções orçamentárias selecionadas.

À eficiência e à efetividade são atribuídos escores compreendidos no intervalo entre zero e um, sendo este último o valor atribuído às unidades da federação que estão localizadas sobre a fronteira de desempenho máximo. É importante observar que as unidades da federação que estão localizadas sobre a fronteira de desempenho máximo são consideradas eficientes/efetivas por definição e as demais unidades são avaliadas comparativamente a elas.

Tanto na eficiência, quanto na efetividade, o escore de insumo de uma determinada unidade da federação, que não está localizada sobre a fronteira de desempenho máximo, indica em quanto ela poderia reduzir o seu nível de insumo, de forma a continuar ofertando o mesmo nível de produtos e serviços ou obter os mesmos resultados. É o que se pode chamar de “ótica do insumo”.

Adicionalmente, o escore de produto/resultado indica o quanto de incremento na oferta de produtos ou nos resultados se poderia obter com a mesma quantidade de insumo, quando comparada com uma unidade da federação eficiente/efetiva sobre a fronteira de desempenho máximo. Essa seria a “ótica do produto/resultado”.

FIG.2. Fronteira de desempenho máximo – efetividade na função Saúde (insumo x resultado)



Como exemplo, a figura 2 apresenta os resultados obtidos ao medir a efetividade (insumo x resultado) na função Saúde das unidades da federação, a partir dos escores padronizados de insumo e resultado.

O gráfico apresenta os valores dos escores padronizados das unidades da federação para o insumo (despesa) ao longo do eixo das abcissas (X). Sobre o eixo das ordenadas (Y) está assinalada a média dos escores padronizados dos indicadores de resultado da função orçamentária Saúde. A linha da fronteira de desempenho máximo constitui-se das unidades da federação efetivas: MA (Maranhão), PA (Pará), ES (Espírito Santo), GO (Goiás) e DF (Distrito Federal).

Pode surpreender o fato de o estado do Maranhão estar na fronteira de desempenho máximo e ser considerado efetivo, já que, considerando-se os resultados da função Saúde – referenciados pelo eixo das ordenadas, 12 estados têm índice superior. Deve-se considerar que a avaliação é feita também em relação ao insumo. Ou seja, os estados com índice de resultado superior ao do Maranhão têm uma despesa mais elevada e, se o Maranhão tivesse o mesmo nível de despesa de qualquer daqueles estados, seu resultado poderia ser melhor.

Sob o ponto de vista do conceito de dominância em relação ao insumo, DF e ES são efetivos por *default*; MA é dominante em relação a PI e CE; PA é dominante em relação a AL, PB, PR, MG, MS, RJ, PE, RS e BA; GO é dominante em relação a RN, RO, SC, MT, SE, TO, SP, RR, AM, AC e AP. Levando-se em consideração o resultado, DF e GO são efetivos por *default*. MA é dominante em relação a PI, SE, AC, RR, BA, SC, MS, CE, RJ, RS, PE, AL, AP e AM; PA é dominante em relação a MG, PB e PR; ES é dominante em relação a RN, RO, TO, SP e MT.

Os escores, tanto para o desempenho de insumo, quanto para o desempenho de resultado são visualizados na tabela 1:

TAB. 1. Função orçamentária Saúde – efetividade (insumo x resultado)

FUNÇÃO SAÚDE					
REGIÃO	UF	EFETIVIDADE			
		INSUMO		RESULTADO	
		ÍNDICE DE DESEMPENHO	RANKING	ÍNDICE DE DESEMPENHO	RANKING
NORTE	RO	0,38	11	0,37	17
	AC	0,77	26	0,33	8
	AM	0,73	25	0,87	27
	RR	0,83	24	0,36	12
	PA	1,00	1	1,00	1
	AP	0,77	27	0,83	26
	TO	0,34	21	0,36	18
NORDESTE	MA	1,00	1	1,00	1
	PI	0,35	20	0,33	6
	CE	0,32	23	0,35	21
	RN	0,38	9	0,37	14
	PB	0,33	7	0,33	10
	PE	0,37	16	0,30	24
	AL	1,00	6	0,30	25
	SE	0,36	18	0,33	7
SUDESTE	BA	0,35	19	0,37	13
	MG	0,38	10	0,33	9
	ES	1,00	1	1,00	1
	RJ	0,37	15	0,32	22
	SP	0,33	22	0,36	19
SUL	PR	0,33	8	0,33	11
	SC	0,38	13	0,37	15
	RS	0,36	17	0,30	23
CENTRO OESTE	MS	0,38	12	0,37	16
	MT	0,37	14	0,36	20
	GO	1,00	1	1,00	1
	DF	1,00	1	1,00	1

A tabela 1 informa que o desempenho de insumo inicia com um escore de 0,77 – do Acre e do Amapá. Isto significa que esses estados, utilizando apenas 77% dos recursos despendidos, poderiam obter os mesmos resultados. Já o escore de desempenho de resultado inicia em 0,87 – do Amazonas. Ou seja, com os recursos despendidos, o Amazonas consegue 87% dos resultados que poderiam ser obtidos.

ANÁLISE DOS RESULTADOS DAS MEDIDAS DE EFICIÊNCIA E EFETIVIDADE POR FUNÇÃO DOS ORÇAMENTOS ESTADUAIS

Nas páginas seguintes são feitas análises para cada uma das funções dos orçamentos estaduais em que são abordados, de uma forma geral, os principais aspectos

relacionados à eficiência/efetividade das unidades da federação. Considera-se, nesse trabalho, 5% de variação em relação ao estado dominante como um valor razoável de margem de eficiência e efetividade.

1. Sociedade

FUNÇÃO LEGISLATIVA:

TAB. 2. Eficiência e efetividade na função orçamentária Legislativa

		FUNÇÃO LEGISLATIVA											
REGIÃO	UF	ESCORES PADRONIZADOS			EFICIÊNCIA				EFETIVIDADE				
		INSUMO	PRODUTO	RESULTADO	INSUMO		PRODUTO		INSUMO		RESULTADO		
					ÍNDICE DE DESEMPENHO	RANKING	ÍNDICE DE DESEMPENHO	RANKING	ÍNDICE DE DESEMPENHO	RANKING	ÍNDICE DE DESEMPENHO	RANKING	
NORTE	RO	6,24	5,44		0,99	12	0,95	22					
	AC	6,23	7,60		1,00	1	1,00	1					
	AM	4,98	4,62	4,23	0,96	18	0,95	23	0,85	19	0,72	16	
	RR	7,49	8,25	4,29	1,00	1	1,00	1	0,74	21	0,73	14	
	PA	4,37	4,47	3,89	0,99	11	0,98	17	0,96	9	0,66	20	
	AP	7,17	6,77	4,75	0,87	25	0,89	25	0,77	20	0,81	12	
	TO	4,78	5,72	4,77	1,00	1	1,00	1	0,88	17	0,81	11	
NORDESTE	MA	4,14	4,57		1,00	1	1,00	1					
	PI	4,31	4,87		1,00	1	1,00	1					
	CE	4,05	4,45	4,27	1,00	1	1,00	1	0,98	7	0,73	15	
	RN	4,83	4,68	5,42	0,99	14	0,96	21	0,87	18	0,93	7	
	PB	4,34	4,87	4,07	1,00	1	1,00	1	0,97	8	0,70	19	
	PE	4,19	4,46	4,61	0,99	15	0,98	19	0,95	11	0,79	13	
	AL	4,73	4,77		0,92	23	0,98	16					
	SE	5,17	5,10	6,57	0,92	22	0,89	24	1,00	1	1,00	1	
	BA	4,01	4,33	4,78	1,00	1	1,00	1	0,99	5	0,82	10	
SUDESTE	MG	4,45	4,28	5,30	0,97	16	0,99	14	0,95	12	0,90	8	
	ES	4,65	4,76	6,33	0,93	21	0,98	18	0,91	16	0,97	5	
	RJ	5,24	4,33	4,18	0,91	24	0,99	13	0,99	6	0,71	17	
	SP	3,98	4,11	5,86	1,00	1	1,00	1	1,00	1	1,00	1	
	PR	4,15	4,41	5,13	0,99	13	0,99	11	0,96	10	0,88	9	
SUL	SC	4,62	4,56	3,97	0,94	19	0,99	12	0,91	15	0,57	21	
	RS	4,49	4,39	4,12	0,97	17	0,99	15	0,94	13	0,70	18	
	MS	6,00	4,94	5,53	0,80	27	0,86	26	0,92	14	0,94	6	
CENTRO OESTE	MT	5,55	4,74	6,98	0,86	26	0,97	20	1,00	1	1,00	1	
	GO	4,21	4,61	6,54	1,00	1	1,00	1	1,00	1	1,00	1	
	DF	6,64	4,91		0,94	20	0,86	27					

Segundo a tabela 2, observa-se que na função Legislativa:

São eficientes AC e TO (Região Norte); MA, PI, CE, PB e BA (Região Nordeste). São eficientes por *default* RR, SP e GO. Observa-se que em termos de eficiência há uma maior concentração de estados da Região Nordeste. Eles são eficientes, não pela quantidade de produtos ofertados e, sim, pela baixa despesa – dos seis estados eficientes, cinco têm despesa abaixo da média²³.

O menor índice de insumo é do MS com 0,80, indicando que poderia haver uma economia de 20% para a obtenção dos mesmos produtos. Nessa função, 18 estados têm índice de insumo superior a 0,95. Isto indica que na função Legislativa há, no geral, um desempenho semelhante de insumo. Em relação ao índice de produto, com exceção do DF, MS, AP e SE, todos os demais estados têm índice maior ou igual a 0,95. O que era esperado, uma vez que o indicador que mede o produto na função Legislativa é o número de deputados por 100.000 habitantes²⁴.

Já em relação à efetividade aparecem dois estados efetivos na Região Centro-Oeste: MT e GO, além de SE e SP. O menor índice de insumo é o de RR com 0,74. RR poderia economizar 26% para obter os mesmos resultados. SC é o estado com o menor índice de resultado: 0,57. Seus resultados poderiam ser superiores em 43%. Além dos quatro estados efetivos, apenas ES obtém índice de resultado superior a 0,95.

As unidades da federação, simultaneamente eficientes e efetivas na função Legislativa são SP e GO, ainda que ambas sejam eficientes por *default*. Não há uma relação direta entre estados eficientes e estados efetivos.

²³ A média pela padronização dos escores é 5 (cinco).

²⁴ O número de Deputados à Assembléia Legislativa corresponderá ao triplo da representação do Estado na Câmara dos Deputados e atingido o número de 36, será acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de 12 – Art. 27 da Constituição Federal. Se os custos por parlamentar fossem constantes, esta regra por si só induziria a uma menor eficiência aos estados pequenos e maior eficiência aos grandes estados.

FUNÇÃO JUDICIÁRIA E ESSENCIAL À JUSTIÇA:

TAB. 3. Eficiência e efetividade na função orçamentária Judiciária e Essencial à Justiça

FUNÇÃO JUDICIÁRIA E ESSENCIAL À JUSTIÇA												
REGIÃO	UF	ESCORES PADRONIZADOS			EFICIÊNCIA				EFETIVIDADE			
		INSUMO	PRODUTO	RESULTADO	INSUMO		PRODUTO		INSUMO		RESULTADO	
					ÍNDICE DE DESEMPENHO	RANKING	ÍNDICE DE DESEMPENHO	RANKING	ÍNDICE DE DESEMPENHO	RANKING	ÍNDICE DE DESEMPENHO	RANKING
NORTE	RO	6,21	6,19	6,12	0,95	20	0,82	25	0,66	16	0,90	2
	AC	6,20	6,81	5,85	0,95	19	0,90	24	0,66	15	0,86	4
	AM	4,63	4,35		0,97	15	0,95	19				
	RR	5,88	7,56		1,00	1	1,00	1				
	PA	4,15	4,60	4,33	1,00	1	1,00	1	0,99	3	0,64	13
	AP	7,23	7,19	5,37	0,81	26	0,95	20	0,57	18	0,79	5
	TO	4,53	5,02	4,28	1,00	1	1,00	1	0,90	7	0,63	15
NORDESTE	MA	3,87	4,10		0,96	17	0,98	14				
	PI	4,22	4,46	4,31	0,98	13	0,98	16	0,97	4	0,72	9
	CE	3,89	3,97		0,96	18	0,95	18				
	RN	4,95	4,50	4,09	0,91	22	0,99	11	0,83	8	0,60	16
	PB	4,09	4,56	6,79	1,00	1	1,00	1	1,00	1	1,00	1
	PE	3,72	4,16		1,00	1	1,00	1				
	AL	4,31	4,15	3,50	0,96	16	1,00	9	0,95	6	0,52	18
	SE	5,00	4,56	5,90	0,91	23	0,99	10	0,82	9	0,87	3
	BA	3,98	3,79		0,93	21	0,91	23				
SUDESTE	MG	5,07	4,11	4,50	0,89	24	0,99	13	0,81	10	0,66	11
	ES	5,92	4,93	5,15	0,99	10	0,98	15	0,63	13	0,76	6
	RJ	6,86	4,60	4,28	0,86	25	1,00	8	0,60	17	0,63	14
	SP	5,88	4,26		1,00	8	0,93	22				
SUL	PR	4,18	4,29		0,99	9	0,94	21				
	SC	4,30	4,44	4,57	0,97	14	0,97	17	0,95	5	0,67	10
	RS	5,46	5,12	5,09	1,00	1	1,00	1	0,75	12	0,75	8
CENTRO OESTE	MS	5,98	5,25	4,04	0,98	12	0,69	26	0,69	14	0,59	17
	MT	5,28	5,12	4,47	1,00	1	1,00	1	0,78	11	0,66	12
	GO	4,15	4,50	5,11	0,99	11	0,99	12	0,99	2	0,75	7
	DF											

A tabela 3 mostra que na função Judiciária e Essencial à Justiça:

São eficientes RR, PA e TO (Região Norte) e PB e PE (Região Nordeste). RS e MT são eficientes por *default*. A tendência da eficiência dá-se em estados de pequenos orçamentos para a função. Esses estados, com poucos recursos, obtêm uma boa oferta de produtos. O estado com menor índice de insumo é AP com 0,81. AP poderia economizar 19% de seus recursos nessa função para a mesma quantidade ofertada de produtos. Entretanto, 20 estados têm índice de insumo igual ou superior a 0,95, indicando, no geral, semelhante desempenho de insumo. O menor índice de produto pertence ao MS com 0,69, que poderia ofertar até 31% mais produtos com os mesmos recursos. E, novamente, 20 estados têm esse índice maior ou igual a 0,95. Nessa função, em relação à eficiência, pode-se dizer que o desempenho geral dos estados é semelhante.

O único estado efetivo é a PB. O menor índice de insumo em relação à efetividade, assim como ocorreu na eficiência, também é do AP com 0,57. Pode-se dizer, então, que, nessa função, o AP é o estado que tem o maior desperdício de recursos. Dos 18 estados em que foi possível medir a efetividade, apenas seis apresentam índice de insumo igual ou superior a 0,95. O menor índice de resultado é de AL com 0,52 e dos 18 estados, apenas RO, além do efetivo PB, alcançou índice de resultado igual ou superior a 0,90.

Apesar de PB ser eficiente e efetivo, não há relação direta entre estados eficientes e estados efetivos.

FUNÇÃO SEGURANÇA PÚBLICA:

A tabela 4 mostra que na função Segurança Pública são eficientes RR e PA (Região Norte); CE e RN (Região Nordeste). Apesar do DF apresentar o menor índice de insumo com 0,52, vinte e quatro estados têm índice maior ou igual a 0,90 e desses dezessete têm esse índice maior que 0,95. Pode-se afirmar, portanto, que de forma geral, a oferta de produtos com relação à despesa realizada é bastante semelhante em todos os estados. O RJ tem o menor índice de produto: 0,77, ou seja poderia ampliar a oferta de produtos em até 23%.

Vinte estados têm índice de produto maior ou igual a 0,95, novamente evidenciando uma boa relação insumo/produto para a maioria dos estados.

TAB. 4. Eficiência e efetividade na função orçamentária Segurança Pública

FUNÇÃO SEGURANÇA PÚBLICA													
REGIÃO	UF	ESCORES PADRONIZADOS			EFICIÊNCIA				EFETIVIDADE				
					INSUMO		PRODUTO		INSUMO		RESULTADO		
		INSUMO	PRODUTO	RESULTADO	ÍNDICE DE DESEMPENHO	RANKING	ÍNDICE DE DESEMPENHO	RANKING	ÍNDICE DE DESEMPENHO	RANKING	ÍNDICE DE DESEMPENHO	RANKING	
NORTE	RO	5,35	5,77	3,39	0,33	22	0,84	26	0,30	24	0,63	26	
	AC	5,66	5,83	4,31	0,88	25	0,85	25	0,85	25	0,75	23	
	AM	4,74	4,74	5,33	0,34	18	0,38	8	0,35	13	0,33	10	
	RR	4,96	6,88	4,93	1,00	1	1,00	1	0,37	10	0,85	16	
	PA	4,32	4,83	4,68	1,00	1	1,00	1	0,38	8	0,81	13	
	AP	5,32	5,89	4,42	0,33	21	0,86	24	0,30	23	0,77	22	
	TO	4,79	4,35	5,85	0,33	20	0,36	14	1,00	1	1,00	1	
NORDESTE	MA	4,27	4,17	5,47	0,39	7	0,35	17	0,39	5	0,35	8	
	PI	4,51	4,73	5,85	0,39	6	0,38	9	1,00	1	1,00	1	
	CE	4,21	4,38	5,77	1,00	1	1,00	1	1,00	1	1,00	1	
	RN	4,48	5,17	5,59	1,00	1	1,00	1	0,34	13	0,37	5	
	PB	4,45	4,75	5,60	0,37	12	0,38	7	0,35	14	0,37	4	
	PE	4,54	4,59	5,50	0,38	8	0,35	18	0,39	4	0,35	7	
	AL	4,60	4,32	5,46	0,37	11	0,35	16	0,38	6	0,35	3	
	SE	4,68	4,39	4,10	0,36	16	0,31	23	0,36	11	0,71	25	
	BA	4,45	4,59	5,23	0,37	14	0,35	19	0,35	17	0,32	11	
SUDESTE	MG	5,11	4,85	5,57	0,37	13	0,34	22	0,34	20	0,36	6	
	ES	4,91	4,90	4,49	0,31	23	0,35	20	0,38	7	0,78	20	
	RJ	5,85	5,27	4,28	0,85	26	0,77	27	0,82	26	0,74	24	
	SP	5,07	4,68	4,46	0,38	10	0,37	10	0,35	18	0,77	21	
SUL	PR	4,50	4,60	5,18	0,39	5	0,35	15	0,34	21	0,30	13	
	SC	5,06	4,21	5,21	0,38	9	0,36	12	0,35	15	0,30	12	
	RS	4,77	4,68	4,77	0,34	19	0,37	11	0,35	16	0,83	17	
CENTRO OESTE	MS	5,15	4,21	5,14	0,36	15	0,36	13	0,33	22	0,89	14	
	MT	4,95	5,13	5,03	0,30	24	0,39	5	0,37	3	0,87	15	
	GO	4,72	4,87	4,75	0,35	17	0,34	21	0,36	12	0,82	18	
	DF	3,57	6,78	3,43	0,52	27	0,36	6	0,50	27	0,60	27	

A tabela 4 mostra que na função Segurança Pública:

São eficientes RR e PA (Região Norte); CE e RN (Região Nordeste). Apesar do DF apresentar o menor índice de insumo com 0,52, vinte e quatro estados têm índice maior ou igual a 0,90 e desses dezessete têm esse índice maior que 0,95. Pode-se afirmar, portanto, que de forma geral, a oferta de produtos com relação à despesa realizada é bastante semelhante em todos os estados. O RJ tem o menor índice de produto: 0,77, ou seja poderia ampliar a oferta de produtos em até 23%. Vinte estados têm índice de produto maior ou igual a 0,95, novamente evidenciando uma boa relação insumo/produto para a maioria dos estados.

Os estados efetivos são PI e CE (Região Nordeste) e TO. Novamente o DF aparece com o pior índice de insumo – 0,50. Portanto, o DF, na função Segurança Pública, é a unidade da federação com maior desperdício de recursos. Dezoito estados apresentam índice de insumo maior ou igual a 0,95 e apenas nove têm índice de resultado maior ou igual àquele valor. Ou seja: se em relação à eficiência, a maioria dos estados encontra-se em patamares semelhantes, já em relação aos resultados há uma maior dispersão dos estados.

Todos os estados eficientes e efetivos encontram-se nas Regiões Norte e Nordeste e têm despesa abaixo da média. O único estado, simultaneamente, eficiente e efetivo é o CE. Não há relação direta entre estados eficientes e estados efetivos.

FUNÇÃO SAÚDE:

TAB. 5. Eficiência e efetividade na função orçamentária Saúde

FUNÇÃO SAÚDE													
REGIÃO	UF	ESCORES PADRONIZADOS			EFICIÊNCIA				EFETIVIDADE				
					INSUMO		PRODUTO		INSUMO		RESULTADO		
		INSUMO	PRODUTO	RESULTADO	ÍNDICE DE DESEMPENHO	RANKING	ÍNDICE DE DESEMPENHO	RANKING	ÍNDICE DE DESEMPENHO	RANKING	ÍNDICE DE DESEMPENHO	RANKING	
NORTE	RO	4,81	5,15	5,15	0,35	18	0,38	10	0,38	11	0,37	17	
	AC	6,09	5,23	4,33	0,75	26	1,00	6	0,77	26	0,93	8	
	AM	5,97	4,32	4,32	0,77	25	0,83	27	0,79	25	0,87	27	
	RR	5,70	4,68	4,87	0,80	24	0,37	11	0,83	24	0,38	12	
	PA	4,45	4,52	5,08	0,36	15	0,33	25	1,00	1	1,00	1	
	AP	6,13	4,55	4,42	0,75	27	0,34	21	0,77	27	0,83	26	
	TO	5,04	4,32	5,13	0,31	22	0,34	23	0,34	21	0,36	18	
NORDESTE	MA	4,04	4,84	4,38	1,00	1	1,00	1	1,00	1	1,00	1	
	PI	4,27	5,25	4,35	1,00	1	1,00	1	0,35	20	0,39	6	
	CE	4,41	4,31	4,72	0,37	14	0,34	24	0,32	23	0,35	21	
	RN	4,73	5,37	5,15	0,36	16	0,36	13	0,38	9	0,37	14	
	PB	4,47	5,33	5,02	1,00	1	1,00	1	0,39	7	0,39	10	
	PE	4,60	4,39	4,46	0,39	6	0,35	17	0,37	16	0,30	24	
	AL	4,46	4,80	4,46	0,36	17	0,39	8	1,00	6	0,30	25	
	SE	4,83	4,60	4,33	0,34	21	0,35	16	0,36	18	0,39	7	
	BA	4,63	4,36	4,85	0,38	11	0,35	19	0,35	19	0,37	13	
SUDESTE	MG	4,54	4,33	5,02	0,39	9	0,34	20	0,38	10	0,39	3	
	ES	4,70	4,88	5,33	0,38	12	0,33	26	1,00	1	1,00	1	
	RJ	4,53	5,57	4,59	1,00	1	1,00	1	0,37	15	0,32	22	
	SP	5,08	5,06	5,12	0,30	23	0,36	12	0,33	22	0,36	19	
SUL	PR	4,50	5,16	5,00	0,39	8	0,38	9	0,39	8	0,39	11	
	SC	4,83	4,32	4,81	0,35	19	0,34	22	0,38	13	0,37	15	
	RS	4,61	5,05	4,46	1,00	7	0,36	15	0,36	17	0,30	23	
CENTRO OESTE	MS	4,55	5,06	4,80	0,38	10	0,36	14	0,38	12	0,37	16	
	MT	4,85	4,37	5,11	0,35	20	0,35	18	0,37	14	0,36	20	
	GO	4,72	5,31	5,35	0,37	13	1,00	7	1,00	1	1,00	1	
	DF	3,23	5,66	5,43	1,00	1	1,00	1	1,00	1	1,00	1	

A tabela 5 mostra que na função Saúde:

Os estados eficientes são: MA, PI, e PB (Região Nordeste) e o RJ. Já o DF é eficiente por *default*. Os menores índices de insumo são do AP e AC com 0,75 e o menor índice de produto é o do AM com 0,89. Como ocorreu nas funções anteriores, uma boa parcela dos estados, vinte no total, tem índice maior ou igual a 0,95 tanto no índice de insumo, quanto no de produto. Nessa função, a maioria dos estados, em relação à eficiência tem desempenho semelhante.

Os efetivos são PA, MA, ES e GO. O DF é efetivo por *default*. Os menores índices de insumo – 0,77, assim como na eficiência, também são do AC e AP. Portanto o AC e o AP são os estados com maior desperdício de recursos na função Saúde. Também é o AM o estado com o menor índice de resultado – 0,87. Como ele é, também, o estado com o menor índice de produto, pode-se dizer que, na função Saúde, o AM é o estado que, relativamente, oferta menos produtos e obtém os menores resultados com os recursos despendidos. Vinte estados têm índice de insumo maior ou igual a 0,95 e vinte e um estados o têm para o índice de resultado. Portanto, para a maioria dos estados o desempenho em relação à eficiência é semelhante.

É interessante observar que o MA e o DF são eficientes e efetivos, ambos por *default*.

Não há relação direta entre estados eficientes e estados efetivos.

FUNÇÃO EDUCAÇÃO E CULTURA:

A tabela 6 mostra que na função Educação e Cultura são eficientes RR e PA (Região Norte); PE, ES e MT. Dos cinco estados eficientes, quatro têm despesa abaixo da média e apenas dois ofertam produtos acima dela. AP e MA são eficientes por *default*. O AC possui o menor índice de insumo, com 0,74 e o AM tem o menor índice de produto – 0,86. Vinte estados têm índice de insumo entre 0,95 e 1,00; e dezenove estados têm seus índices de produto naquele intervalo. Em relação à eficiência o desempenho da maioria dos estados é semelhante.

TAB. 6. Eficiência e efetividade na função orçamentária Educação e Cultura

FUNÇÃO EDUCAÇÃO E CULTURA												
REGIÃO	UF	ESCORES PADRONIZADOS			EFICIÊNCIA				EFETIVIDADE			
					INSUMO		PRODUTO		INSUMO		RESULTADO	
		INSUMO	PRODUTO	RESULTADO	ÍNDICE DE DESEMPENHO	RANKING	ÍNDICE DE DESEMPENHO	RANKING	ÍNDICE DE DESEMPENHO	RANKING	ÍNDICE DE DESEMPENHO	RANKING
NORTE	RO	4,85	4,85	4,31	0,95	18	1,00	8	0,96	18	0,91	20
	AC	6,23	5,39	4,74	0,74	27	0,95	19	0,90	24	0,88	24
	AM	4,88	4,90	4,33	0,95	20	0,86	27	0,95	20	0,98	12
	RR	6,86	6,35	5,05	1,00	1	1,00	1	0,82	26	0,94	17
	PA	4,11	4,64	4,29	1,00	1	1,00	1	0,96	17	0,97	13
	AP	6,63	5,93	4,86	1,00	1	1,00	1	0,85	25	0,91	22
	TO	5,28	5,48	4,82	0,88	24	0,97	13	0,93	23	0,90	23
NORDESTE	MA	4,32	4,65	4,45	1,00	1	1,00	1	1,00	1	1,00	1
	PI	4,49	4,84	4,53	0,97	14	0,99	9	0,97	14	0,84	27
	CE	4,55	4,19	4,68	0,96	17	0,98	12	0,96	19	0,87	25
	RN	4,50	4,59	4,43	0,97	15	0,99	10	0,97	15	1,00	3
	PB	4,26	4,48	4,12	0,96	16	0,96	14	0,99	10	0,94	18
	PE	3,96	4,28	4,40	1,00	1	1,00	1	1,00	1	1,00	1
	AL	4,40	3,81	3,77	0,99	11	0,89	24	0,99	11	0,86	26
	SE	4,59	4,46	4,19	0,95	19	0,96	17	0,95	21	0,95	16
SUDESTE	BA	4,23	4,33	4,43	0,97	13	0,93	20	1,00	1	1,00	1
	MG	4,64	5,10	5,89	1,00	8	0,90	22	1,00	1	1,00	1
	ES	4,35	4,87	5,37	1,00	1	1,00	1	1,00	1	1,00	1
	RJ	5,09	5,56	5,80	0,91	23	0,98	11	0,97	16	0,99	11
SUL	SP	5,64	5,40	6,75	0,82	25	0,95	18	1,00	1	1,00	1
	PR	4,65	5,46	6,01	1,00	9	0,96	15	1,00	1	1,00	1
	SC	4,92	5,09	6,04	0,94	21	0,90	23	1,00	1	1,00	1
CENTRO OESTE	RS	5,01	5,45	5,65	0,92	22	0,96	16	0,98	13	0,96	15
	MS	4,72	5,26	4,96	0,98	12	0,93	21	0,99	12	0,92	19
	MT	4,63	5,67	4,88	1,00	1	1,00	1	0,94	22	0,91	21
	GO	4,67	5,03	5,35	0,99	10	0,89	26	1,00	9	0,99	10
	DF	8,48	5,05	6,51	0,81	26	0,89	25	0,66	27	0,96	14

MA, PE e BA (Região Nordeste); MG, ES e SP (Região Sudeste); PR e SC (Região Sul) são efetivos. Destes, apenas SP tem despesa acima da média. O pior desempenho de insumo é o do DF com 0,66, que poderia gastar 34% menos para o mesmo nível de resultados. O estado com pior desempenho de resultado é o PI com 0,84, que poderia melhorar seus resultados em 16%. Vinte e um estados possuem índice de insumo maior ou igual a 0,95. Já para o índice de resultado, 16 estados têm o índice naquele intervalo. A função Educação apresenta uma maior dispersão em relação à efetividade.

ES, PE e MA são simultaneamente eficientes e efetivos, sendo este último eficiente por *default*.

Não há relação entre estados eficientes e estados efetivos na função Educação e Cultura.

FUNÇÃO HABITAÇÃO:

A tabela 7 mostra que na função Habitação: são eficientes MS, GO e DF (Região Centro-Oeste) e AL. O estado com menor índice de insumo – 0,71 – é SE e o com o menor índice de produto é RR com 0,78. Dezesete estados apresentam índice de insumo maior ou igual a 0,95 e dezesseis estados apresentam seus índices de produto nesse intervalo.

TAB. 7. Eficiência e efetividade na função orçamentária Habitação

REGIÃO	UF	FUNÇÃO HABITAÇÃO										
		ESCORES PADRONIZADOS			EFICIÊNCIA				EFETIVIDADE			
		INSUMO	PRODUTO	RESULTADO	ÍNDICE DE DESEMPENHO	RANKING	ÍNDICE DE DESEMPENHO	RANKING	ÍNDICE DE DESEMPENHO	RANKING	ÍNDICE DE DESEMPENHO	RANKING
NORTE	RO	4,13	4,01	4,30	0,33	3	0,82	25	0,33	3	0,34	17
	AC	6,10	4,37	3,33	0,76	24	0,33	18	0,63	24	0,76	23
	AM	6,38	5,15	3,53	1,00	5	0,36	10	1,00	6	0,63	25
	RR	7,01	6,20	4,05	0,33	8	0,78	26	0,33	8	0,78	22
	PA	4,70	4,24	3,63	0,38	13	0,86	24	0,30	20	0,71	24
	AP	4,61	4,33	4,30	0,31	22	0,34	17	0,31	18	0,82	21
	TO	4,82	5,56	4,34	0,36	14	0,35	14	0,87	21	0,35	16
NORDESTE	MA	4,27	4,51	3,07	0,38	10	0,32	20	0,38	10	0,53	26
	PI		4,03	4,02								
	CE	4,45	4,88	4,86	0,35	17	0,33	5	0,35	14	0,33	18
	RN	4,56	5,11	5,22	0,32	21	0,36	11	0,32	17	0,38	13
	PB	4,15	4,64	5,34	0,33	7	0,35	16	1,00	1	1,00	1
	PE	4,43	4,42	4,96	0,35	15	0,30	21	0,35	12	0,35	15
	AL	4,13	4,31	5,21	1,00	1	1,00	1	1,00	1	1,00	1
	SE	6,53	5,18	4,37	0,71	26	0,37	8	0,64	26	0,35	14
	BA	4,45	4,65	4,62	0,34	18	0,35	15	0,34	15	0,83	20
	SUDESTE	MG	4,22	4,40	5,63	1,00	6	0,30	22	1,00	7	0,38
ES		4,21	4,87	5,81	0,38	12	0,33	6	1,00	1	1,00	1
RJ		4,35	5,15	5,25	0,33	13	0,36	3	0,85	22	0,38	8
SP		5,74	4,28	5,63	0,80	23	0,87	23	0,73	23	0,38	10
SUL	PR	4,56	4,70	5,76	0,32	20	0,36	12	0,32	16	0,33	7
	SC	4,45	4,53	5,20	0,35	16	0,32	13	0,35	13	1,00	6
	RS	4,23	4,87	5,10	0,38	11	0,33	7	0,38	11	0,38	12
CENTRO OESTE	MS	4,61	5,87	6,20	1,00	1	1,00	1	0,31	13	0,38	3
	MT	6,43	5,53	5,86	0,72	25	0,35	13	0,65	25	0,33	13
	GO	4,21	5,33	6,31	1,00	1	1,00	1	1,00	1	1,00	1
	DF	6,35	7,32	6,33	1,00	1	1,00	1	1,00	1	1,00	1

Os estados efetivos são GO e DF (Região Centro-Oeste); PB e AL (Região Nordeste) e ES. O estado com o menor índice de insumo é SE com 0,64. Como SE também apresenta o menor índice de insumo em relação à eficiência, este é o estado com maior desperdício de recursos nessa função. Em relação ao índice de resultado o menor valor é o do MA com 0,59. Também quatorze estados têm seus índices de insumo entre 0,95 e 1,00 e dezesseis estados com esse índice no resultado.

Nessa função os estados eficientes e efetivos, com exceção do ES, estão nas Regiões Nordeste e Centro-Oeste. Apenas o DF tem despesa acima da média e AL é o único a ter oferta de produtos abaixo da média entre os estados eficientes. Já em relação à efetividade, todos os estados efetivos têm resultados acima da média.

Nessa função parece haver uma relação entre eficiência e efetividade: dos seis estados eficientes e/ou efetivos, três são, simultaneamente, eficientes e efetivos.

2. Economia

FUNÇÃO AGRICULTURA:

TAB. 8. Eficiência e efetividade na função orçamentária Agricultura

REGIÃO	UF	FUNÇÃO AGRICULTURA										
		ESCORES PADRONIZADOS			EFICIÊNCIA				EFETIVIDADE			
		INSUMO	PRODUTO	RESULTADO	ÍNDICE DE DESEMPENHO	RANKING	ÍNDICE DE DESEMPENHO	RANKING	ÍNDICE DE DESEMPENHO	RANKING	ÍNDICE DE DESEMPENHO	RANKING
NORTE	RO	5,13	4,77	5,31	0,34	14	0,33	13	0,35	18	0,31	15
	AC	6,72	4,66	4,33	0,72	26	0,31	25	0,73	26	0,86	24
	AM	4,60	4,54	4,68	0,31	20	0,33	11	0,38	3	0,33	11
	RR	8,25	4,58	4,42	0,53	27	1,00	6	0,53	27	0,88	23
	PA	4,23	4,66	5,20	0,33	8	0,31	24	0,36	16	0,83	20
	AP	5,00	4,64	4,22	0,37	11	0,30	26	0,38	10	0,84	26
	TO	6,55	4,47	4,83	0,74	25	0,38	17	0,75	25	0,36	10
NORDESTE	MA	4,02	4,53	5,04	1,00	1	1,00	1	1,00	1	1,00	1
	PI	4,56	4,55	4,53	0,32	13	0,33	10	0,33	7	0,31	14
	CE	4,47	4,51	4,54	0,34	16	0,38	16	0,31	22	0,30	16
	RN	4,74	4,71	4,35	0,83	22	0,32	20	0,35	17	0,38	7
	PB	5,05	4,51	4,53	0,36	12	0,38	15	0,37	12	0,30	17
	PE	4,46	4,53	4,61	0,34	15	0,33	12	0,31	21	0,31	13
	AL	4,20	4,67	4,30	1,00	6	0,31	23	0,36	14	0,37	8
	SE	5,36	4,63	4,48	0,81	23	0,31	22	0,82	23	0,83	13
	BA	4,32	4,32	5,18	0,38	10	0,36	18	0,33	5	0,83	21
	SUDESTE	MG	4,11	5,23	5,15	1,00	1	1,00	1	0,33	8	0,88
ES		4,62	4,56	4,23	0,31	21	0,33	8	0,38	11	0,85	25
RJ		4,08	4,51	4,04	0,33	7	0,38	14	0,33	6	0,80	27
SP		4,20	6,14	5,03	1,00	1	1,00	1	0,37	13	1,00	5
SUL	PR	4,84	6,28	6,14	1,00	1	1,00	1	0,33	20	0,33	6
	SC	6,53	5,21	5,38	0,74	24	1,00	7	0,75	24	0,32	12
	RS	5,21	6,18	5,37	0,33	18	0,38	13	0,34	13	0,36	3
CENTRO OESTE	MS	4,52	4,70	6,22	0,33	17	0,32	21	1,00	1	1,00	1
	MT	4,83	5,43	6,57	0,33	3	0,83	27	1,00	1	1,00	1
	GO	4,05	5,13	5,85	1,00	1	1,00	1	1,00	1	1,00	1
	DF	5,08	4,56	4,53	0,35	13	0,33	3	0,36	15	0,30	18

A tabela 8 mostra que na função Agricultura:

MG e SP (Região Sudeste) e MA, PR e GO são eficientes. O menor índice de insumo é o de RR; e o menor índice de produto é o de MT. Há treze estados, praticamente a metade com índice de insumo maior ou igual a 0,95. Em relação ao índice de produto há 18 estados com valores naquele intervalo. Ou seja, nessa função, há uma maior ineficiência em relação à utilização dos recursos do que à oferta de produtos.

MS, MT e GO (Região Centro-Oeste) e o MA são efetivos. RR apresenta o menor índice de insumo – 0,59. Como RR também apresenta o menor índice de insumo em relação à eficiência, ele é o estado com maior desperdício de recursos nessa função. O estado com o menor índice de resultado é o RJ com 0,80. Há dezoito estados com índice de insumo variando entre 0,95 e 1,00 e dez estados com o índice de resultado nesse intervalo.

Todos os estados eficientes têm despesa abaixo da média e, à exceção do MA, oferta de produtos acima dela. Do ponto de vista da efetividade, todos os estados efetivos apresentam baixa despesa e resultados acima da média. Há alguma relação entre estados eficientes e efetivos nessa função, já que MA e GO são, simultaneamente, eficientes e efetivos.

FUNÇÃO INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS:

TAB. 9. Eficiência e efetividade na função orçamentária Indústria, Comércio e Serviços

FUNÇÃO INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS												
REGIÃO	UF	ESCORES PADRONIZADOS			EFICIÊNCIA				EFETIVIDADE			
					INSUMO		PRODUTO		INSUMO		RESULTADO	
		INSUMO	PRODUTO	RESULTADO	ÍNDICE DE DESEMPENHO	RANKING	ÍNDICE DE DESEMPENHO	RANKING	ÍNDICE DE DESEMPENHO	RANKING	ÍNDICE DE DESEMPENHO	RANKING
NORTE	RO	4,14	4,09	4,83	1,00	1	1,00	1	1,00	1	1,00	1
	AC	4,93	3,92	4,92	0,96	14	0,96	12	0,96	16	0,93	11
	AM	4,44	4,37	5,30	0,96	17	0,84	27	1,00	1	1,00	1
	RR	4,34	4,71	4,95	0,98	11	0,90	19	0,98	11	0,93	3
	PA	4,39	5,07	4,98	0,97	13	0,97	10	0,97	14	1,00	6
	AP	4,98	4,45	5,03	0,95	18	0,85	23	0,95	18	0,95	24
	TO	4,34	4,21	4,51	0,98	10	1,00	7	0,98	10	0,93	26
NORDESTE	MA	4,30	5,46	4,60	0,99	7	0,96	11	0,99	7	0,95	22
	PI	4,17	4,23	4,56	1,00	1	1,00	1	0,99	6	0,94	25
	CE	7,64	4,31	4,77	0,88	25	0,94	16	0,62	27	0,93	12
	RN	7,04	4,89	4,86	0,96	16	0,93	17	0,67	26	0,97	16
	PB	4,66	4,11	4,62	0,91	24	0,97	3	0,95	19	0,96	21
	PE	4,58	4,31	4,77	0,93	21	0,94	15	0,97	13	0,93	10
	AL	4,32	4,89	4,69	0,98	3	0,93	18	0,98	3	0,97	18
	SE	5,80	4,63	4,30	0,82	26	0,88	20	0,82	22	0,98	14
BA	6,06	5,78	5,04	0,78	27	0,84	26	0,78	23	0,95	23	
SUDESTE	MG	6,75	6,93	5,22	1,00	1	1,00	1	0,70	24	0,93	13
	ES	4,18	5,23	4,38	1,00	1	1,00	1	1,00	1	1,00	1
	RJ	5,19	5,58	5,75	0,91	23	0,98	8	0,91	21	0,88	27
	SP	4,74	6,31	6,57	1,00	1	1,00	1	1,00	1	1,00	1
SUL	PR	6,84	5,81	5,15	0,99	8	0,84	25	0,63	25	0,97	17
	SC	4,51	4,43	5,09	0,94	20	0,85	24	0,93	8	0,96	20
	RS	4,25	5,68	5,29	1,00	1	1,00	1	1,00	1	1,00	1
CENTRO OESTE	MS	4,42	4,54	4,68	0,96	15	0,87	21	0,96	17	0,97	19
	MT	5,00	5,43	4,97	0,95	19	0,96	13	0,95	20	1,00	7
	GO	4,61	5,37	4,80	0,92	22	0,95	14	0,96	15	1,00	8
	DF	4,38	4,46	5,16	0,97	12	0,85	22	0,97	12	0,98	15

A tabela 9 mostra que na função Indústria, Comércio e Serviços:

ES, MG e SP (Região Sudeste); RO, PI e RS são eficientes. O estado com o menor índice de insumo é a BA – 0,78, e o de menor índice de produto é o AM e BA. Das vinte e sete unidades da federação, vinte e quatro têm índice de insumo entre 0,95 e 1,00, e quatorze têm índice de produto no mesmo intervalo.

RO e AM (Região Norte), ES e SP (Região Sudeste) e RS são efetivos. O menor desempenho de insumo é o do CE com 0,62 e de resultado é o do RJ – 0,88. Vinte unidades da federação têm índice entre 0,95 e 1,00 para o insumo e vinte e quatro para o índice de resultado. Pode-se dizer que, nessa função, a maioria dos estados tem bom desempenho, em relação à efetividade.

Em relação aos estados eficientes, nem sempre eles ofertam produtos acima da média: RO e PI têm baixa oferta de produtos, mas a despesa reduzida os torna eficientes. Os demais estados têm despesa abaixo da média – exceção de MG, e oferta de produtos acima dela. Já os estados efetivos têm a despesa abaixo da média e em RO e no ES, os resultados alcançados também se encontram abaixo da média. Novamente, nesses estados, o que vale para alcançarem a efetividade é a qualidade da despesa.

Nessa função há uma relação entre eficiência e efetividade: dos sete estados eficientes e/ou efetivos, quatro são simultaneamente eficientes e efetivos.

FUNÇÃO ENERGIA:

TAB. 10. Eficiência e efetividade na função orçamentária Energia

REGIÃO	UF	FUNÇÃO ENERGIA											
		ESCORES PADRONIZADOS			EFICIÊNCIA				EFETIVIDADE				
		INSUMO	PRODUTO	RESULTADO	INSUMO		PRODUTO		INSUMO		RESULTADO		
			ÍNDICE DE DESEMPENHO	RANKING	ÍNDICE DE DESEMPENHO	RANKING	ÍNDICE DE DESEMPENHO	RANKING	ÍNDICE DE DESEMPENHO	RANKING	ÍNDICE DE DESEMPENHO	RANKING	
NORTE	RO		5,25	4,75									
	AC	4,64	4,23	5,05	0,39	14	0,77	13	0,39	14	0,35	14	
	AM	4,59	4,56	4,70	1,00	7	0,83	15	1,00	6	0,34	16	
	RR	8,06	4,36	5,26	0,57	22	0,91	13	0,57	22	0,39	8	
	PA	4,62	3,66	5,37	0,39	11	0,67	21	1,00	11	0,79	23	
	AP	4,86	4,39	4,64	0,34	19	0,91	12	0,35	19	0,32	18	
	TO	8,18	2,52	5,23	0,56	23	0,46	23	0,56	23	0,38	9	
NORDESTE	MA	4,82	3,82	5,15	0,35	17	0,70	20	0,36	17	0,36	11	
	PI	4,58	3,34	5,31	1,00	5	0,61	22	1,00	5	0,39	6	
	CE	4,63	4,51	5,12	0,39	13	0,82	18	0,39	13	0,36	12	
	RN	4,61	5,58	5,11	1,00	10	0,33	11	1,00	8	0,36	13	
	PB	4,60	5,38	5,45	1,00	9	0,38	8	1,00	4	0,80	22	
	PE	4,58	5,47	5,02	1,00	1	1,00	1	1,00	1	1,00	1	
	AL	4,69	5,44	5,15	0,38	15	0,39	5	0,38	15	0,36	10	
	SE	4,60	4,80	6,82	1,00	8	0,88	14	1,00	1	1,00	1	
	BA	4,80	4,51	5,27	0,36	16	0,83	17	0,36	16	0,39	7	
SUDESTE	MG	4,58	5,40	5,34	1,00	4	0,39	7	1,00	1	1,00	1	
	ES		5,84	4,57									
	RJ	4,59	6,01	5,00	1,00	1	1,00	1	1,00	3	0,39	5	
	SP	5,33	6,00	5,52	0,66	21	1,00	4	0,66	21	0,81	21	
SUL	PR		5,57	5,27									
	SC		5,80	4,93									
	RS	4,60	5,66	4,69	1,00	6	0,34	10	1,00	10	0,33	17	
CENTRO OESTE	MS	4,63	5,68	4,63	0,39	12	0,35	3	0,39	12	0,32	19	
	MT	4,82	4,54	4,73	0,35	18	0,83	16	0,36	18	0,34	15	
	GO	4,59	5,52	5,32	1,00	1	1,00	1	1,00	7	1,00	4	
	DF	5,01	5,35	4,24	0,32	20	0,39	6	0,32	20	0,84	20	

A tabela 10 mostra que na função Energia:

PE e RJ são eficientes e GO é eficiente por *default*. Os menores índices de insumo e produto são os de TO, respectivamente 0,56 e 0,46. TO, portanto, é o estado menos eficiente na função Energia. Dos vinte e três estados que compõem essa função, dezessete têm índice de insumo entre 0,95 e 1,00 e nove têm o índice de produto naquele intervalo.

Os efetivos são PE e SE (Região Nordeste) e MG. O menor índice de insumo, assim como na eficiência, também é o de TO com 0,56. TO é o estado com maior desperdício de recursos nessa função. Com índices variando entre 0,95 e 1,00, há 19 estados no insumo e 14 estados no resultado.

Todos os estados eficientes e efetivos têm despesa abaixo da média e oferta de produtos e resultados alcançados igual ou acima dela. Nessa função, os estados eficientes e efetivos conseguem, ao mesmo tempo, uma boa oferta de produtos e alcançam bons resultados. Entretanto não há relação direta entre eficiência e efetividade, pois apenas PE é simultaneamente eficiente e efetivo.

FUNÇÃO TRANSPORTE:

A tabela 11 mostra que na função Transporte²⁵:

ES e SP (Região Sudeste); SE e PR são eficientes. TO é o estado com o menor índice de insumo – 0,57 e o AP apresenta o menor índice de produto – 0,71. Existem 19 estados com índice de insumo entre 0,95 e 1,00 e dez estados com índice de produto naquele intervalo.

²⁵ É importante salientar que não foi considerado o transporte hidroviário, extremamente importante para os estados da região Norte. Essa é uma das razões para que o índice de produto daqueles estados seja tão baixo.

TAB. 11. Eficiência e efetividade na função orçamentária Transporte

REGIÃO	UF	FUNÇÃO TRANSPORTE										
		ESCORES PADRONIZADOS			EFICIÊNCIA				EFETIVIDADE			
		INSUMO	PRODUTO	RESULTADO	INSUMO		PRODUTO		INSUMO		RESULTADO	
			ÍNDICE DE DESEMPENHO	RANKING	ÍNDICE DE DESEMPENHO	RANKING	ÍNDICE DE DESEMPENHO	RANKING	ÍNDICE DE DESEMPENHO	RANKING		
NORTE	RO	5,00	4,40	4,40	0,92	22	0,82	22	0,85	22	0,71	25
	AC	6,66	4,39	4,86	0,78	26	0,81	23	0,85	23	0,78	13
	AM	4,64	4,19	4,93	0,93	8	0,78	25	0,92	14	0,90	12
	RR	4,90	3,89	4,28	0,94	20	0,72	26	0,87	20	0,69	27
	PA	4,57	4,52	4,82	1,00	5	0,84	21	0,94	11	0,78	15
	AP	5,69	3,84	6,21	0,92	23	0,71	27	1,00	1	1,00	1
	TO	3,22	4,35	5,63	0,57	27	0,81	24	0,62	27	0,92	3
NORDESTE	MA	4,37	4,80	5,63	0,98	13	0,83	18	0,98	7	0,91	4
	PI	4,30	4,56	5,28	0,93	6	0,85	20	0,93	4	0,85	7
	CE	4,41	4,34	4,75	0,97	14	0,92	17	0,97	8	0,77	17
	RN	4,41	5,05	4,75	0,97	15	0,94	12	0,97	9	0,77	16
	PB	4,35	4,35	4,85	0,98	11	0,92	16	0,98	6	0,78	14
	PE	4,79	4,99	4,93	0,96	18	0,93	15	0,83	18	0,80	11
	AL	4,59	4,99	4,52	0,93	7	0,93	14	0,93	12	0,73	24
	SE	4,55	5,42	4,29	1,00	1	1,00	1	0,94	10	0,69	26
	BA	4,35	5,02	4,68	0,98	10	0,93	13	0,98	5	0,76	20
SUDESTE	MG	4,69	5,37	5,52	0,98	12	1,00	6	0,91	16	0,89	6
	ES	4,27	5,39	6,20	1,00	1	1,00	1	1,00	1	1,00	1
	RJ	4,64	5,70	5,24	0,93	9	0,94	11	0,92	15	0,85	8
	SP	5,21	6,50	5,60	1,00	1	1,00	1	0,82	25	0,90	5
SUL	PR	4,59	6,04	5,17	1,00	1	1,00	1	0,93	13	0,83	9
	SC	4,93	5,21	4,60	0,93	21	0,97	3	0,87	21	0,74	21
	RS	4,75	5,41	4,57	0,97	16	1,00	5	0,90	17	0,74	23
CENTRO OESTE	MS	5,39	5,13	4,94	0,97	17	0,95	10	0,79	26	0,80	10
	MT	5,18	4,68	4,69	0,93	25	0,87	19	0,83	24	0,76	19
	GO	4,83	5,36	4,70	0,95	19	0,93	7	0,88	19	0,76	18
	DF	5,72	5,92	4,59	0,91	24	0,98	8	0,99	3	0,74	22

AP e ES são efetivos. TO tem o menor índice de insumo e, como ocorre o mesmo na eficiência, é o estado com maior desperdício de insumo nessa função. Em relação ao índice de resultado, não há estados, exceto os efetivos, com valores acima de 0,95. Existe uma "distância" entre os estados efetivos e os que vêm logo a seguir.

Dos quatro estados eficientes, apenas SP tem despesa acima da média. Novamente confirma-se a questão da qualidade da despesa realizada. Em relação à efetividade, AP tem despesa bastante elevada, mas o seu resultado é o maior de todos os estados. Portanto, para ser eficiente ou efetivo, com uma elevada despesa é preciso que a oferta de produtos ou os resultados alcançados sejam muito elevados. Nessa função não há relação entre eficiência e efetividade.

FUNÇÃO TRABALHO:

TAB. 12. Eficiência e efetividade na função orçamentária Trabalho

REGIÃO	UF	FUNÇÃO TRABALHO										
		ESCORES PADRONIZADOS			EFICIÊNCIA				EFETIVIDADE			
		INSUMO	PRODUTO	RESULTADO	INSUMO		PRODUTO		INSUMO		RESULTADO	
			ÍNDICE DE DESEMPENHO	RANKING	ÍNDICE DE DESEMPENHO	RANKING	ÍNDICE DE DESEMPENHO	RANKING	ÍNDICE DE DESEMPENHO	RANKING		
NORTE	RO		4,78	5,63								
	AC	4,90	4,62	4,71	0,95	21	0,98	10	1,00	6	0,97	10
	AM	4,69	4,19	5,19	0,99	12	0,88	25	0,97	19	0,95	15
	RR	3,77	4,20	4,57	0,50	26	0,83	24	0,50	26	0,94	19
	PA	4,92	4,90	5,17	0,94	22	0,95	14	0,99	8	0,94	17
	AP	5,01	4,83	4,35	0,98	14	0,94	20	0,97	18	0,90	24
	TO	4,73	5,20	5,28	0,98	16	0,92	22	0,96	22	0,96	11
NORDESTE	MA	4,62	4,64	5,14	0,99	11	0,98	8	0,98	14	0,94	20
	PI	4,54	4,68	5,48	1,00	7	0,93	7	1,00	1	1,00	1
	CE	4,79	5,36	5,35	0,98	15	0,95	15	0,96	21	0,97	9
	RN	4,64	4,88	4,60	1,00	8	0,95	16	0,98	17	0,95	14
	PB	4,55	4,80	4,86	1,00	1	1,00	1	1,00	5	0,89	25
	PE	5,27	5,39	4,52	0,94	23	0,96	13	0,93	23	0,93	21
	AL	4,60	4,87	5,22	0,99	10	0,95	17	0,99	12	0,95	13
	SE	4,94	5,04	5,02	1,00	9	0,98	9	0,99	13	0,91	23
	BA	4,85	4,27	4,57	0,95	18	0,90	23	0,99	9	0,94	18
SUDESTE	MG	4,58	5,15	5,08	1,00	1	1,00	1	0,99	7	0,93	22
	ES	4,34	4,73	4,85	1,00	1	1,00	1	1,00	1	1,00	1
	RJ	4,63	5,64	4,76	1,00	1	1,00	1	0,98	15	0,98	8
	SP	4,92	7,88	4,59	1,00	1	1,00	1	0,99	10	0,95	16
SUL	PR	4,71	5,44	5,48	0,98	13	0,96	11	0,97	20	1,00	5
	SC	4,88	5,28	5,85	0,95	20	0,94	21	1,00	1	1,00	1
	RS	4,80	5,32	5,53	0,96	17	0,94	19	1,00	1	1,00	1
CENTRO OESTE	MS	5,33	4,86	5,45	0,92	24	0,94	18	0,91	24	0,99	6
	MT	4,86	4,93	4,80	0,95	19	0,96	12	0,99	11	0,99	7
	GO	4,63	5,12	4,62	1,00	6	0,93	6	0,98	16	0,95	12
	DF	5,36	4,00	4,29	0,92	25	0,84	26	0,91	25	0,88	26

A tabela 12 mostra que na função Trabalho:

MG, ES, RJ e SP (Região Sudeste) são eficientes. PB é eficiente por default. O estado com o menor índice de insumo é RR, com 0,50. Já o DF tem o menor índice de produto com 0,84. Existem 22 estados com índice de insumo e 18 estados com índice de produto no intervalo entre 0,95 e 1,00.

SC e RS (Região Sul); PI e ES são efetivos. Aqui se repetem os estados com os menores índices de insumo e resultado. Respectivamente RR e DF com 0,50 e 0,88. Nessa função, RR é o estado onde ocorre o maior desperdício de insumo e o DF é o que, relativamente, oferta menos produtos e tem os piores resultados.

Todos os estados eficientes têm baixa despesa e, com exceção do ES, ofertam produtos acima da média. Como no caso da eficiência, para essa função, todos os estados efetivos têm baixa despesa e, com exceção do ES, alcançam resultados acima da média. Nessa função também não há relação entre eficiência e efetividade.

SÍNTESE DA EFICIÊNCIA E EFETIVIDADE

FIG. 3. Quadro resumo: Eficiência e Efetividade dos Governos das Unidades da Federação por funções do Orçamento

FUNÇÕES		1. SOCIEDADE										2. ECONOMIA												
		LEGISLATIVA		JUDICIÁRIA		SEGURANÇA PÚBLICA		SAÚDE		EDUCAÇÃO E CULTURA		HABITAÇÃO		ENERGIA		AGRICULTURA		INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS		TRANSPORTE		TRABALHO		
		EFICIÊNCIA	EFETIVIDADE	EFICIÊNCIA	EFETIVIDADE	EFICIÊNCIA	EFETIVIDADE	EFICIÊNCIA	EFETIVIDADE	EFICIÊNCIA	EFETIVIDADE	EFICIÊNCIA	EFETIVIDADE	EFICIÊNCIA	EFETIVIDADE	EFICIÊNCIA	EFETIVIDADE	EFICIÊNCIA	EFETIVIDADE	EFICIÊNCIA	EFETIVIDADE	EFICIÊNCIA	EFETIVIDADE	
REGIÃO/UF																								
NORTE	RO	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
	AC	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
	AM	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
	RR	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
	PA	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
	AP	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
NORDESTE	TO	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
	MA	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
	PI	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
	CE	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
	RN	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
	PB	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
	PE	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
	AL	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
SUDESTE	SE	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
	BA	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
	MG	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
	ES	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
SUL	RJ	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
	SP	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
	PR	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
CENTRO OESTE	SC	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
	RS	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
	MS	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
	MT	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
	GO	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
DF	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	

Legenda:

●	Eficiente ou Efetivo
●	Eficiente <i>por default</i> ou Efetivo <i>por default</i>
●	Não Eficiente ou Não Efetivo
■	Eficiente e Efetivo

A figura 3 apresenta um quadro resumo da eficiência e efetividade nas funções do orçamento selecionadas para cada uma das unidades da federação. É importante salientar que as unidades apresentadas como eficientes e/ou efetivas são aquelas que estão sobre a linha de fronteira de desempenho máximo. Em relação às unidades não eficientes/não efetivas, não é informado a sua “distância” dessa linha de fronteira.

Por exemplo, no quadro, o Rio de Janeiro é não efetivo na função Educação e Cultura. Entretanto, seus valores para a efetividade (tabela 6) são:

Índice de insumo: 0,97 – ou seja, o Rio de Janeiro tem um desperdício de recursos de apenas 3%.

Índice de resultado: 0,99 – em termos de resultados, há perda de apenas 1%.

De fato, comparativamente, o Rio de Janeiro não é efetivo, mas encontra-se muito próximo da fronteira de desempenho máximo.

FUNÇÃO DE AJUSTE À CURVA INSUMO X PRODUTO E INSUMO X RESULTADO

O método *Free Disposal Hull analysis* - FDH apresenta um viés que beneficia os estados eficientes/efetivos *por default*: eles são considerados eficientes/efetivos pelo fato de não serem comparáveis a nenhum outro.

Além disso, o índice de desempenho de determinada unidade se baseia na distância existente entre ela e a fronteira de desempenho máximo, onde se localiza o estado dominante. Devido ao formato escalonado da fronteira de desempenho, por vezes, a posição relativa do estado pode distorcer seu índice de desempenho.

A solução encontrada para amenizar os problemas decorrentes da utilização do método FDH, foi estabelecer uma curva contínua que interpole adequadamente os pontos associados aos estados que se localizam sobre a fronteira de desempenho máximo. Este ajuste foi realizado com a *Função de Hill*, a mais adequada às características da curva da borda de eficiência/efetividade.

O Ajuste pela Função de Hill é dado por:

$$E(i) = \frac{Em(i/ic)^n}{1+(i/ic)^n}$$

Essa função gera uma curva que atende aos seguintes propósitos que são características básicas para o traçado da fronteira de desempenho:

- Insumos nulos resultam em produtos/resultados nulos, porém um mínimo de investimento tem resultados positivos;
- Para percentuais elevados de insumo, os resultados tendem a um máximo, **Em**;
- O retorno dos resultados efetivos aparece somente após um investimento mínimo crítico, **ic**.
- A intensidade do retorno de um investimento na borda é dada pelo expoente **n**.

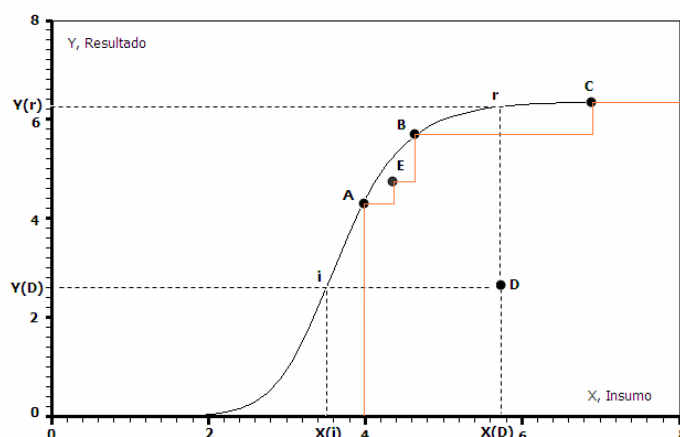
Entretanto, este método exige uma condição de contorno: para o traçado da curva de fronteira de desempenho máximo é necessário que ao menos três estados estejam localizados sobre ela. Um quarto ponto passa, invariavelmente, pela origem, conforme a primeira premissa do Ajuste pela Função de Hill.

Obviamente, os estados selecionados para integrar a fronteira são aqueles que obtêm maiores índices de desempenho, ou seja, aqueles que apresentam a maior oferta de produtos ou que alcançam os melhores resultados com os recursos disponíveis.

Os índices de desempenho dos demais estados são calculados tendo como referência a curva de fronteira de desempenho máximo, obtida com a aplicação do Ajuste pela Função de Hill.

Os métodos de Ajuste pela Função de Hill e FDH estão graficamente ilustrados conforme a figura 4 em uma situação hipotética:

FIG. 4 Ajuste pela Função de Hill e FDH



O gráfico da figura 4 apresenta o desempenho hipotético de efetividade (insumo x resultado) de cinco unidades: A, B, C, D e E. A utilização de uma determinada quantia de insumo pelas unidades, medida ao longo do eixo das abscissas, produz um determinado nível de resultados, medido ao longo do eixo das ordenadas.

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA 2007 – ANEXO

De acordo com o modelo FDH – linha de fronteira em amarelo, as unidades efetivas são A, B, C e E. A unidade D é a única não efetiva e tem a unidade B como unidade dominante.

Já em relação ao novo modelo proposto, o Ajuste pela Função de Hill – linha de fronteira na cor preta, as três unidades com melhor desempenho são A, B e C. A unidade E deixa de ser efetiva e as unidades A, B e C localizam-se sobre a fronteira de desempenho máximo, ajustada de acordo com a função de Hill e seus desempenhos de insumo e de resultado têm índice igual a um (1,00). Por outro lado, a unidade D encontra-se no interior da fronteira de desempenho máximo por ser menos efetiva que as outras três unidades. Para que ela se torne efetiva, ou sua despesa deve diminuir de $X(D)$ para $X(i)$ ou seus resultados devem ser incrementados de $Y(D)$ para $Y(r)$.

Segundo o Ajuste pela Função de Hill, o índice de desempenho de insumo da unidade D corresponde a $X(i)/X(D)$. Como $X(i) < X(D)$, $X(i)/X(D) < 1$, significando que esse valor é o percentual que a unidade D pode reduzir em seu insumo para continuar obtendo $Y(D)$ de resultados.

Do ponto de vista do resultado alcançado pela unidade D, seu índice de desempenho é dado por $Y(D)/Y(r)$, cujo resultado também é menor do que 1, e indica o quanto, em percentual, ela pode obter de acréscimo em seus resultados com o mesmo nível de insumo.

COMPARATIVO DO MÉTODO *FREE DISPOSAL HULL* - FDH X AJUSTE PELA FUNÇÃO DE HILL

Por tratar-se de um modelo experimental, realizou-se um comparativo entre os resultados obtidos através do ajuste pela Função de Hill e o FDH para as funções Educação e Cultura, Saúde e Segurança Pública, as quais absorvem a maior parte dos recursos dos erários estaduais e são funções relativamente homogêneas quanto aos seus produtos.

EFICIÊNCIA NA FUNÇÃO EDUCAÇÃO E CULTURA:

TAB. 13. FDH x Hill - Eficiência na função Educação e Cultura

EFICIÊNCIA NA FUNÇÃO EDUCAÇÃO E CULTURA									
REGIÃO	UF	FDH				AJUSTE PELA FUNÇÃO DE HILL			
		INSUMO		PRODUTO		INSUMO		PRODUTO	
		ÍNDICE DE DESEMPENHO	RANKING	ÍNDICE DE DESEMPENHO	RANKING	ÍNDICE DE DESEMPENHO	RANKING	ÍNDICE DE DESEMPENHO	RANKING
NORTE	RO	0,95	18	1,00	8	0,86	21	0,82	23
	AC	0,74	27	0,95	19	0,71	26	0,85	19
	AM	0,95	20	0,86	27	0,86	21	0,83	22
	RR	1,00	1	1,00	1	1,00	1	1,00	1
	PA	1,00	1	1,00	1	1,00	1	1,00	1
	AP	1,00	1	1,00	1	0,74	25	0,94	6
	TO	0,88	24	0,97	13	0,85	23	0,89	13
NORDESTE	MA	1,00	1	1,00	1	0,95	7	0,90	11
	PI	0,97	14	0,99	9	0,93	10	0,88	15
	CE	0,96	17	0,98	12	0,87	19	0,75	26
	RN	0,97	15	0,99	10	0,91	13	0,84	21
	PB	0,96	16	0,96	14	0,95	7	0,89	13
	PE	1,00	1	1,00	1	1,00	1	1,00	1
	AL	0,99	11	0,89	24	0,88	17	0,72	27
	SE	0,95	19	0,96	17	0,88	17	0,79	24
	BA	0,97	13	0,93	20	0,95	7	0,87	17
SUDESTE	MG	0,99	8	0,90	22	0,92	12	0,90	11
	ES	1,00	1	1,00	1	0,96	5	0,93	7
	RJ	0,91	23	0,98	11	0,89	15	0,92	8
	SP	0,82	25	0,95	18	0,79	24	0,86	18
SUL	PR	1,00	9	0,96	15	0,96	5	0,96	5
	SC	0,94	21	0,90	23	0,87	19	0,85	19
	RS	0,92	22	0,96	16	0,89	15	0,91	9
CENTRO OESTE	MS	0,98	12	0,93	21	0,93	10	0,91	9
	MT	1,00	1	1,00	1	1,00	1	1,00	1
	GO	0,99	10	0,89	26	0,91	13	0,88	15
	DF	0,81	26	0,89	25	0,50	27	0,79	24

Segundo a tabela 13, observa-se que os estados considerados eficientes pelo Ajuste pela Função de Hill são RR e PA (Região Norte), PE (Região Nordeste) e MT (Região Centro-Oeste). Comparando com o FDH, o número de estados eficientes diminui pela metade, demonstrando um maior rigor na avaliação de eficiência do novo modelo proposto. Deixam de ser eficientes AP, MG, ES e PR.

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA 2007 – ANEXO

A dispersão dos índices de desempenho, tanto do insumo quanto do produto é significativamente maior no modelo de fronteira ajustado pela função de Hill. Todos os estados têm seus índices de desempenho reduzidos, com exceção dos quatro considerados eficientes. Além da diminuição no número de estados eficientes, há também uma diminuição no número de estados que estão dentro de uma margem razoável de eficiência. Pelo método FDH, vinte estados apresentam índice de insumo acima de 0,95. Esse número cai para apenas nove estados. Já com relação ao índice de produto, a redução é ainda maior. Pelo método FDH dezenove estados possuem índice acima de 0,95. No modelo em questão, só cinco.

O estado de pior desempenho pela ótica do insumo passa a ser o DF, com índice de apenas 0,50 - uma redução de 0,31 em relação ao FDH. Outro estado que apresenta uma variação negativa considerável - menos 0,26 - no índice de insumo é o AP. Ele passa de um estado considerado eficiente para um que pode reduzir em até 26% seus gastos para ofertar a mesma quantidade de produtos. Quanto ao desempenho de produto, a pior prática passa a ser AL, com 0,72. Porém, o estado com pior desempenho passou a ser o CE, com redução de 0,23 no seu índice de produto em relação ao índice obtido pelo FDH.

EFETIVIDADE NA FUNÇÃO EDUCAÇÃO E CULTURA:

Segundo a tabela 14, observa-se que os estados considerados efetivos segundo o Ajuste pela Função de Hill passam a ser PE (Região Nordeste), MG e ES (Região Sudeste) e PR (Região Sul). Deixam de ser efetivos MA, BA, MG, SP e SC.

TAB. 14. FDH x Hill - Efetividade na função Educação e Cultura

EFETIVIDADE NA FUNÇÃO EDUCAÇÃO E CULTURA									
REGIÃO	UF	FDH				AJUSTE PELA FUNÇÃO DE HILL			
		INSUMO		RESULTADO		INSUMO		RESULTADO	
		ÍNDICE DE DESEMPENHO	RANKING	ÍNDICE DE DESEMPENHO	RANKING	ÍNDICE DE DESEMPENHO	RANKING	ÍNDICE DE DESEMPENHO	RANKING
NORTE	RO	0,96	18	0,91	20	0,86	19	0,77	19
	AC	0,90	24	0,88	24	0,66	24	0,60	26
	AM	0,95	20	0,98	12	0,81	22	0,67	24
	RR	0,82	26	0,94	17	0,61	26	0,61	25
	PA	0,96	17	0,97	13	0,95	5	0,90	6
	AP	0,85	25	0,91	22	0,62	25	0,59	27
	TO	0,93	23	0,90	23	0,78	23	0,68	23
NORDESTE	MA	1,00	1	1,00	1	0,92	9	0,84	12
	PI	0,97	14	0,84	27	0,89	13	0,80	15
	CE	0,96	19	0,87	25	0,89	13	0,80	15
	RN	0,97	15	0,99	9	0,88	18	0,78	18
	PB	0,99	10	0,94	18	0,91	10	0,80	15
	PE	1,00	1	1,00	1	1,00	1	1,00	1
	AL	0,99	11	0,86	26	0,85	20	0,69	22
	SE	0,95	21	0,95	16	0,85	21	0,71	21
	BA	1,00	1	1,00	1	0,94	7	0,87	9
SUDESTE	MG	1,00	1	1,00	1	0,99	4	0,98	4
	ES	1,00	1	1,00	1	1,00	1	1,00	1
	RJ	0,97	16	0,99	11	0,89	13	0,86	10
	SP	1,00	1	1,00	1	0,90	11	0,90	6
SUL	PR	1,00	1	1,00	1	1,00	1	1,00	1
	SC	1,00	1	1,00	1	0,95	5	0,93	5
	RS	0,98	13	0,96	15	0,89	13	0,85	11
CENTRO OESTE	MS	0,99	12	0,92	19	0,89	13	0,81	14
	MT	0,94	22	0,91	21	0,90	11	0,82	13
	GO	0,99	9	0,99	10	0,99	8	0,88	8
	DF	0,66	27	0,96	14	0,58	27	0,75	20

No Ajuste pela Função de Hill a dispersão dos índices de efetividade dos estados é similar à da eficiência, sendo um pouco menor em relação ao insumo e maior em relação ao produto. Apenas seis estados possuem índice de insumo igual ou superior a 0,95. Com relação ao índice de resultado, o número é ainda menor: quatro estados.

O pior resultado, pela ótica do insumo, também é do DF, 0,58. Já do ponto de vista do resultado, o menos efetivo é o AP, com 0,59. Contudo, as piores variações nos índices foram do AC, insumo, e RR, resultado, com variações negativas de 0,24 e 0,33, respectivamente.

PE foi o único estado eficiente e efetivo por essa nova análise.

EFICIÊNCIA NA FUNÇÃO SAÚDE:

TAB. 15. FDH x Hill - Eficiência na função Saúde

EFICIÊNCIA NA FUNÇÃO SAÚDE									
REGIÃO	UF	FDH				AJUSTE PELA FUNÇÃO DE HILL			
		INSUMO		PRODUTO		INSUMO		PRODUTO	
		ÍNDICE DE DESEMPENHO	RANKING	ÍNDICE DE DESEMPENHO	RANKING	ÍNDICE DE DESEMPENHO	RANKING	ÍNDICE DE DESEMPENHO	RANKING
NORTE	RO	0,95	18	0,98	10	0,87	15	0,90	11
	AC	0,75	26	0,99	6	0,70	23	0,89	13
	AM	0,77	25	0,89	27	0,64	25	0,74	27
	RR	0,80	24	0,97	11	0,70	23	0,80	24
	PA	0,96	15	0,93	25	0,88	14	0,83	23
	AP	0,75	27	0,94	21	0,64	25	0,77	26
	TO	0,91	22	0,94	23	0,81	21	0,85	22
NORDESTE	MA	1,00	1	1,00	1	1,00	1	1,00	1
	PI	1,00	1	1,00	1	1,00	1	1,00	1
	CE	0,97	14	0,94	24	0,92	6	0,91	9
	RN	0,96	16	0,96	13	0,91	7	0,94	6
	PB	1,00	1	1,00	1	0,97	4	0,97	4
	PE	0,99	6	0,95	17	0,89	13	0,89	13
	AL	0,96	17	0,99	8	0,90	10	0,88	16
	SE	0,94	21	0,95	16	0,81	21	0,80	24
	BA	0,98	11	0,95	19	0,87	15	0,88	16
SUDESTE	MG	0,99	9	0,94	20	0,90	10	0,89	13
	ES	0,98	12	0,93	26	0,86	17	0,86	20
	RJ	1,00	1	1,00	1	1,00	1	1,00	1
	SP	0,90	23	0,96	12	0,82	20	0,88	16
SUL	PR	0,99	8	0,98	9	0,94	5	0,94	6
	SC	0,95	19	0,94	22	0,84	19	0,86	20
	RS	0,99	7	0,96	15	0,90	10	0,90	11
CENTRO OESTE	MS	0,98	10	0,96	14	0,91	7	0,91	9
	MT	0,95	20	0,95	18	0,85	18	0,87	19
	GO	0,97	13	0,99	7	0,91	7	0,94	6
	DF	1,00	1	1,00	1	0,51	27	0,96	5

Segundo a tabela 15, vê-se que os estados considerados eficientes são MA e PI (Região Nordeste) e RJ (Região Sudeste). Apenas PB e DF deixam de estar na fronteira de eficiência.

Também nessa função, a redução nos índices, tanto de insumo como de produto, são bem consistentes no Ajuste pela Função de Hill. O número de estados situados na faixa entre 0,95 e 1,00 do índice de insumo se reduziu de vinte para quatro estados. Com relação ao índice de produto a redução é semelhante, de vinte passa para cinco estados.

O estado mais ineficiente em relação à despesa passa a ser, surpreendentemente, o DF. No método FDH, o DF é considerado um dos estados eficientes, mas por *default*. Esse fato sugere que estados eficientes/efetivos por *default* apenas o são por ausência de comparabilidade. Há uma redução de 0,49 no seu índice de insumo, a maior de todas, passando para o valor de 0,51. Já em relação ao índice de produto o cenário é outro. O DF passa a ser um dos estados com índice superior a 0,95.

EFETIVIDADE NA FUNÇÃO SAÚDE:

TAB. 16. FDH x Hill - Efetividade na função Saúde

EFETIVIDADE NA FUNÇÃO SAÚDE									
REGIÃO	UF	FDH				AJUSTE PELA FUNÇÃO DE HILL			
		INSUMO		RESULTADO		INSUMO		RESULTADO	
		ÍNDICE DE DESEMPENHO	RANKING	ÍNDICE DE DESEMPENHO	RANKING	ÍNDICE DE DESEMPENHO	RANKING	ÍNDICE DE DESEMPENHO	RANKING
NORTE	RO	0,98	11	0,97	17	0,90	10	0,95	10
	AC	0,77	26	0,99	8	0,65	24	0,83	24
	AM	0,79	25	0,87	27	0,51	27	0,73	27
	RR	0,83	24	0,98	12	0,68	23	0,84	21
	PA	1,00	1	1,00	1	0,95	4	0,98	4
	AP	0,77	27	0,89	26	0,52	26	0,74	26
	TO	0,94	21	0,96	18	0,85	12	0,93	12
NORDESTE	MA	1,00	1	1,00	1	1,00	1	1,00	1
	PI	0,95	20	0,99	6	0,94	5	0,97	5
	CE	0,92	23	0,95	21	0,82	15	0,91	14
	RN	0,98	9	0,97	14	0,91	7	0,96	6
	PB	0,99	7	0,99	10	0,92	6	0,96	6
	PE	0,97	16	0,90	24	0,71	21	0,84	21
	AL	1,00	6	0,90	25	0,73	20	0,86	20
	SE	0,96	18	0,99	7	0,81	17	0,91	14
	BA	0,95	19	0,97	13	0,82	15	0,91	14
SUDESTE	MG	0,98	10	0,99	9	0,91	7	0,96	6
	ES	1,00	1	1,00	1	1,00	1	1,00	1
	RJ	0,97	15	0,92	22	0,75	19	0,87	19
	SP	0,93	22	0,96	19	0,85	12	0,93	12
SUL	PR	0,99	8	0,99	11	0,91	7	0,96	6
	SC	0,98	13	0,97	15	0,78	18	0,89	18
	RS	0,96	17	0,90	23	0,71	21	0,84	21
CENTRO OESTE	MS	0,98	12	0,97	16	0,83	14	0,91	14
	MT	0,97	14	0,96	20	0,88	11	0,94	11
	GO	1,00	1	1,00	1	1,00	1	1,00	1
	DF	1,00	1	1,00	1	0,53	25	0,78	25

Segundo a tabela 16, observa-se que os estados considerados efetivos, de acordo com o Ajuste da Função de Hill, são MA (Região Nordeste), ES (Região Sudeste) e GO (Região Centro-Oeste). O PA e o DF, efetivos segundo o FDH, passam a não sê-lo. Novamente, deve-se considerar que o DF é efetivo por *default* pelo FDH.

A dispersão aqui é mais elevada do que em relação à eficiência na função Saúde, tanto no insumo quanto no resultado. Entretanto, o número de estados com índices situados na faixa entre 0,95 e 1,00 reflete uma concentração maior nesse intervalo específico. Não tanto pelo lado do insumo, que mantém os mesmos quatro estados nessa margem de efetividade, mas pela ótica do resultado. O número passou de cinco para 10 estados com índice de resultado superior a 0,95. O pior desempenho, tanto pelo índice de insumo quanto pelo índice de resultado, é o do AM, com valores de 0,51 e 0,73, respectivamente.

EFICIÊNCIA NA FUNÇÃO SEGURANÇA PÚBLICA:

TAB. 17. FDH x Hill - Eficiência na função Segurança Pública

EFICIÊNCIA NA FUNÇÃO SEGURANÇA PÚBLICA										
REGIÃO	UF	FDH				AJUSTE PELA FUNÇÃO DE HILL				
		INSUMO		PRODUTO		INSUMO		PRODUTO		
		ÍNDICE DE DESEMPENHO	RANKING	ÍNDICE DE DESEMPENHO	RANKING	ÍNDICE DE DESEMPENHO	RANKING	ÍNDICE DE DESEMPENHO	RANKING	
NORTE	RO	0,33	22	0,84	26	0,87	20	0,63	20	
	AC	0,88	25	0,85	25	0,82	23	0,60	23	
	AM	0,34	18	0,38	8	0,31	13	0,78	14	
	RR	1,00	1	1,00	1	1,00	1	1,00	1	
	PA	1,00	1	1,00	1	1,00	1	1,00	1	
	AP	0,33	21	0,86	24	0,88	19	0,71	19	
	TO	0,33	20	0,36	14	0,31	13	0,79	13	
NORDESTE	MA	0,33	7	0,35	17	0,36	6	0,30	6	
	PI	0,33	6	0,38	3	0,35	8	0,88	8	
	CE	1,00	1	1,00	1	0,33	4	0,38	4	
	RN	1,00	1	1,00	1	1,00	1	1,00	1	
	PB	0,37	12	0,38	7	0,37	5	0,32	5	
	PE	0,38	8	0,35	18	0,34	11	0,84	11	
	AL	0,37	11	0,35	16	0,35	8	0,87	3	
	SE	0,36	16	0,31	23	0,83	17	0,74	17	
	BA	0,37	14	0,35	13	0,36	6	0,83	7	
SUDESTE	MG	0,37	13	0,34	22	0,85	21	0,65	21	
	ES	0,31	23	0,35	20	0,83	17	0,73	18	
	RJ	0,85	26	0,77	27	0,77	26	0,50	26	
	SP	0,38	10	0,37	10	0,85	22	0,64	22	
SUL	PR	0,33	5	0,35	15	0,35	8	0,86	10	
	SC	0,38	3	0,36	12	0,81	24	0,58	24	
	RS	0,34	13	0,37	11	0,30	15	0,76	15	
CENTRO OESTE	MS	0,36	15	0,36	13	0,80	25	0,56	25	
	MT	0,30	24	0,33	5	0,30	15	0,75	16	
	GO	0,35	17	0,34	21	0,32	12	0,81	12	
	DF	0,52	27	0,38	6	0,52	27	0,13	27	

De acordo com a tabela 17, verifica-se que os estados considerados eficientes são somente RR e PA (Região Norte) e RN (Região Nordeste). Diferentemente da análise FDH, nessa nova fronteira não se situa o CE.

A concentração de estados próxima à fronteira de eficiência nessa função é maior do que nas outras duas funções analisadas, com dez estados tendo índices superiores a 0,95 em relação ao insumo. Já pela ótica do produto, esse número se reduz para somente quatro estados, sendo menos concentrado nesse intervalo do que nas funções anteriores.

De um modo geral, a dispersão nos gastos dos estados nessa função é relativamente menor se comparada às outras. A única unidade da federação que destoa é o DF, pois possui o pior desempenho em termos de despesa, com um índice de 0,52, longe dos outros 26 estados. Entretanto, ao se analisar os índices de produto, observa-se uma dispersão muito elevada causada pelo baixo índice alcançado por alguns estados. Nada menos do que oito estados possuem índices inferiores a 0,70. Desses, o que se destaca negativamente, mais uma vez, é o DF, com um índice extremamente baixo, 0,19. Ou seja, com o valor de insumo gasto por ele, o DF poderia conseguir ofertar 81% a mais de produtos para a população.

Comparativamente, os índices de insumo não se reduzem tanto na análise dos índices ajustados pela Função de Hill. Somente três estados apresentam redução maior que 0,10, sendo que a maior delas ocorre em SC, com 0,17. Por outro lado, os valores do índice de produto sofrem grandes reduções. Onze estados apresentam redução maior do que 0,20, sendo que a maior variação ocorre com o índice do DF, com diminuição de 0,79.

EFETIVIDADE NA FUNÇÃO SEGURANÇA PÚBLICA:

Segundo a tabela 18, verifica-se que os estados efetivos são PI e CE (Região Nordeste) e TO (Região Norte). A função Segurança Pública, com relação à efetividade, é a única que mantém os mesmos estados considerados também efetivos na fronteira do método FDH.

Nessa função, apesar de não ocorrer uma grande dispersão dos valores, poucos estados concentram-se perto da fronteira de efetividade. Na parte do insumo, nenhum estado, fora os considerados efetivos, se situa dentro do intervalo de 5% do índice de efetividade, enquanto que na parte do resultado, tirando os efetivos, apenas três estados ficam dentro desse intervalo.

O único estado que se destaca negativamente é o DF, tanto pelo lado do insumo quanto pelo lado do resultado. Em ambos, o DF alcança os piores índices, 0,39 de insumo e 0,60 de resultado.

TAB. 18. FDH x Hill - Efetividade na função Segurança Pública

EFETIVIDADE FUNÇÃO SEGURANÇA PÚBLICA									
REGIÃO	UF	FDH				AJUSTE PELA FUNÇÃO DE HILL			
		INSUMO		RESULTADO		INSUMO		RESULTADO	
		ÍNDICE DE DESEMPENHO	RANKING	ÍNDICE DE DESEMPENHO	RANKING	ÍNDICE DE DESEMPENHO	RANKING	ÍNDICE DE DESEMPENHO	RANKING
NORTE	RO	0,30	24	0,63	26	0,71	24	0,68	26
	AC	0,85	25	0,75	23	0,68	25	0,74	23
	AM	0,95	13	0,93	10	0,84	12	0,92	10
	RR	0,97	10	0,85	16	0,79	16	0,84	16
	PA	0,98	8	0,81	19	0,89	7	0,80	19
	AP	0,90	23	0,77	22	0,72	23	0,76	21
	TO	1,00	1	1,00	1	1,00	1	1,00	1
NORDESTE	MA	0,99	5	0,95	8	0,94	4	0,94	7
	PI	1,00	1	1,00	1	1,00	1	1,00	1
	CE	1,00	1	1,00	1	1,00	1	1,00	1
	RN	0,94	19	0,97	5	0,91	6	0,96	4
	PB	0,95	14	0,97	4	0,92	5	0,96	4
	PE	0,99	4	0,95	7	0,89	7	0,94	7
	AL	0,98	6	0,95	9	0,87	11	0,93	9
	SE	0,96	11	0,71	25	0,81	14	0,70	25
BA	0,95	17	0,92	11	0,89	7	0,91	11	
SUDESTE	MG	0,94	20	0,96	6	0,79	16	0,95	6
	ES	0,98	7	0,78	20	0,78	19	0,77	20
	RJ	0,82	26	0,74	24	0,65	26	0,73	24
	SP	0,95	18	0,77	21	0,76	21	0,76	21
SUL	PR	0,94	21	0,90	13	0,88	10	0,89	12
	SC	0,95	15	0,90	12	0,78	19	0,83	12
	RS	0,95	16	0,83	17	0,81	14	0,81	17
CENTRO OESTE	MS	0,93	22	0,89	14	0,76	21	0,88	14
	MT	0,97	9	0,87	15	0,79	16	0,86	15
	GO	0,96	12	0,82	18	0,82	13	0,81	17
	DF	0,50	27	0,60	27	0,39	27	0,60	27

Na comparação com o método FDH, os índices de insumo têm uma variação considerável. O estado que mais variou negativamente, nesse aspecto, foi o ES com -0,20. Entretanto, quando se verificam as variações nos índices de desempenho do resultado, ocorre uma situação curiosa: nenhum estado varia mais do que 0,02, demonstrando que nesse aspecto específico, tanto as análises sob o método do FDH quanto pelo ajuste da função de Hill se equivalem. Essa situação ocorre devido à posição dos três estados efetivos sobre a fronteira. Como eles estão muito próximos, a curva resultante da aplicação da Função Ajuste de Hill fica muito parecida com a fronteira escalonada do FDH. As pequenas diferenças dos índices de resultado só ocorrem devido à inclinação um pouco diferente da curva de Hill, o que proporciona leves variações nas distâncias dos estados não efetivos em relação à linha de fronteira.

AValiação DOS RESULTADOS OBTIDOS, CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

MÉTODOS *FREE DISPOSAL HULL* - FDH

A utilização do modelo *FDH* para efetuar comparações entre as unidades da federação, segundo a classificação funcional dos orçamentos, permite avaliar o desempenho dos governos estaduais através de seus gastos em relação à oferta de produtos e/ou serviços (eficiência) e os resultados alcançados (efetividade) pelas suas políticas públicas.

Ao verificar os resultados obtidos em cada uma das funções do orçamento analisadas, chega-se à conclusão que, de forma geral, estados com menor insumo (menor despesa *per capita*) apresentam um desempenho melhor em termos de eficiência e efetividade do gasto público. Entretanto, menor dispêndio global implica em menor oferta de produtos ou serviços e menos resultados, ocasionando menor bem-estar geral da população. O desempenho verificado para os estados da Região Nordeste são exemplos típicos dessa realidade. Os estados da região Centro-Oeste, com exceção do Distrito Federal, se comportam de maneira semelhante aos da região Nordeste.

Já os estados com insumo mais elevado, embora menos eficientes e efetivos, ofertam mais produtos e alcançam melhores resultados. Por conseguinte, oferecem maior bem-estar às suas populações. Como exemplos têm-se os estados das regiões Sul e Sudeste.

Para os estados da região Norte deve-se ter mais cuidado: enquanto Amazonas, Pará e Tocantins têm comportamento semelhante aos estados da região Nordeste, os demais, Acre, Amapá, Rondônia e Roraima apresentam-se não eficientes e não efetivos devido ao elevado valor do insumo verificado em suas funções orçamentárias. Provavelmente este fato ocorra devido a um problema de escala em relação ao tamanho de sua população e território, além de outros fatores como o isolamento geográfico interno e externo, que contribuem para o aumento das despesas da máquina pública no esforço de ofertar os produtos e serviços necessários.

Com base nos resultados obtidos, pode-se sugerir que, nos estados das regiões Sul e Sudeste, haja uma maior necessidade de descentralização da despesa efetuada através de transferências financeiras e de competência de algumas funções para os municípios ou regiões, de forma a reduzir a despesa e continuar a ofertar a mesma quantidade de produtos e alcançar os mesmos ou melhores resultados. E, para os quatro estados mais ineficientes/não efetivos da região Norte, uma re-territorialização daquelas unidades através da transferência da oferta de bens e serviços públicos diretamente pela União, até que os problemas de escala sejam superados.

MÉTODO DE AJUSTE PELA FUNÇÃO DE HILL

Na análise comparativa entre os resultados obtidos pelo método FDH e segundo o Ajuste pela Função de Hill, observa-se uma variação significativa na eficiência e efetividade das unidades da federação em relação às três funções do orçamento analisadas, Educação e Cultura, Saúde e Segurança Pública. No método de Ajuste pela Função de Hill, excetuando-se os estados que permaneceram no limiar da fronteira, quase todos os outros apresentaram redução em seus índices de desempenho. Entretanto, as regiões Norte e Nordeste continuam sendo as que concentram mais estados considerados eficientes ou eficazes, devido ao fato de sua fronteira ser construída, assim como o FDH, a partir dos estados de melhor desempenho. A região Centro-Oeste também apresenta resultados de desempenho expressivos, similares aos da região Norte e Nordeste, excetuando-se o DF que obtém resultado satisfatório apenas na relação insumo x produto na função Saúde. Já os estados das regiões Sul e Sudeste mostram-se, de forma geral, menos eficientes e eficazes. Apesar dos estados dessas regiões ofertarem mais produtos e obterem melhores resultados, os recursos despendidos são elevados.

Também é possível verificar que alguns estados, considerados eficientes por *default* no método FDH, ou seja, que não tinham como serem comparados a outros, puderam ser comparados pelo método ajustado pela Função de Hill. Isto permitiu verificar que algumas unidades da federação, como o DF, considerados eficientes ou eficazes, segundo o método FDH, passassem a apresentar índices de desempenho muito fracos no Método de Hill.

Ambos os métodos, FDH e o Ajuste pela Função de Hill, permitem uma análise acerca dos desempenhos das unidades da federação em relação à eficiência e à eficácia, entretanto deve-se considerar que o Método de Hill é mais rigoroso e permite uma análise mais precisa dos desperdícios de recursos pelas unidades da federação, apesar de seus resultados coincidirem, de forma geral, com o FDH.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a análise da relação entre a utilização dos recursos públicos estaduais e a oferta de produtos e serviços e aos resultados obtidos pelas 27 unidades da federação brasileiras, o trabalho atingiu os seus objetivos.

A metodologia utilizada e o cenário obtido a partir da sua aplicação tornam-se ferramentas úteis para qualquer gestor público, obviamente, a análise dos resultados e as sugestões para a solução dos problemas devem ser interpretadas com grande cuidado, tendo em vista a possibilidade de que, para algumas funções, os indicadores selecionados tenham baixa correlação com a realidade socioeconômica da população e, sobretudo, porque existem outras variáveis que influenciam estes mesmos resultados.

Também, é importante salientar que, por vezes, podem ocorrer eventuais faltas de consistência nos dados primários, seja pela heterogeneidade do perfil socioeconômico das unidades da federação, ou pela desigual distribuição da população no território nacional. Estes fatores, individualmente ou em conjunto, podem ocasionar distorções entre a informação calculada e a realidade socioeconômica das unidades da federação. Por exemplo, vários indicadores são normalizados por 100.000 habitantes. Em unidades da federação com população rarefeita, como as da Região Norte, este fato pode gerar uma maximização ou minimização por eventos singulares.

Além disso, deve-se considerar que a distribuição das funções entre as esferas de governo traz algumas dificuldades na identificação dos dados para a construção dos indicadores a elas relacionados. Em alguns casos, a área de competência das esferas governamentais é claramente delimitada: o poder legislativo das unidades da federação atua apenas na esfera estadual. Já no ensino fundamental e médio, embora de modo predominante a cargo dos estados, há alguma participação dos municípios e do governo federal. Também, em alguns estados há alocação de recursos públicos estaduais para o ensino superior. Entretanto, em outros casos a fronteira de competência é mais difusa, tendo as três esferas de governo alguma intervenção. Como exemplo a função Indústria, Comércio e Serviços, onde cada esfera tem sua participação. Nesses casos, a identificação e obtenção de indicadores de competência da esfera estadual, sejam de produto ou resultado, torna-se mais difícil. Assim, o grau de objetividade dos indicadores varia de função para função. De fato, há um gradiente para essa objetividade conforme as competências entre as esferas de governo tenham maior ou menor sombreamento.

Entretanto, o mais importante é que os governos estaduais tenham a compreensão de que o seu principal objetivo é o de oferecer condições de bem-estar crescente para seus cidadãos. Para tanto, é fundamental que os formuladores de políticas públicas utilizem criteriosamente os recursos públicos, através de uma clara definição de prioridades, buscando melhorar a relação insumo x produto e, principalmente, no acompanhamento e avaliação dos resultados obtidos, que pode ser auferida através dos indicadores de resultado. Ainda mais se levando em consideração as restrições orçamentárias porque passam, atualmente, praticamente todas as unidades da federação.

NOTAS EXPLICATIVAS SOBRE O VALOR DO INSUMO:

Função Judiciária e Essencial à Justiça:

Observamos que, tanto no Balanço publicado no Estado de Alagoas, como nos valores dispostos no sítio da STN ocorreu um problema na classificação funcional dessa despesa, para os anos 2002 e 2004, uma vez que foi classificada, erroneamente, em sua maior parte na função administrativa. Essa despesa foi reclassificada.

Função Segurança Pública:

Para o estado do Piauí, o valor de 2004 não foi considerado no cálculo da média por ser muito discrepante e haver provável problema de classificação funcional.

Para o Distrito Federal em 2003 e 2004, foram agregados R\$1.234.834.000 e R\$1.211.521.000 oriundos do Fundo Constitucional e distribuídos segundo a apropriação indicada nos relatórios do Tribunal de Contas do Distrito Federal para aqueles dois anos. Para o ano de 2002 aqueles valores haviam sido apropriados diretamente na função, o mesmo não ocorrendo nos outros anos.

Para o Estado do Paraná, tendo em vista a discrepância dos valores da série, em consulta ao Balanço Geral do Estado de 2004 (pg. 275), adotou-se o gasto total da Secretaria da Segurança Pública como se da função fosse (R\$770.763.793,70).

Função Saúde e Saneamento:

Para o Distrito Federal em 2003 foram acrescentados R\$ 699.026.000 e, em 2004, R\$771.368.000 do Fundo Constitucional do DF, conforme relatório do Tribunal de Contas do Distrito Federal. Para o ano de 2002 os valores foram apropriados diretamente na função, o mesmo não ocorrendo nos outros anos.

Função Educação e Saúde:

Para o Distrito Federal, em 2003 foram acrescentados R\$ 956.382.000 e, em 2004, R\$1.297.419.000, do Fundo Constitucional do Distrito Federal, conforme relatório do Tribunal de Contas do Distrito Federal. Para o ano de 2002 aqueles valores foram apropriados diretamente na função, o mesmo não ocorrendo nos outros anos.

Função Agricultura:

Para o Estado de Goiás em 2002, o valor da função foi obtido do resumo da execução orçamentária, uma vez que se

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA 2007 – ANEXO

TABELAS DE INDICADORES DE INSUMO X PRODUTO X RESULTADO, SEGUNDO A CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL DOS ORÇAMENTOS

UF	FUNÇÃO LEGISLATIVA								
	INSUMO			PRODUTO			RESULTADO		
	Despesa	Índice	Ranking	Deputados Estaduais	Índice	Ranking	Projetos Apreciados	Índice	Ranking
RO	91,20	6,12	4	1,59	5,44	5			
AC	90,47	6,10	5	3,80	7,60	2			
AM	46,81	4,89	10	0,75	4,62	15	3,33	4,23	16
RR	145,71	7,63	1	4,46	8,25	1	3,53	4,29	14
PA	29,05	4,40	18	0,60	4,47	19	2,32	3,89	20
AP	124,35	7,04	2	2,94	6,77	3	4,94	4,75	12
TO	42,28	4,76	12	1,87	5,72	4	5,00	4,77	11
MA	23,97	4,26	20	0,70	4,57	17			
PI	22,46	4,22	22	1,01	4,87	10			
CE	17,43	4,08	25	0,58	4,45	21	3,48	4,27	15
RN	43,55	4,80	11	0,81	4,68	14	7,00	5,42	7
PB	27,41	4,35	19	1,01	4,87	9	2,86	4,07	19
PE	22,08	4,20	23	0,59	4,46	20	4,51	4,61	13
AL	41,81	4,75	13	0,90	4,77	11			
SE	63,49	5,35	8	1,24	5,10	6	10,54	6,57	2
BA	17,42	4,08	26	0,46	4,33	24	5,03	4,78	10
MG	30,49	4,44	17	0,40	4,28	26	6,62	5,30	8
ES	37,16	4,62	14	0,89	4,76	12	9,80	6,33	4
RJ	55,07	5,12	9	0,46	4,33	25	3,20	4,18	17
SP	14,32	3,99	27	0,24	4,11	27	8,34	5,86	5
PR	21,29	4,18	24	0,53	4,41	22	6,11	5,13	9
SC	36,76	4,61	15	0,69	4,56	18	0,70	3,37	21
RS	30,80	4,45	16	0,51	4,39	23	3,02	4,12	18
MS	89,43	6,07	6	1,07	4,94	7	7,33	5,53	6
MT	65,91	5,42	7	0,87	4,74	13	11,79	6,98	1
GO	23,29	4,24	21	0,74	4,61	16	10,44	6,54	3
DF	116,31	6,82	3	1,05	4,91	8			

Ano: 2004 Escore Bruto: despesa em R\$ <i>per capita</i> Desvio Padrão: 36,05 Média: 50,75 Índice = 5 + (EB - M) / DP Fonte: Ministério da Fazenda / STN-COREM	Ano: 2004 Escore Bruto: Número de deputados / 100.000 hab Desvio Padrão: 1,02 Média: 1,14 Índice = 5 + (EB - M) / DP Fonte: Tribunal Superior Eleitoral	Ano: 2004 Escore Bruto: Número de projetos apreciados / deputado Desvio Padrão: 3,07 Média: 5,71 Índice = 5 + (EB - M) / DP Fonte: Senado Federal / Sistema INTERLEGIS
---	--	---

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA 2007 – ANEXO

UF	FUNÇÃO JUDICIÁRIA																						
	INSUMO				PRODUTO				RESULTADO														
	Despesa	Índice	Ranking	Juízes Estaduais	Índice	Ranking	Desembargadores Estaduais	Índice	Ranking	Juízos Especiais	Índice	Ranking	Julgamentos Justica Comum	Índice	Ranking	Julgamentos Juizados Especiais	Índice	Ra					
RO	169,47	7,01	2	8,97	5,75	4	1,32	5,89	5	4,79	6,92	2	87,21	6,31	4	101,63	5,94						
AC	100,85	5,57	7	10,52	6,28	2	2,15	7,34	2				82,38	6,00	5	95,06	5,70						
AM	52,46	4,55	16				0,59	4,61	15														
RR	122,05	6,01	5				2,39	7,77	1														
PA	28,45	4,04	24	5,05	4,41	12	0,63	4,67	14	1,30	4,72	6	55,09	4,25	15	58,65	4,40						
AP	189,45	7,44	1	15,20	7,88	1	1,78	6,69	3	4,93	7,01	1	73,34	5,42	8	84,48	5,32						
TO	49,10	4,48	17	6,52	4,92	8	0,95	5,24	9	1,59	4,90	5	78,34	5,74	6	14,36	2,83						
MA	33,15	4,14	22				0,34	4,16	23														
PI	40,95	4,31	18	5,11	4,44	11	0,51	4,46	19	0,95	4,50	8	60,47	4,59	12	81,92	5,23						
CE	29,61	4,07	23				0,28	4,06	26														
RN	93,71	5,42	8				0,51	4,47	18				60,30	4,58	13	35,80	3,59						
PB	57,02	4,64	14				0,54	4,51	17				95,71	6,85	1	123,97	6,73						
PE	35,77	4,20	21				0,36	4,21	22				52,94	4,11	17								
AL	7,60	3,60	25	4,06	4,08	16	0,37	4,22	21				44,95	3,60	21	30,44	3,40						
SE	92,56	5,39	9				0,68	4,76	12	0,73	4,37	9	87,34	6,31	3	89,06	5,49						
BA	35,92	4,20	20				0,20	3,92	27														
MG	69,46	4,91	13	3,95	4,04	17	0,31	4,12	25	0,41	4,16	11	54,77	4,23	16	69,05	4,78						
ES	132,42	6,23	3	8,13	5,47	5	0,63	4,68	13	1,18	4,65	7	64,20	4,83	11	88,68	5,47						
RJ	127,63	6,13	4	4,10	4,09	15	1,06	5,42	8	0,60	4,28	10	46,31	3,69	20	72,05	4,88						
SP	103,93	5,63	6	4,90	4,36	14	0,33	4,15	24				77,69	5,70	7								
PR	54,78	4,60	15				0,42	4,30	20														
SC	1,68	3,48	26	5,25	4,48	10	0,70	4,80	11	0,23	4,05	12	55,11	4,25	14	72,49	4,90						
RS	84,85	5,23	11	5,67	4,63	9	1,17	5,62	6				68,16	5,09	10								
MS	84,37	5,22	12	6,58	4,94	7	1,13	5,56	7				51,76	4,04	18								
MT	87,18	5,28	10	6,61	4,95	6	0,74	4,87	10	2,59	5,53	3	48,49	3,83	19	78,77	5,12						
GO	36,79	4,22	19	4,98	4,39	13	0,59	4,60	16				69,25	5,16	9	77,40	5,07						
DF				9,41	5,90	3	1,34	5,92	4	1,61	4,91	4	89,15	6,43	2	107,35	6,14						
Ano: 2004				Ano: 2003				Ano: 2003				Ano: 2003				Ano: 2003							
Escore Bruto: despesa em R\$ <i>per capita</i>				Escore Bruto: Número de Juizes / 100.000 hab				Escore Bruto: Número de desembargadores / 100.000 hab				Escore Bruto: Número de Juizados especiais / 100.000 hab				Escore Bruto: Percentual de casos julgados na Justiça comum				Escore Bruto: Percentual de casos julgados Juizados especiais			
Desvio Padrão: 36,05				Desvio Padrão: 2,93				Desvio Padrão: 0,57				Desvio Padrão: 1,59				Desvio Padrão: 15,62				Desvio Padrão: 28,08			
Média: 73,89				Média: 6,77				Média: 0,82				Média: 1,74				Média: 66,81				Média: 75,36			
Índice = 5 + (EB - M) / DP				Índice = 5 + (EB - M) / DP				Índice = 5 + (EB - M) / DP				Índice = 5 + (EB - M) / DP				Índice = 5 + (EB - M) / DP				Índice = 5 + (EB - M) / DP			
Fonte: Ministério da Fazenda / STN-COREM				Fonte: STF / Banco Nacional de Dados do Poder Judiciário				Fonte: STF / Banco Nacional de Dados do Poder Judiciário				Fonte: STF / Banco Nacional de Dados do Poder Judiciário				Fonte: STF / Banco Nacional de Dados do Poder Judiciário				Fonte: STF / Banco Nacional de Dados do Poder Judiciário			

FUNÇÃO SEGURANÇA PÚBLICA															
PRODUTO															
Ranking	Policiais Civis	Índice	Ranking	Policiais Militares	Índice	Ranking	Policiais Técnicos	Índice	Ranking	Bombeiros	Índice	Ranking	Vagas no Sistema Prisional	Índice	Ranking
4	29,75	6,03	3	418,56	5,89	5	29,75	6,04	3				0,99	5,82	6
2	27,97	5,91	5	649,66	7,44	2	27,97	5,92	5	72,42	5,47	4	1,76	3,98	23
14	8,91	4,64	11	287,49	5,00	8	8,91	4,64	13	15,80	4,49	23	1,49	4,63	19
9	61,15	8,11	1	509,00	6,49	4	61,15	8,15	1	54,32	5,16	5	1,00	5,79	7
22	4,69	4,36	18	245,04	4,72	13	4,69	4,35	17	41,66	4,94	7	1,07	5,61	12
3	40,26	6,72	2	516,67	6,55	3	40,26	6,75	2	96,31	5,89	3	1,87	3,71	24
12	23,78	5,63	6	251,96	4,77	11	23,78	5,64	7	10,34	4,40	24	1,20	5,31	14
23	2,07	4,19	23	120,01	3,88	27	2,07	4,18	22	16,07	4,50	22	1,73	4,06	22
27	1,46	4,15	24	195,28	4,38	23	1,46	4,14	23	9,04	4,37	25	0,76	6,36	1
25	3,11	4,26	21	160,35	4,15	25	3,11	4,25	21	18,46	4,54	21	1,44	4,75	18
19	12,73	4,90	8	341,36	5,37	6	12,73	4,90	9	31,58	4,76	10	0,93	5,95	2
21	5,08	4,39	17	232,72	4,64	15	5,08	4,38	16	20,10	4,57	19	0,96	5,88	3
18	11,77	4,83	9	229,35	4,61	16	11,77	4,83	11	23,82	4,63	16	1,60	4,36	20
17	4,23	4,33	19	272,50	4,90	9	4,23	4,32	18				1,05	5,66	11
15	1,42	4,15	25	265,55	4,86	10	1,42	4,13	24	31,76	4,77	9	1,97	3,49	25
20	4,16	4,33	20	203,48	4,44	18	4,16	4,32	19	21,16	4,58	18	1,24	5,21	16
8				198,96	4,41	21	6,17	4,45	14	22,35	4,60	17	0,97	5,87	4
11	8,04	4,59	13	219,44	4,55	17	25,74	5,77	6	18,60	4,54	20	1,00	5,78	10
1	7,70	4,56	14	290,65	5,03	7				109,64	6,12	2	0,97	5,86	5
10	9,86	4,71	10	202,91	4,44	19	0,56	4,08	25	24,08	4,63	15	1,43	4,78	17
26	2,18	4,20	22	137,03	3,99	26	9,09	4,65	12	28,84	4,72	12	1,15	5,42	13
6	6,12	4,46	15	202,53	4,43	20				35,28	4,83	8	2,21	2,92	26
16	8,58	4,62	12	194,43	4,38	24	3,28	4,26	20	26,15	4,67	14	1,23	5,24	15
5				196,21	4,39	22	12,07	4,85	10	45,88	5,01	6	2,29	2,71	27
7	22,91	5,57	7	247,53	4,74	12	22,91	5,58	8	28,34	4,71	13	1,00	5,79	8
13	5,83	4,44	16	242,45	4,70	14	5,83	4,43	15	31,31	4,76	11	1,00	5,79	9
24	28,87	5,97	4	714,13	7,87	1	28,87	5,98	4	294,47	9,33	1	1,64	4,27	21
				Ano: 2003			Ano: 2003			Ano: 2003			Ano: 2004		
sa em R\$	Escore Bruto: Número de policiais civis / 100.000 hab			Escore Bruto: Número de policiais militares / 100.000 hab			Escore Bruto: Número de policiais técnicos / 100.000 hab			Escore Bruto: Número de bombeiros / 100.000 hab			Escore Bruto: Número de presos por vaga no sistema prisional		
5	Desvio Padrão: 15,09 Média: 14,28 Índice = 5 + (EB - M) / DP			Desvio Padrão: 148,70 Média: 286,86 Índice = 5 + (EB - M) / DP			Desvio Padrão: 15,09 Média: 14,28 Índice = 5 - (EB - M) / DP			Desvio Padrão: 57,99 Média: 45,11 Índice = 5 - (EB - M) / DP			Desvio Padrão: 0,42 Média: 1,33 Índice = 5 - (EB - M) / DP		
Fazenda	Fonte: Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Segurança Pública			Fonte: Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Segurança Pública			Fonte: Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Segurança Pública			Fonte: Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Segurança Pública			Fonte: Ministério da Justiça / DEPEN		

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA 2007 – ANEXO

UF	FUNÇÃO SEGURANÇA PÚBLICA (continuação)														
	RESULTADO														
	Óbitos em Acidentes de Trânsito	Índice	Ranking	Coefficiente de Furtos	Índice	Ranking	Coefficiente de Roubos	Índice	Ranking	Coefficiente de Homicídios	Índice	Ranking			
RO	9,55	5,48	6*	2.387,97	3,59	24	644,96	4,12	22	51,15	2,77	26			
AC	26,71	4,40	21	2.459,78	3,51	26	268,18	5,36	13	36,09	3,98	24			
AM	11,56	5,35	11*	864,40	5,46	10	262,65	5,38	12	18,75	5,37	12			
RR	42,24	3,43	22*	1.706,34	4,43	20	162,95	5,71	6	8,88	6,16	2			
PA	8,55	5,54	3	1.324,79	4,89	17	888,26	3,31	26	23,63	4,97	16			
AP				1.785,65	4,33	22	457,86	4,74	20	33,35	4,20	22			
TO	12,35	5,30	13	346,60	6,09	5	90,35	5,95	3	10,02	6,06	5			
MA	17,43	4,98	18	678,56	5,68	8	203,55	5,58	10	15,45	5,63	7			
PI	8,75	5,53	5	521,56	5,88	6	196,13	5,60	9	6,06	6,38	1			
CE	16,62	5,03	17	61,71	6,44	1	44,00	6,11	1	17,06	5,50	10			
RN	11,25	5,37	7	889,56	5,43	12	241,86	5,45	11	9,52	6,10	3			
PB	11,82	5,33	12	340,85	6,10	4	168,85	5,69	8	19,99	5,27	13			
PE	11,44	5,36	9	201,20	6,27	2	128,77	5,83	4	28,94	4,55	21			
AL	7,43	5,61	2*	285,64	6,16	3	83,68	5,98	2	34,68	4,09	23			
SE	80,23	1,05	23*	1.005,54	5,28	13	282,21	5,32	16	26,62	4,74	19			
BA	11,45	5,36	10	884,19	5,43	11	340,38	5,13	17	20,41	5,23	14			
MG	0,84	6,02	1*	1.015,43	5,27	14	274,21	5,35	15	15,48	5,63	8			
ES				630,98	5,74	7	271,57	5,35	14	56,09	2,38	27			
RJ				794,90	5,54	9	789,42	3,64	24	39,98	3,67	25			
SP	13,16	5,25	14	1.641,20	4,51	19	843,80	3,46	25	27,85	4,64	20			
PR	15,14	5,12	15	1.304,36	4,92	16	343,94	5,11	18	16,10	5,58	9			
SC	11,41	5,36	8	2.318,17	3,68	23	166,74	5,70	7	9,56	6,10	4			
RS	8,67	5,53	4*	2.416,44	3,56	25	645,50	4,11	23	12,59	5,86	6			
MS	15,48	5,10	16	1.336,84	4,88	18	150,65	5,75	5	25,37	4,84	17			
MT				1.194,10	5,05	15	420,11	4,86	19	21,21	5,17	15			
GO	21,84	4,71	20*	1.715,09	4,42	21	529,54	4,50	21	18,55	5,38	11			
DF	20,26	4,80	19	3.301,30	2,48	27	1.311,45	1,90	27	26,15	4,77	18			
Ano: 2002				Ano: 2003				Ano: 2003				Ano: 2003			
Escore Bruto: Número de óbitos em acidentes de trânsito / 100.000 hab				Escore Bruto: Número de ocorrências registradas de furtos / 100.000 hab				Escore Bruto: Número de ocorrências registradas de roubos / 100.000 hab				Escore Bruto: Número de ocorrências registradas de homicídios / 100.000 hab			
Desvio Padrão: 15,96				Desvio Padrão: 818,23				Desvio Padrão: 301,44				Desvio Padrão: 12,49			
Média: 17,14				Média: 1.237,52				Média: 378,21				Média: 23,32			
Índice = 5 - (EB - M) / DP				Índice = 5 - (EB - M) / DP				Índice = 5 - (EB - M) / DP				Índice = 5 - (EB - M) / DP			
Fonte: Ministério da Justiça / DENATRAN				Fonte: Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Segurança Pública e IBGE				Fonte: Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Segurança Pública e IBGE				Fonte: Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Segurança Pública e IBGE			

FUNÇÃO SAÚDE (continuação)																	
RESULTADO																	
UF	Gravidez na Adolescência	Índice	Ranking	Mortalidade Materna	Índice	Ranking	Baixo Peso ao Nascer	Índice	Ranking	Mortalidade Infantil	Índice	Ranking	Cobertura de Vacinação	Índice	Ranking	Expectativa de Vida	Índice
RO	27,16	3,22	19				6,21	6,36	1	21,42	4,55	18	60,80	4,63	17	68,84	1
AC	28,78	2,84	24				6,70	5,88	5	20,39	4,82	16	70,51	6,67	1	68,96	1
AM	28,25	2,97	23				6,78	5,80	9	21,54	4,52	19	50,77	2,52	27	69,58	1
RR	27,64	3,11	21				6,93	5,65	10	15,85	6,01	4	59,35	4,33	23	68,29	1
PA	29,73	2,61	26				6,76	5,82	7	22,32	4,31	22	69,30	6,42	3	69,43	1
AP	27,89	3,05	22				7,91	4,69	19	20,73	4,73	17	70,19	6,61	2	69,67	1
TO	29,67	2,63	25				6,70	5,88	6	19,73	4,99	14	56,69	3,77	25	69,06	1
MA	30,58	2,41	27				6,54	6,03	3	19,33	5,10	13	60,26	4,52	19	65,63	1
PI	27,50	3,14	20				6,76	5,82	8	21,99	4,40	20	61,01	4,68	16	66,58	1
CE	23,44	4,11	11				7,27	5,32	11	25,03	3,60	24	58,42	4,13	24	67,29	1
RN	24,56	3,84	14				7,56	5,03	17	17,45	5,59	9	63,81	5,26	10	67,35	1
PB	23,67	4,06	12				6,31	6,26	2	22,07	4,38	21	62,66	5,02	12	65,42	1
PE	23,84	4,01	13				7,45	5,14	16	26,20	3,29	26	68,86	6,33	4	64,67	1
AL	25,83	3,54	17				7,30	5,29	12	27,29	3,00	27	61,36	4,75	15	64,10	1
SE	22,28	4,39	9				7,71	4,89	18	26,00	3,34	25	66,62	5,86	7	68,16	1
BA	25,13	3,71	16				7,92	4,68	20	23,03	4,12	23	62,19	4,92	14	68,54	1
MG	18,59	5,26	4				9,59	3,04	27	17,55	5,56	10	55,02	3,42	26	71,16	1
ES	20,78	4,74	8				7,39	5,20	15	16,36	5,88	7	67,32	6,00	6	70,90	1
RJ	18,98	5,17	1				9,22	3,40	25	17,66	5,54	11	64,88	5,49	8	68,07	1
SP	16,94	5,66	6				9,20	3,42	23	15,19	6,18	3	62,49	4,99	13	70,40	1
PR	20,67	4,77	2				8,59	4,02	22	16,49	5,84	8	59,86	4,43	21	70,98	1
SC	18,82	5,21	7				8,15	4,45	21	14,10	6,47	2	60,69	4,61	18	71,85	1
RS	18,52	5,28	5				9,52	3,11	26	15,97	5,98	5	59,86	4,43	22	72,16	1
MS	24,78	3,79	3				7,32	5,27	13	20,13	4,89	15	60,04	4,47	20	71,03	1
MT	26,60	3,36	15				6,68	5,90	4	18,73	5,25	12	64,18	5,34	9	69,74	1
GO	23,06	4,20	18				7,36	5,23	14	15,98	5,98	6	68,73	6,30	5	70,19	1
DF	16,22	5,83	10				9,20	3,42	24	13,30	6,68	1	62,99	5,09	11	69,45	1
														Ano: 2004	Ano: 2003		
														Escore Bruto: Percentual de adolescentes (15 a 19 anos) grávidas	Escore Bruto: Número de crianças menores de 1 ano com vacinas em dia		
														Desvio Padrão: 4,20	Desvio Padrão: 4,76		
														Média: 19,70	Média: 62,55		
														Índice = 5 - (EB - M) / DP	Índice = 5 + (EB - M) / DP		
														Fonte: Ministério da Saúde / DataSUS	Fonte: Ministério da Saúde / DataSUS		
														Ano: 2002	Ano: 2004		
														Escore Bruto: Número de óbitos de mães / 100.000 crianças nascidas vivas	Escore Bruto: Número de óbitos / 1.000 crianças nascidas vivas		
														Desvio Padrão: 16,89	Desvio Padrão: 3,81		
														Média: 56,21	Média: 19,70		
														Índice = 5 - (EB - M) / DP	Índice = 5 - (EB - M) / DP		
														Fonte: Ministério da Saúde / DataSUS	Fonte: Ministério da Saúde / DataSUS		

FUNÇÃO SAÚDE (continuação)																					
UF	RESULTADO																				
	Mortalidade por AIDS	Índice	Ranking	Casos de Tuberculose	Índice	Ranking	Mortalidade por Suicídio	Índice	Ranking	Internação por Cólera	Índice	Ranking	Internação por Leptospirose	Índice	Ranking	Internação por Tifo	Índice				
RO	2,79	5,53	12	41,07	5,21	11	4,17	5,27	13	0,00	5,79	1	0,20	5,69	5	0,20	5				
AC	1,70	5,89	2	42,81	5,10	13	4,11	5,30	11	0,00	5,79	1	0,47	5,57	9	13,76	1				
AM	3,61	5,25	15	75,89	2,86	26	3,07	5,81	6	0,06	3,09	25	0,94	5,36	12	4,67	4				
RR	5,31	4,68	22	56,35	4,18	25	7,08	3,84	24	0,00	5,79	1	0,00	5,78	1	0,00	5				
PA	3,11	5,42	13	50,77	4,56	20	1,98	6,35	3	0,01	5,16	16	1,82	4,97	21	1,69	4				
AP	2,17	5,73	8	40,97	5,22	10	6,58	4,09	22	0,00	5,79	1	10,39	1,18	27	11,09	2				
TO	1,74	5,88	3	24,32	6,35	3	4,60	5,06	16	0,00	5,79	1	0,39	5,60	7	0,23	5				
MA	2,22	5,72	9	52,46	4,44	23	1,64	6,52	1	0,00	5,79	1	0,41	5,59	8	1,13	5				
PI	1,75	5,87	4	43,82	5,03	14	5,33	4,70	18	0,00	5,79	1	0,03	5,76	2	0,50	5				
CE	2,64	5,58	10	48,97	4,68	19	5,74	4,50	19	0,01	5,25	15	1,28	5,21	16	0,61	5				
RN	1,35	6,01	1	51,08	4,54	21	3,87	5,42	10	0,00	5,79	1	0,67	5,48	11	0,13	5				
PB	1,94	5,81	6	40,67	5,24	8	2,60	6,04	4	0,03	4,58	19	1,62	5,06	19	0,34	5				
PE	4,85	4,83	18	51,76	4,49	22	3,51	5,60	8	0,05	3,72	23	5,24	3,46	25	0,90	5				
AL	2,06	5,77	7	40,81	5,23	9	3,15	5,78	7	0,07	2,90	26	2,34	4,74	22	0,54	5				
SE	1,93	5,81	5	31,08	5,89	6	4,12	5,30	12	0,05	3,57	24	1,39	5,16	18	0,31	5				
BA	2,67	5,57	11	54,36	4,32	24	1,89	6,39	2	0,03	4,53	20	1,20	5,25	13	1,57	4				
MG	4,38	4,99	16	31,10	5,89	7	4,76	4,98	17	0,02	5,11	17	0,62	5,50	10	0,08	5				
ES	4,54	4,94	17	45,94	4,88	15	4,49	5,12	15	0,00	5,79	1	3,18	4,37	23	0,24	5				
RJ	11,31	2,67	26	86,41	2,15	18	2,61	6,04	5	0,01	5,51	14	1,67	5,03	20	0,03	5				
SP	10,00	3,11	25	48,62	4,70	4	3,83	5,44	9	0,01	5,57	13	1,20	5,24	14	0,09	5				
PR	5,12	4,74	20	27,44	6,13	5	6,67	4,04	23	0,03	4,52	21	1,31	5,20	17	0,15	5				
SC	8,71	3,54	24	28,47	6,07	16	7,29	3,74	25	0,07	2,81	27	5,58	3,31	26	0,17	5				
RS	11,95	2,45	27	46,63	4,84	12	9,78	2,52	27	0,04	4,19	22	3,56	4,20	24	0,18	5				
MS	5,22	4,71	21	42,10	5,14	17	8,58	3,10	26	0,00	5,79	1	0,13	5,72	3	0,00	5				
MT	4,85	4,83	19	47,99	4,75	2	5,76	4,49	20	0,00	5,79	1	0,14	5,71	4	0,14	5				
GO	3,37	5,33	14	21,64	6,53	1	6,04	4,35	21	0,02	5,01	18	0,24	5,67	6	0,04	5				
DF	6,33	4,34	23	20,75	6,59	27	4,32	5,20	14	0,00	5,79	1	1,27	5,22	15	0,13	5				
Ano: 2002														Ano: 2004							
Escore Bruto: Número de óbitos por AIDS / 100.000 hab														Escore Bruto: Número de internações por leptospirose / 100.000 hab				Escore Bruto: Número de internações por tifo / 100.000 hab			
Desvio Padrão: 2,98														Desvio Padrão: 0,02				Desvio Padrão: 3,32			
Média: 4,36														Média: 0,02				Média: 1,44			
Índice = 5 - (EB - M) / DP														Índice = 5 - (EB - M) / DP				Índice = 5 - (EB - M) / DP			
Fonte: Ministério da Saúde / DataSUS														Fonte: Ministério da Saúde / DataSUS				Fonte: Ministério da Saúde / DataSUS			

UF	FUNÇÃO EDUCAÇÃO E CULTURA (continuado)																	
	PRODUTO						RESULTADO											
	Matriculas no Ensino Médio	Índice	Ranking	Lei do Audiovisual	Índice	Ranking	Lei Rouanet	Índice	Ranking	Abandono Ensino Fundamental	Índice	Ranking	Abandono Ensino Médio	Índice	Ranking	Analfabetismo	Índice	Ra
RO	86,39	5,12	10	0,00	4,76	9	261,21	4,54	20	7,13	5,56	10	18,02	5,45	9	10,61	5,46	
AC	91,93	6,36	3	0,00	4,76	9	101,28	4,50	23	9,93	5,00	15	20,51	4,95	13	18,13	4,47	
AM	93,53	6,71	2	0,00	4,76	9	1.065,40	4,76	9	12,87	4,41	19	23,24	4,40	20	9,03	5,66	
RR	91,50	6,26	6	0,00	4,76	9	0,00	4,47	26	5,21	5,94	6	16,08	5,84	5	10,34	5,49	
PA	91,85	6,34	4	6,54	4,79	7	573,34	4,62	16	10,98	4,78	16	24,67	4,11	24	14,08	5,00	
AP	91,72	6,31	5	0,00	4,76	9				6,34	5,72	8	22,86	4,47	18	8,33	5,75	
TO	94,44	6,92	1	0,00	4,76	9	523,92	4,61	17	5,59	5,87	7	17,32	5,59	7	17,24	4,89	
MA	86,73	5,20	9	0,00	4,76	9	136,68	4,51	22	8,06	5,37	12	25,09	4,02	25	23,10	3,82	
PI	84,51	4,70	19	0,00	4,76	9	605,15	4,63	15	12,51	4,48	18	22,96	4,45	19	27,30	3,27	
CE	85,28	4,87	14	0,00	4,76	9	747,93	4,67	13	13,65	4,25	20	20,36	4,98	12	21,77	4,00	
RN	84,40	4,68	20	0,00	4,76	9	226,67	4,53	21	13,96	4,19	21	26,92	3,65	26	22,29	3,93	
PB	80,25	3,75	23	0,00	4,76	9	51,60	4,48	25	17,72	3,43	25	22,48	4,55	17	25,31	3,53	
PE	79,53	3,59	25	4,96	4,78	8	905,90	4,71	10	18,92	3,19	27	23,38	4,37	21	21,28	4,06	
AL	79,15	3,51	26	0,00	4,76	9	284,44	4,55	19	17,80	3,42	26	24,63	4,12	23	19,38	2,98	
SE	84,64	4,73	18	0,00	4,76	9	2.076,75	5,03	6	16,85	3,61	24	30,23	2,98	27	29,51	2,98	
BA	84,89	4,78	16	7,44	4,80	6	637,60	4,64	14	14,43	4,09	22	21,01	4,85	14	20,43	4,17	
MG	84,84	4,77	17	18,23	4,85	5	62,57	4,49	24	7,37	5,51	11	17,93	5,47	8	9,87	5,55	
ES	80,62	3,83	22	0,00	4,76	9	757,04	4,67	12	6,88	5,61	9	22,17	4,61	16	9,49	5,60	
RJ	79,81	3,65	24	1.031,61	9,96	1	7.422,12	6,48	2	9,40	5,10	13	18,97	5,26	10	4,83	6,21	
SP	86,18	5,07	11	122,11	5,37	2	5.167,37	5,87	3	2,48	6,49	2	7,99	7,48	1	5,52	6,12	
PR	87,69	5,41	8	0,00	4,76	9	1.339,01	4,83	8	5,06	5,97	5	13,81	6,30	4	7,95	5,80	
SC	85,22	4,86	15	0,00	4,76	9	1.353,13	4,83	7	1,45	6,70	1	11,64	6,74	2	4,79	6,22	
RS	85,62	4,95	13	35,11	4,94	4	3.557,62	5,43	5	3,83	6,22	3	16,82	5,69	6	5,48	6,13	
MS	84,17	4,63	21	0,00	4,76	9	513,55	4,61	18	9,64	5,05	14	21,72	4,70	15	9,52	5,60	
MT	88,20	5,52	7	0,00	4,76	9	17.825,70	9,29	1	14,46	4,09	23	23,49	4,34	22	10,10	5,52	
GO	86,05	5,04	12	65,91	5,09	3	795,02	4,68	11	11,15	4,75	17	19,92	5,07	11	10,69	5,45	
DF	78,84	3,44	27	0,00	4,76	9	4.083,54	5,57	4	3,87	6,21	4	12,46	6,57	3	4,20	6,29	
	Ano: 2004			Ano: 2002			Ano: 2004			Ano: 2004			Ano: 2004			Ano: 2004		
	Escore Bruto: Percentual de matriculas na rede estadual de Ensino Médio		Escore Bruto: Investimentos em R\$ / 1.000 hab através da Lei do Audiovisual		Escore Bruto: Investimentos em R\$ / 1.000 hab através da Lei do Audiovisual		Escore Bruto: Investimentos em R\$ / 1.000 hab através da Lei Rouanet		Escore Bruto: Percentual de abandono escolar na rede estadual de Ensino Fundamental		Escore Bruto: Percentual de abandono escolar na rede estadual de Ensino Médio		Escore Bruto: Percentual da população a de 15 anos que é analfabeta					
	Desvio Padrão: 4,48		Desvio Padrão: 198,39		Desvio Padrão: 3.699,07		Desvio Padrão: 4,99		Desvio Padrão: 4,95		Desvio Padrão: 7,64		Desvio Padrão: 7,64					
	Média: 85,85		Média: 47,85		Média: 1.964,40		Média: 9,91		Média: 20,25		Média: 14,10		Média: 14,10					
	Índice = 5 + (EB - M) / DP		Índice = 5 + (EB - M) / DP		Índice = 5 + (EB - M) / DP		Índice = 5 + (EB - M) / DP		Índice = 5 - (EB - M) / DP		Índice = 5 - (EB - M) / DP		Índice = 5 - (EB - M) / DP					
	Fonte: Ministério da Educação / INEP		Fonte: Ministério da Cultura		Fonte: Ministério da Cultura		Fonte: Ministério da Cultura		Fonte: Ministério da Educação / INEP		Fonte: Ministério da Educação / INEP		Fonte: IPEADATA					

FUNÇÃO EDUCAÇÃO E CULTURA (continuação)																		
RESULTADO																		
UF	Aprovação no Ensino Fundamental	Índice	Ranking	Aprovação no Ensino Médio	Índice	Ranking	Média de Anos de Estudo	Índice	Ranking	Avaliação em Português 4º Fundamental	Índice	Ranking	Avaliação em Matemática 4º Fundamental	Índice	Ranking	Avaliação em Português 8º Fundamental	Índice	Ran
RO	74,70	5,37	13	66,51	4,78	17	5,88	4,73	15	3,10	4,85	10	3,10	4,61	14	5,00	4,12	
AC	74,85	5,39	12	72,87	6,31	3	5,35	4,15	22	1,40	4,14	24	0,90	3,93	26	5,00	4,12	
AM	67,46	4,41	18	63,47	4,05	23	6,44	5,32	11	2,00	4,39	18	2,60	4,46	17	4,20	3,85	
RR	77,31	5,72	6	70,72	5,79	4	6,49	5,38	9	2,50	4,60	14	1,30	4,06	25	10,30	5,88	
PA	70,39	4,80	16	66,93	4,88	15	5,50	4,31	20	1,10	4,01	26	1,60	4,15	22	4,80	4,05	
AP	76,33	5,58	7	67,84	5,10	12	6,73	5,64	8	1,30	4,10	25	0,80	3,90	27	9,30	5,54	
TO	82,95	6,47	2	76,01	7,06	2	5,74	4,57	17	2,80	4,72	11	3,30	4,67	12	3,60	3,65	
MA	75,61	5,49	9	66,02	4,67	19	5,01	3,79	24	1,70	4,26	21	1,40	4,09	23	4,70	4,02	
PI	65,59	4,16	21	66,85	4,86	16	4,80	3,56	26	2,00	4,39	19	2,40	4,39	20	8,50	5,28	
CE	71,13	4,89	15	70,24	5,68	6	5,43	4,24	21	2,40	4,55	15	3,50	4,73	11	5,20	4,19	
RN	66,29	4,25	20	67,67	5,06	13	5,57	4,39	19	1,70	4,26	22	1,70	4,18	21	6,00	4,45	
PB	63,96	3,94	22	67,57	5,04	14	5,00	3,78	25	1,70	4,26	23	2,60	4,46	18	4,80	4,05	
PE	63,74	3,91	23	69,23	5,43	9	5,57	4,39	18	2,60	4,64	13	2,60	4,46	19	5,60	4,32	
AL	63,41	3,87	24	65,76	4,60	20	4,49	3,23	27	1,00	3,97	27	1,40	4,09	24	2,70	3,36	
SE	61,54	3,62	26	62,54	3,83	24	5,77	4,61	16	1,80	4,30	20	3,00	4,58	16	6,10	4,48	
BA	61,61	3,63	25	66,37	4,75	18	5,21	4,00	23	2,20	4,47	16	3,20	4,64	13	8,30	5,21	
MG	80,66	6,16	4	69,88	5,59	8	6,76	5,67	13	6,30	6,18	4	9,70	6,64	4	10,20	5,84	
ES	60,03	3,42	27	67,97	5,13	11	6,76	5,67	7	5,70	5,93	5	7,10	5,84	5	8,00	5,11	
RJ	69,20	4,64	17	64,52	4,31	21	7,52	6,49	3	7,90	6,85	3	10,40	6,85	3	12,60	6,64	
SP	89,93	7,39	1	76,48	7,17	1	7,55	6,52	2	8,50	7,10	2	11,10	7,07	2	12,70	6,67	
PR	77,35	5,72	5	70,59	5,76	5	6,90	5,82	6	4,30	5,35	8	7,10	5,84	6	10,20	5,84	
SC	82,64	6,43	3	68,47	5,25	10	7,06	6,00	4	5,50	5,85	6	6,50	5,65	8	10,50	5,94	
RS	75,20	5,44	10	57,79	2,69	27	7,01	5,94	5	5,50	5,85	7	6,60	5,68	7	11,60	6,31	
MS	66,88	4,33	19	62,21	3,75	25	6,39	5,27	14	2,70	4,68	12	3,90	4,85	10	8,80	5,38	
MT	72,01	5,01	14	63,63	4,09	22	6,40	5,28	12	2,20	4,47	17	3,10	4,61	15	5,80	4,38	
GO	76,11	5,56	8	70,17	5,66	7	6,44	5,33	10	4,10	5,26	9	5,70	5,41	9	10,00	5,78	
DF	75,17	5,43	11	61,91	3,68	26	8,29	7,32	1	9,60	7,56	1	11,50	7,19	1	12,30	6,54	
	Ano: 2004			Ano: 2004			Ano: 2004			Ano: 2003			Ano: 2003			Ano: 2003		
	Escore Bruto: Percentual de aprovação na rede estadual de Ensino Fundamental			Escore Bruto: Percentual de aprovação na rede estadual de Ensino Médio			Escore Bruto: Média de anos de estudo na população de 10 anos ou mais de idade			Escore Bruto: Percentual de alunos com conhecimento adequado em português na 4ª série do fundamental			Escore Bruto: Percentual de alunos com conhecimento adequado em matemática na 4ª série do fundamental			Escore Bruto: Percentual de alunos com conhecimento adequado em português na 8ª série do fundamental		
	Desvio Padrão: 7,52			Desvio Padrão: 4,17			Desvio Padrão: 0,93			Desvio Padrão: 3,26			Desvio Padrão: 3,26			Desvio Padrão: 3,02		
	Média: 71,93			Média: 67,41			Média: 6,14			Média: 4,37			Média: 4,37			Média: 7,66		
	Índice = 5 + (EB - M) / DP			Índice = 5 + (EB - M) / DP			Índice = 5 + (EB - M) / DP			Índice = 5 + (EB - M) / DP			Índice = 5 + (EB - M) / DP			Índice = 5 + (EB - M) / DP		
	Fonte: Ministério da Educação / INEP			Fonte: Ministério da Educação / INEP			Fonte: Ministério da Educação / INEP			Fonte: Ministério da Educação / INEP			Fonte: Ministério da Educação / INEP			Fonte: Ministério da Educação / INEP		

FUNÇÃO EDUCAÇÃO E CULTURA (continuação)													
RESULTADO													
Ranking	Avaliação em Português 3º Médio		Avaliação em Matemática 3º Médio		Distorsão Idade-série Fundamental		Distorsão Idade-série Médio		Rendimento Familiar		Ranking		Ranking
	Índice	Ranking	Índice	Ranking	Índice	Ranking	Índice	Ranking	Índice	Ranking	Índice	Ranking	
20	2,60	4,06	2,80	4,06	33,00	5,62	9	50,10	5,84	6	1,077	4,94	13
23	5,10	5,10	5,20	4,88	41,70	4,95	13	61,60	5,02	13	1,000	4,74	14
21	2,20	3,89	1,10	3,49	55,80	3,87	22	75,60	4,03	23	960	4,64	16
27	2,30	3,93	0,70	3,35	28,70	5,95	6	50,90	5,78	7	808	4,24	22
25	2,30	3,93	2,70	4,03	52,70	4,11	21	78,90	3,79	25	914	4,52	18
22	2,20	3,89	4,40	4,60	40,10	5,08	12	68,70	4,52	16	1.122	5,06	12
25	2,50	4,01	0,60	3,32	42,30	4,91	15	70,30	4,40	18	964	4,65	15
17	3,80	4,56	5,00	4,81	42,00	4,93	14	70,00	4,42	17	729	4,03	26
3	5,10	5,10	7,60	5,69	48,10	4,46	19	82,30	3,55	27	748	4,08	25
10	4,80	4,97	5,60	5,01	47,40	4,52	18	64,80	4,79	14	757	4,11	23
10	4,00	4,64	5,40	4,94	45,80	4,64	17	71,20	4,34	19	845	4,34	19
17	2,40	3,97	3,90	4,44	57,50	3,74	25	75,20	4,06	22	815	4,26	21
13	5,00	5,06	6,50	5,31	59,90	3,56	26	73,60	4,17	20	836	4,31	20
23	2,30	3,93	2,70	4,03	61,50	3,44	27	80,40	3,69	26	648	3,82	27
13	4,20	4,72	4,80	4,74	57,20	3,77	24	77,00	3,93	24	929	4,55	17
16	4,10	4,68	6,10	5,18	56,50	3,82	23	74,90	4,08	21	750	4,09	24
5	8,80	6,64	8,60	6,03	26,70	6,10	5	48,00	5,98	5	1.171	5,18	11
6	6,60	5,73	7,20	5,55	32,10	5,69	8	53,90	5,57	10	1.265	5,43	8
2	9,50	6,94	7,00	5,48	50,00	4,32	20	66,50	4,67	15	1.572	6,23	3
1	6,60	5,73	7,00	5,48	14,20	7,06	1	32,90	7,06	1	1.638	6,40	2
3	6,80	5,81	9,80	6,43	23,60	6,34	3	34,20	6,96	2	1.492	6,02	5
12	6,90	5,85	7,60	5,69	20,20	6,60	2	45,30	6,18	4	1.523	6,10	4
13	3,70	4,52	4,30	4,57	25,50	6,19	4	43,90	6,28	3	1.472	5,97	6
19	5,70	5,35	6,80	5,42	37,90	5,24	11	53,70	5,58	9	1.294	5,50	7
8	6,10	5,52	7,40	5,62	42,50	4,89	16	59,10	5,20	12	1.200	5,26	10
6	10,80	7,48	14,00	7,85	30,80	5,79	7	53,20	5,62	8	2.396	8,37	1
anos em	<p>Ano: 2003</p> <p>Escore Bruto: Percentual de alunos com conhecimento adequado em português na 3ª série do médio</p> <p>Desvio Padrão: 2,40</p> <p>Média: 4,86</p> <p>Índice = 5 + (EB - M) / DP</p> <p>Fonte: Ministério da Educação / INEP</p>												
/	<p>Ano: 2003</p> <p>Escore Bruto: Percentual de alunos com conhecimento adequado em matemática na 3ª série do médio</p> <p>Desvio Padrão: 2,96</p> <p>Média: 5,57</p> <p>Índice = 5 + (EB - M) / DP</p> <p>Fonte: Ministério da Educação / INEP</p>												
/	<p>Ano: 2003</p> <p>Escore Bruto: Percentual de alunos com distorsão idade-série na rede estadual - Fundamental</p> <p>Desvio Padrão: 13,08</p> <p>Média: 41,09</p> <p>Índice = 5 - (EB - M) / DP</p> <p>Fonte: Ministério da Educação / INEP</p>												
/	<p>Ano: 2003</p> <p>Escore Bruto: Percentual de alunos com distorsão idade-série na rede estadual - Médio</p> <p>Desvio Padrão: 7,52</p> <p>Média: 71,93</p> <p>Índice = 5 - (EB - M) / DP</p> <p>Fonte: Ministério da Educação / INEP</p>												
/	<p>Ano: 2004</p> <p>Escore Bruto: Valor do rendimento médio mensal familiar</p> <p>Desvio Padrão: 384,40</p> <p>Média: 1.100,12</p> <p>Índice = 5 - (EB - M) / DP</p> <p>Fonte: Ministério da Educação / INEP</p>												

FUNÇÃO HABITAÇÃO															
PRODUTO															
Ranking	Programas de Regularização Fundiária	Índice	Ranking	Programas de Urbanização de Assentamentos	Índice	Ranking	Programas de Oferta de Lotes	Índice	Ranking	Programas de Construção de Unidades	Índice	Ranking	Cadastro Habitacional de Famílias	Índice	Ranking
24	23,08	5,08	8	23,08	4,87	10	13	25,00	4,04	30,77	3,01	26	44,23	3,04	26
3	4,55	4,07	27	13,64	4,32	25	11	50,00	5,42	81,82	5,50	10	86,36	5,57	10
5	29,03	5,41	6	32,26	5,40	6	30	48,39	5,33	56,45	4,26	21	82,26	5,32	14
16	40,00	6,01	2	46,67	6,23	2	11	73,33	6,71	93,33	6,06	4	93,33	5,99	4
13	20,98	4,97	11	27,27	5,11	8	58	40,56	4,90	27,97	2,88	27	48,95	3,33	25
8	37,50	5,88	3	31,25	5,34	7	10	62,50	6,11	56,25	4,25	22	50,00	3,39	24
6	10,79	4,41	23	18,71	4,61	18	95	68,35	6,43	100,00	6,39	1	92,81	5,95	5
20	13,36	4,55	18	26,73	5,08	9	82	37,79	4,74	50,23	3,96	24	63,59	4,20	21
26	11,26	4,44	22	16,67	4,49	21	97	43,69	5,07	40,99	3,51	25	42,34	2,93	27
17	9,78	4,35	24	20,65	4,73	14	62	33,70	4,52	81,52	5,49	11	82,07	5,31	15
9	9,58	4,34	25	20,96	4,74	13	65	38,92	4,81	91,62	5,98	6	88,02	5,67	8
21	5,38	4,11	26	8,07	4,00	27	84	37,67	4,74	84,75	5,64	9	72,20	4,72	19
19	11,89	4,47	20	21,08	4,75	12	68	36,76	4,69	56,76	4,28	20	58,92	3,92	23
23	11,76	4,46	21	19,61	4,66	15	35	34,31	4,55	81,37	5,48	12	83,33	5,39	12
11	13,33	4,55	19	21,33	4,76	11	30	40,00	4,87	93,33	6,06	4	88,00	5,67	9
10	19,18	4,87	12	18,94	4,63	17	149	35,73	4,63	57,79	4,33	19	73,14	4,78	18
22	13,60	4,56	17	16,41	4,48	22	285	33,41	4,50	54,28	4,16	23	65,18	4,30	20
27	17,95	4,80	13	19,23	4,64	16	22	28,21	4,22	78,21	5,32	13	83,33	5,39	13
12	22,83	5,07	9	35,87	5,61	3	22	23,91	3,98	77,17	5,27	14	90,22	5,80	6
4	13,80	4,58	16	15,04	4,40	24	119	18,45	3,68	62,17	4,54	17	63,57	4,20	22
14	15,79	4,68	14	16,79	4,50	20	103	25,81	4,08	75,44	5,19	15	77,19	5,02	17
15	15,02	4,64	15	12,29	4,24	26	65	22,18	3,88	58,36	4,36	18	85,32	5,51	11
18	22,78	5,07	10	18,35	4,59	19	153	30,85	4,36	71,98	5,02	16	82,06	5,31	16
7	31,17	5,53	5	35,06	5,56	4	47	61,04	6,03	93,51	6,07	3	96,10	6,15	2
1	32,37	5,59	4	34,53	5,53	5	57	41,01	4,92	89,93	5,90	7	93,53	6,00	3
25	24,80	5,18	7	15,04	4,40	23	132	53,66	5,62	85,77	5,69	8	89,84	5,78	7
2	100,00	9,31	1	100,00	9,32	1	1	100,00	8,18	100,00	6,39	1	100,00	6,39	1
Ano: 2004														Ano: 2004	
Escore Bruto: Percentual de municípios com cadastros de cortiços														Escore Bruto: Percentual de municípios com cadastro habitacional de famílias interessadas	
Desvio Padrão: 18,21														Desvio Padrão: 16,68	
Média: 21,54														Média: 76,89	
Índice = 5 + (EB - M) / DP														Índice = 5 + (EB - M) / DP	
Fonte: IBGE														Fonte: IBGE	

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA 2007 – ANEXO

UF	FUNÇÃO HABITAÇÃO (continuação)					
	RESULTADO					
	Déficit Habitacional Relativo	Índice	Ranking	Moradores em Casa Própria	Índice	Ranking
RO	16,50	5,15	17	78,53	4,66	16
AC	19,70	4,79	19	87,13	3,18	27
AM	37,30	2,81	26	80,22	4,37	19
RR	27,10	3,96	23	81,52	4,14	23
PA	33,60	3,23	25	81,48	4,15	22
AP	15,70	5,24	15	86,14	3,35	26
TO	20,80	4,67	21	75,33	5,21	11
MA	42,30	2,25	27	83,07	3,88	25
PI	28,30	3,83	24	81,14	4,21	21
CE	22,30	4,50	22	75,27	5,22	10
RN	14,90	5,33	13	75,84	5,12	14
PB	19,70	4,79	20	71,37	5,89	5
PE	17,70	5,02	18	77,08	4,91	15
AL	15,40	5,27	14	75,63	5,15	12
SE	14,80	5,34	12	78,82	4,61	17
BA	15,70	5,24	16	82,40	3,99	24
MG	10,80	5,79	6	73,12	5,59	8
ES	10,00	5,88	5	72,24	5,74	7
RJ	14,50	5,38	11	75,83	5,12	13
SP	13,20	5,52	10	71,53	5,86	6
PR	8,40	6,06	1	73,85	5,46	9
SC	8,70	6,03	2	80,16	4,38	18
RS	9,90	5,89	4	80,52	4,32	20
MS	10,90	5,78	7	67,10	6,62	2
MT	11,80	5,68	8	70,43	6,05	4
GO	8,70	6,03	3	67,23	6,60	3
DF	13,10	5,53	9	63,40	7,25	1
Ano: 2004			Ano: 2004			
Escore Bruto: Estimativa percentual do déficit habitacional total			Escore Bruto: Percentual de moradores em casa própria			
Desvio Padrão: 8,90			Desvio Padrão: 5,83			
Média: 17,84			Média: 76,53			
Índice = 5 - (EB - M) / DP			Índice = 5 + (EB - M) / DP			
Fonte: Sinduscon / GVCConsult			Fonte: IBGE			

UF	FUNÇÃO AGRICULTURA																		
	INSUMIVO							PRODUTO											
	Despesa	Índice	Ranking	Contratos PRONAF	Índice	Ranking	Pesquisa Agropecuária	Índice	Ranking	Assistência Técnica	Índice	Ranking	Sementes Área	Índice	Ranking	Produção de Sementes	Índice	Ra	
RO	27,64	5,32	6	2,16	4,72	12				96,15	4,83	11							
AC	57,07	7,02	2	0,63	4,44	21				109,09	4,87	3							
AM	18,13	4,77	14	0,00	4,32	26				70,97	4,75	18							
RR	74,60	8,04	1	0,00	4,32	27				100,00	4,85	5							
PA	8,47	4,21	22	1,28	4,56	18				76,92	4,77	16	0,08	4,33	16	0,06	4,35		
AP	23,35	5,07	10	0,02	4,32	25				137,50	4,96	2							
TO	50,27	6,63	3	0,67	4,44	20	1,06	4,38	13	41,73	4,66	21							
MA	2,83	3,88	27	3,91	5,04	7													
PI	15,32	4,60	17	3,38	4,94	8													
CE	14,79	4,57	18	1,99	4,69	14													
RN	18,65	4,80	12	6,05	5,43	6	3,17	4,59	10	38,59	4,65	22							
PB	16,00	4,64	16	0,25	4,37	23	4,69	4,75	7	79,64	4,78	15	0,15	4,34	13	0,36	4,39		
PE	14,44	4,55	19	1,40	4,58	17	5,99	4,88	6	74,44	4,76	17	0,03	4,32	17	0,01	4,34		
AL	10,64	4,33	21	1,69	4,63	16							0,00	4,32	19	0,00	4,34		
SE	35,28	5,76	5	2,03	4,69	13				56,86	4,71	19							
BA	23,63	5,08	9	7,86	5,76	5				49,33	4,69	20	2,97	4,72	9	1,82	4,58		
MG	7,06	4,12	23	9,16	6,00	4	7,75	5,06	3	31,18	4,63	23	7,00	5,27	6	5,04	5,01		
ES	18,36	4,78	13	2,65	4,81	9	2,17	4,49	12	82,77	4,79	14	0,01	4,32	18	0,00	4,34		
RJ	5,33	4,02	24	0,51	4,41	22	3,46	4,62	8	104,35	4,86	4	0,00	4,32	20	0,00	4,34		
SP	5,20	4,02	25	2,26	4,74	11	39,61	8,32	1	92,09	4,82	12	10,50	5,75	4	20,63	7,06		
PR	12,74	4,45	20	11,26	6,39	2	6,28	4,91	5	98,50	4,84	9	25,53	7,81	1	23,62	7,45		
SC	46,48	6,41	4	9,81	6,12	3	11,21	5,42	2	100,00	4,85	6	5,42	5,06	7	1,91	4,59		
RS	25,31	5,18	8	25,86	9,06	1	7,57	5,04	4	97,18	4,84	10	11,46	5,88	3	13,16	6,07		
MS	17,13	4,71	15	1,02	4,51	19	3,35	4,61	9				4,27	4,90	8	3,34	4,78		
MT	19,63	4,85	11	1,86	4,66	15	0,76	4,35	14	92,09	4,82	13	20,24	7,08	2	16,54	6,52		
GO	4,66	3,98	26	2,28	4,74	10	2,93	4,57	11	100,00	4,85	7	10,31	5,73	5	11,04	5,79		
DF	25,87	5,21	7	0,02	4,32	24				1.600,00	9,57	1	0,68	4,41	11	1,13	4,49		
	Ano: 2004	Ano: 2004																	
	Escore Bruto: despesa em R\$ per capita	Escore Bruto: Percentual da área aprovada para a produção de sementes certificadas																	
	Desvio Padrão: 17,25	Desvio Padrão: 7,31																	
	Média: 22,18	Média: 5,00																	
	Índice = 5 + (EB - M) / DP	Índice = 5 + (EB - M) / DP																	
	Fonte: Ministério da Fazenda / STN-COREM	Fonte: EMBRAPA																	
		Escore Bruto: Percentual de municípios com escritórios da Emater																	
		Desvio Padrão: 317,33																	
		Média: 149,05																	
		Índice = 5 + (EB - M) / DP																	
		Fonte: EMATER																	
		Escore Bruto: Percentual do número de pesquisadores OEPAS																	
		Desvio Padrão: 9,78																	
		Média: 7,14																	
		Índice = 5 + (EB - M) / DP																	
		Fonte: Ministério da Agricultura / EMBRAPA / SNPA / OEPAS																	
		Escore Bruto: Percentual do número de contratos PRONAF firmados																	
		Desvio Padrão: 5,45																	
		Média: 3,70																	
		Índice = 5 + (EB - M) / DP																	
		Fonte: Banco Central do Brasil																	

FUNÇÃO AGRICULTURA (continuação)													
RESULTADO													
UF	VAB Agropecuária		Ranking	VAB Agropecuária per capita		Ranking	População Ocupada Agricultura		Ranking	Produtividade Lavoura Temporária		Ranking	Volume Lavoura Temporária
	Índice	Ranking		Índice	Ranking		Índice	Ranking		Índice	Ranking		
RO	18,65	5,63	8	1.317,434,38	8,19	1	0,48	3,93	24	0,53	4,47	14	
AC	5,89	4,31	20	182.132,87	4,42	19	1,04	4,47	20	0,10	4,39	23	
AM	4,32	4,15	22	835.845,48	6,59	3	0,36	3,81	25	0,05	4,39	25	
RR	3,43	4,06	25	80.871,41	4,09	25	1,50	4,91	13	0,16	4,40	19	
PA	23,62	6,14	3	608.899,93	5,84	4	1,71	5,11	6	1,14	4,57	11	
AP	3,79	4,09	23	109.434,46	4,18	22	1,47	4,88	15	0,00	4,38	27	
TO	14,74	5,23	10	205.813,29	4,50	17	1,64	5,04	11	1,03	4,55	12	
MA	20,27	5,80	5	405.634,39	5,16	11	1,64	5,04	10	1,75	4,67	10	
PI	12,12	4,96	11	256.601,83	4,67	13	1,12	4,54	19	0,62	4,48	13	
CE	6,58	4,38	19	105.636,18	4,17	23	1,67	5,07	7	0,53	4,47	15	
RN	5,69	4,29	21	36.373,18	3,94	27	4,52	7,83	1	0,13	4,40	22	
PB	12,06	4,95	12	210.961,84	4,52	15	1,66	5,07	8	0,15	4,40	20	
PE	9,78	4,71	14	213.780,53	4,53	14	1,65	5,06	9	0,18	4,41	17	
AL	7,42	4,47	17	52.491,48	3,99	26	3,91	7,24	2	0,07	4,39	24	
SE	7,31	4,46	18	425.421,55	5,23	9	0,70	4,14	23	0,17	4,41	18	
BA	11,54	4,90	13	206.460,62	4,50	16	2,30	5,68	5	4,31	5,10	9	
MG	7,94	4,52	15	189.765,78	4,45	18	1,51	4,92	12	8,14	5,74	5	
ES	3,63	4,08	24	102.850,29	4,16	24	1,32	4,73	17	0,13	4,40	21	
RJ	0,57	3,76	27	114.929,88	4,20	21	0,26	3,71	26	0,03	4,38	26	
SP	7,70	4,50	16	326.402,11	4,90	12	1,04	4,46	21	6,28	5,43	6	
PR	19,67	5,74	6	578.334,80	5,74	6	1,34	4,76	16	21,34	7,96	1	
SC	16,85	5,44	9	407.912,71	5,17	10	1,49	4,90	14	4,39	5,11	8	
RS	18,69	5,63	7	852.609,05	6,65	2	0,97	4,40	22	14,81	6,86	3	
MS	37,59	7,59	1	526.219,68	5,56	8	3,19	6,55	3	5,45	5,29	7	
MT	36,29	7,45	2	531.052,42	5,58	7	3,04	6,40	4	18,65	7,51	2	
GO	21,94	5,97	4	600.993,10	5,81	5	1,27	4,69	18	9,56	5,98	4	
DF	0,73	3,78	26	132.042,59	4,26	20	0,23	3,68	27	0,31	4,43	16	
Ano: 2003													
Escore Bruto: Percentual do VAB da agropecuária em relação ao VAB total													
Desvio Padrão: 9,68													
Média: 12,55													
Índice = 5 + (EB - M) / DP													
Fonte: IBGE													
Ano: 2003													
Escore Bruto: VAB da agropecuária / população ocupada na atividade agrícola													
Desvio Padrão: 301.588,35													
Média: 356.181,70													
Índice = 5 + (EB - M) / DP													
Fonte: IBGE													
Ano: 2003													
Escore Bruto: Percentual da população acima de 10 anos ocupadas na atividade agrícola													
Desvio Padrão: 1,03													
Média: 1,59													
Índice = 5 + (EB - M) / DP													
Fonte: IBGE													
Ano: 2004													
Escore Bruto: Percentual da quantidade produzida da lavoura temporária													
Desvio Padrão: 5,96													
Média: 3,70													
Índice = 5 + (EB - M) / DP													
Fonte: IBGE													
Ano: 2004													
Escore Bruto: R produção por la													
Desvio Padrão: 1,15													
Média: 1,15													
Índice = 5 + (E													
Fonte: IBGE													

UF	FUNÇÃO INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS												RESULTADO											
	INSUMUM						PRODUTO						VAB						VAB					
	Despesa	Índice	Ranking	Juntas Comerciais	Índice	Ranking	Roteiros Turísticos	Índice	Ranking	VAB Indústria	Índice	Ranking	VAB Indústria per capita	Índice	Ranking	VAB Comércio e Serviços	Índice	Ranking	VAB Comércio e Serviços per capita	Índice	Ranking	População Ocupada Indústria	Índice	Ranking
RO	1,25	4,17	24	0,64	4,47	23	1,42	3,72	24	30,20	4,66	18	64,141,60	4,76	12	51,14	4,92	13	20,982,89	4,52	17	16,11	4,63	17
AC	8,43	5,14	10	0,20	4,39	26	0,94	3,46	27	27,87	4,50	20	85,183,26	5,29	5	66,24	5,88	4	24,178,79	5,01	11	10,56	3,80	25
AM	1,64	4,23	21	0,81	4,50	20	2,36	4,25	20	66,62	7,23	1	194,621,62	8,04	1	29,06	3,51	27	27,045,30	5,45	6	24,07	5,83	6
RR	4,10	4,56	16	0,18	4,39	27	3,77	5,04	12	8,44	3,13	26	28,261,49	3,86	27	88,13	7,28	2	35,513,64	6,73	3	10,58	3,80	24
PA	4,49	4,61	15	1,27	4,58	16	4,72	5,57	9	35,20	5,02	14	83,458,28	5,25	6	41,17	4,28	22	22,753,01	4,79	14	18,58	5,00	13
AP	8,49	5,15	9	0,20	4,39	25	2,83	4,51	16	8,70	3,15	25	43,516,60	4,24	25	87,51	7,24	3	41,358,35	7,62	1	8,51	3,49	26
TO	1,37	4,19	22	1,14	4,55	18	1,89	3,98	22	27,90	4,50	19	48,760,62	4,38	22	57,36	5,31	7	15,376,26	3,67	27	13,08	4,18	21
MA	1,75	4,24	20	1,14	4,55	18	6,13	6,36	2	26,12	4,38	22	69,796,00	4,90	10	53,61	5,07	10	20,416,32	4,44	19	12,27	4,06	23
PI	0,17	4,03	26	0,65	4,47	22	1,89	3,98	23	27,32	4,46	21	49,866,00	4,40	20	60,55	5,52	5	16,633,42	3,86	26	12,94	4,16	22
CE	12,70	5,71	5	2,42	4,78	11	3,77	5,04	13	37,33	5,17	12	44,654,66	4,27	23	56,09	5,23	8	19,749,68	4,34	20	22,36	5,57	8
RN	32,16	8,32	1	3,73	5,00	8	3,30	4,78	15	44,52	5,67	6	76,710,79	5,08	9	49,79	4,83	14	18,262,81	4,11	25	16,76	4,73	16
PB	9,88	5,33	7	0,88	4,51	19	1,42	3,72	25	35,12	5,01	16	63,396,48	4,74	13	52,82	5,02	11	18,677,86	4,17	24	16,11	4,63	18
PE	5,16	4,70	14	2,46	4,78	10	3,77	5,04	14	32,22	4,81	17	59,366,57	4,64	17	58,00	5,35	6	26,640,89	5,38	7	19,62	5,16	12
AL	4,02	4,55	17	0,67	4,47	21	4,25	5,30	10	37,05	5,15	13	36,368,31	4,06	26	55,53	5,20	9	22,592,01	4,77	15	28,15	6,44	3
SE	18,79	6,53	3	2,25	4,75	13	2,83	4,51	17	54,99	6,41	2	127,700,96	6,36	4	37,70	4,06	25	18,858,24	4,20	23	17,60	4,86	14
BA	13,39	5,80	4	4,84	5,20	6	6,13	6,36	4	47,09	5,85	5	129,516,91	6,40	3	41,37	4,29	20	20,571,21	4,46	18	14,96	4,46	20
MG	21,07	6,83	2	12,00	6,44	2	8,02	7,41	1	43,23	5,58	9	67,643,87	4,85	11	48,83	4,77	15	23,294,44	4,88	12	23,01	5,67	7
ES	0,80	4,11	25	1,63	4,64	15	5,19	5,83	6	44,03	5,64	7	77,753,50	5,10	7	52,34	4,99	12	25,186,05	5,16	9	21,13	5,38	10
RJ	8,29	5,12	11	2,84	4,78	9	5,19	5,83	7	52,55	6,24	3	176,869,03	7,59	2	46,88	4,64	17	28,913,04	5,73	4	15,45	4,53	19
SP	7,88	5,06	12	28,44	9,31	1	2,83	4,51	18	43,78	5,62	8	77,080,19	5,09	8	48,51	4,75	16	28,771,96	5,71	5	24,94	5,96	5
PR	2,25	4,31	19	6,74	5,53	4	5,66	6,09	4	39,94	5,35	11	62,278,28	4,72	14	40,39	4,23	24	21,784,76	4,65	16	25,36	6,02	4
SC	2,30	4,32	18	4,52	5,14	7	1,42	3,72	26	49,12	6,00	4	50,318,21	4,42	19	34,03	3,82	26	19,293,72	4,27	21	35,10	7,48	1
RS	1,27	4,18	23	9,73	6,05	3	4,25	5,30	11	40,33	5,38	10	61,402,58	4,69	16	40,99	4,27	23	25,933,24	5,28	8	29,07	6,57	2
MS	6,62	4,89	13	1,26	4,57	17	2,83	4,51	19	21,09	4,02	23	54,674,61	4,52	18	41,32	4,29	21	23,185,37	4,86	13	17,22	4,80	15
MT	12,54	5,69	6	2,35	4,77	12	5,66	6,09	5	20,98	4,01	24	43,772,08	4,25	24	42,73	4,38	19	25,098,91	5,15	10	21,30	5,41	9
GO	8,97	5,21	8	3,14	4,90	9	5,19	5,83	8	35,15	5,01	15	61,840,44	4,70	15	42,91	4,39	18	18,871,94	4,20	22	19,74	5,18	11
DF	0,16	4,03	27	1,82	4,67	14	2,36	4,25	21	7,63	3,07	27	48,818,25	4,38	21	91,64	7,50	1	41,136,10	7,59	2	6,54	3,20	27

UF	Ano: 2004	Ano: 2003	Ano: 2003	Ano: 2003	Ano: 2003	Ano: 2003	
UF	Escore Bruto: despesa em R\$ per capita Desvio Padrão: 7,46 Média: 7,40 Índice = 5 + (EB - M) / DP Fonte: Ministério da Fazenda / STN-COREM	Escore Bruto: Percentual de movimentações de constituição, alteração e extinção de empresas Desvio Padrão: 5,74 Média: 3,70 Índice = 5 + (EB - M) / DP Fonte: Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC	Escore Bruto: Percentual de roteiros turísticos em relação ao total no Brasil Desvio Padrão: 1,79 Média: 3,70 Índice = 5 + (EB - M) / DP Fonte: Ministério do Turismo / EMBRATUR	Escore Bruto: Percentual do VAB da atividade industrial Desvio Padrão: 14,19 Média: 34,98 Índice = 5 + (EB - M) / DP Fonte: IBGE	Escore Bruto: VAB da Indústria / População ocupada na atividade industrial Desvio Padrão: 39,838,64 Média: 73,621,16 Índice = 5 + (EB - M) / DP Fonte: IBGE	Escore Bruto: Percentual do VAB da atividade de comércio e serviços Desvio Padrão: 15,67 Média: 52,47 Índice = 5 + (EB - M) / DP Fonte: IBGE	Escore Bruto: VAB do Comércio e Serviços / População ocupada na atividade comércio e serviços Desvio Padrão: 6,571,63 Média: 24,114,08 Índice = 5 + (EB - M) / DP Fonte: IBGE
UF	Escore Bruto: Percentual da população acima de 10 anos ocupada na atividade industrial Desvio Padrão: 6,68 Média: 18,56 Índice = 5 + (EB - M) / DP Fonte: IBGE						

FUNÇÃO INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS (Continuação)																							
RESULTADO																							
UF	População Ocupada Comércio e Serviços	Índice	Ranking	Demografia Empresas Anual	Índice	Ranking	Demografia Empresas Brasil	Índice	Ranking	Importações	Índice	Ranking	Exportações	Índice	Ranking	Turismo Interno	Índice	Ranking	Turismo Externo	Índice	Ranking		
																						População Ocupada Comércio e Serviços	Índice
RO	83,40	5,51	9	5,80	5,51	8	0,60	4,49	22	8,06	5,71	4	88,23	4,27	19	0,31	4,44	24	0,00	4,72	24		
AC	88,40	6,24	3	6,28	5,81	2	0,19	4,43	25	0,91	5,73	1	12,12	4,07	27	0,28	4,43	25	0,00	4,72	23		
AM	75,56	4,38	21	11,05	8,70	1	0,65	4,50	21	1.357,95	1,44	27	362,73	5,01	10	1,99	4,72	12	0,33	4,74	12		
RR	87,92	6,17	4	5,73	5,47	9	0,16	4,42	26	4,90	5,72	2	13,82	4,07	25	0,15	4,41	27	0,03	4,72	16		
PA	79,71	4,98	13	6,23	5,78	3	1,21	4,59	17	39,20	5,61	8	554,89	5,53	7	2,23	4,76	11	0,36	4,75	11		
AP	90,02	6,47	2	5,06	5,06	12	0,14	4,42	27	49,04	5,58	10	81,20	4,25	20	0,50	4,47	20	0,05	4,72	15		
TO	85,28	5,79	7	4,15	4,51	20	0,48	4,47	24	25,62	5,65	6	90,72	4,28	18	0,23	4,43	26	0,00	4,72	25		
MA	86,09	5,90	5	3,42	4,07	24	1,11	4,58	16	121,88	5,35	15	203,94	4,59	14	0,79	4,52	18	0,00	4,72	21		
PI	85,95	5,88	6	4,87	4,95	13	0,84	4,53	19	5,56	5,72	3	24,59	4,10	23	0,33	4,44	23	0,00	4,72	27		
CE	75,97	4,44	19	4,29	4,59	18	2,92	4,87	8	71,71	5,51	12	107,44	4,33	17	2,76	4,84	9	2,07	4,88	5		
RN	78,72	4,84	16	5,94	5,60	5	1,01	4,56	18	46,97	5,59	9	193,15	4,56	15	1,30	4,60	15	1,52	4,83	6		
PB	82,23	5,35	11	4,66	4,82	14	1,08	4,57	17	27,44	5,65	7	59,88	4,20	22	0,37	4,45	22	0,00	4,72	25		
PE	78,72	4,84	17	2,76	3,67	26	2,46	4,80	10	90,97	5,45	13	153,20	4,45	16	0,87	4,53	17	1,19	4,81	7		
AL	67,94	3,28	26	5,31	5,22	11	0,73	4,51	20	22,56	5,66	5	24,58	4,10	24	0,44	4,46	21	0,00	4,72	18		
SE	81,70	5,27	12	5,84	5,54	7	0,49	4,47	23	52,07	5,57	11	296,46	4,83	11	5,93	5,37	4	2,38	4,90	4		
BA	82,74	5,42	10	5,49	5,33	10	4,71	5,16	7	220,45	5,04	18	525,10	5,45	8	5,37	5,28	5	0,76	4,78	9		
MG	75,48	4,37	22	3,96	4,40	22	11,68	6,30	2	156,96	5,24	17	1.205,84	7,29	1	1,70	4,67	13	0,00	4,72	17		
ES	77,55	4,67	18	4,61	4,79	15	1,91	4,71	11	895,42	2,91	26	461,06	5,28	6	12,18	6,40	3	19,42	6,19	2		
RJ	84,29	5,64	8	3,57	4,16	23	7,25	5,58	5	417,09	4,42	23	777,15	6,13	6	28,15	9,05	1	67,22	9,80	1		
SP	74,03	4,16	23	4,19	4,54	19	29,96	9,29	1	678,68	3,59	25	924,97	6,53	3	5,21	5,25	6	1,13	4,81	8		
PR	73,30	4,05	24	6,16	5,73	4	7,71	5,66	4	396,32	4,48	22	838,08	6,29	5	2,60	4,82	10	0,68	4,77	10		
SC	63,41	2,62	27	4,60	4,79	16	5,24	5,25	6	260,56	4,91	20	919,11	6,51	4	3,99	5,05	8	2,41	4,90	3		
RS	69,96	3,57	25	3,35	4,02	25	10,43	6,10	3	492,24	4,18	24	288,11	4,81	12	0,73	4,51	19	0,00	4,72	19		
MS	79,59	4,96	14	4,04	4,45	21	1,17	4,59	15	345,16	4,64	21	1.124,22	7,07	2	0,96	4,54	16	0,00	4,72	20		
MT	75,66	4,39	20	5,92	5,59	6	1,55	4,65	12	151,38	5,26	16	255,35	4,72	13	1,33	4,61	14	0,00	4,72	22		
GO	78,99	4,88	15	4,41	4,67	17	2,84	4,86	9	113,11	5,38	14	12,64	4,07	26	14,67	6,82	2	0,25	4,74	13		
DF	93,23	6,94	1	2,07	3,25	27	1,48	4,64	13	8,06	5,71	4											
Ano: 2003		Escore Bruto: Percentual da população acima de 10 anos ocupada na atividade de comércio e serviços		Ano: 2003		Escore Bruto: Variação anual no número de empresas		Ano: 2003		Escore Bruto: Valor das importações per capita		Ano: 2003		Escore Bruto: Valor das exportações per capita		Ano: 2003		Escore Bruto: Percentual de desembarque de passageiros oriundos do exterior		Ano: 2003		Escore Bruto: Percentual do desembarque de passageiros oriundos do exterior	
		Índice = 5 + (EB - M) / DP		Fonte: IBGE		Índice = 5 + (EB - M) / DP		Fonte: IBGE		Índice = 5 - (EB - M) / DP		Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior		Índice = 5 + (EB - M) / DP		Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior		Índice = 5 + (EB - M) / DP		Fonte: Ministério do Turismo / EMBRATUR		Índice = 5 + (EB - M) / DP	
		Média: 79,85		Média: 4,95		Média: 3,70		Média: 316,61		Média: 232,32		Média: 357,80		Média: 370,95		Média: 3,70		Média: 6,04		Média: 3,70		Média: 13,22	

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA 2007 – ANEXO

FUNÇÃO INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS (Continuação)															
UF	RESULTADO														
	Estabelecimentos Turísticos	Índice	Ranking	PIB Estadual	Índice	Ranking	PIB Estadual per capita	Índice	Ranking	Migrações Internas	Índice	Ranking			
RO	0,53	4,49	21	0,55	4,51	22	5.743,01	4,65	14	13,80	5,45	10			
AC	0,14	4,43	25	0,17	4,45	26	4.337,70	4,27	21	11,80	5,76	8			
AM	0,52	4,49	22	1,80	4,70	14	9.100,31	5,57	7	6,58	6,55	2			
RR	0,11	4,42	26	0,11	4,44	27	4.568,60	4,33	19	8,79	6,22	5			
PA	1,02	4,57	16	1,88	4,71	11	4.367,39	4,27	20	11,57	5,79	7			
AP	0,11	4,42	27	0,20	4,45	25	5.583,99	4,61	15	8,70	6,23	4			
TO	0,35	4,46	24	0,27	4,46	24	3.346,46	4,00	25	27,52	3,36	26			
MA	0,66	4,51	19	0,90	4,56	17	2.354,14	3,72	27	21,39	4,30	19			
PI	0,51	4,48	23	0,47	4,49	23	2.484,96	3,76	26	26,70	3,49	25			
CE	2,10	4,74	11	1,83	4,71	13	3.618,08	4,07	23	18,26	4,77	15			
RN	1,11	4,58	15	0,88	4,56	19	4.688,12	4,36	18	15,47	5,20	12			
PB	0,82	4,53	17	0,88	4,56	18	3.872,10	4,14	22	27,62	3,35	27			
PE	2,49	4,80	8	2,72	4,85	8	5.132,08	4,48	17	23,42	3,99	24			
AL	0,76	4,53	18	0,66	4,52	21	3.504,97	4,04	24	23,40	3,99	23			
SE	0,62	4,50	20	0,75	4,54	20	6.154,95	4,76	13	19,13	4,64	17			
BA	4,56	5,14	7	4,70	5,16	6	5.402,00	4,56	16	21,57	4,27	20			
MG	12,13	6,36	2	9,29	5,87	3	7.708,57	5,19	11	20,21	4,48	18			
ES	2,15	4,75	10	1,86	4,71	12	8.792,50	5,48	8	18,46	4,74	16			
RJ	10,93	6,17	3	12,23	6,33	2	12.671,20	6,54	2	6,42	6,58	1			
SP	29,79	9,21	1	31,80	9,39	1	12.619,36	6,53	3	7,84	6,36	3			
PR	7,09	5,55	5	6,36	5,42	5	9.890,54	5,78	6	22,25	4,17	21			
SC	5,87	5,35	6	4,00	5,05	7	10.948,78	6,07	5	13,30	5,53	9			
RS	8,64	5,80	4	8,23	5,71	4	12.070,53	6,38	4	8,96	6,19	6			
MS	1,24	4,60	14	1,22	4,61	16	8.633,88	5,44	9	16,14	5,10	13			
MT	1,26	4,61	13	1,45	4,65	15	8.390,65	5,37	10	13,95	5,43	11			
GO	2,42	4,79	9	2,37	4,79	10	6.824,96	4,94	12	16,61	5,03	14			
DF	2,06	4,73	12	2,43	4,80	9	16.920,04	7,70	1	23,20	4,02	22			
Ano: 2003 Escore Bruto: Percentual de Estabelecimentos na Atividade Turística Desvio Padrão: 6,04 Média: 3,70 Índice = 5 + (EB - M) / DP Fonte: Ministério do Turismo / Embratur				Ano: 2003 Escore Bruto: Percentual do PIB dos estados em relação ao PIB do Brasil Desvio Padrão: 6,39 Média: 3,70 Índice = 5 + (EB - M) / DP Fonte: IBGE				Ano: 2003 Escore Bruto: Número de ocorrências registradas de roubos / 100.000 hab Desvio Padrão: 3.663,32 Média: 7.027,03 Índice = 5 + (EB - M) / DP Fonte: IBGE				Ano: 2004 Escore Bruto: Percentual de nascidos nos estados que migraram para outros estados Desvio Padrão: 6,57 Média: 16,78 Índice = 5 - (EB - M) / DP Fonte: IBGE			

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA 2007 – ANEXO

UF	FUNÇÃO ENERGIA (continuação)					
	RESULTADO					
	VAB Eletricidade	Índice	Ranking	VAB Eletricidade <i>per capita</i>	Índice	Ranking
RO	1,45	4,28	24	61.219,78	4,16	24
AC	1,54	4,31	23	40.890,46	4,02	25
AM	0,77	4,05	27	81.712,86	4,30	21
RR	1,88	4,43	19	36.442,44	3,99	27
PA	4,40	5,30	7	267.454,21	5,58	6
AP	1,55	4,32	22	84.602,32	4,32	20
TO	2,21	4,54	18	38.643,20	4,00	26
MA	2,70	4,71	15	115.061,29	4,53	17
PI	3,46	4,97	11	73.031,24	4,24	22
CE	3,95	5,14	9	257.862,24	5,52	7
RN	4,59	5,36	6	225.146,16	5,29	10
PB	5,73	5,76	3	177.517,60	4,96	12
PE	2,63	4,69	16	119.099,54	4,56	16
AL	3,20	4,88	13	102.302,95	4,44	19
SE	15,97	9,28	1	718.957,29	8,71	1
BA	3,62	5,03	10	243.910,41	5,42	9
MG	4,25	5,25	8	182.899,15	5,00	11
ES	1,11	4,17	26	69.791,32	4,22	23
RJ	3,44	4,97	12	288.511,53	5,73	4
SP	3,18	4,88	14	249.836,37	5,46	8
PR	5,35	5,62	4	370.652,66	6,30	2
SC	4,76	5,42	5	272.736,71	5,62	5
RS	1,81	4,41	20	133.156,54	4,65	14
MS	1,69	4,37	21	121.625,02	4,57	15
MT	2,34	4,59	17	152.311,31	4,79	13
GO	6,48	6,01	2	352.129,87	6,17	3
DF	1,37	4,26	25	107.205,35	4,47	18
Ano: 2004			Ano: 2004			
Escore Bruto: Percentual do VAB da atividade eletricidade, gás e água em relação ao VAB total			Escore Bruto: VAB per capita da atividade eletricidade, gás e água			
Desvio Padrão: 2,91			Desvio Padrão: 144.557,26			
Média: 3,53			Média: 183.137,40			
Índice = 5 + (EB - M) / DP			Índice = 5 + (EB - M) / DP			
Fonte: IBGE			Fonte: IBGE			

UF	FUNÇÃO TRANSPORTE																			
	INSUMO				PRODUTO															
	Despesa	Índice	Ranking	Malha Rodoviária	Índice	Ranking	Rodovias Estaduais Pavimentadas	Índice	Ranking	Situação das Rodovias	Índice	Ranking	Densidade c Malha Rodovi							
RO	49,24	4,72	12	2,24	4,47	18	5,95	3,47	26	28,30	5,33	8								
AC	227,18	6,83	2	0,33	3,78	26	41,67	5,00	17	16,60	4,70	12								
AM	66,49	4,93	9	0,53	3,85	25	42,47	5,03	15	1,20	3,87	26								
RR	54,12	4,78	10	0,67	3,90	24	11,28	3,70	23	1,10	3,86	27								
PA	32,18	4,52	19	3,45	4,91	13	36,00	4,75	19	9,30	4,31	21								
AP	172,71	6,19	3	0,31	3,77	27	6,61	3,50	25	4,00	4,02	25								
TO	397,25	8,85	1	3,64	4,98	12	3,29	3,35	27	14,70	4,60	14								
MA	4,82	4,20	27	3,68	4,99	11	46,98	5,22	11	14,50	4,59	15								
PI	10,72	4,27	25	4,97	5,46	8	16,08	3,90	22	7,20	4,19	23								
CE	19,08	4,36	22	4,81	5,40	9	42,20	5,02	16	7,30	4,20	22								
RN	28,18	4,47	21	2,12	4,43	20	69,40	6,18	3	6,80	4,17	24								
PB	14,96	4,32	24	2,54	4,58	16	44,43	5,12	14	12,50	4,48	18								
PE	35,06	4,55	17	2,59	4,60	15	54,49	5,55	8	19,80	4,87	10								
AL	39,55	4,61	14	1,18	4,09	22	64,40	5,97	4	10,70	4,38	20								
SE	30,28	4,50	20	1,89	4,35	21	45,79	5,17	12	23,40	5,07	9								
BA	10,71	4,27	26	5,96	5,82	6	50,91	5,39	10	12,50	4,48	19								
MG	45,92	4,68	13	9,06	6,94	2	52,32	5,45	9	13,80	4,55	16								
ES	16,32	4,33	23	2,38	4,52	17	44,77	5,13	13	41,70	6,06	6								
RJ	37,46	4,58	16	2,19	4,45	19	62,41	5,88	5	52,60	6,65	3								
SP	99,49	5,32	6	6,74	6,10	4	93,10	7,20	1	72,70	7,73	1								
PR	33,01	4,53	18	6,33	5,95	5	82,83	6,76	2	46,20	6,30	5								
SC	53,64	4,77	11	2,87	4,70	14	54,58	5,55	7	32,00	5,53	7								
RS	38,58	4,60	15	3,91	5,07	10	57,78	5,69	6	47,80	6,39	4								
MS	128,83	5,67	5	10,29	7,38	1	8,65	3,58	24	13,10	4,51	17								
MT	96,50	5,28	7	5,76	5,74	7	19,65	4,05	21	16,20	4,68	13								
GO	72,08	4,99	8	8,83	6,85	3	37,54	4,82	18	19,20	4,84	11								
DF	147,06	5,88	4	0,73	3,93	23	31,30	4,55	20	52,90	6,66	2								
	Ano: 2004				Ano: 2003				Ano: 2003				Ano: 2004				Ano: 2003			
	Escore Bruto: despesa em R\$ per capita				Escore Bruto: Percentual da malha rodoviária estadual em relação à total do Brasil				Escore Bruto: Percentual das rodovias estaduais pavimentadas				Escore Bruto: Percentual de rodovias pavimentadas com conceito ótimo e bom				Escore Bruto: r km²			
	Desvio Padrão: 84,30				Desvio Padrão: 2,77				Desvio Padrão: 23,37				Desvio Padrão: 18,50				Desvio Padrão:			
	Média: 72,65				Média: 3,70				Média: 41,74				Média: 22,15				Média: 54,89			
	Índice = 5 + (EB - M) / DP				Índice = 5 + (EB - M) / DP				Índice = 5 + (EB - M) / DP				Índice = 5 + (EB - M) / DP				Índice = 5 + (
	Fonte: Ministério da Fazenda / STN-COREM				Fonte: DNIT				Fonte: DNIT				Fonte: Confederação Nacional dos Transportes				Fonte: DNIT e			

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA 2007 – ANEXO

UF	FUNÇÃO TRANSPORTE (Continuação)											
	RESULTADO											
	Passageiros modal rodoviário	Índice	Ranking	Pessoal ocupado transporte	Índice	Ranking	VAB transporte e armazenagem	Índice	Ranking	VAB transporte e armazenagem per capita	Índice	Ranking
RO				3,39	4,40	18	3,85	4,31	21	38.846,30	4,50	18
AC				3,09	4,14	21	4,95	5,01	11	51.708,59	5,43	6
AM				5,91	6,50	3	3,17	3,88	27	37.667,95	4,41	20
RR				2,46	3,62	26	3,38	4,02	24	48.690,32	5,21	10
PA				4,50	5,32	8	4,16	4,51	15	40.761,20	4,64	17
AP				3,60	4,57	17	7,04	6,34	4	83.269,37	7,71	1
TO	0,31	4,20	19	2,40	3,58	27	8,65	7,36	1	82.270,99	7,63	2
MA	0,80	4,28	18	4,28	5,14	13	8,03	6,97	3	61.543,91	6,14	3
PI	9,23	5,64	4	2,97	4,05	23	6,51	6,00	5	51.804,19	5,43	5
CE	1,55	4,40	11	3,10	4,15	20	5,46	5,34	6	47.163,22	5,10	11
RN	0,99	4,31	14	3,01	4,08	22	5,32	5,25	8	50.972,70	5,37	7
PB	1,25	4,35	12	2,61	3,75	25	5,38	5,29	7	59.906,65	6,02	4
PE	3,51	4,72	9	3,92	4,84	15	5,08	5,09	10	46.843,13	5,08	12
AL	0,92	4,30	15	2,78	3,89	24	4,67	4,83	13	46.374,64	5,04	13
SE	0,88	4,29	17	3,24	4,27	19	3,26	3,94	25	41.100,57	4,66	15
BA	2,20	4,51	10	4,41	5,25	11	4,14	4,50	16	38.553,15	4,48	19
MG	15,95	6,72	2	5,23	5,93	6	5,17	5,15	9	35.604,46	4,26	21
ES	6,39	5,18	6	6,43	6,93	2	8,65	7,36	2	50.218,39	5,32	9
RJ	8,73	5,56	5	6,78	7,22	1	3,90	4,35	20	29.920,39	3,85	26
SP	22,20	7,73	1	5,33	6,02	4	4,13	4,49	17	33.996,05	4,15	23
PR	14,26	6,45	3	5,24	5,94	5	4,02	4,42	19	30.357,83	3,89	25
SC	4,58	4,89	7	4,48	5,31	9	3,81	4,29	23	30.541,86	3,90	24
RS	4,17	4,82	8	5,13	5,85	7	3,22	3,92	26	27.841,38	3,70	27
MS	0,89	4,29	16	4,28	5,14	14	4,87	4,96	12	50.819,96	5,36	8
MT	1,18	4,34	13	4,47	5,30	10	4,10	4,48	18	40.805,41	4,64	16
GO				4,39	5,23	12	4,40	4,66	14	34.819,71	4,21	22
DF				3,64	4,61	16	3,82	4,29	22	43.840,78	4,86	14
Ano: 2004			Ano: 2003			Ano: 2003			Ano: 2003			
Escore Bruto: Percentual de passageiros transportados pelo modal rodoviário interestadual e internacional			Escore Bruto: Percentual do pessoal ocupado na atividade de transporte, armazenagem e comunicações			Escore Bruto: Percentual do VAB da atividade de transporte e armazenagem			Escore Bruto: VAB de transporte e armazenagem per capita			
Desvio Padrão: 6,20			Desvio Padrão: 1,20			Desvio Padrão: 1,58			Desvio Padrão: 13.850,96			
Média: 5,26			Média: 4,11			Média: 4,93			Média: 45.786,78			
Índice = 5 + (EB - M) / DP			Índice = 5 + (EB - M) / DP			Índice = 5 + (EB - M) / DP			Índice = 5 + (EB - M) / DP			
Fonte: CNT / FIPE / IDET			Fonte: IBGE			Fonte: IBGE			Fonte: IBGE			

FUNÇÃO TRABALHO																		
ig	PRODUTO						RESULTADO											
	Investimento PNO	Índice	Ranking	Inscritos SINE	Índice	Ranking	Vagas SINE	Índice	Ranking	PEA ocupada	Índice	Ranking	Pessoas / SINE	Índice	Ranking	Emprego Formal	Índice	Ranking
7	0,89	4,22	24	2,68	5,62	6	0,30	4,51	25	95,67	6,38	2	70,37	5,27	13	65,34	5,41	10
7	0,55	4,13	26	3,25	5,24	15	0,17	4,49	26	93,36	5,55	9	42,13	3,68	24	60,09	4,89	14
4	1,62	4,42	20	5,71	3,56	25	0,75	4,57	19	89,58	4,18	20	80,44	5,84	8	66,75	5,55	8
1	0,37	4,08	27	5,03	4,03	23	0,12	4,48	27	91,82	4,99	15	53,92	4,35	19	54,81	4,36	20
6	3,17	4,85	11	3,39	5,14	16	1,67	4,71	12	93,67	5,66	8	83,03	5,99	6	49,74	3,85	23
4	0,55	4,13	25	2,37	5,84	4	0,42	4,53	24	86,62	3,11	26	70,85	5,30	12	57,54	4,63	18
5	1,20	4,31	23	1,33	6,55	1	1,91	4,74	11	95,61	6,36	3	80,60	5,85	7	47,57	3,64	26
15	3,54	4,96	10	4,48	4,40	22	0,65	4,56	22	93,33	5,54	10	90,74	6,42	2	45,68	3,45	27
16	2,34	4,62	14	3,75	4,90	20	0,42	4,53	23	96,09	6,54	1	87,22	6,22	3	48,17	3,70	25
3	5,68	5,55	7	2,79	5,55	8	3,50	4,97	9	92,33	5,18	14	96,51	6,74	1	52,34	4,11	21
2	2,15	4,57	15	2,86	5,51	9	0,67	4,56	21	91,44	4,86	17	52,81	4,29	20	57,78	4,66	17
13	2,50	4,67	13	3,42	5,12	18	0,90	4,60	16	91,46	4,86	16	80,35	5,84	9	50,00	3,88	22
3	5,86	5,60	6	2,96	5,43	10	4,74	5,15	6	88,91	3,94	23	66,44	5,16	14	55,74	4,45	19
9	1,78	4,47	18	2,78	5,56	7	0,78	4,58	18	90,64	4,57	19	83,94	6,04	5	59,66	4,84	15
5	1,55	4,40	21	1,93	6,14	2	0,72	4,57	20	89,53	4,17	21	84,00	6,04	4	59,66	4,84	15
9	7,82	6,14	3	8,10	1,93	27	1,98	4,75	10	89,53	4,17	22	77,80	5,69	10	49,67	3,85	24
14	8,66	6,37	2	5,19	3,92	24	4,88	5,17	5	91,05	4,72	18	65,46	5,00	15	66,62	5,54	9
10	1,72	4,45	19	3,41	5,13	17	1,09	4,62	15	92,61	5,28	13	50,66	4,16	21	62,41	5,12	11
10	6,55	5,79	4	3,07	5,36	12	9,11	5,78	3	88,53	3,81	25	48,42	4,04	22	75,51	6,43	3
1	17,56	8,83	1	3,22	5,26	13	35,29	9,55	1	88,75	3,88	24	39,39	3,53	26	74,84	6,36	5
8	6,15	5,68	5	4,44	4,43	21	12,12	6,21	2	93,85	5,73	7	59,66	4,67	16	71,67	6,04	6
11	2,92	4,78	12	2,16	5,98	3	4,18	5,07	7	95,59	6,35	4	54,98	4,41	17	79,11	6,78	1
8	5,47	5,49	8	3,45	5,10	19	6,30	5,37	4	94,04	5,79	6	54,75	4,39	18	75,26	6,40	4
7	1,87	4,49	16	3,02	5,39	11	1,59	4,70	13	93,05	5,44	11	71,32	5,33	11	67,09	5,59	7
0	1,82	4,48	17	2,65	5,65	5	1,41	4,67	14	94,29	5,89	5	44,49	3,82	23	58,10	4,69	16
6	4,22	5,14	9	3,23	5,25	14	3,52	4,97	8	92,68	5,30	12	39,75	3,55	25	61,21	5,00	13
2	1,50	4,39	22	6,50	3,02	26	0,82	4,58	17	85,66	2,77	27	36,60	3,37	27	78,68	6,74	2
Ano: 2004														Ano: 2004		Ano: 2004		
Escore Bruto: Percentual do valor de Investimento do Plano Nacional de Qualificação														Escore Bruto: Percentual de pessoas colocadas pelo SINE no mercado de trabalho		Escore Bruto: Percentual de pessoas colocadas pelo SINE no mercado de trabalho		
Desvio Padrão: 3,62														Desvio Padrão: 10,02		Desvio Padrão: 17,77		
Média: 3,70														Média: 61,23		Média: 65,51		
Índice = 5 + (EB - M) / DP														Índice = 5 + (EB - M) / DP		Índice = 5 + (EB - M) / DP		
Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego														Fonte: IBCE		Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego		

BIBLIOGRAFIA

AFONSO, António; SCHUKNECHT, Ludger and TANZI, Vito. Public Sector Efficiency: An international comparison. ECB - Working Paper No. 242, July 2003.

A. V. Hill, Proc. R. Soc. *141*, 104 (1938).

BALL, Ian. New Zealand Public Sector Management. Paper presented to the 1993 NATIONAL ACCOUNTANTS IN GOVERNMENT CONVENTION, Hobart, Australia. May, 1993.

_____. Making Ministries More Accountable: the New Zealand Experience. Paper presented to the INTERNATIONAL CONSORTIUM ON GOVERNMENTAL FINANCIAL MANAGEMENT CONFERENCE. Arlington, Virginia. October, 1993.

BURKHEAD, J. Orçamento Público. Ed. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1971.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. Evolução das finanças do Estado do Rio Grande do Sul 1967/76. Porto ALEGRE, 1978.

_____. 25 anos de economia gaúcha: análise do setor público no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1980.

GIACOMONI, James. Orçamento Público. Ed. Atlas. São Paulo, 1989.

GUIMARÃES, Raymundo Ferreira. Avaliação das finanças públicas do Rio Grande do Sul período 1960-75. (não publicado)

GUPTA, S. and VERHOEVEN M. The Efficiency of Government Expenditure - Experiences from Africa. Journal of Policy Modelling. , 23, 433-467, 2001.

JOHNSON, David B. Public choice: an introduction to the new political economy. Bristlecone Books.

McCULLOCH, B. W. Accounting and Management Reform in New Zealand Government. A paper prepared for the Commonwealth Secretariat Management Development Programme, October, 1992.

McCULLOCH, B. W. and BALL, Ian. Accounting in the Context of Public Sector Management Reform, Financial Accountability & Management. 8(1) Spring, 1992. pp 7-12.

MUSGRAVE. Richard. Teoria das finanças públicas. São Paulo, Atlas, 1973.

SCOTT, Graham; BRUSHNELL, Peter and SALLEE, Nikitin. Reform of the Core Public Sector: New Zealand Experience. Governance. Volume 3, Number 2, April, 1990.

PALLOT, J. Accounting and Financial Management Reforms in the New Zealand Central Government: Context and Critique. Paper for the Commonwealth Secretariat Management Development Programme. October, 1992.

SILVA. Fernando Antonio Rezende da. Avaliação do setor público na economia. Rio de Janeiro, IPEA, 1976.

TULKENS, H. On FDH Analysis: some methodological issues and applications to retail banking, courts and urban transit. Journal of Productivity Analysis. 4, 183-210, 1993.

RUBIN, Irene S. The politics of public budgeting. 2ed. New Jersey: Chatam House Publishers.

SILVA, Lino Martins da. Contabilidade governamental: um enfoque administrativo. São Paulo: Ed. Atlas. 1994.

WILDAVSKY, Aaron. Budgeting: A comparative theory of budgetary process. Boston: Ed. Little, Brown and Company. 1975.

_____.The politics of the budgetary process. 2 ed. Boston: Ed. Little Brown and Company.

_____.The new politics of the budgetary process. 3 ed. Boston: Ed. Addison-Wesley Educational Inc.

CNT - Confederação Nacional dos Transportes - www.cnt.org.br

DataSUS - Ministério da Saúde / Secretaria Executiva - www.datasus.gov.br

DNER - Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - www.dner.gov.br

DNIT - Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes - www.dnit.gov.br

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA 2007 – ANEXO

DNRC - Departamento Nacional de Registro do Comércio - www.dnrc.gov.br

DENATRAN - Departamento Nacional de Trânsito - www.denatran.gov.br

EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - www.embrapa.br

FJP/CEPS - Fundação João Pinheiro - Centro de Estudos Políticos e Sociais - www.fjp.gov.br

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - www.ibge.gov.br

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - www.inep.gov.br

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - www.ipea.gov.br

Ministério da Agricultura - www.agricultura.gov.br

Ministério das Cidades - www.cidades.gov.br

Ministério da Cultura - www.cultura.gov.br

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - www.desenvolvimento.gov.br

Ministério da Educação - www.educacao.gov.br

Ministério da Fazenda / STN -COREM - www.tesouro.fazenda.gov.br

Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Segurança Pública - www.mj.gov.br

Ministério das Minas e Energia / Balanço Energético Nacional - www.mme.gov.br

Ministério da Saúde - www.saude.gov.br

Ministério do Trabalho e Emprego - www.mte.gov.br

Ministério do Turismo / EMBRATUR - www.turismo.gov.br

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - www.pnud.org.br

Senado Federal / Sistema INTERLEGIS

Supremo Tribunal Federal / Banco Nacional de Dados do Poder Judiciário - www.stf.gov.br

Tribunal Superior Eleitoral - www.tse.gov.br